

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE LETRAS E LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

BIANCA MARA GUEDES DE SOUZA

**VOZES HEGEMÔNICAS E VOZES INSURGENTES:
UMA ANÁLISE DISCURSIVA CRÍTICA SOBRE A REPRESENTAÇÃO DO
ABORTO NA MÍDIA**

UBERLÂNDIA

2022

BIANCA MARA GUEDES DE SOUZA

**VOZES HEGEMÔNICAS E VOZES INSURGENTES:
UMA ANÁLISE DISCURSIVA CRÍTICA SOBRE A REPRESENTAÇÃO DO
ABORTO NA MÍDIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Área de Concentração: Estudos em Linguística e Linguística Aplicada

Linha de pesquisa: Linguagem, sujeito e discurso.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Resende Ottoni.

UBERLÂNDIA

2022

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S729 Souza, Bianca Mara Guedes de, 1996-
2022 Vozes hegemônicas e vozes insurgentes [recurso eletrônico] : uma análise discursiva crítica sobre a representação do aborto na mídia / Bianca Mara Guedes de Souza. - 2022.

Orientadora: Maria Aparecida Resende Ottoni.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Estudos Linguísticos.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2022.61>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Linguística. I. Ottoni, Maria Aparecida Resende, 1966-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Estudos Linguísticos. III. Título.

CDU: 801

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091

**VOZES HEGEMÔNICAS E VOZES INSURGENTES:
UMA ANÁLISE DISCURSIVA CRÍTICA SOBRE A REPRESENTAÇÃO DO
ABORTO NA MÍDIA**

Dissertação aprovada para a obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia pela banca examinadora formada por:

Uberlândia, 28 de janeiro de 2022.

Prof.^a. Dr.^a. Maria Aparecida Resende Ottoni, UFU/MG

Prof. Dr. Ariel Novodvorski, UFU/MG

Prof.^a. Dr.^a. Débora de Carvalho Figueiredo, UFSC/SC



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos

Av. João Naves de Ávila, nº 2121, Bloco 1G, Sala 1G256 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902

Telefone: (34) 3239-4102/4355 - www.ileel.ufu.br/ppgel - secppgel@ileel.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Estudos Linguísticos				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado - PPGEL				
Data:	Vinte e oito de janeiro de dois mil e vinte e dois	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	16:30
Matrícula do Discente:	11922ELI002				
Nome do Discente:	Bianca Mara Guedes de Souza				
Título do Trabalho:	Vozes hegemônicas e vozes insurgentes: uma análise discursiva crítica sobre o aborto na mídia				
Área de concentração:	Estudos em linguística e Linguística Aplicada				
Linha de pesquisa:	Linguagem, sujeito e discurso				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Gêneros, discursos, identidades e letramento: um olhar para diferentes práticas sociais				

Reuniu-se, por videonconferência, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em [Estudos Linguísticos](#), assim composta: Professores Doutores: [Débora de Carvalho Figueiredo - UFSC](#); [Ariel Novodvorski - UFU](#), e [Maria Aparecida Resende Ottoni - UFU](#), orientadora da candidata.

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dra. Maria Aparecida Resende Ottoni, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

[Aprovada.](#)

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de [Mestre](#)

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Débora de Carvalho Figueiredo, Usuário Externo**, em 28/01/2022, às 16:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Aparecida Resende Ottoni, Professor(a) do Magistério Superior**, em 28/01/2022, às 16:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ariel Novodvorski, Professor(a) do Magistério Superior**, em 28/01/2022, às 17:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3334937** e o código CRC **23E9E765**.

Às mulheres que lutaram e seguem lutando pelo
direito a uma cidadania plena.

AGRADECIMENTOS

Acima de todos agradeço à Universidade Federal de Uberlândia, que faz parte da minha vida desde 2014 quando ingressei aos dezessete anos para a graduação. A UFU é responsável por parte de quem sou como mulher adulta. As pessoas que conheci, os amigos que fiz e os momentos que vivi nessa universidade me fazem acreditar na ciência e na pesquisa brasileira. Esse trabalho seria impossível sem a minha orientadora, Maria Aparecida Resende Ottoni, a quem tenho um mundo e mais um pouco a agradecer pela orientação acadêmica e pelo exemplo de mulher. A Cida me desafiou em cada uma das devolutivas, me acolheu de uma forma maravilhosa e me incentivou a questionar meu próprio olhar sobre o mundo.

Agradeço aos professores Ariel Novodvorski e Débora de Carvalho Figueiredo por aceitarem compor minhas bancas de qualificação e defesa, pelo olhar crítico sobre o trabalho e as contribuições realizadas.

Às minhas amigas da pós-graduação, Layane Campos Soares, Isabella Beatriz Peixoto e Laura Alexandra Guerrero Calderón, que estiveram presentes do início ao fim. Foram elas que me incentivaram a continuar quando tudo que eu queria era desistir. Minhas parceiras para outros projetos, que me mantiveram sã na pandemia e gostam de uma mesa de bar.

Aos professores que contribuíram em todos os aspectos para minha formação. Em especial, a professora Ana Cristina Spannenberg que além de me apresentar a pesquisa durante a graduação, também fez a leitura deste trabalho ao qual teceu considerações valiosas.

Agradeço sempre à minha família que ainda não compreendendo o que faço continuam a me apoiar nessa trajetória acadêmica que se estende cada dia mais.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa.

Pelo menos em sociedade, a dialogia dá forma a atos emancipatórios. (MEDINA, 2003, p. 54).

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar, entender e comparar as representações discursivas do aborto e das mulheres que já praticaram um aborto construídas em reportagens do jornalismo tradicional, a *Folha de São Paulo*, e do jornalismo independente, a *Revista AzMina*. Para isso, empreendemos uma análise fundamentada teórico-metodologicamente na Análise de Discurso Crítica (ADC), especialmente na abordagem dialético-relacional (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2001, 2003, 2013), com enfoque nos significados acional e representacional do discurso. Do significado acional, utilizamos a categoria intertextualidade; do significado representacional, as categorias interdiscursividade e vocabulário. A pesquisa é classificada como documental (MAY, 2004; GIL 2008) e é de caráter qualitativo-interpretativista (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017) e nela articulamos metodologicamente a Linguística de *Corpus* à ADC (HARDT-MAUTNER, 1995; KOPH, 2019) com o uso do *software UAM Corpus Tool* (O'DONNELL, 2019). Para compreender e discutir a prática social jornalística, seu papel como segundo poder e funcionamento em sociedade, recorreremos às pesquisas de Albuquerque (2013), Ramonet (1999, 2013) e Herman e Chomsky (2003). Ainda na fundamentação sobre a prática jornalística, tecemos a diferenciação entre jornalismo tradicional (AMARAL, 2004; ZAMIN, 2014) e jornalismo independente (MENEZES, 2010; COSTA, 2018), que é crucial para a pesquisa. Na análise conjuntural da prática social de aborto, trazemos a questão como injustiça social (FAIRCLOUGH, 2003), a partir das considerações de Rohden (2002, 2003) sobre como o controle da capacidade reprodutiva das mulheres fundamenta os papéis sociais desempenhados por elas; e como as relações sociais nas práticas de reprodução revelam dinâmicas de poder. Ademais, discutimos a prática social de aborto a partir de dados sobre sua dimensão (BRASIL, 2018; DINIZ; MEDEIROS; MADEIRO, 2017; STARRS et al., 2018) e seus desdobramentos jurídicos e históricos (FEDERICI, 2017; PEDRO, 2012; DEL PRIORE, 1994, 2013; LOUZADA, 2020). A análise intertextual das reportagens revelou que na *Folha* a voz das mulheres que abortaram é quase inexistente, sendo que elas totalizam apenas 2,7% das fontes ouvidas pelo jornal. Na *AzMina* elas representam 13,1% das fontes ouvidas. Observamos que na *Folha*, as mulheres que passaram por um aborto são trazidas para a reportagem para cumprir o papel de testemunha, e oferecem sua contribuição como 'vivenciadoras' do fato no sentido mais básico. Assim, se suprimidas, veríamos pouco ou nenhum impacto na narrativa jornalística. Por outro lado, na *Revista AzMina*, quando a reportagem inclui essas mulheres, a narrativa acontece toda a partir delas; e, se suprimidas, deixariam o texto carente de coesão e valor jornalístico. Na análise interdiscursiva notamos que o discurso jurídico predomina nas reportagens dos dois veículos de comunicação; nesse sentido, o aborto é predominantemente representado a partir de seus aspectos jurídicos. Ademais, percebemos uma luta interdiscursiva evidenciada pelo embate entre dois discursos: o antiaborto e o pró-direitos reprodutivos. Assim, nas vozes e textos que materializam o discurso antiaborto, as mulheres que abortaram são representadas por escolhas linguístico-discursivas como: arrependidas, incapazes, mentirosas, culpadas e mulheres que negam a maternidade; e, por meio das vozes e textos que materializam o discurso pró-direitos: vítimas, sozinhas, psicologicamente vulneráveis, mas também cidadãs que contribuem ativamente para a sociedade, sujeito de direitos, honestas e batalhadoras. Textos tem efeitos sociais e causais (FAIRCLOUGH, 2003), dessa forma, os textos da esfera jornalística, ao recontextualizarem a prática de aborto, representam o aborto e as mulheres que abortaram por meio de diversas escolhas linguístico-discursivas, algumas mais alinhadas às vozes hegemônicas e outras contribuindo para a insurgência de novas vozes e discursos.

Palavras-chave: Análise de Discurso Crítica. Aborto. Mulheres. Folha de São Paulo. Revista AzMina.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze, understand and compare the discursive representations of abortion and women who have already had an abortion constructed in *Folha de São Paulo*'s traditional journalism, and *Revista AzMina*'s independent journalism. For this, we undertook a theoretical-methodological analysis based on Critical Discourse Analysis (CDA), especially anchored in the dialectical-relational approach (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2001, 2003, 2013), with an emphasis on actional and representational meanings. From the actional meaning, we used the intertextuality category; representational meaning, the categories interdiscursivity and vocabulary. The research is classified as documentary (MAY, 2004; GIL 2008) and is qualitative-interpretative (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017). We also methodologically articulate Corpus Linguistics to CDA (HARDT-MAUTNER, 1995; KOPH, 2019) using the UAM Corpus Tool software (O'DONNELL, 2019). To understand and discuss journalistic social practice, its role as a second power, and its functioning in society, we articulate the research of Albuquerque (2013), Ramonet (1999, 2013), and Herman and Chomsky (2003). Also, we add to this discussion the difference between traditional journalism (AMARAL, 2004; ZAMIN, 2014) and independent journalism (MENEZES, 2010; COSTA, 2018), which is crucial for the research. In the conjunctural analysis of the social practice of abortion, we bring the issue as a social error (FAIRCLOUGH, 2003) based on Rohden's (2002, 2003) considerations on how the control of women's reproductive capacity underlies the social roles played by them; and how social relations in reproduction practices reveal power dynamics. In addition, we discuss the social practice of abortion based on data on its dimension (BRASIL, 2011, 2018; DINIZ; MEDEIROS; MADEIRO, 2017; STARRS et al., 2018) and its legal and historical consequences (FEDERICI, 2017; PEDRO, 2017). 2012; DEL PRIORE, 1994, 2013; LOUZADA, 2020). The intertextual analysis of the reports revealed that the voice of women who had abortions is almost non-existent on *Folha*, with only 2.7% of the sources heard by the newspaper. At *AzMina* they represent 13.1% of the sources heard. We observe that on *Folha*, women who have had an abortion are brought into the report to fulfill the role of witness and offer their contribution as 'experiencers' of the fact in the most basic sense. Thus, if suppressed, we would see little or no impact on the journalistic narratives. On the other hand, in *Revista AzMina*, when the report includes these women, the narrative starts from them; and, if suppressed, would leave the text lacking cohesion and journalistic value. In the interdiscursive analysis, we noticed that the legal discourse predominates in the reports of the two communication vehicles; in this sense, abortion is predominantly represented from its legal aspects. Furthermore, we perceive an interdiscursive struggle, evidenced by the clash between two discourses: the anti-abortion and the pro-reproductive rights. Thus, in the voices and texts that materialize the anti-abortion discourse, women who have had an abortion are represented by linguistic-discursive choices such as repentant, incapable, liars, guilty, and women who deny motherhood; and, through the voices and texts that materialize the pro-rights discourse, they are victims, alone, psychologically vulnerable, but also citizens who actively contribute to society, subjects of rights, honest and struggling. Texts have social and causal effects (FAIRCLOUGH, 2003), and texts from the journalistic sphere, by recontextualizing the practice of abortion, represent abortion and women who have had abortions through different linguistic-discursive choices, some more aligned with hegemonic voices and others contributing to the insurgency of new voices, texts, and discourses.

Keywords: Critical Discourse Analysis. Abortion. Women. Folha de São Paulo. Revista AzMina.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	Momentos da prática social	31
QUADRO 1	Exemplos discurso direto, indireto e relato de ato de fala	44
QUADRO 2	Exemplos de afirmações modalizadas e não-modalizada	44
QUADRO 3	Orientação para a diferença	47
QUADRO 4	Possibilidades na identificação de diferentes discursos	49
QUADRO 5	Atributos do jornalismo de referência	56
QUADRO 6	Estágios da pesquisa revisados em Fairclough (2013)	68
QUADRO 7	O <i>corpus</i> da pesquisa por ano de publicação	76
FIGURA 2	Esquema analítico para análise de intertextualidade	78
FIGURA 3	Esquema analítico para análise de interdiscursividade	79
FIGURA 4	Camadas no <i>UAM Corpus Tool</i>	79
FIGURA 5	<i>Corpus</i> FSP inserido no programa <i>UAM Corpus Tool</i>	79
FIGURA 6	Exemplo de etiquetagem	80
FIGURA 7	Exemplo de busca por etiqueta	81
QUADRO 8	Reportagens da <i>Folha de São Paulo</i>	99
FIGURA 8	Estatísticas da etiquetagem de intertextualidade do <i>corpus</i> de reportagens da FSP	102
FIGURA 9	Dados da etiquetagem da categoria interdiscursividade na FSP	104
QUADRO 9	As vozes na <i>Folha de São Paulo</i>	105
GRÁFICO 1	As vozes por posicionamento na FSP	111
GRÁFICO 2	As vozes por modos de articulação na FSP	112
GRÁFICO 3	Vozes por tipo de fonte jornalística na FSP	112
QUADRO 10	Sequências discursivas FSP – parte 1	113
QUADRO 11	Sequências discursivas FSP – parte 2	118
QUADRO 12	Sequências discursivas FSP – parte 3	121
QUADRO 13	Sequências discursivas FSP – parte 4	123
QUADRO 14	Sequências discursivas FSP – parte 5	125
QUADRO 15	Sequências discursivas FSP – parte 6	126
QUADRO 16	Sequências discursivas FSP – parte 7	129
QUADRO 17	Reportagens da <i>Revista AzMina</i>	133

FIGURA 10	Estatísticas da etiquetagem de intertextualidade do <i>corpus</i> de reportagens da RA	134
FIGURA 11	Dados da etiquetagem da categoria interdiscursividade na RA	136
QUADRO 18	As vozes na <i>Revista AzMina</i>	136
GRÁFICO 4	As vozes por posicionamento na RA	138
GRÁFICO 5	As vozes por modos de articulação na RA	139
GRÁFICO 6	Vozes por tipo de fonte jornalística na RA	140
QUADRO 19	Sequências discursivas RA – parte 1	141
QUADRO 20	Sequências discursivas RA – parte 2	143
QUADRO 21	Sequências discursivas RA – parte 3	145

LISTA DE SIGLAS

ADC – Análise de Discurso Crítica

ADPF – Arguição de descumprimento de preceito fundamental

Amiu – Aspiração manual intrauterina

Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

DD – Discurso direto

DI – Discurso indireto

DPU – Defensoria Pública da União

Febrasgo – Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia

FSP – Folha de São Paulo

GO – Ginecologia e Obstetrícia

IVG – Interrupção Voluntária da Gravidez

LC – Linguística de *Corpus*

MS – Ministério da Saúde

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PL – Projeto de Lei

PNA – Pesquisa Nacional de Aborto

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

RA – Revista AzMina

RAF – Relato de ato de fala

RC – Realismo Crítico

STC – Somos Todas Clandestinas

STF – Supremo Tribunal Federal

SUS – Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	ENTENDENDO A ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA.....	23
2.1	Contextualização geral: história, conceitos-chave e o enquadre da abordagem dialético relacional.....	23
2.2	Representação, identificação e ação.....	35
2.2.1	<i>Intertextualidade</i>	41
2.2.2	<i>Interdiscursividade e vocabulário</i>	48
3	A PRÁTICA JORNALÍSTICO-MIDIÁTICA.....	50
3.1	Jornalismo de referência e a <i>Folha de São Paulo</i>	55
3.2	Jornalismo independente e a <i>Revista AzMina</i>	57
3.3	O gênero reportagem e a realidade tecida pelo jornalismo.....	59
3.3.1	<i>As fontes jornalísticas</i>	61
4	O CAMINHO DA PESQUISA: PRESSUPOSTOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	64
4.1	Pesquisa documental e abordagem quanti-qualitativa.....	64
4.2	Triangulando a pesquisa: teoria, dados e métodos.....	66
4.3	Arcabouço teórico-metodológico da ADC.....	67
4.4	Linguística de <i>Corpus</i>	72
4.5	Procedimentos de coleta.....	73
4.6	Procedimentos de análise.....	76
4.6.1	<i>Tratamento de dados por meio de software</i>	77
4.6.2	<i>Organização da seção de análise</i>	81
5	AS LUTAS HEGEMÔNICAS E O ABORTO.....	84
5.1	Maternidade, direitos e autonomia reprodutiva.....	89
5.2	Brasil, história e aborto.....	92
6	HEGEMONIA E RESISTÊNCIAS: AS MÚLTIPLAS CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS SOBRE ABORTO E SOBRE AS MULHRES.....	98
6.1	As representações construídas sobre o aborto e sobre as mulheres que abortaram nos textos, vozes e discursos articulados nas reportagens.....	98
6.1.1	<i>Folha de São Paulo</i>	99
6.1.2	<i>Revista AzMina</i>	132
6.2	Diferenças e semelhanças: o aborto e as mulheres na <i>Folha de São Paulo</i> e na <i>Revista AzMina</i>	147
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	155
	REFERÊNCIAS.....	158

1 INTRODUÇÃO

O aborto é um tema social envolto em polêmicas, debates acalorados e intermináveis argumentações. Qualquer tentativa de mudança constitucional ou legal que o afete é sempre recebida com desconfiança por diversos setores da sociedade. Em sua face criminalizada, o abortamento¹ é um grave problema de saúde pública, pois é uma das principais causas de morte materna no Brasil. Segundo dados do Sistema Único de Saúde (SUS), são cerca de duzentas mortes ao ano por complicações do aborto inseguro. A mensuração dessa prática é difícil, pois envolve “aspectos culturais, religiosos, legais e morais [que] inibem as mulheres a declararem seus abortamentos, dificultando o cálculo da sua magnitude. [...] No Brasil, estima-se a ocorrência de mais de um milhão de abortos inseguros ao ano.” (BRASIL, 2011, p. 8). A Pesquisa Nacional de Aborto (PNA) mais recente estimou em 500 mil o número de abortos ilegais realizados na parte urbanizada do país em 2015. Ainda segundo esse estudo, estima-se que uma em cada cinco mulheres entre 18 e 40 anos tenham passado por pelo menos um aborto clandestino (DINIZ; MEDEIROS; MADEIRO, 2017). De modo a complementar os dados mencionados e reforçar que o aborto é um problema de saúde pública, citamos o argumento do Ministério da Saúde brasileiro, que pontua que “em países onde o aborto é proibido por lei ou norma religiosa, não há queda da taxa total de abortos, pelo contrário, estudos demonstram um efeito direto entre a proibição e o aumento das taxas de abortamentos clandestinos e inseguros, e logo, da mortalidade materna” (BRASIL, 2011, p. 9).

No Brasil, até mesmo o direito ao aborto legal é dificultado. Quando falamos em aborto legal, referimo-nos ao aborto despenalizado. Efetivamente a prática ainda é considerada crime, mas o Código Penal prevê os casos de exceção, nos quais a equipe médica e a gestante não podem ser punidas legalmente. No Brasil, o aborto legal é garantido quando a gravidez é decorrente de estupro, quando há risco de morte para a gestante ou quando o feto é anencéfalo, conforme o artigo 128 do Código Penal e a Arguição de descumprimento de preceito fundamental 54 (ADPF 54). A indicação governamental é de que qualquer hospital público que ofereça os serviços de ginecologia e obstetria deve ter o equipamento adequado à realização do procedimento. No entanto, a Artigo 19², em pesquisas publicadas em 2018 e 2019, averiguou

¹ Para a Norma Técnica do Ministério da Saúde, o abortamento é a interrupção da gravidez, ou seja, a prática; já o aborto é o feto produto da interrupção (BRASIL, 2011). No entanto, socialmente a palavra aborto é usada para se referir a prática de interrupção da gestação. Nesta dissertação, utilizamos os dois termos como sinônimos referindo-nos à interrupção da gestação.

² “A ARTIGO 19 é uma organização não-governamental de direitos humanos nascida em 1987, em Londres, com a missão de defender e promover o direito à liberdade de expressão e de acesso à informação em todo o mundo. Seu nome tem origem no 19º artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU. Com escritórios em nove países, a ARTIGO 19 está no Brasil desde 2007, e desde então tem se destacado por impulsionar diferentes

que “informações cruciais para mulheres que desejam e/ou precisam realizar o procedimento inexistem nas principais páginas públicas sobre saúde” (ARTIGO 19, 2018, p. 23). Aliás, de acordo com a Artigo 19 (2019), muitos hospitais desconhecem a legislação, requerendo um boletim de ocorrência (BO) como documento a ser apresentado ao hospital para a realização do procedimento, mesmo na lei não exista essa obrigação³. O Mapa do Aborto Legal (ARTIGO 19, 2019) mostrava que apenas 76 hospitais no país realizam o serviço do aborto legal, distribuídos da seguinte forma: em 5 hospitais no Norte, 20 no Nordeste, 6 no Centro Oeste, 35 no Sudeste e 10 no Sul. Com a pandemia de Covid-19, o número de hospitais que oferecem o serviço diminuiu.

O Brasil, em suas práticas sobre o aborto, não está sozinho. A América Latina é conhecida no mundo como região em que se concentram alguns países com as legislações mais duras em relação ao aborto, segundo o mapa World’s Abortion Law 2021 (CENTER FOR REPRODUCTIVE RIGHTS, 2021), no qual apenas quatro dos vinte países da América Latina são classificados como países em que a legislação permite o aborto a partir do pedido da mulher, todos os outros variam entre a proibição total da prática e algumas exceções. Nesse cenário, qualquer debate em sociedade envolve instituições religiosas e uma sociedade conservadora. Ao mesmo tempo, a luta por direitos sexuais e reprodutivos é atual e causadora de manifestações, mobilizações e discussões políticas.

No tocante a países da América Latina, importa destacar que, após o ressurgimento da pauta nas demandas e mobilizações populares desde 2018 na Argentina, o aborto induzido até a 12ª semana de gestação foi legalizado no final de 2020. No Chile, a partir da pressão social gerada por protestos, o congresso começou a debater, em janeiro de 2021, a legalização do aborto até a 14ª semana de gestação. Mais recente, em setembro de 2021, o México descriminalizou a interrupção voluntária da gravidez por meio de decisão judicial da Suprema Corte do país. Progressos mais lentos também foram feitos na região em 2021, como a decisão do Equador de despenalizar abortos em caso de estupro. Por outro lado, na realidade latino-americana, há inúmeros casos como os de Rosaura, Ida e Teodora relatados a seguir:

pautas relacionadas à liberdade de expressão e informação. Entre as quais, estão o combate às violações ao direito de protesto, a proteção de defensores de direitos humanos e comunicadores, a descriminalização dos crimes contra a honra, a elaboração e a implementação da Lei de Acesso à Informação, e a construção e defesa do Marco Civil da Internet. Contando com especialistas de diferentes campos, a organização atualmente se divide em quatro áreas: Acesso à Informação, Centro de Referência Legal, Direitos Digitais e Proteção e Segurança.” (ARTIGO 19, 2007).³ Em 2020, a Portaria 2.282/2020 (BRASIL, 2020a) passou a orientar que os serviços de saúde exigissem a apresentação de boletim de ocorrência para o atendimento de vítimas de estupro. No entanto, o texto da lei é superior e a portaria não tem caráter obrigatório.

a dominicana Rosaura Almonte foi diagnosticada com leucemia quando estava grávida de sete semanas. Os médicos se negaram a tratá-la porque os medicamentos colocavam em perigo a vida do feto. Morreu aos 16 anos. Aos 19, Ida ficou grávida depois dos constantes estupros de um familiar. As autoridades nicaraguenses a impediram de abortar, e a jovem, com deficiência intelectual, viu-se forçada a dar à luz. Teodora cumpriu quase 11 anos de prisão em uma penitenciária de El Salvador, condenada após sofrer um aborto espontâneo no banheiro da escola onde trabalhava. (SAHUQUILLO, 2018, p. 1).

Também cheia de casos como o de uma menina de onze anos da Bolívia, submetida a um processo de revitimização pela Igreja Católica, que toma seu corpo como público, assim como seu estuprador, e escolhe, por ela, a desistência da interrupção da gestação.

Vários religiosos conversaram com a mãe da menina e a convenceram a desistir de seu propósito. A menina saiu do hospital e foi levada a um centro católico de acolhimento para moças que se encontram em situação semelhante. Segundo um dos policiais encarregados do caso, a Igreja ofereceu pagar uma mensalidade à família da menina para que ela não interrompesse a gravidez. (MOLINA, 2021, p. 1).

Não é por acaso que essa história soa-nos comum. Em 2020, no Brasil, uma menina capixaba de dez anos também passou pelo mesmo processo, apenas o resultado foi diferente, pois a brasileira conseguiu acesso ao abortamento legal, após uma grande mobilização social e feminista. Essas histórias das meninas, como as de Rosaura, Ida e Teodora, estão longe de ser únicas, ou excepcionais, já que 97% das mulheres latino-americanas, até 2020, viviam sob leis de aborto restritivas e na região com o maior número de gravidezes não planejadas do planeta (GUTTMACHER INSTITUTE, 2016). Além disso, o número de internações por complicações do procedimento feito em condições inseguras é de cerca de 760 mil ao ano, com 900 mortes registradas na região em 2014 (GUTTMACHER INSTITUTE, 2016). Zielinska et al. (2016), representantes da Organização das Nações Unidas (ONU), afirmam que as mulheres estão altamente vulneráveis à tratamentos inumanos ou degradantes em contextos de gravidez e parto, e que a continuidade de leis restritivas quanto ao aborto força esses atores sociais a situações de desespero e perigo. Para eles, “impedir o acesso a serviços de saúde reprodutiva, dos quais apenas as mulheres precisam, é inerentemente discriminatório e pode violar os compromissos firmados na Convenção contra Tortura.” (ZIELINSKA et al., 2016, p. 1, tradução nossa)⁴⁵. Socialmente, a discussão sobre o aborto não só acontece no âmbito da ética, mas também na esfera legislativa, dos direitos e das políticas públicas e sociais de um país. Também é midiaticizado e debatido o papel desempenhado pelo Estado e pela sociedade nos desdobramentos do aborto legal, do aborto clandestino, abandono e acolhimento de crianças

⁴ “Withholding access to reproductive health services that only women need is inherently discriminatory and can violate States’ commitments under the Convention against Torture.” (ZIELINSKA ET AL, 2016, p. 1).

⁵ Todas as citações originalmente em outro idioma foram traduzidas pela autora.

para adoção. Portanto, atrelada às demandas do aborto legal, estão sempre as discussões sobre o papel do Estado e da saúde pública na proteção e atendimento de suas cidadãs.

Podemos dizer que as restrições relativas ao abortamento se configuram como um grave problema de saúde pública e um grave problema social ou uma injustiça social no Brasil. Nesta pesquisa, nosso foco volta-se para a faceta discursiva dessa injustiça, mais especificamente, para a representação discursiva desse problema construída no campo jornalístico-midiático. Nessa esteira, buscamos explicitar, analisar e confrontar as diferentes vozes dissonantes e seus discursos, contribuir para o debate público, com base na autonomia de pensamento, pautada pela ética, como convém a Estados democráticos.

No tocante ao campo jornalístico-midiático, o *corpus* do presente trabalho engloba reportagens publicadas em 2019 e 2020, sobre o tema aborto no Brasil, na versão *online* do jornal *Folha de São Paulo* e na revista *online Revista AzMina*. Nesse campo, assim como em outros, o discurso/semiose figura de três maneiras: a) como parte da atividade social, constituindo os gêneros do discurso vinculados a esses campos; b) na representação da prática social do aborto e de outras práticas a ela articuladas e dos atores sociais envolvidos constituindo os discursos, para isso, consideramos que os produtores dos textos recontextualizam (BERNSTEIN, 1990) outras práticas, em específico a prática do aborto, e eventos sociais e os incorporam na prática jornalística representando diferentemente as práticas e eventos recontextualizados e os atores envolvidos; c) nos modos de ser e na constituição de identidades, constituindo os estilos (FAIRCLOUGH, 2013). Em consonância com o apresentado, analisaremos as representações discursivas do aborto e da mulher que já abortou construídas no gênero reportagem do campo jornalístico-midiático.

A escolha do tema aborto para o desenvolvimento de uma pesquisa⁶ reflete um pouco das minhas inquietações. Primeiro como mulher e cidadã; segundo, como jornalista e pesquisadora. Desde o ingresso no curso de graduação em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo da Universidade Federal de Uberlândia em 2014, sempre tive minhas preocupações com o exercício da profissão e com o papel dos meios de comunicação na nossa sociedade, principalmente no que diz respeito à responsabilidade social do jornalismo e à relação desigual de poder estabelecida entre ele e a população.

⁶ Essa dissertação está vinculada à linha de pesquisa Linguagem, sujeito e discurso do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia e ao projeto de pesquisa Gêneros, discursos, identidades e letramento: um olhar para diferentes práticas sociais, coordenado pela Professora Dra. Maria Aparecida Resende Ottoni. Ademais, também vincula-se ao Grupo de Pesquisa e Estudo em Análise de Discurso Crítica e Linguística Sistêmico-Funcional, da UFU, cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq.

Considerando a responsabilidade social do jornalismo (IJUIM, 2009), na graduação fiz parte de projetos de pesquisa e extensão relacionados à interseção jornalismo e políticas públicas, questionando o papel da mídia na fiscalização das políticas públicas já implementadas e apontando a necessidade de outras ações do Estado. Além disso, no Projeto Experimental em Comunicação (PEX) e na monografia trabalhei com a temática do HIV/Aids, no encontro entre comunicação e saúde, primeiro, produzindo um livro-reportagem perfil sobre pessoas soropositivas, e segundo, pesquisando a representação deles na Revista Veja. Em nenhuma dessas pesquisas, contemplei temas específicos da realidade das mulheres. Contudo, quando as manifestações na Argentina em 2018 em prol da legalização do aborto foram extensamente pautadas no jornalismo digital brasileiro, percebi um problema de pesquisa relevante e atual. Dessa forma, o ato de pesquisar os discursos sobre o aborto e sobre a mulher que aborta no jornalismo pode ajudar a esclarecer os posicionamentos tomados pelos veículos e por aqueles que têm voz nos jornais, e o que esses discursos impulsionam nas mudanças sociais, sejam elas legais ou de costumes.

Hoje o jornalismo desempenha um papel central na circulação discursiva e é, por meio dele, que pessoas das mais diversas situações têm acesso aos temas debatidos em sociedade. Fernandes (2002, p. 2) argumenta que o jornalismo pode ser visto como uma “esfera que contribui para organizar os acontecimentos contemporâneos, dando-lhes alguma coerência”. No tocante ao jornalismo escrito, para Correia (2000, p. 195), ele “desempenhou um papel decisivo de estruturação do próprio espaço público e do consenso social: sem o jornalismo não se formaria opinião pública ou pelo menos esta teria uma configuração decerto diversa daquela que conhecemos”. Esse espaço público, segundo esse autor, pode ser classificado como “espaço público mediatizado” (CORREIA, 2000, p. 195), já que não se pode mais desassociá-lo da mídia.

Considerando o exposto, esta dissertação parte das seguintes questões de pesquisa:

1. Como a prática social de aborto e as mulheres que abortaram são representadas discursivamente em textos do campo jornalístico?
2. Por meio de quais recursos linguístico-discursivos essas representações são materializadas?

Dessa forma, nosso objetivo geral é analisar, entender e comparar as representações discursivas do aborto e das mulheres que já praticaram aborto construídas em reportagens do jornalismo tradicional e do jornalismo independente. Já os objetivos específicos são:

- a. Investigar quais textos, vozes e discursos são articulados, como são articulados e quais representações eles constroem, em reportagens sobre a prática social do aborto de cada veículo.
- b. Perquirir quais recursos linguístico-discursivos realizam as representações construídas nas reportagens de cada veículo e compará-las.

Para responder às questões de pesquisa e atingir os objetivos detalhados, recorreremos aos aportes teórico-metodológicos da Análise de Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 1989, 2001, 2003, 2012; CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999), para fundamentar e posicionar epistemológica, metodológica e ontologicamente a pesquisa social. Para mais, os autores citados também possibilitam parte da organização metodológica da pesquisa em Análise de Discurso Crítica (ADC), provendo categorias de análise e ferramentas para a pesquisa, incluindo o arcabouço de pesquisa em ADC. Além disso, lançamos mão da Linguística de *Corpus* (LC), seguindo Berber Sardinha (2004) e Hardt-Mautner (1995), enquanto metodologia, ao aplicarmos à pesquisa o programa *UAM Corpus Tool* (O'DONNELL, 2019) para a etiquetagem do *corpus*, visualização de estatísticas e facilitar comparativos da análise qualitativa. Recorreremos, também, aos estudos sobre a história da prática de aborto de Rohden (2002, 2003), Del Priore (2013) e Cunha (2018), as estatísticas relacionadas à temática de Brasil (2011), Diniz, Medeiros e Madeiro (2017) e Starrs et al (2018). Pesquisas sobre os atores sociais envolvidos nas discussões sobre a prática (PINTO, 2003; LOUZADA, 2020). Utilizamos conceitos relacionados a área de jornalismo, como jornalismo digital (KAWAMOTO, 2003), jornalismo de referência e tradicional (AMARAL, 2004; ZAMIN, 2014), jornalismo independente e jornalismo alternativo (COSTA, 2018; MENEZES, 2010).

O tema aborto é polêmico e não é novidade na academia. Na verdade, a questão do aborto é diversas vezes pautada, seja do ponto de vista da saúde, da ética, do direito, da história ou da sociologia. Em uma pesquisa no banco de teses e dissertações da Capes, encontramos 1793 trabalhos ao buscar a palavra-chave aborto, sendo 1282 dissertações e 432 teses. Dentre esses estudos, descartamos 297 trabalhos por serem da área de Ciências Agrárias, pois seus títulos apontam tratarem-se da agropecuária. Os 1496 trabalhos restantes estão divididos em: 633 nas Ciências da Saúde; 282 nas Ciências Humanas; 244 nas Ciências Sociais Aplicadas; 160 nas Ciências Biológicas; 127 são classificados como Multidisciplinar; 35 na Linguística, Letras e Artes; 8 das Engenharias e 7 nas Ciências Exatas e da Terra.

Na leitura de títulos e resumos dos trabalhos das áreas de Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Multidisciplinar, e Linguística, Letras e Artes, notamos que em sua maioria esses trabalhos pesquisaram a questão do aborto a partir de discussões sobre legalidade e ilegalidade,

e estão relacionados às práticas jurídica e médica. Outro fio condutor comum são as pesquisas que fazem indagações sobre moralidade, ética ou discutem costumes; já outras se dedicaram a explorar o tema a partir de perspectivas históricas e/ou antropológicas. Quanto às pesquisas que discutem o aborto na mídia, em geral, elas são focadas em discursos específicos, por exemplo, buscando entender o processo de construção e enfrentamento do discurso pró-vida nas mídias. Nesse sentido, pesquisar as representações construídas discursivamente sobre aborto e sobre as mulheres que abortaram em dois veículos jornalísticos lança um novo olhar à temática.

Decidimos destacar, nesta seção, algumas pesquisas mais atuais, com as quais estabelecemos certo diálogo. Entre os linguistas, em especial aqueles que desenvolvem análise de discurso crítica, há duas dissertações desenvolvidas na Universidade de Brasília, uma em 2015 e outra em 2016, que discutem a prática social de aborto. Rocha (2015, p. 6) investigou as representações sociais “dos atores sociais da prática social do estupro e do aborto sentimental”, as relações estabelecidas entre o movimento pró-vida e o familismo cristão, e os modos pelos quais a ideologia opera em textos do legislativo. Em sua análise, descobriu que os textos analisados centralizavam o feto como ator social e que o PL 478/2007 “promove o ato criminoso do estupro à instituição social de família, ao fazer uso de prescrições estabelecidas no Código Civil brasileiro (BRASIL, 2002) quanto à responsabilidade conjugal dos pais de atuar na manutenção dos filhos” (ROCHA, 2015, p. 216).

Por outro lado, a pesquisa desenvolvida por Suassuna (2016) analisou discursos de atores sociais sobre a descriminalização do aborto no ambiente das audiências públicas interativas do Senado Federal. Em sua análise observou que

os discursos, em suas afirmações morais polarizadas, correlacionam-se às identidades desses participantes e a marcação da diferença com os demais, principalmente com o grupo oposto e com as mulheres que consideram o aborto. Os parlamentares nas audiências possuem mais poder de fala que os demais. Essa disparidade legitima a sobredeterminação da participação dos discursos contrários à Sugestão [Sugestão nº 15, de 2014 que “Regula a interrupção voluntária da gravidez, dentro das doze primeiras semanas de gestação, pelo Sistema Único de Saúde”] na criação de um ambiente no qual prevalece a voz de um dos lados do posicionamento. (SUASSUNA, 2016, p. 105).

Além disso, ainda sob a ótica da ADC, há o artigo “Discurso, corpo e cidadania em acórdãos sobre aborto” de Figueiredo (2016), que discutiu as representações do aborto produzidas pelo judiciário brasileiro. A autora concluiu que a criminalização do aborto “cumpre na verdade um papel político e ideológico de biopoder – o controle do corpo, da sexualidade e da capacidade reprodutiva das mulheres, aspectos da vida do indivíduo diretamente ligados à sua autonomia, atuação política e cidadania plena.” (FIGUEIREDO, 2016, p. 126). Destacamos que Rocha (2015), Suassuna (2016) e Figueiredo (2016) argumentam que esses discursos são

construídos e ordenados no seio social a partir de perspectivas específicas do papel social da mulher e da maternidade. Todas as autoras afirmam que a lógica do discurso antiaborto fundamenta-se na necessidade do modo de produção capitalista/patriarcal que depende das mulheres enquanto figuras que gestam e criam as novas gerações de trabalhadores.

Todas essas pesquisas contribuem para o debate sobre o tema, mas observamos que, na área da linguística, não há estudos que se voltam para a investigação de como o aborto e as mulheres que já abortaram são representadas discursivamente na *Folha de São Paulo* e na *Revista AzMina*; que façam uma comparação entre as representações construídas em uma mídia tradicional e uma independente; e que articulem a ADC à Linguística de *Corpus*. Dessa forma, esta pesquisa mostra-se necessária e relevante e busca contribuir para uma maior compreensão desse problema social, principalmente, explicitando os discursos e ideologias que predominantemente reverberam sobre a prática social do aborto no jornalismo.

Tendo em vista o exposto, esta dissertação está organizada em seis seções, além desta primeira, que é introdutória. Na seção 2 – **Entendendo a Análise de Discurso Crítica** apresentamos a ADC em um recorte que busca esclarecer suas bases aos leitores não familiarizados com a teoria, mas que dá prioridade àquilo que fundamentou esta pesquisa. Na seção 3 – **A prática jornalístico-midiática** apresentamos a discussão sobre a relação do jornalismo com o poder e as diferenças entre o jornalismo tradicional e o jornalismo independente. Na seção 4 – **O caminho da pesquisa: pressupostos e procedimentos metodológicos** detalhamos as escolhas realizadas para a condução deste trabalho e como ele aconteceu. A seção 5 – **As lutas hegemônicas e o aborto** traz a análise da conjuntura referente à prática social de aborto no Brasil. Na seção 6 – **Hegemonia e resistências: as múltiplas construções discursivas sobre aborto e sobre as mulheres** conduzimos a análise discursiva das reportagens selecionadas para análise. A seção 7 – **Considerações finais** é a última seção, na qual tecemos as conclusões da pesquisa retomando nossas questões e objetivos, a análise e reflexões.

2 ENTENDENDO A ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

Esta seção apresenta os aportes teóricos que sustentam esta pesquisa. A seção é dividida em duas partes, a saber: a primeira, apresenta uma contextualização geral sobre ADC, sua história, conceitos-chave e o atual enquadre da teoria; a segunda, traz uma explanação sobre os significados do discurso de Fairclough (2003), e as categorias de análise vinculadas a esses significados e escolhidas para o desenvolvimento da análise.

2.1 Contextualização geral: conceitos-chave e o enquadre da abordagem dialético relacional

O artigo *Critical and Descriptive Goals in Discourse Analysis* de Norman Fairclough, publicado em 1985, marca o início da Análise de Discurso Crítica (ADC). Ottoni (2007), explica que essa pode ser considerada herdeira da perspectiva teórica chamada Linguística Crítica de Roger Flower, Robert Hodge, Gunther Kress e Tony Trew, da Universidade de East Anglia na Grã-Bretanha, que na década de 1970 publicaram o livro *Language and Control*; e de Kress e Hodge, autores do livro *Language and Ideology* (1979), marco inicial da linguística crítica. Após as publicações de Norman Fairclough, nas quais incluem-se o livro *Language and Power* (1989), foi nos anos 1990 com o periódico *Discourse and Society* editado por Teun Van Dijk e com a realização de um Simpósio na Universidade de Amsterdã, em janeiro de 1991, no qual estiveram reunidos Gunther Kress, Ruth Wodak, Theo Van Leeuwen, Teun Van Dijk e Norman Fairclough, que a Análise de Discurso Crítica se consolidou como uma escola. No simpósio, os pesquisadores discutiram suas respectivas pesquisas e como estas se aproximavam e/ou distanciavam e seus modelos teóricos-metodológicos. Wodak como editora do livro *Critical Discourse Analysis – Concepts, History, Theory*, de 2013, escreveu que

A ADC não pode ser considerada uma disciplina acadêmica discreta em nenhum sentido tradicional, com um conjunto fixo de teorias, categorias, suposições ou métodos de pesquisa. Em vez disso, a ADC pode ser vista como um programa de pesquisa interdisciplinar orientado por problemas sociais, abrangendo uma variedade de abordagens, cada uma baseada em diferentes suposições epistemológicas, com diferentes modelos teóricos, métodos de pesquisa e agenda. O que os une é um interesse comum nas dimensões semióticas de poder, injustiça e mudança político-econômica, social ou cultural em nosso mundo e sociedades globalizados e em globalização. (WODAK, 2013, p. 9).⁷

⁷ CDA cannot be regarded as a discrete academic discipline in any traditional sense, with a fixed set of theories, categories, assumptions or research methods. Instead, CDA can be seen as a problem-oriented interdisciplinary research programme, subsuming a variety of approaches, each drawing on different epistemological assumptions, with different theoretical models, research methods and agenda. What unites them is a shared interest in the semiotic dimensions of power, injustice and political-economic, social or cultural change in our globalized and globalising world and societies. (WODAK, 2013, p. 9).

Nessa esteira, Fernandes (2014, p. 18), afirma que a ADC busca “desnaturalizar discursos hegemônicos, trazer para um primeiro plano as lutas por poder, desigualdades sociais e questões relativas à discriminação, à exploração, etc. – de forma a estimular a agência de indivíduos”, com o intuito de “conduzir a mudanças efetivas em nossa sociedade”. A ADC é marcada pela pluralidade de pensamentos, posicionamentos e correntes teóricas. São pontos comuns entre as correntes da ADC: o fato de investigarem problemas de cunho sociodiscursivo; serem interdisciplinares e transcenderem a linguística para dar conta da análise da linguagem e sociedade; buscarem desnaturalizar ideologias e relações de poder usando textos verbais, visuais e multimodais; e adotarem uma clareza em seus posicionamentos e nos interesses dos analistas críticos de discurso em suas pesquisas.

Wodak (2004, p. 229) assinala como concepções bases da ADC: o entendimento da linguagem como um fenômeno social; e que “não apenas indivíduos, mas também as instituições e os grupos sociais possuem significados e valores específicos, que são expressos de forma sistemática por meio da linguagem”; a compreensão dos textos como “unidades relevantes da linguagem” (WODAK, 2004, p. 230); a postura de entender o ouvinte e/ou leitor como um participante ativo em seu relacionamento com os textos; e também que existem “similaridades entre a linguagem da ciência e a linguagem das instituições” (WODAK, 2004, p. 230). Wodak e Meyer (2009) mostram que apesar dos diferentes *backgrounds*, os estudos em ADC apresentam pelo menos sete dimensões em comum:

interesse nas propriedades do uso da linguagem que 'ocorrem naturalmente' por usuários verdadeiros da língua (em vez de um estudo de sistemas de linguagem abstrata e exemplos inventados); foco em unidades maiores que palavras e frases isoladas e, portanto, novas unidades básicas de análise: textos, discursos, conversas, atos de fala ou eventos comunicativos; a extensão da linguística além da gramática das frases para um estudo de ação e interação; a extensão a aspectos não verbais (semióticos, multimodais, visuais) da interação e comunicação: gestos, imagens, filmes, internet e multimídia; foco em dinâmicas (socio)-cognitivas ou movimentos e estratégias interacionais; o estudo das funções dos contextos (sociais, culturais, situativos e cognitivos) no uso da linguagem; uma análise de um grande número de fenômenos da gramática do texto e da língua em uso: coerência, anáfora, tópicos, macroestruturas, atos de fala, interações, trocas de turnos, sinais, polidez, argumentação, retórica, modelos mentais e muitos outros aspectos do texto e discurso. (WODAK; MEYER, 2009, p.2).⁸

⁸ an interest in the properties of ‘naturally occurring’ language use by real language users (instead of a study of abstract language systems and invented examples); a focus on larger units than isolated words and sentences and, hence, new basic units of analysis: texts, discourses, conversations, speech acts, or communicative events; the extension of linguistics beyond sentence grammar towards a study of action and interaction; the extension to non-verbal (semiotic, multimodal, visual) aspects of interaction and communication: gestures, images, film, the internet, and multimedia; a focus on dynamic (socio)-cognitive or interactional moves and strategies; the study of the functions of (social, cultural, situative and cognitive) contexts of language use; an analysis of a vast number of phenomena of text grammar and language use: coherence, anaphora, topics, macrostructures, speech acts, interactions, turn-taking, signs, politeness, argumentation, rhetoric, mental models, and many other aspects of text and discourse. (WODAK; MEYER, 2009, p.2).

Quando falamos sobre Análise de Discurso Crítica, em geral, referimo-nos a um programa de pesquisa heterogêneo, no qual podemos apontar alguns conceitos-chave, que não necessariamente serão definidos da mesma forma em todos os trabalhos desenvolvidos em ADC, mas que aparecem frequentemente, são eles: discurso, ideologia e poder. No que concerne às definições e aos múltiplos usos da palavra discurso, é popular em ADC, de acordo com Wodak e Meyer (2009, p.5-6), o entendimento de discurso como prática social, que estabelece uma relação dialética entre os eventos discursivos e as instituições ou estruturas existentes em sociedade. A relação dialética é, especialmente, percebida pela capacidade do discurso de explicitar as relações de poder em sociedade, sendo construtor e resultado das estruturas sociais estabelecidas e, também, um possibilitador de transformações sociais.

Sobre ideologia, enquanto conceito-chave dentro da pesquisa em ADC, Wodak e Meyer (2009) esclarecem que a preocupação do analista crítico é fundamentalmente com a ideologia que está tão entremeada socialmente que se apresenta como neutra, “é do tipo mais oculto e latente de crenças cotidianas, que muitas vezes aparecem disfarçadas de metáforas conceituais e analogias” (WODAK; MEYER, 2009, p. 8)⁹. Já o conceito de poder, também central em análises desenvolvidas dentro das perspectivas da ADC, interessa aos pesquisadores especialmente no que tange à dominação e ao poder de certos grupos sobre outros. Wodak e Meyer (2009, p. 10) aclaram que os conceitos desenvolvidos por Foucault sobre poder são predominantemente considerados na pesquisa em ADC

porque o texto em ADC é frequentemente visto como uma manifestação da ação social que novamente é amplamente determinada pela estrutura social. [...] não são os recursos individuais e nem as especificidades das situações de troca individuais que são cruciais para as análises em ADC, mas as características estruturais gerais nos campos sociais ou na sociedade em geral. O poder é central para entender a dinâmica e as especificidades do controle (da ação) nas sociedades modernas, mas o poder permanece praticamente invisível. Suas manifestações linguísticas estão sob investigação em ADC. (WODAK; MEYER, 2009, p.10).¹⁰

Para além dos conceitos-chave e sua história na academia, é importante lembrar que uma pesquisa, dentro da perspectiva de ADC, pode ser realizada por meio de diferentes abordagens teórico-metodológicas.

⁹ “it is rather the more hidden and latent type of everyday beliefs, which often appear disguised as conceptual metaphors and analogies” (WODAK; MEYER, 2009, p. 8).

¹⁰ because the text in CDA is often regarded as a manifestation of social action which again is widely determined by social structure. [...] it is not the individual resources and not the specifics of single-exchange situations that are crucial for CDA analyses, but the overall structural features in social fields or in overall society. Power is central for understanding the dynamics and specifics of control (of action) in modern societies, but power remains mostly invisible. Linguistic manifestations are under investigation in CDA. (WODAK; MEYER, 2009, p.10).

Tradicionalmente, são consideradas seis diferentes abordagens dentro da ADC, sendo elas: Histórico-Discursiva; Linguística de *Corpus*; Atores Sociais; Análise Dispositiva; Sociocognitiva; e Dialético-Relacional, de Norman Fairclough, à qual a presente pesquisa se alinha. A abordagem dialético-relacional também pode ser referida como Análise de Discurso Textualmente Orientada (ADTO), Magalhães (2005, p. 237) explica que “uma característica dessa forma de fazer análise do discurso é o foco na análise detalhada dos textos como se fossem janelas a iluminar as práticas sociais”. Fairclough (2001) esclarece que a ADTO está preocupada com qualquer tipo de discurso. Além disso, é central nesse tipo de análise os textos falados ou escritos. A partir desses textos discute-se os efeitos potenciais deles no mundo social, operacionalizando análises dos discursos que circulam socialmente.

Enquanto teoria transdisciplinar, a ADC de Fairclough emprega conceitos e termos de outras teorias e disciplinas, que recontextualizados colaboram na investigação da relação entre linguagem e sociedade. Para começarmos a tecer uma análise discursiva crítica, devemos primeiro apresentar dois conceitos-chave o de ideologia e o de hegemonia.

O conceito de ideologia, já comentado brevemente, é compreendido por Fairclough, em aproximação com a concepção do sociólogo Thompson (2011), como

significações/construções da realidade que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação. [...] As ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o status de ‘senso comum’; mas essa propriedade estável e estabelecida das ideologias não deve ser muito enfatizada, porque minha referência a ‘transformação’ aponta a luta ideológica como dimensão da prática discursiva. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117).

O autor esclarece que, em sua visão, a ideologia está situada “tanto nas estruturas (isto é, ordens do discurso) [...] como nas condições para os eventos atuais e nos próprios eventos quando reproduzem e transforma as estruturas condicionadoras” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 119). Essa concepção de ideologia é considerada pelo autor como dialética, visto que, “os sujeitos são posicionados ideologicamente, mas são também capazes de agir criativamente [...] o equilíbrio entre o sujeito ‘efeito’ ideológico e o sujeito agente ativo é uma variável que depende das condições sociais” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 121). Ottoni (2007) aclara que Fairclough, também, “associa as ideologias às três formas como o discurso figura nas práticas sociais: gêneros, discursos e estilos. Assim, as ideologias são em princípio representação, mas podem ser legitimadas em modos de ação social e inculcadas nas identidades dos agentes sociais.” (OTTONI, 2007, p. 24).

O outro conceito-chave para o desenvolvimento da análise em ADC é o conceito de hegemonia. Fernandes (2014) ao explorar a abordagem faircloughiana para hegemonia, coloca que a “ADC entende *poder* como hegemonia” (FERNANDES, 2014, p. 135 – grifo da autora) e que para conceitualizar hegemonia, é necessário entender “as relações que o autor estabelece entre poder e discurso, e em seguida, entre poder e hegemonia” (FERNANDES, 2014, p. 135). A relação poder e discurso pode ser subdividida em dois pontos: primeiro, falando sobre o poder ‘no’ discurso; segundo, falando sobre o poder ‘por trás’ do discurso. O poder ‘no’ discurso é presente por três tipos de restrições “1) quanto ao conteúdo [...] 2) quanto às relações sociais assumidas pelas pessoas no discurso [...] 3) quanto às posições de sujeito que as pessoas podem ocupar” (FERNANDES, 2014, p. 136-137). Tais restrições implicam o uso de formas linguísticas específicas (FERNANDES, 2014) e que em uma situação comunicativa os envolvidos se adaptam às convenções discursivas em que cabem seus papéis de sujeito, nessas “convenções legitimadas, normalmente, não são questionadas” (FERNANDES, 2014, p. 137). O poder ‘por trás’ do discurso é entendido como “um efeito de poder” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 58)¹¹. Para Fernandes (2014, p. 137), “trata-se de um poder que transparece no discurso, mas surge em um nível mais abstrato do que aquele em que o discurso ocorre, e tem origem na instituição que gera determinado discurso”.

Deste modo, para compreender o conceito de poder como hegemonia é necessário entender que

o poder, 'no' discurso ou 'atrás' do discurso, não é um atributo permanente e incontestável de qualquer pessoa ou grupo social. Pelo contrário, aqueles que detêm o poder em um momento específico precisam reafirmar seu poder constantemente, e aqueles que não detêm poder são sempre passíveis de lutar por ele. (FAIRCLOUGH, 1989, p. 68)¹².

Ademais, é “exatamente sobre a questão da impermanência das relações de poder que trata o conceito de *hegemonia*” (FERNANDES, 2014, p. 139 – grifo da autora). Para a abordagem faircloughiana,

Hegemonia são relações de dominação baseadas no consentimento ao invés de na coerção, envolvendo a naturalização de práticas e suas relações sociais assim como relações entre as práticas, como questões de senso comum – portanto, o conceito de hegemonia enfatiza a importância da ideologia para alcançar e manter relações de dominação (Forgacs 1988; Thompson 1984; Fairclough 1992; Larrain 1994) (...) a hegemonia é vista em termos da permanência relativa de articulações de elementos

¹¹ “an effect of power” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 58).

¹² Power, ‘in’ discourse or ‘behind’ discourse, is not a permanent and undisputed attribute of any one person or social grouping. On the contrary, those who hold power at a particular moment have to constantly reassert their power, and those who do not hold power are always liable to make a bid for power. (FAIRCLOUGH, 1989, p. 68).

sociais. Essa conceitualização também enfatiza a possibilidade inerente de desarticulação e rearticulação. (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 24-25)¹³.

Portanto, dentro dessa perspectiva o discurso é uma forma de conquistar e manter a hegemonia, já que é pelo discurso que as relações de poder são reforçadas e/ou naturalizadas, tornando-se senso comum e, de certa maneira, incontestáveis. Além disso, o discurso é “a própria manifestação da hegemonia” (FERNANDES, 2014, p. 141), quando se pensa no estabelecimento de uma língua padrão à qual dialetos e variedades linguísticas estão subordinadas. Dessa forma, “discursos que se tornam hegemônicos em diferentes momentos sócio-históricos refletem as crenças e as ações concretas de indivíduos em posições de poder nas diferentes instituições (jurídicas, políticas, econômicas, educacionais, etc.) que compõem as sociedades” (FERNANDES, 2014, p. 142).

Fairclough é autor de várias obras, dentre elas, três são consideradas basilares para a discussão da ADC na perspectiva dialético-relacional, são elas: *Discurso e Mudança Social*, publicada em 1992, traduzida e publicada no Brasil em 2001; *Discourse in Late Modernity – Rethinking Critical Discourse Analysis* publicada em 1999, em coautoria com Lilie Chouliaraki; e *Analysing Discourse – Textual Analysis for Social Research* de 2003. Para o desenvolvimento desta pesquisa, nos baseamos nessas três obras basilares, assim como em outros textos e livros publicados pelo autor.

O livro *Discurso e Mudança Social* (2001) apresenta o modelo tridimensional para Análise de Discurso Crítica. Nesse modelo, o discurso é segmentado nas dimensões texto, prática discursiva e prática social (FAIRCLOUGH, 2001). A concepção de discurso enquanto a totalidade da prática social tem certas implicações. Assim, para o autor, o discurso é um modo de ação, que permite ao sujeito agir sobre o mundo e sobre os outros sujeitos, e, também, um modo de representação. Ademais, o uso da linguagem como prática social tem como consequência o estabelecimento de “uma relação dialética entre discurso e estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre prática social e a estrutura social” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91). Segundo o autor, “ao ver a linguagem como discurso e como prática social, comprometemo-nos não apenas a analisar textos, nem apenas a analisar processos de produção

¹³ Hegemony is relations of domination based upon consent rather than coercion, involving naturalisation of practices and their social relations as well as relations between practices, as matters of common sense - hence the concept of hegemony emphasises the importance of ideology in achieving and maintaining relations of domination (Forgacs 1988; Thompson 1984; Fairclough 1992a; Larrain 1994). [...] hegemony is seen in terms of the relative permanency of articulations of social elements. This conceptualisation also highlights the inherent possibility of dearticulation and rearticulation. (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 24-25).

e interpretação, mas analisar a relação entre textos, processos e suas condições sociais” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 21)¹⁴.

A partir da obra *Discourse in Late Modernity – Rethinking Critical Discourse Analysis* de Lilie Chouliaraki e Norman Fairclough, são feitas algumas mudanças teóricas na ADC. Conforme mencionamos anteriormente, a ADC não é de nenhuma forma uma teoria fechada, com uma estrutura teórico-metodológica enrijecida, mas sim, um programa de pesquisa interdisciplinar. Na abordagem faircloughiana, ela é, também, transdisciplinar. Em 1999, os autores efetuaram algumas mudanças que decorrem da aproximação com a corrente filosófica do Realismo Crítico (RC) de Bhaskar e com o materialismo histórico-geográfico de Harvey.

O Realismo Crítico agrega na ADC com seu modelo transformacional da sociedade, que segundo Fernandes (2014, p. 51-52), “é relevante não apenas porque explica a relação entre estrutura e ação no processo de transformação social, mas também porque é por meio dele que Bhaskar estabelece um importante conceito para as análises de discursos críticos: o conceito de prática social”. Fairclough (2003) desenha a análise textual como parte das ciências sociais, deixando claro que filosoficamente se alinha à ontologia realista crítica.

O RC emerge fazendo contraponto às ciências de concepção positivista. Fernandes (2014, p. 68) explica que Bhaskar “propõe uma visão ontológica estratificada da realidade” e divide a realidade em três estratos distintos, são eles: potencial, realizado e empírico. No estrato do potencial se concentram as “entidades intransitivas, que existem independentemente do conhecimento que temos delas” (FERNANDES, 2014, p. 69). O estrato do realizado reúne aquilo que existe, mesmo quando fora da capacidade humana de compreendê-lo empiricamente. Por fim, o estrato do empírico, engloba o que ativamente alcançamos quando “estruturas causais e poderes são ativados” (FERNANDES, 2014, p. 69).

Fairclough, em consonância com o seu alinhamento ao Realismo Crítico, explica que

não devemos assumir que a realidade dos textos se esgota pelo nosso conhecimento sobre eles. Consequentemente, devemos assumir que nenhuma análise de um texto pode nos dizer tudo o que se pode ser dito sobre o texto - não existe uma análise completa e definitiva de um texto. [...] A análise textual também é inevitavelmente seletiva: em qualquer análise, optamos por fazer certas perguntas sobre eventos e textos sociais, e não outras que são possíveis. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 14)¹⁵.

¹⁴ “seeing language as discourse and as social practice, one is committing oneself not just to analyzing texts, nor just to analyzing processes of production and interpretation, but to analyzing the relationship between texts, processes, and their social conditions” (FAIRCLOUGH, 1989, p. 21).

¹⁵ we should not assume that the reality of texts is exhausted by our knowledge about texts. One consequence is that we should assume that no analysis of a text can tell us all there is to be said about it – there is no such thing as a complete and definitive analysis of a text. [...] Textual analysis is also inevitably selective: in any analysis, we choose to ask certain questions about social events and texts, and not other possible questions. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 14).

Essa concepção da análise impede a ADC de cair no que Bhaskar (2008) chama falácia epistêmica, visto que, para o autor, não podemos acessar os estratos do potencial e do realizado, pois não há como dizer que a ciência é feita complementarmente sobre o mundo real. Ele argumenta que uma questão ontológica não pode sempre ser transposta em termos epistemológicos. Bhaskar (2008) deixa claro que nosso des/conhecimento sobre as coisas não as impede de continuar existindo em sua perspectiva, nesse sentido, “o conhecimento deixa de ser, por assim dizer, um predicado essencial das coisas” (BHASKAR, 2008, p. 27)¹⁶.

Antes de falar sobre o modelo transformacional da sociedade defendido por Bhaskar, devemos explicar que esse é explorado considerando um pressuposto de que há uma “assimetria histórica entre estrutura e ação, ou seja, a sociedade e os indivíduos não coexistem em um mesmo plano, mas em estratos distintos” (FERNANDES, 2014, p. 80). O modelo transformacional versa sobre a preexistência da sociedade, considerada enquanto estrutura, prática e convenção, capazes de serem reproduzidas ou transformadas por indivíduos (BHASKAR, 1998). No entanto, o modelo do autor implica em um agir consciente dos sujeitos, sendo as mudanças nas estruturas não meramente resultados da vida humana. Embora o autor não estude a fundo as “práticas posicionadas” (BHASKAR, 1998, p. 221) é nelas que se fundamentam seu modelo transformacional da sociedade. Fernandes (2014, p. 82) explica que o conceito relacional de Bhaskar “nos permite investigar questões relativas às relações assimétricas de poder, conflito, agência e transformação social”.

Chouliaraki e Fairclough (1999) baseiam-se no materialismo histórico-dialético de Harvey, que versa sobre as mudanças operadas na sociedade capitalista a partir das mudanças no modelo de produção industrial. Chouliaraki e Fairclough (1999, p.76) explicam que “Harvey ancora sua análise da modernidade tardia nas mudanças econômicas dentro do capitalismo em sua transição do modelo fordista de produção econômica para um sistema de acumulação flexível”¹⁷. Essa mudança na qual se centra a análise de Harvey, implica na aceleração do processo de compressão do tempo-espaço, a acumulação exagerada de bens e o encurtamento da vida útil deles, aceleração da produção, aumento do ritmo da inovação tecnológica, entre outras mudanças. Na visão de Harvey as transformações econômicas implicam em grandes consequências culturais, assim as sociedades contemporâneas seriam “dominadas pelo volátil, o efêmero, e o descartável” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 77)¹⁸.

¹⁶ knowledge ceases to be, as it were, an essential predicate of things (BHASKAR, 2008, p. 27).

¹⁷ “Harvey anchors his analysis of late modernity in economic changes within capitalism in the transition from a ‘Fordist’ form of economic production to a system of ‘flexible accumulation’” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p.76).

¹⁸ “dominated by the volatile, the ephemeral and the disposable” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p.77).

Os autores observam que Harvey confere ao discurso uma importância social, tanto como “parte da ação e na construção reflexiva da vida social” quanto no “trabalho transformativo do discurso” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 28)¹⁹. Harvey aponta momentos do processo social como as relações sociais, poder, práticas materiais, crenças/valores/desejos e instituições/rituais. Além disso, os autores apontam que o conceito de internalização que vão utilizar para explicar as relações entre os momentos das práticas sociais foi proposto por Harvey.

O estabelecimento do diálogo com Bhaskar e Harvey impactam em um dos entendimentos centrais em ADC, por isso, a partir de 1999, o discurso deixa de ser entendido como toda a prática social e se torna um momento dela. A prática social é definida como “maneiras habituais, em tempos e espaços específicos, nos quais pessoas aplicam recursos – materiais ou simbólicos – para agirem juntas no mundo” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 21)²⁰. Essa é composta por “ação e interação; relações sociais; pessoas (com crenças, valores, atitudes, histórias, etc.); mundo material; discurso” (FAIRCLOUGH, 2003, p.25)²¹. Sobre os momentos da prática social, podemos visualizá-los na figura 1, a seguir:

FIGURA 1 – Momentos da prática social



Fonte: A autora, com base em Fairclough (2003, p.25).

¹⁹ “both as part of action and in the reflexive construction (‘signification’) of social life, and the socially transformative work of discourse” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p.28).

²⁰ “habitualised ways, tied to particular times and places, in which people apply resources (material and symbolic) to act together in the world” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p.21).

²¹ “action and interaction; social relations; persons (with beliefs, attitudes, histories etc.); the material world; discourse” (FAIRCLOUGH, 2003, p.25).

Fairclough (2003, p. 25) coloca que “o ponto importante [...] é que elas [práticas sociais] articulam o discurso (portanto a linguagem) junto a outros elementos sociais não-discursivos”²². Sobre o conceito de discurso, Fairclough (2013, 230) explica que o termo é usado com sentidos variados, “incluindo (a) produção de sentido como elemento do processo social; (b) linguagem associada a um campo ou uma prática social particular (por exemplo: discurso político)” e, também, “um modo de construir aspectos do mundo associada a uma perspectiva social específica (por exemplo: o discurso neoliberal sobre a globalização)”²³.

Para o autor, é fácil confundir esses vários sentidos e que, na tentativa de reduzir parcialmente a confusão, Fairclough opta por usar o termo *semiose* para se referir ao primeiro sentido do termo discurso, que é mais abstrato e geral. Segundo ele, essa opção tem a “vantagem de sugerir que a análise de discurso está “preocupada com as várias ‘modalidades semióticas’, das quais a língua (pode dizer também a linguagem verbal) é apenas uma (outras são imagens visuais e ‘linguagem corporal’)” (FAIRCLOUGH, 2013, p. 230)²⁴. A *semiose* é parte das práticas sociais, ou seja, ela é “um elemento do processo social que é dialeticamente relacionado aos outros – por isso uma abordagem ‘dialética-relacional’” (FAIRCLOUGH, 2013, p. 230)²⁵. Dessa forma, as

Relações entre os elementos são dialéticas no sentido de serem diferentes, mas não ‘discretas’, isto é, não totalmente separadas. Podemos dizer que cada um ‘internaliza’ os outros sem serem reduzíveis a eles (Harvey 1996) – por exemplo, relações sociais, poder, instituições, crenças e valores culturais são em parte semióticos; eles ‘internalizam’ a *semiose* sem se reduzirem a ela. (FAIRCLOUGH, 2013, p. 230-231).²⁶

Além disso, Chouliaraki e Fairclough utilizam o conceito de articulação para explicar as relações de internalização de elementos da vida social em momentos da prática,

articulação implica na visão de elementos do social, primeiramente, nas relações de mudanças entre si, embora capazes de se estabilizar em permanências relativas à medida que são articulados juntos como momentos nas práticas e, segundo,

²² “the important point [...] is that they articulate discourse (hence language) together with other non-discoursal social elements.” (FAIRCLOUGH, 2003, p.25).

²³ (a) meaning-making as an element of the social process, (b) the language associated with a particular social field or practice (eg ‘political discourse’), (c) a way of construing aspects of the world associated with a particular social perspective (eg a ‘neo-liberal discourse of globalization’). (FAIRCLOUGH, 2013, p. 230).

²⁴ “concerned with various ‘semiotic modalities’ of which language is only one (others are visual images and ‘body language’).” (FAIRCLOUGH, 2013, p. 230).

²⁵ “an element of the social process which is dialectically related to others – hence a ‘dialectical–relational’ approach.” (FAIRCLOUGH, 2013, p. 230).

²⁶ Relations between elements are dialectical in the sense of being different but not ‘discrete’, i.e., not fully separate. We might say that each ‘internalises’ the others without being reducible to them (Harvey 1996) – e.g., social relations, power, institutions, beliefs and cultural values are in part semiotic; they ‘internalise’ *semiosis* without being reducible to it. (FAIRCLOUGH, 2013, p. 230-231).

transformados no processo de serem trazidos a novas combinações entre si. (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p.21, tradução nossa).²⁷

Os autores, também, estendem o conceito de articulação para cobrir o que ocorre na estrutura interna de cada momento particular para especificar a forma local, específica que ele assume em uma prática particular. Assim, o “momento discursivo de qualquer prática é uma articulação variável de recursos simbólicos/discursivos (como gêneros, discursos e vozes)” que são “articulados em permanências relativas como momentos do (momento do) discurso e transformados nesse processo” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 21)²⁸. Na obra de 2003, Fairclough volta-se para os três modos como o momento do discurso figura nas práticas sociais: como modos de (inter)agir – gêneros do discurso -; como modos de representar – os discursos -; como modos de ser – os estilos. Na próxima subseção, discorreremos sobre eles.

Ao aprofundar as questões sobre prática social Chouliaraki e Fairclough (1999) apresentam três características importantes dessas práticas. Primeiro, todas as práticas são consideradas como práticas de produção, uma vez que as pessoas produzem o mundo social em todas as práticas das quais participam explicando que essa produção não se dá em sentido econômico, mas sim considerando que o mundo social é produzido pelas pessoas. Segundo, cada prática está localizada dentro de uma rede de práticas, nas quais o que está exterior a elas interfere no que é interior.

Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 24) indicam que os conceitos de internalização e articulação também podem ser usados quando falamos sobre rede de práticas, assinalando também que “não apenas no sentido de que cada prática é determinada simultaneamente por outras sem se reduzir a nenhuma delas, mas, crucialmente, também no sentido de que cada prática pode se articular com muitas outras de várias posições sociais e com diversos efeitos sociais.”²⁹. Os autores também falam que

As redes de práticas são mantidas no lugar pelas relações sociais de poder, e as articulações cambiantes das práticas dentro e através das redes estão ligadas à dinâmica cambial do poder e às lutas pelo poder. Nesse sentido, as 'permanências' mencionadas acima são um efeito do poder sobre as redes de prática, e as tensões nos eventos entre permanências (fronteiras) e fluxos são lutas pelo poder. Essas relações de poder no nível das redes são relações de dominação e incluem não apenas relações

27 articulation implies the view of elements of the social as first, in shifting relationships with each other, though capable of being stabilised into more or less relative permanences as they are articulated together as moments within practices, and as second, transformed in the process of being brought into new combinations with each other. (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p.21).

28 “thus the discourse moment of any practice is a shifting articulation of symbolic/discursive resources (such as genres, discourses, voices) which themselves come to be articulated into relative permanences as moments of (the moment of) discourse, and transformed in that process.”(CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p.21).

29 “not only in the sense that each practice is simultaneously determined by others without being reducible to any of them, but crucially also in the sense that each practice can articulate together with many others from multiple social positions and with diverse social effects” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p.24).

capitalistas entre classes sociais, mas também relações patriarcais de gênero, bem como relações raciais e coloniais, que são difundidas nas diversas práticas de uma sociedade. (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p.24, tradução nossa).³⁰

O terceiro aspecto é a flexibilidade das práticas sociais; essa característica das práticas é colocada em questão porque as pessoas estão constantemente construindo representações das práticas das quais fazem parte. Segundo Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 23), todas as práticas são reflexivas – “construções de uma prática constituem parte dessa prática”. A autora e o autor levantam dois pontos essenciais a serem considerados aqui: a) “a reflexividade está envolvida na luta social” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p.26, tradução nossa.)³¹; b) flexibilidade da prática “implica que todas as práticas têm um aspecto discursivo irreduzível, não apenas no sentido de que todas as práticas envolvem o uso da linguagem em algum grau, [...], mas também no sentido de que construções discursivas das práticas são elas próprias partes das práticas.” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p.26, tradução nossa.)³².

Chouliaraki e Fairclough (1999) indicam a ambiguidade do termo prática e apontam que essa ambiguidade é útil para entender o caráter das práticas, que atuam na mediação, dos níveis mais abstratos (estruturas) e os mais concretos (eventos). Os autores entendem que as estruturas são “condições de longo prazo para a vida social, que também são transformadas por ela”, e os eventos “são individuais, acontecimentos imediatos e ocasiões da vida social” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 22)³³. A ambiguidade citada se dá em função do termo prática social se referir tanto ao “que é feito em um tempo e lugar específico” quanto ao que “se tornou uma permanência relativa – uma prática no sentido de formas habituais de agir” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 21-22)³⁴.

Chouliaraki e Fairclough (1999) propõem um arcabouço teórico-metodológico para o desenvolvimento de pesquisas em ADC, em consonância com a abordagem dialético-relacional

³⁰ Networks of practices are held in place by social relations of power, and shifting articulations of practices within and across networks are linked to shifting dynamic of power and struggles over power. In this sense, the ‘permanences’ we referred to above are an effect of power over networks of practice, and the tensions within events between permanences (boundaries) and flows are struggles over power. These relations of power at the level of networks are relations of domination and include not only capitalist relations between social classes but also patriarchal gender relations as well as racial and colonial relations, which are diffused across the diverse practices of a society. (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p.24, grifos nossos.).

³¹ “reflexivity is caught up in social struggle” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 26).

³² “entails that all practices have an irreducible discursive aspect, not only in the sense that all practices involve use of language to some degree [...] but also in the sense that discursive constructions of practices are themselves parts of practices” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 26).

³³ “Structures are long-term background conditions for social life which are indeed also transformed by it, but slowly Events are the individual, immediate happenings and occasions of social life”. (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 22).

³⁴ “what is done in a particular time and place, and as what has hardened into a relative permanency – a practice in the sense of a habitual way of acting” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 21-22).

e sua aproximação com o RC, o qual é revisitado em Fairclough (2003, 2013). Fairclough (2003, p. 209)³⁵ explica que esse é uma “versão da ‘crítica explanatória’ de Bhaskar (1986)”³⁶. Na seção 4.4 discutiremos os estágios e passos da pesquisa segundo Fairclough (2013). No próximo tópico, apresentamos os três significados do momento discursivo das práticas sociais.

2.2 Representação, identificação e ação

Fairclough (2013, p. 232)³⁷ aponta que, na abordagem dialético-relacional de ADC, “a análise se concentra em duas relações dialéticas”, primeiro, entre a “estrutura (especialmente práticas sociais como um nível intermediário de estruturação) e eventos (ou entre estrutura e ação, estrutura e estratégia)” e, segundo, considerando cada um “entre semiótica e outros elementos [da prática social]”. Para o autor, são três as formas pelas quais a semiose estabelece relações com os elementos das práticas e eventos sociais, a saber: pela ação; pela interpretação; e na construção de identidades. Nessa esteira, o autor apresenta três categorias semióticas que elas se equiparam: gênero, discurso e estilo.

Os gêneros são formas semióticas de agir e interagir, por exemplo, reportagens, entrevistas e editoriais no meio jornalístico ou uma conversa da vida cotidiana. Fairclough (2013, p. 232) explica que “parte de trabalhar, ou comandar um país, é interagir semioticamente ou comunicativamente em certas maneiras, e essas atividades têm diferentes grupos de gêneros associados a elas”³⁸. Já os discursos são “modos semióticos de construir aspectos do mundo (físico, social ou mental) que geralmente podem ser identificados com diferentes posições ou perspectivas de diversos grupos de atores sociais” (FAIRCLOUGH, 2013, p. 232)³⁹. No que

³⁵ “version of the ‘explanatory critique’ developed by Bhaskar (1986).” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 209).

³⁶ Em conformidade com Bhaskar (1998), Chouliaraki & Fairclough (1999) asseveram que as pesquisas em ADC devem estar voltadas para problemas práticos da vida social, vislumbrando, assim, uma ‘crítica explanatória’ (BHASKAR, 1998), construída com base nas descobertas dos problemas sociais, oriundos das práticas sociais, e, a partir delas, buscar soluções para a sua superação. A ‘crítica explanatória’ sustenta um conceito de que os objetos das ciências sociais, diferentemente das ciências naturais, devem abranger crenças, incluindo julgamento de valor e ação. O estudo da sociedade, em determinado momento histórico, acrescentará informações sobre a estrutura da sociedade desse período. Algumas pessoas, por exemplo, acreditam que a sociedade é uma sociedade sem classes, quando na verdade não é. As crenças podem ter efeitos sobre a estrutura, impedindo as pessoas de tentar alterá-las (BHASKAR, 1998). Possibilitam também expandir o realismo crítico para o reino dos valores e da moralidade, ou seja, encontrar uma dimensão intransitiva subjacente ao pensamento moral. (BARROS, 2018, p. 24).

³⁷ “In this approach to CDA, analysis is focused on two dialectical relations: between structure (especially social practices as an intermediate level of structuring) and events (or between structure and action, structure and strategy) and, within each, between semiotic and other elements.” (FAIRCLOUGH, 2013, p. 232).

³⁸ “part of doing a job, or running a country, is interacting semiotically or communicatively in certain ways, and such activities have distinctive sets of genres associated with them” (FAIRCLOUGH, 2013, p. 232).

³⁹ “Discourses are semiotic ways of construing aspects of the world (physical, social or mental) which can generally be identified with different positions or perspectives of different groups of social actors.” (FAIRCLOUGH, 2013, p. 232).

lhe concerne, os etilos são, para Fairclough (2013, 232), “identidades ou ‘maneiras de ser’, em seu aspecto semiótico”⁴⁰. O autor explica que “gêneros, discursos e estilos são respectivamente maneiras relativamente estáveis e duráveis de agir, de representar e de identificar. Eles são identificados como os elementos das ordens do discurso no nível das práticas sociais” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 28)⁴¹.

Outra parte essencial a essa discussão é a relação estabelecida pelo autor entre essas três categorias semióticas e as ordens do discurso. Uma ordem do discurso é a dimensão social das práticas sociais ou redes de práticas, além de serem configurações específicas de gêneros, discursos e estilos. Ademais, Fairclough (2013, p. 232-233) as explica como “uma estruturação social da diferença semiótica, uma forma particular de ordenação nas relações entre diferentes formas de construção de significados”⁴². Por exemplo, a ordem do discurso jornalística, vincula-se ao campo jornalístico-midiático que faz parte de uma rede de práticas sociais, pertencentes a um tempo e espaço, na qual se articulam discursos (políticos, econômicos, de valores, etc.) por gêneros (reportagem, notícia, editorial, artigo de opinião, etc.) e estilos (jornalismo tradicional, ativista, de fofoca).

Partindo das categorias semióticas, o autor propõe os Significados Acional (gêneros), Representacional (discursos) e Identificacional (estilos). Fairclough (2003) explica que esses significados textuais estão presentes simultaneamente nos textos. Ao discutir o Significado Acional, Fairclough (2003) dá destaque ao papel desempenhado pelas instituições e como elas se relacionam ao gênero. Para o autor,

Gêneros são importantes ao sustentarem as estruturas institucionais da sociedade contemporânea – relações estruturais entre governo (local), empresas, universidades, mídia, etc. Podemos pensar nessas instituições como elementos entrelaçados na governança da sociedade (Bjerke 2000), e tais gêneros com gêneros de governança. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 32)⁴³.

⁴⁰ “Styles are identities, or ‘ways of being’, in their semiotic aspect” (FAIRCLOUGH, 2013, p. 232).

⁴¹ “Genres, discourses and styles are respectively relatively stable and durable ways of acting, representing and identifying. They are identified as elements of orders of discourse at the level of social practices.” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 28).

⁴² “An order of discourse is a social structuring of semiotic difference, a particular social ordering of relationships between different ways of meaning-making” (FAIRCLOUGH, 2013, p. 232-233).

⁴³ Genres are important in sustaining the institutional structure of contemporary society – structural relations between (local) government, business, universities, the media, etc. We can think of such institutions as interlocking elements in the governance of society (Bjerke 2000), and of such genres as genres of governance. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 32).

Ele ressalta que o termo governança é usado em um sentido amplo para “qualquer atividade dentro de uma instituição ou organização direcionada a regular, ou gerenciar outras (redes de) práticas sociais.” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 32)⁴⁴.

Fairclough (2003) fala sobre o papel que as tecnologias comunicacionais, tais como, TV, internet e imprensa, desempenham na mediação da ação/interação no mundo contemporâneo, para o autor (inter)ação mediada é ação a distância, ou seja, que envolvem participantes que estão distantes em espaço ou tempo. Desse modo, a prática jornalístico-midiática recontextualiza as práticas sobre as quais fala, por exemplo, quando as jornalistas da *Revista AzMina* escrevem sobre o aborto, elas recontextualizam uma série de práticas (médicas, políticas, legais, de militância), das quais fazem parte textos específicos (projetos de lei, normativas, leis, cartas abertas), com discursos próprios. Logo, a recontextualização é um elemento inerente da prática jornalístico-midiática e sem ela não há jornalismo. O conceito de recontextualização surgiu com Bernstein (1990) e é retomado por Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2003), ela diz respeito a transformação que elementos das práticas sociais sofrem ao serem apropriadas por outras, o que faz as primeiras serem colocadas em contexto nas últimas.

Outra questão referente à prática jornalístico-midiática abordada por Fairclough (2003) diz respeito a mídia de massa, para o autor, ela é

parte do aparato de governança – um gênero midiático como as notícias de televisão recontextualiza e transforma outras práticas sociais, como política e governo, e por sua vez é recontextualizado nos textos e nas interações de diferentes práticas, incluindo, crucialmente, a vida cotidiana, onde contribui para moldar como nós vivemos e os significados que damos às nossas vidas (Silverstone, 1999). (FAIRCLOUGH, 2003, p. 34)⁴⁵.

É vital notar que o jornalismo, em maior ou menor grau, molda o modo como representamos o aborto e as mulheres que abortaram, pois, é a partir de textos veiculados na mídia que a sociedade consegue acessar a informação produzida na rede de práticas sociais relacionadas ao aborto. Ademais, é por meio deles que os discursos se estabelecem como hegemônicos, e também, é nele que conseguimos observar discursos dissidentes em ascensão.

⁴⁴ “for any activity within an institution or organization directed at regulating or managing some other (network of) social practice(s)”. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 32).

⁴⁵ “a part of the apparatus of governance – a media genre such as television news recontextualizes and transforms other social practices, such as politics and government, and is in turn recontextualized in the texts and interactions of different practices, including, crucially, everyday life, where it contributes to the shaping of how we live, and the meanings we give to our lives (Silverstone 1999).” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 34).

As tradições jornalísticas vão permear o imaginário social, por exemplo, o jornalismo praticado pela *Folha de São Paulo* dá preferência às vozes que partem de instituições governamentais e/ou atores sociais que proporcionam ao jornalismo tradicional o uso do argumento de autoridade sobre a questão (cf. seção 6). Uma prática que permite, portanto, a manutenção de discursos conservadores e antidireitos reprodutivos quando o governo em questão é conservador, com ampla base ideológica ligada às igrejas evangélicas; o contrário também pode ser verdade, mas, no Brasil, nenhum governo nunca se posicionou claramente pela legalização do aborto.

Além disso, as tradições jornalísticas brasileiras sedimentaram na sociedade uma expectativa de neutralidade jornalística (ideológica), que está ligada à tradição jornalística do cânone estado-unidense importada para as terras brasileiras, a respeito da divisão de gêneros jornalísticos entre informativos e opinativos (MARQUES DE MELO, 2003). O estabelecimento de barreiras entre a informação e opinião (fato e leitura) fomenta a ideia de que o jornalismo consegue transmitir fatos sem nenhuma forma de recontextualização. De forma geral, não se admitem outras maneiras do fazer jornalístico. Nesse sentido, não é comum no jornalismo brasileiro que os gêneros informativos carreguem marcas linguístico-discursivas mais pessoais, ou ainda a hibridização com o texto opinativo, em um tecer da realidade recontada que poderia ser, abertamente, posicionada ideologicamente. Para Medina (2003, p. 34)

A formação técnica do jornalismo se sintoniza com o histórico da escolaridade que, por sua vez, reflete a visão de mundo corrente na cultura ocidental, filha das Luzes: usamos, no dia a dia, uma racionalidade esquemática que não se alimenta da intuição criativa e, por isso, nos contentamos com a rotina.

Além do que já foi apresentado, gêneros podem ser definidos em diferentes níveis de abstração e, nesse sentido, Fairclough (2003) distingue pré-gêneros, gêneros desencaixados e gêneros situados. Os pré-gêneros correspondem às categorias mais abstratas, tais como narração, descrição, argumentação, exposição, injunção e diálogo; os gêneros desencaixados tratam de um nível um pouco menos abstrato, mas ainda sem se ligarem a práticas específicas como, por exemplo, uma entrevista, pode ser parte tanto da prática jornalística quanto da prática de pesquisa etnográfica (FAIRCLOUGH, 2003). Finalmente, gêneros situados ou encaixados, referem-se àqueles imbricados em práticas sociais específicas como, por exemplo, os gêneros notícia ou reportagem que se situam em uma prática social específica: a jornalística. Cabe dizer que o gênero presente no *corpus* dessa pesquisa é um gênero situado, a saber: reportagem – parte da prática jornalística.

A análise de gêneros pode ser operacionalizada de várias maneiras. Entre algumas possibilidades Fairclough indica que podemos investigar a estrutura genérica, as relações semânticas, as relações formais, as funções de fala, tipos de troca e os modos gramaticais e a intertextualidade. Dentro dessas possibilidades apresentadas por Fairclough (2003), no contexto de análise do Significado Acional trabalharemos com a intertextualidade, que apresentamos na próxima subseção.

Quando falamos em Significado Representacional necessariamente estamos nos referindo aos discursos, além disso, sobre como diferentes discursos trarão diferentes perspectivas de mundo (e sobre o mundo), a depender de como são associados, relacionando-se às posições das pessoas no mundo e suas individualidades (FAIRCLOUGH, 2003). Os discursos são vistos aqui não só como modos de representar o mundo como é, mas também “são projetivos, imaginários, representando possíveis mundos que diferem do mundo real, e ligados a projetos de mudança do mundo em direções específicas” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 124)⁴⁶. O autor entende que os discursos constituem parte dos recursos que as pessoas empregam para se relacionarem.

Ademais, colocar discursos em evidência é observar diferentes maneiras de representar, que implicam em “grau de repetição, semelhança no sentido de serem compartilhados por grupos de pessoas, e estabilidade ao longo do tempo” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 124)⁴⁷. Assim, os discursos, também, contam com níveis de abstração. Para o autor, discursos variam internamente. Os discursos, portanto, são vistos não apenas como

modos de representação com um grau de semelhança e estabilidade, mas como modos de representação em que eles constituem pontos essenciais na relação dialética entre linguagem e outros elementos do social. Uma complexidade adicional é que os discursos, exceto no nível mais baixo de generalidade, no nível dos discursos mais específicos e localizados, podem ser vistos como combinações de outros discursos articulados de maneiras particulares. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 126)⁴⁸.

Para além disso, é através da combinação de discursos precedentes que novos vão emergir.

Sobre a relação entre textos e discursos, Fairclough (2003, p. 127) diz que “diferentes textos inseridos na mesma rede de eventos ou dispostos em relação à mesma rede de práticas

⁴⁶ “they are also projective, imaginaries, representing possible worlds which are different from the actual world, and tied in to projects to change the world in particular directions.” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 124).

⁴⁷ “a degree of repetition, commonality in the sense that they are shared by groups of people, and stability over time.” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 124)

⁴⁸ [...] ways of representing with a degree of commonality and stability, but such ways of representing where they constitute nodal points in the dialectical relationship between language and other elements of the social. A further complexity is that discourses, except at the lowest level of generality, the level of the most specific and localized discourses, can themselves be seen as combinations of other discourses articulated together in particular ways. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 126).

sociais, e que representam, de modo geral, os mesmos aspectos do mundo, diferem nos discursos em que se baseiam”⁴⁹. Falando sobre um mesmo evento social, diversas instituições e pessoas podem produzir textos, articulando diferentes discursos, os quais podem estabelecer entre si relações harmônicas ou polêmicas. Os textos, além disso, “estabelecem relações dialógicas ou polêmicas entre seus ‘próprios’ discursos, e os discursos de outros” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 128)⁵⁰. Para o autor, os discursos presentes em um único texto também são frequentemente misturados ou híbridos.

Sobre o Significado Identificacional, Fairclough aponta que “estilos são o aspecto discursivo de modos de ser, identidades” (2003, p. 159)⁵¹. Todas as características definidoras do ‘quem’ estão relacionadas às questões de identificação, como aparência, comportamento, etc. Para o autor, usar a nomenclatura ‘identificação’ é melhor que falarmos em ‘identidade’, pois, assim, colocamos em foco o processo de como “as pessoas se identificam e são identificadas por outras” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 159)⁵². Para a análise do significado identificacional, Fairclough (2003) propõe algumas categorias, entre elas, modalidade e avaliação. No entanto, nesta pesquisa, não trabalharemos com elas.

Fairclough (2003, p. 28) afirma que quando analisamos textos como partes de eventos sociais específicos, realizamos duas coisas interconectadas:

- (a) “olhando para eles em termos dos três aspectos de significado, Acional, Representacional e Identificacional, e como eles estão realizados em várias características dos textos (vocabulário, gramática, etc)”; (b) “fazendo uma conexão entre o evento social concreto e as práticas sociais mais abstratas ao perguntar quais gêneros, discursos e estilos são usados aqui, e como os diferentes gêneros, discursos e estilos são articulados no texto?”⁵³.

Fairclough (2003) defende a ideia de relação dialética entre os significados, pontuando ainda que eles internalizam uns aos outros. Para o autor, discursos (Representações) acontecem em gêneros particulares (Ação e Relação) e podem trazer estilos específicos (Identificação).

⁴⁹ “different texts within the same chain of events or which are located in relation to the same (network of) social practices, and which represent broadly the same aspects of the world, differ in the discourses upon which they draw” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 127).

⁵⁰ “set up dialogical or polemical relations between their ‘own’ discourses and the discourses of others”. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 128).

⁵¹ “Styles are the discursual aspect of ways of being, identities.” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 159).

⁵² “people identify themselves and are identified by others.” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 159).

⁵³ “looking at them in terms of the three aspects of meaning, Action, Representation and Identification, and how these are realized in the various features of texts (their vocabulary, their grammar, and so forth); (b) making a connection between the concrete social event and more abstract social practices by asking, which genres’, discourses, and styles are drawn upon here, and how are the different genres, discourses and styles articulated together in the text?” (FAIRCLOUGH, 2003, p 28).

Nos próximos tópicos abordaremos separadamente as categorias de análise que consideramos propícias a este trabalho, selecionadas pensando em como melhor atingir nossos objetivos e questões de pesquisa. Considerando como acontece o desenvolvimento de uma análise discursiva crítica e, também, os objetivos e questões apresentadas na introdução desta pesquisa, definimos como categorias de análise a intertextualidade, a interdiscursividade e vocabulário. Importante pontuar que as categorias de análise em ADC são decididas após coleta e leitura do *corpus*, já que elas emanam dele e o que é produtivo para sua análise.

2.2.1 Intertextualidade

Quando falamos em intertextualidade, referimo-nos a “propriedade que têm os textos de ser cheios de fragmentos de outros textos” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 114). A intertextualidade tem base nas discussões de Bakhtin, mais especificamente sobre dialogismo, para o autor cada “enunciado está repleto dos ecos e lembranças de outros enunciados, aos quais está vinculado no interior de uma esfera comum da comunicação verbal.” (BAKHTIN, 1997, p. 317). Fairclough (2003) entende que todo texto é dialógico, em maior ou menor grau. Essa dialogicidade se dá nas relações entre a voz do autor e outras vozes, enquanto elas são “representadas e respondidas, ou contrariamente, excluídas ou suprimidas.” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 214)⁵⁴. A intertextualidade pode ser compreendida como a “combinação da voz de quem pronuncia um enunciado com outras vozes que lhe são articuladas” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 134).

Ressaltamos que Fairclough (2001, p. 135) defende que a análise de intertextualidade “deve ser foco principal na análise de discurso”, pois os textos (e suas transformações) ocupam papel central na sociedade contemporânea, no que diz respeito às mudanças sociais e culturais. Fairclough (2001, p. 135) argumenta também que essa categoria de análise é produtivamente combinada com as discussões sobre hegemonia, dado que essa nos permite mapear “as possibilidades e as limitações para os processos intertextuais dentro de hegemonias particulares e estados de luta hegemônica”. Ademais, ele aponta ser possível realizarmos a conceituação de processos intertextuais e de reorganização de ordens do discurso “como processos de luta hegemônica na esfera do discurso, que têm efeitos na sobre a luta hegemônica, assim como são afetados por ela no sentido mais amplo.” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 135).

Fairclough (2003) indica haver vários modos em que se pode incorporar elementos de outros textos em um texto. Para o autor, as citações são as formas mais claras de visualizarmos

⁵⁴ “are represented and responded to, or conversely excluded or suppressed” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 214).

a intertextualidade, porém elas não são as únicas, pois existem muitas “maneiras menos óbvias de incorporar elementos de outros textos” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 39)⁵⁵, por exemplo, através de citação indireta. Para o autor,

se pensarmos, por exemplo, na fala, escrita ou pensamento relatado, é possível não apenas citar o que foi dito ou escrito em outro lugar, é possível resumir isso. Esta é a diferença entre o que é convencionalmente chamado de discurso direto (que pode ser escrito, supostos pensamentos, como também falas – por exemplo: ‘Ela disse’: “Vou me atrasar”) e formas de discurso indireto (por exemplo: ‘Ela disse que vai se atrasar’). O primeiro afirma reproduzir as palavras reais usadas, o segundo não; um resumo pode reformular o que foi realmente dito ou escrito. A fala, escrita ou pensamento relatados atribuem o que é citado ou resumido às pessoas que disseram, escreveram ou pensaram. Mas elementos de outros textos também podem ser incorporados sem atribuição. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 39-40)⁵⁶

Fairclough também liga a intertextualidade às pressuposições, ele diz que emprega esse termo generalista “para incluir tipos de implicitude que são geralmente distinguidos na literatura da pragmática linguística (Blakemore 1992; Levinson 1983; Verschueren 1999) como pressupostos, implicações ou implicações lógicas e implicaturas” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 40)⁵⁷. Considerando isso, afirma que

Os textos inevitavelmente fazem pressuposições. O que é ‘dito’ em um texto é ‘dito’ em contexto com o que é ‘não dito’, mas compreendido como dado. Assim como a intertextualidade, as pressuposições conectam um texto a outros textos, a um ‘mundo de textos’ como pode-se dizer. A diferença entre pressuposição e intertextualidade é que a primeira geralmente não está atribuída ou é atribuível a textos específicos. É uma questão, em menor sentido, de relação entre este texto e o que foi dito ou escrito ou pensado em outro lugar, com esse ‘outro lugar’ deixado vago. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 40)⁵⁸.

Outra questão interessante para a análise de intertextualidade é que Fairclough (2003, p. 47) entende as negações e as ironias como intertextuais, para ele “as negações implicam a

55 “But there are various less obvious ways of incorporating elements of other texts.” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 39).

56 If we think, for instance, of reported speech, writing or thought, it is possible not only to quote what has been said or written elsewhere, it is possible to summarize it. This is the difference between what is conventionally called ‘direct speech’ (which may quote writing and purported thoughts as well as speech – e.g. ‘She said, “I’ll be late”’) and forms of ‘indirect speech’ (e.g. ‘She said she’d be late’). The former claims to reproduce the actual words used, the latter does not; a summary may reword what was actually said or written. Reported speech, writing or thought attributes what is quoted or summarized to the persons who said or wrote or thought it. But elements of other texts may also be incorporated without attribution. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 39-40).

57 I use the general term ‘assumptions’ to include types of implicitness which are generally distinguished in the literature of linguistic pragmatics (Blakemore 1992, Levinson 1983, Verschueren 1999) as presuppositions, logical implications or entailments, and implicatures. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 40).

58 Texts inevitably make assumptions. What is ‘said’ in a text is ‘said’ against a background of what is ‘unsaid’, but taken as given. As with intertextuality, assumptions connect one text to other texts, to the ‘world of texts’ as one might put it. The difference between assumptions and intertextuality is that the former are not generally attributed or attributable to specific texts. It is a matter rather of a relation between this text and what has been said or written or thought elsewhere, with the ‘elsewhere’ left vague. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 40).

afirmação "em outro lugar" do que está sendo negado"⁵⁹. As negações são usualmente utilizadas de forma polêmica e retomam textos (presumidos como ditos em outro lugar) para contestá-los (FAIRCLOUGH, 2001). Já as ironias, são compreendidas pelo autor como intertextuais, pois retomam outros textos, sejam eles ditos anteriormente na mesma conversa, ou em algum outro lugar deixado vago, com o propósito de expressar algum tipo de atitude negativa quanto ao texto que a antecede (FAIRCLOUGH, 2001).

Conforme diz o autor, a intertextualidade é uma questão de recontextualização, que acontece na “relação entre relato e texto original (o evento que é relatado); e na relação entre relato e o restante do texto em que ele ocorre” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 51)⁶⁰. A recontextualização está intimamente ligada às negações e às ironias quando pensamos no processo de construção desses textos, afinal elas retomam e reconstróem o texto original estabelecendo uma relação polêmica com ele. Consideramos que as negações e as ironias podem ser articuladas nos textos a partir da intertextualidade ou pressuposição.

Fairclough (2003, p. 47) guia a análise de intertextualidade através de perguntas, ele afirma ser importante nos perguntarmos “quais textos e vozes são incluídos, quais são excluídos, e quais ausências são significativas?”. É a partir dessas questões que a discussão da intertextualidade começa, no entanto, com o propósito de organizar o processo de análise, esta pesquisa entende que podemos observar a intertextualidade quanto a: (i) classificação; (ii) atribuição; (iii) sua orientação para a diferença.

A primeira parte da nossa análise discursiva (cf. seção 4.7) é a classificação dos tipos de intertextualidade. Dessa forma, consideraremos se este é um tipo mais ou menos dialógico (FAIRCLOUGH, 2003). Em seguida, os classificaremos de acordo com suas características, entre as mais dialógicas estão as citações diretas e indiretas, os relatos de ato de fala, as afirmações modalizadas e não modalizadas. Já entre as menos dialógicas estão as pressuposições existenciais, proposicionais e de valor. Explicaremos, a seguir, cada uma dessas classificações.

O autor divide as citações em: as realizadas por meio discurso direto, ou seja, que afirmam usar as palavras exatas do texto ao qual se referem; e as realizadas por discurso indireto, que resumem, parafraseiam ou retomam o texto ao qual se referem sem usar as palavras exatas. Além disso, há os relatos de ato de fala, que reportam algum ato de fala sem

⁵⁹ “Denials imply the assertion ‘elsewhere’ of what is being denied” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 47).

⁶⁰ “(a) the relationship between the report and the original (the event that is reported); (b) the relationship between the report and the rest of the text in which it occurs” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 51).

mencionar o conteúdo desse (FAIRCLOUGH, 2003). Como podemos perceber nos exemplos do quadro 1, a seguir.

QUADRO 1 – Exemplos discurso direto, indireto e relato de ato de fala⁶¹

Discurso direto (DD)	“Os profissionais eram todos muito humanizados para atender” (BERTHO, 2019)
Discurso indireto (DI)	José Ricardo conta que não havia ambulância disponível no dia [...] (BERTHO; SANTANA, 2020)
Relato de ato de fala (RAF)	De 176 instituições cadastradas, apenas 76 (43%) confirmaram a oferta do serviço quando contatadas pelo telefone. (COLLUCCI, 2019a)

Fonte: A autora.

Em seguida, temos as afirmações modalizadas (epistêmicas e deônticas). A modalidade “é um recurso interpessoal utilizado para expressar significados relacionados ao julgamento do falante em diferentes graus” (FUZER; CABRAL, 2014, p. 114), que se divide entre modalização (modalidade epistêmica) e modulação (modalidade deôntica). A primeira ocorre em proposições⁶² que “podem ser expressas em graus de probabilidade e usualidade” (FUZER; CABRAL, 2014, p. 114, destaque das autoras). A segunda ocorre em propostas e se divide em obrigação para comandos e inclinação para ofertas. Nesses dois tipos de modalidade, é possível aparecer “o valor do julgamento que está sendo emitido: se alto, médio ou baixo [...] o valor é importante porque dá ao leitor a verdadeira medida das opiniões do autor” (FUZER; CABRAL, 2014, p. 115). Acerca das afirmações não-modalizadas, podemos dizer que essas: “não deixam espaço para outras possibilidades” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 46). Elas não tratam, necessariamente, de significados compartilhados com poder de uniformização. Nos exemplos do quadro 2, a seguir, é possível observar as diferenças entre as afirmações.

QUADRO 2 – Exemplos de afirmações modalizadas e não-modalizada

Modalização epistêmica	Em geral, são vendidos quatro comprimidos ao custo de R\$ 500, em média, mais o frete. (COLLUCCI, 2019a)
Modalização deôntica	Não é necessário apresentar nenhum documento como BO (boletim de ocorrência na polícia) ou laudo do IML (Instituto Médico Legal). (RODRIGUES, 2020)
Afirmação não-modalizada	Para ficar claro: violência sexual é qualquer ato sexual que não foi consentido. (RODRIGUES, 2020)

Fonte: A autora.

As intertextualidades menos dialógicas são as pressuposições. Pressuposição é um termo geral que cobre “pressuposições, implicações lógicas ou vinculações e implicaturas” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 40)⁶³. As pressuposições (ou presunções/suposições/assunções) são divididas pelo autor em: “Pressuposições Existenciais: pressuposições sobre o que existe;

⁶¹ Todos os exemplos usados são excertos do *corpus* da pesquisa.

⁶² Fuzer e Cabral (2014, p. 105) explicam que quando “a língua é usada para trocar informações, a oração ter forma de uma proposição [...] que é algo que se pode argumentar [...] quando a língua é usada para trocar bens e serviços (atividades), a oração não pode ser negada ou afirmada e é chamada proposta.”

⁶³ “presuppositions, logical implications or entailments, and implicatures” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 40).

Pressuposições Proposicionais: pressuposições sobre o que é ou pode ser ou será o caso; e Pressuposições de valor: premissas sobre o que é bom ou desejável” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 55)⁶⁴. Fairclough (2003) explica que as pressuposições podem ser identificadas nos textos a partir de marcas linguísticas, apesar disso a presença de marcas linguísticas não é obrigatória para percebermos pressuposições. Para pressuposições existenciais essas marcas são artigos definidos ou demonstrativos, por exemplo, em “O aborto no Brasil é permitido em três casos” (BERTHO; SANTANA, 2020). Neste trecho sobre o procedimento de aborto, podemos perceber duas pressuposições existenciais: a primeira de que existe uma permissão sobre o aborto escrita ou legislada em algum outro lugar; e segundo de que alguns tipos de aborto necessitam dessa permissão, afinal, as jornalistas nem sequer citam a existência de abortamento espontâneo/natural.

Já as pressuposições proposicionais podem ser indicadas por certos verbos que levam uma cláusula de complemento e introduzem um pressuposto de que a cláusula de complemento é verdadeira. Em “A dificuldade dos hospitais em preencher os requisitos para a compra, que passavam pela boa vontade de gestores e pelas exigências das vigilâncias estaduais, acentuou o problema do acesso ao medicamento” (MOREL; MACHADO, 2019) retirado de uma reportagem do *corpus* da pesquisa sobre a falta de misoprostol (medicamento utilizado nos casos de aborto legal e para indução do parto natural) nos hospitais, a oração subordinada entre vírgulas leva o leitor a aceitar a veracidade da proposição apresentada na oração principal. Ou seja, no caso relatado é pressuposto/conhecimento compartilhado e comum que a burocratização e má gestão dos gestores de serviços públicos, já que a reportagem trata de hospitais públicos, seja um fato. Essa pressuposição leva-nos a acreditar em outra, defendida ao longo da reportagem de Morel e Machado, de que esses são os principais motivos que impedem a compra do misoprostol, dessa forma, os autores não abordam diretamente na discussão os problemas ideológicos ligados à questão, tangenciando-os ao longo do texto, oferecendo ao leitor uma visão parcial do problema, que serve ideologicamente a grupos específicos.

As pressuposições de valor estão atreladas às questões sobre o que é desejável socialmente, por exemplo, na frase⁶⁵ “46% apoiam ajuda financeira a vítimas de estupro que

⁶⁴ “Existential assumptions: assumptions about what exists; Propositional assumptions: assumptions about what is or can be or will be the case; Value assumptions: assumptions about what is good or desirable.” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 55).

⁶⁵ Esta frase foi classificada como uma intertextualidade por citação indireta na análise, no entanto, a citação em questão traz uma pressuposição de valor. Na análise tomamos a decisão de discutir apenas pressuposições que fossem de autoria do jornalista, ou seja, que representassem o posicionamento do veículo, nesse sentido, não catalogamos nenhuma pressuposição de valor na seção de análise discursiva.

não abortarem, diz Datafolha” (AMÂNCIO, 2019), notamos que há uma pressuposição de valor quanto ao que seria desejável na ação de mulheres e meninas vítimas de estupro. No caso, é positivo que elas levassem as gestações decorrentes da violência a termo e mantivessem os filhos de seus violadores com a perspectiva de receberem auxílio econômico por esse trabalho reprodutivo prestado à sociedade. Logo, o pressuposto negativo é a decisão de abortar.

Para o autor, “o que é ‘dito’ em um texto sempre se baseia em suposições ‘não ditas’; portanto, parte da análise de textos está em tentar identificar o que é pressuposto” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 11)⁶⁶. As pressuposições estão correlacionadas às questões de hegemonia e manutenção da dominação, visto que “buscar hegemonia é uma questão de procurar universalizar significados particulares a serviço de alcançar e manter domínio, e este é um trabalho ideológico” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 58)⁶⁷. Elas, então, carregam consigo um poder homogeneizador, diminuindo a dialogicidade, enquanto desempenham um papel de manutenção do discurso dominante. Fairclough (2003, p. 55)⁶⁸ explica que “todas as formas de comunhão, comunidade e solidariedade dependem de significados compartilhados e podem ser tomados como dados, e nenhuma forma de comunicação social ou a interação é concebível sem esse ‘terreno comum’”. Porém, para ele, a capacidade de estabelecer o campo comum remete a um poder social, da dominação e hegemonia.

Nossa segunda classificação analítica é a atribuição. Ao falar sobre atribuição, estamos nos referindo à questão da autoria. Fairclough (2003) salienta que nem sempre a intertextualidade é atribuída, ou seja, fragmentos de outros textos podem aparecer sem indicação de origem. Em geral, as citações diretas, indiretas e relatos de ato de fala são acompanhados por autoria, por outro lado, as pressuposições quase nunca têm atribuição, pois como já apresentamos, elas retomam textos que não são explicitamente identificados, ou textos em que é sequer possível realizar essa identificação (FAIRCLOUGH, 2003). Ademais, o autor apresenta-nos a possibilidade de a intertextualidade ser atribuída vagamente ou imprecisa, como neste trecho retirado do nosso *corpus*: “‘A única forma de aborto legal é a camisinha ou a pílula’, diz **a atendente** da maternidade do Hospital das Clínicas de Botucatu (SP)” (FERREIRA; SILVA, 2020, destaque nosso).

⁶⁶ “What is ‘said’ in a text always rests upon ‘unsaid’ assumptions, so part of the analysis of texts is trying to identify what is assumed.” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 11).

⁶⁷ “Seeking hegemony is a matter of seeking to universalize particular meanings in the service of achieving and maintaining dominance, and this is ideological work.” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 58).

⁶⁸ “all forms of fellowship, community and solidarity depend upon meanings which are shared and can be taken as given, and no form of social communication or interaction is conceivable without some such ‘common ground’.” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 55).

Quando falamos de orientação para a diferença, referimo-nos à dialogicidade e como os falantes/escritores se relacionam com seus ouvintes/leitores. Fairclough (2003, p. 42)⁶⁹ explica que “todos os textos são direcionados, têm destinatários e leitores específicos, e assumem ou antecipam diferenças entre o ‘autor’ e o destinatário”. A orientação para a diferença “pode ser entendida como uma questão da dinâmica da própria interação” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 42)⁷⁰. O autor propõe cinco possibilidades, apresentadas no quadro 3, a seguir:

QUADRO 3 – Orientação para a diferença

(a) Abertura, aceitação, reconhecimento da diferença, exploração da diferença, como um ‘diálogo’ no sentido mais rico do termo.
(b) Acentuação da diferença, conflito, polêmica, luta por significados, normas e poder.
(c) Tentativa de resolver e superar diferenças.
(d) Suspensão das diferenças, foco na solidariedade e nos aspectos comuns.
(e) Consenso, uma normalização e aceitação das diferenças de poder que suspendem ou suprimem diferenças de significados e normas.

Fonte: Fairclough (2003, p. 41-42).

No quadro a primeira possibilidade de orientação para diferença diz respeito à abertura, que entendemos como uma postura do falante/escritor de se posicionar não necessariamente em concordância com, mas em um sentido geral de harmonia e disposta ao diálogo com as vozes e textos com os quais estabelece a intertextualidade. Por exemplo, no trecho: “Por ser menos submisso a essa pressão, o poder judiciário é um dos outros caminhos possíveis e, segundo Debora, legítimo” (LIBÓRIO, 2020). Nesse trecho, a reportagem de Bárbara Libório da *Revista AzMina*, publicamente a favor da legalização do aborto, traz por meio de discurso indireto a fala de Debora Diniz, pesquisadora e uma das pessoas mais ouvidas pró-legalização no país.

Já acentuação da diferença diz respeito aos momentos em que o falante/escritor entra em conflito com as vozes/textos que aciona, por exemplo, em “[...] presidente da Câmara Eduardo Cunha afirmou que só pautaria para votação projetos favoráveis à descriminalização do aborto se ‘passassem por cima de seu cadáver’” (LIBÓRIO, 2020) da mesma reportagem, Libório traz por meio de discurso direto, a voz de Eduardo Cunha, apenas para mostrá-lo como discordante do posicionamento da revista e exemplificar a questão das dificuldades de avançar a pauta no Congresso Nacional.

A terceira possibilidade identificada no quadro 3 é a tentativa de resolução, na qual o falante/escritor diminui a distância entre os posicionamentos divergentes do seu, como nesta afirmação não-modalizada retirada de uma reportagem da *Folha de São Paulo* sobre a falta do misoprostol em hospitais: “A disponibilidade do misoprostol também é exigência da Anvisa

⁶⁹ “all texts are addressed, have particular addressees and readers in view, and assume and anticipate differences between ‘author’ and addressees” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 42).

⁷⁰ “as a matter of the dynamics of the interaction itself.” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 42).

para funcionamento de serviços de atenção obstétrica e neonatal.” (MOREL; MACHADO, 2019). No exemplo, as jornalistas utilizam o argumento de autoridade (a Anvisa), buscando fechar o espaço de discordâncias.

O quarto tipo de orientação para a diferença é a suspensão, no qual o falante/escritor deixa de lado as divergências com outras vozes focando-se em aspectos comuns. É nesse sentido que Coletta inclui o seguinte trecho em sua reportagem ao resgatar informações sobre o estatuto do nascituro: “Embora houvesse críticas ao aborto em relatórios apresentados por deputados sobre o tema, o projeto não citava alterações para a interrupção da gravidez nos casos já garantidos em lei.” (COLETTA, 2020). Há uma suspensão da diferença entre a voz do jornalista e o texto do projeto, pois foca-se no aspecto comum da manutenção dos direitos já existentes.

Por fim, o último tipo é o consenso, que consiste em uma supressão total do que é divergente, e está associado ao uso de pressuposições, por exemplo, em “A maior parte do trabalho da Câmara e Senado em relação à temática do aborto tem sido desfavorável para o avanço dos direitos das mulheres no Brasil na última década.” (LIBÓRIO, 2020). Esse trecho com o qual a jornalista inicia a reportagem busca estabelecer, logo no início, um consenso sobre a situação dos direitos de mulheres e meninas do Brasil, defendido ao longo da reportagem, não abrindo espaço para outros posicionamentos.

Na próxima subseção explicamos a interdiscursividade e sua relação com vocabulário, também usados como categorias de análise.

2.2.2 Interdiscursividade e vocabulário

A análise intertextual está justaposta à análise interdiscursiva, por isso, nesta dissertação a seleção delas como categorias de análise não é surpresa. Nesse sentido, enquanto a intertextualidade atenta-se para quais vozes e textos são acionados pelo falante/escritor, na interdiscursividade nos atentaremos para quais discursos estão imbricados nos textos. Deste modo, a análise da interdiscursividade nos textos é parcialmente preocupada com identificar quais discursos são utilizados, e como eles são articulados junto a outros (FAIRCLOUGH, 2003). Ademais, é a análise da mistura particular de gêneros, discursos e estilos em que se baseia, e de como “diferentes gêneros, discursos ou estilos são articulados (ou 'trabalhados') juntos no texto” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 218)⁷¹.

⁷¹ “different genres, discourses or styles are articulated (or ‘worked’) together in the text.” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 218).

Mas como podemos identificar os diferentes discursos em um texto? Sobre isso, Fairclough (2003, p. 129) aponta que “podemos pensar no discurso como (a) representando uma parte específica do mundo e (b) representando-o de uma perspectiva particular”⁷². O quadro 4, a seguir, adaptado de Fairclough (2003) elenca as possibilidades para a identificação de diferentes discursos na análise textual.

QUADRO 4 – Possibilidades na identificação de diferentes discursos

(1) Identificar as principais partes do mundo (incluindo áreas da vida social) que estão representadas - os principais 'temas'.
(2) Identificar a perspectiva ou ângulo específico ou ponto de vista a partir do qual eles são representados.

Fonte: Adaptado de Fairclough (2003, p. 129).

Na explicação sobre como realizar tais identificações, o autor afirma ser possível operacionalizá-las por meio da observação de características linguísticas, como o vocabulário ou léxico. Para ele, é mais produtivo “focar em como os diferentes discursos estruturam o mundo de maneira diferente, portanto, nas relações semânticas entre as palavras” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 129)⁷³. Como as formas de lexicalização em textos podem e possivelmente vão se sobrepor, Fairclough (2003, p. 131) explica que uma maneira de acessar essa “diferença relacional é olhar para colocações, padrões de co-ocorrência de palavras em textos”, ou seja, “simplesmente olhando para que outras palavras precedem e seguem com mais frequência qualquer palavra que esteja em foco”⁷⁴.

Apesar dessas considerações de Fairclough (2003), nesta pesquisa, não abordamos as frequências de ocorrências de fato, tampouco este é o ponto de partida para a análise. Adotamos então, para a análise, uma percepção de discursos que considera o vocabulário e as colocações, mas que não pode ser sistematizada. Na seção **O caminho da pesquisa: pressupostos e procedimentos metodológicos** detalhamos os procedimentos adotados na análise. Ademais, como a identificação dos diferentes discursos presentes no *corpus* era um dos objetivos desta pesquisa, é na seção de análise nomeada **Hegemonia e resistências: as múltiplas construções discursivas sobre aborto e sobre as mulheres** que realizamos a discussão sobre eles. Na próxima seção, apresentamos a prática jornalístico-midiática e detalhamos o que entendemos de conceitos como jornalismo tradicional e jornalismo independente tão caros a esta pesquisa.

⁷² We can think of a discourse as (a) representing some particular part of the world, and (b) representing it from a particular perspective. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 129).

⁷³ “on different ways of wording the same aspects of the world, it is more productive to focus on how different discourses structure the world differently, and therefore on semantic relationships between words.” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 129).

⁷⁴ One way of getting at this relational difference is through looking at collocations, patterns of co-occurrence of words in texts, simply looking at which other words most frequently precede and follow any word which is in focus, either immediately or two, three and so on words away. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 131).

3 A PRÁTICA JORNALÍSTICO-MIDIÁTICA

A prática social jornalística é parte nuclear da sociedade na modernidade tardia, tendo a imprensa moderna surgido nos anos 1600, se fortalecido e firmado no decorrer do século XX e se transformado completamente com o advento da *internet* e sua popularização nos últimos vinte anos. É uma prática que se assenta tão fortemente no seio social que cimentou mudanças em outras esferas sociais. O jornalismo não é uma profissão com fronteiras estabelecidas, nesse sentido, o jornalista atua nas relações entre as práticas. Assim, conta com limites fluidos e está às margens de outras práticas que transmitem à prática jornalística algumas condutas e concepções e recebem dela em troca (PEREIRA, 2004). Fairclough (2013, p. 73)⁷⁵ vê “os textos midiáticos como uma classe de textos especializados em mover recursos para a construção de significado entre textos e, de forma mais abstrata, entre diferentes práticas sociais, campos, domínios e escalas da vida social.”

Albuquerque (2013) explica que o jornalismo, na modernidade tardia, configurou-se em alguns países, entre esses o Brasil, com base em duas prerrogativas: estabelecendo-se como um Quarto Poder em sociedade; e popularizando o conceito de objetividade jornalística. Sobre a primeira, Albuquerque considera que o jornalismo brasileiro se apropria do termo Quarto Poder para, na verdade, desempenhar uma função diferente – a de Poder Moderador que está acima dos outros poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário); sendo, portanto, “um poder que, pairando acima dos demais, estaria encarregado de corrigir os seus desvios e restaurar a ordem política” (ALBUQUERQUE; HOLZBACH, 2008, p. 152). Quanto à segunda, Albuquerque explica que a objetividade jornalística diz respeito ao “distanciamento emocional e político dos jornalistas em relação aos eventos que relatam” (ALBUQUERQUE, 2013, p. 7), o que seria um pré-requisito à confiabilidade jornalística.

Na esteira do que aponta Albuquerque (2013), Pereira (2004, p. 3) explica que o jornalismo, enquanto profissão, é coberto por um ideário romântico, idealizado, de profissão que tem um *status* diferenciado das demais, por seu “princípio de responsabilidade social”. O jornalismo “estaria, por princípio, comprometido com a sociedade – que lhe delega o poder de fiscalizar as instituições em seu nome – e com os valores democráticos” (PEREIRA, 2004, p. 4). Há, ainda, uma imagem do jornalista na qualidade de “mediador neutro, distante (e superior)

⁷⁵ I see media texts as a class of texts which are specialised for moving resources for meaning-making between texts, and more abstractly between different social practices, fields, domains and scales of social life. (FAIRCLOUGH, 2013, p. 73).

aos jogos de interesse da sociedade, estaria subjacente ao ideal de objetividade na profissão” (PEREIRA, 2004, p. 7).

A ideia do jornalismo como o Quarto Poder ou Poder Moderador na democracia, que atua como um contrapoder é justificadamente questionada. De acordo com Ramonet (2013), a opinião pública criada artificialmente pela imprensa de massa atuaria, em princípio, como contrapoder e fiscalizador do Estado, no entanto o Quarto Poder falhou os cidadãos. As repetidas crises da imprensa, marcadamente econômicas, permitiram que hoje o poder midiático seja um poder complementar que atua na manutenção da hegemonia discursiva dos grupos econômicos dominantes (RAMONET, 2013).

Para qualquer estudante de comunicação não é novidade quando falamos na crise que vive o jornalismo. Essa crise é contínua e multifatorial. É uma crise de meios, afinal, é uma área que a cada poucas décadas acaba se reinventando e acumulando novas possibilidades; da imprensa de papel ao rádio, passando pela televisão à *internet*. Hoje a narrativa transmidiática⁷⁶ e a convergência das mídias são requisitos da existência da prática jornalístico-midiática. Outra crise que vive o jornalismo é a da informação. Na era das *Fake News*, nada mais justo do que a desconfiança quanto ao que dizem os meios de comunicação sejam eles tradicionais ou alternativos. A mãe de todas as crises é a econômica. De demissões em massa a o fechamento de redações inteiras, é fato que há muitos anos o jornalismo não é rentável. Ramonet (2013, p. 61) explica que grandes jornais com nome e credibilidade estabelecidos são comprados por donos de grandes fortunas,

eles não fazem isso para ganhar dinheiro, pois, atualmente, ninguém ganha dinheiro (ou ganha muito pouco) com a imprensa escrita; esta é, antes, uma atividade onde se perde dinheiro. Então, para que as comprem? Para ganhar influência, para ter um projeto ideológico, um projeto político, um projeto dominante.

É neste sentido que nos alinhamos a Ramonet (1999; 2013), que entende a prática jornalístico-midiática como um Segundo Poder. Para o autor os poderes dominantes na sociedade neoliberal atual não são os três poderes estatais (Executivo, Legislativo e Judiciário) e o que vivemos “é uma dinâmica dupla. Não há um único poder: ele não é apenas financeiro, mas sim econômico-financeiro e midiático” (RAMONET, 2013, p. 63).

⁷⁶ A narrativa transmidiática “refere-se a uma nova estética que surgiu em resposta à convergência das mídias – uma estética que faz novas exigências aos consumidores e depende da participação ativa de comunidades de conhecimento.” (JENKINS, 2009, p. 49). Jenkins (2009) cunha o termo para explicar uma tendência do entretenimento, que passa a esperar um movimento ativo dos consumidores para que tenham acesso a totalidade da experiência da obra. Para Barichello et al (2017), essa forma de “contar histórias envolvendo os públicos em distintos espaços e suportes, sem sobreposições ou repetições” são no jornalismo “marcadas pelo uso combinado ou complementar de múltiplas plataformas para a exposição de determinados fatos” (BARICHELLO et al, 2017, p. 113).

Sobre a face menos romântica da prática jornalística podemos considerar seu caráter mercadológico e seu papel na manutenção de poder estabelecido. Segundo Pereira (2004), é o fim da era de ouro do jornalismo estadunidense que dá lugar a ideia do jornalismo como uma profissão orientada exclusivamente pelos interesses do mercado. Fairclough (2001, p. 143) argumenta que “a mídia de notícias está no negócio competitivo de ‘recrutar’ leitores, telespectadores e ouvintes em um contexto de mercado no qual suas vendas ou seus índices são decisivos para a sobrevivência [do negócio]”. Muito embora o jornalismo afirme pautar eventos relevantes para a sociedade, em realidade os “eventos dignos de se tornar notícia se originam de um limitado grupo de pessoas que tem o acesso privilegiado à mídia, que são tratadas pelos jornalistas como fontes confiáveis, e cujas vozes são aquelas que são mais largamente representadas no discurso da mídia” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 143).

Nessa perspectiva, Herman e Chomsky (2003) consideram que a mídia de massa funciona em sociedade a partir do que eles nomeiam modelo de propaganda. Para os autores, esse modelo de negócios aplicado de forma abrangente na maioria dos países ocidentais capitalistas, limita a natureza das críticas que a mídia pode fazer a seus financiadores, entre eles o Estado. As três primeiras características do modelo propaganda são: (1) o tamanho das empresas de mídia; (2) a propaganda como principal fonte de renda dessas empresas; (3) a dependência de informações oficiais, ou seja, fornecidas pelo governo (HERMAN; CHOMSKY, 2003). No Brasil, o oligopólio midiático é ainda mais evidente do que nos Estados Unidos, pois inexistem leis de regulação ao tamanho das corporações midiáticas. Ademais, a propaganda, como principal fonte da renda dessas instituições, impede um real questionamento do poder dominante. Para os autores,

A dominação da mídia pela elite e a marginalização dos dissidentes resultantes da operação desses filtros ocorre tão naturalmente que o pessoal da mídia de notícias, frequentemente atuando com completa integridade e boa vontade, é capaz de se convencer de que escolhe e interpreta ‘objetivamente’ as notícias com base nos valores profissionais dessas notícias. (HERMAN; CHOMSKY, 2003, p. 62).

Nesse sentido, as mídias, enquanto meio responsável por parte da circulação discursiva social, têm algumas características únicas. Podemos destacar que elas simultaneamente: estruturam e estruturam-se no espaço público; detêm o poder decisório no processo de visibilização de certos textos produzidos por determinados atores sociais; funcionam a partir de leis regulatórias internas não aclaradas ao restante da sociedade; no processo de mediação há um pressuposto de verdade ao que os atores sociais incluídos nos textos afirmam; apesar de diferentes campos da vida social existirem independentes delas, são nas mídias que encontram uma espécie de consolidação na sociedade contemporânea (FAUSTO NETO, 1999).

Quando nos referimos ao jornalismo digital, jornalismo *online*, webjornalismo ou ciberjornalismo, estamos falando sobre o jornalismo que usa de tecnologias digitais para pesquisar, produzir e entregar notícias e informação. Embora o termo tenha diferentes significados para outros autores, entendemos que a definição de Kawamoto (2003) é a que melhor compreende nosso objeto de pesquisa, especialmente porque o autor elenca algumas características típicas do jornalismo digital, sendo elas:

Hipertextualidade: a ligação e a “estratificação” da informação digital através de uma estrutura não linear hierárquica; Interatividade: a participação ativa, seja humana ou de máquinas, no processo de busca e compartilhamento de informações; Não-linearidade: um sistema flexível de ordenação de informações que não necessariamente adere a padrões tradicionais, cronológicos ou convencionalmente lógicos da narração; Multimídia: o uso de mais de um tipo de mídia em um único produto; Convergência: a fusão ou indefinição de tecnologias e serviços historicamente distintos; Customização e personalização: a capacidade de moldar a natureza do conteúdo e do serviço às necessidades e desejos individuais. (KAWAMOTO, 2003, p. 4)⁷⁷.

Assim, entendemos como jornalismo digital o que é produzido e publicado na versão online do jornal de referência *Folha de São Paulo* e da revista independente *Revista AzMina*.

Considerando o importante papel que a prática social jornalístico-midiática e, especialmente, o jornalismo digital desempenham na nossa sociedade, e tendo em vista o foco desta pesquisa de atentar para as suas condições de produção, de distribuição e de consumo, para as ideologias em jogo, a questão da hegemonia e para as escolhas linguístico-discursiva materializadas nos textos que constituem essa prática é fundamental para a compreensão do problema social, focalizado nesta pesquisa, e de sua faceta discursiva, explicitar os discursos e ideologias que predominantemente reverberam sobre a prática social do aborto no jornalismo. Tais aspectos serão abordados ao longo desta dissertação, mas, nesta seção, cabe destacar, no tocante à produção, distribuição e consumo dos textos (FAIRCLOUGH, 2001) do jornalismo digital, que, de forma mais geral, são produzidos em contextos sociais específicos que fortemente se diferem de outras práticas discursivas, como o diálogo entre familiares ou até mesmo da escrita acadêmica.

Sobre as condições de produção, o consumo e a distribuição desses textos, que são elementos da prática discursiva, Fairclough (2001) explica que variam de acordo com fatores

⁷⁷ Hypertextuality: the linking and the “layering” of digital information through a nonlinear hierarchical structure; Interactivity: the process of engaging active human or machine participation in the process of information seeking and information sharing; Nonlinearity: a flexible ordering system of information that does not necessarily adhere to traditional, chronological, or conventionally logical patterns of storytelling; Multimedia: the use of more than one type of media in a single product; Convergence: the melding or blurring of historically discrete technologies and services; Customization and personalization: the ability to shape the nature of the content and service to individual needs and desires. (KAWAMOTO, 2003, p. 4).

sociais. As condições de produção implicam no nível de planejamento do texto, e sua produção pode ser individual ou coletiva. O consumo também é classificado pelo autor em individual ou coletivo, o primeiro diz respeito a textos que são acessados individualmente, por exemplo, em uma conversa entre dois amigos; já o segundo tipo diz respeito a textos que serão acessados por várias pessoas, ao mesmo tempo (uma palestra, por exemplo) ou não (um artigo de jornal). A distribuição desses textos é classificada pelo autor em simples ou complexa, a primeira caracteriza textos que estão ligados a um contexto de situação específico, por exemplo, uma palestra que acontece em determinado auditório às duas da tarde em uma terça-feira em alguma universidade tem uma distribuição simples. No entanto, a mesma palestra pode passar a ser de distribuição complexa, caso seja também transmitida na *internet* e disponibilizada para quem gostaria de acessá-la depois.

Textos jornalísticos são idealizados e planejados, muitas vezes, por uma equipe que pode envolver estagiários, jornalistas, produtores, editores, entre outros. Portanto, raramente os textos são resultantes do trabalho de uma única pessoa. Da definição da pauta, passando pela seleção de fontes (vozes), o enquadramento (maneira sobre a qual se falará sobre o assunto), a realização da entrevista, a escrita do texto (quando for o caso), seleção de elementos visuais/audiovisuais que acompanharão o material escrito, passando pela revisão e edição, a prática jornalística considerará a linha editorial do veículo, seu formato digital e os interesses econômicos e políticos dos donos, em maior ou menor grau. Isso significa que são feitas escolhas sobre o que noticiar e sobre como noticiar, o que contribui para a construção de diferentes representações de um mesmo evento social e dos atores sociais envolvidos. Assim, é fundamental que analisemos como a prática social do aborto e mulheres que já abortaram são representadas em uma mídia tradicional e em uma independente, e que comparemos essas representações e as problematizemos.

O comum a qualquer prática jornalística é que sua distribuição sempre será complexa, ao contrário da comunicação face a face entre indivíduos de distribuição simples (FAIRCLOUGH, 2001). Isso implica em uma distribuição em massa, no caso das reportagens que analisamos nesta dissertação elas são distribuídas por meio digital, o que garante que a quantidade de indivíduos que terão acesso a esses textos é, pelo menos, na casa dos milhares.

Além disso, o consumo de textos jornalísticos é sempre coletivo, nessa esteira, podemos afirmar que são textos que reverberam socialmente. Em alguns casos, as reportagens analisadas estão envolvidas em polêmicas, como uma denúncia por apologia ao crime; ou até mesmo, realizam investigações sobre a atuação do Poder Executivo, indicando possíveis situações de abuso de autoridade. Quando consumidos coletivamente, como o são, a realidade tecida pelo

jornalismo tradicional ou alternativo inevitavelmente impacta nas representações que são construídas socialmente sobre o aborto e as mulheres que abortaram a partir de recontextualização da prática de aborto e os atores sociais nela envolvidos.

Conforme Ottoni (2014, p. 248), a mídia jornalística “estabelece o que deve ou não ser divulgado e como, contribuindo para a construção de uma perspectiva de representação do mundo e dos atores sociais”, a qual é, em grande medida, internalizada e reproduzida pelo público. Tendo isso em vista, atentar para como, por meio da linguagem, o aborto e as mulheres nele envolvidos, os obstáculos enfrentados e os diferentes posicionamentos sobre essa prática são representados, no jornalismo de referência e no alternativo, e problematizar essas construções, possibilita evidenciar o papel da linguagem como sustentadora e contestadora de ideologias hegemônicas.

Na próxima subseção, apontamos as diferenças entre o jornalismo de referência e o jornalismo independente, no tocante à produção e ao posicionamento.

3.1 Jornalismo de referência e a *Folha de São Paulo*

O jornalismo de referência pode ser caracterizado por seu prestígio social, pois são jornais “hegemônicos e representam posições sociais e simbólicas privilegiadas no campo jornalístico” (AMARAL, 2004, p. 54). A autora inclui a essa definição a questão da credibilidade jornalística, assim “um jornal de referência, por mais voltado aos resultados econômicos que seja, não pode abrir mão da credibilidade” (AMARAL, 2004, p.55). Angela Zamin (2014) aponta três características da atuação do jornalismo de referência, a saber: como mediador simbólico, como empresa, e como instituição.

É mediador simbólico ao tomar o poder de ordenação dos fatos, impondo-se como referência de uma cultura dominante. Como empresa, o jornalismo, especialmente o de referência, vive uma duplicidade, de um lado dependendo da “superfície empresarial formada por instrumentos tecnológicos, condições de produção, investimentos, indicadores da assinatura, circulação e publicidade” (ZAMIN, 2014, p. 937) e do outro o profissionalismo e a credibilidade. Enquanto instituição confere “existência aos fatos que nomeia, medeia o acesso a estes; condiciona a promoção de atores sociais a atores políticos; aproxima a sociedade civil do Estado e age em nome de uma opinião pública interessada em observar o poder político e o exercício da democracia” (ZAMIN, 2014, p. 935). Ainda, sobre o pilar institucional, podemos dizer que esses jornais são tradicionais e usufruem de uma influência consolidada,

alinhados a posições ideológicas conservadoras e, para além de exercerem uma supremacia mercadológica, em termos de mercado publicitário, o são também em termos comunicacionais, enquanto referência informativa das elites. Constituem-se como instancias mediadoras, dado que seus discursos se estabelecem em função e por interação com o poder político, a opinião pública e a intelectualidade. (ZAMIN, 2014, p. 936)

Além dessas características, a autora faz um levantamento dos atributos conferidos ao jornalismo de referência, que podem ser observados no quadro 5, a seguir:

QUADRO 5 – Atributos do jornalismo de referência

Contrato de informação	Forma	Instâncias de produção	Lócus de observação	Natureza da audiência
Tradição	Hierarquia da informação	Jornalistas	Espaço público	Leitor competente do mundo
Credibilidade	Diagramação sóbria	Espaço público	Política	Possui saberes complexos
Seriedade	Sofisticação estilística	Fontes diversas	Economia	Agente social
Reflexão	Apelo cosmopolita		Relações internacionais	Cidadão cosmopolita
Orientação internacional				Líder de opinião
				Jornalistas
				Meios de Comunicação

Fonte: Zamin (2014, p. 938).

A *Folha de São Paulo* é um dos jornais de referência do Brasil, e provavelmente, o impresso mais famoso do país, além disso, é o jornal digital mais acessado no país. Conforme a própria *Folha de São Paulo*, em 2016 era o

primeiro jornal brasileiro a ter circulação digital maior do que a impressa. Sua edição digital alcançou em agosto, segundo o IVC (Instituto Verificador de Comunicação), mais de metade do total. Dos 316,5 mil exemplares de média diária no mês, 161,8 mil ou 51% foram relativos à edição digital do jornal, contra 154,7 mil (49%) da impressa. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016).

Os dados de 2019, do IVC indicam que a *Folha* se mantém líder no segmento de jornalismo digital, exibindo em 2019 um crescimento de 6,4% em relação aos acessos de 2018, também apresentando maior média mensal de pagantes entre os veículos verificados pelo IVC (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020).

De acordo com seu projeto editorial, a empresa de comunicação *Folha de São Paulo* tem como princípios:

1. Confirmar a veracidade de toda notícia antes de publicá-la;
2. Praticar um jornalismo que ofereça resumo criterioso e atualizado do que acontece de mais relevante em São Paulo, no Brasil e no mundo, com ênfase na obtenção de informações exclusivas;
3. Priorizar temas que, por afetarem a vida da coletividade ou de parcelas expressivas da população, sejam considerados de interesse público;
4. Promover os valores do conhecimento, da solução pacífica dos conflitos, da livre-

iniciativa, da equalização de oportunidades, da democracia representativa, dos direitos humanos e da evolução dos costumes; 5. Abordar os assuntos com disposição crítica e sem tabus, no intuito de iluminar problemas, apontar falhas e contradições, questionar as autoridades públicas e os poderes privados, sem prejuízo de buscar conteúdos proveitosos ou inspiradores; 6. Cultivar a pluralidade, seja ao divulgar um amplo espectro de opiniões, seja ao focalizar mais de um ângulo da notícia, sobretudo quando houver antagonismo entre as partes nela envolvidas; registrar com visibilidade compatível pontos de vista diversos implicados em toda questão controvertida ou inconclusa; 7. Obrigar-se a ponderar os argumentos da parte acusada e, publicando uma acusação, garantir espaço ao contraditório; 8. Manter atitude apartidária, desatrelada de governos, oposições, doutrinas, conglomerados econômicos e grupos de pressão; 9. Preservar o vigor financeiro da empresa como esteio da independência editorial e garantir que a produção jornalística tenha autonomia em relação a interesses de anunciantes; assegurar, na publicação, características que permitam discernir entre conteúdo jornalístico e publicitário; 10. Estabelecer distinção visível entre material noticioso, mesmo que permeado de interpretação analítica, e opinativo; 11. Rechaçar censura e outras agressões à liberdade de expressão, reconhecendo, no caso de abuso comprovado dessa liberdade, a responsabilização posterior dos autores, nos termos da lei; 12. Identificar e corrigir com destaque erros de informação cometidos; publicar manifestações de crítica ao próprio jornal; manter mecanismos transparentes de autocontrole e correção. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019).

Na mesma publicação onde reafirma os compromissos editoriais da *Folha* com o leitor, o veículo (ou seu editor-chefe) reconhece as crises pelos quais o jornalismo passa atualmente. Como apontamos anteriormente, vive-se no jornalismo diversas crises, entre elas a de confiabilidade, devido às *Fake News*, e a, mais problemática, econômica. Em um *mea culpa* às avessas, a *Folha* explicita a defasagem do modelo econômico no qual se sustenta (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019), ao mesmo tempo em que diz ser independente do modelo econômico e da ordem ideológica dominante. No entanto, a *Folha* não é, nem nunca foi um veículo de jornalismo independente como caracterizamos a *Revista AzMina* na próxima subseção.

3.2 Jornalismo independente e a *Revista AzMina*

O jornalismo independente⁷⁸, ou jornalismo alternativo, entre os veículos nativos digitais, é caracterizado por ser uma iniciativa com diferentes formas de financiamento, também, se distingue por suas escolhas de pautas, sendo essas mais especializadas e, até mesmo, ativistas de causas sociais. Esses veículos independentes são assim chamados por seu distanciamento aos meios mais tradicionais de fonte de renda, tal como a venda de espaços para publicidade e propaganda, eles,

⁷⁸ O termo jornalismo independente pode receber diversas significações como apontam Karppinen e Moe (2016) e Schulz (2015). Porém não é nosso interesse discutir definições do termo, além de não ser o foco da presente pesquisa. Ademais, também vimos como pertinente a nossos objetos de análise entender como sinônimos os termos jornalismo independente e jornalismo alternativo, já usados por outros autores como sinônimos ou complementares.

na maioria das vezes, são financiados por meio de investimentos próprios, *crowdfunding* e doações de fundações filantrópicas [...] Para driblar a instabilidade financeira e ampliar as possibilidades de atuação, firmam-se parcerias com outras organizações e também com a população, seguindo tendência do jornalismo digital verificada no mercado norte-americano (LACERDA, 2016, p.18).

A questão financeira acaba gerando uma disparidade enorme entre as equipes de jornais tradicionais e jornais alternativos. Em sua maioria os veículos independentes funcionam com equipes que não recebem pelo trabalho, portanto “o jornalismo independente não conta com a infraestrutura e o número de profissionais que uma grande empresa tem.” (COSTA, 2018, p. 172).

É importante incluirmos nessa discussão, a condição do jornalismo alternativo enquanto veículo caracterizado “por sua contestação ao *status quo*, por ter um posicionamento ideológico explícito e ser porta-voz dos excluídos socialmente” (MENEZES, 2010, p. 61). O termo alternativo remete “no contexto brasileiro, às publicações que surgiram a partir dos anos 1960, durante a ditadura militar”, no entanto “observa-se a permanência da sua validade, mesmo diante de especificidades que caracterizam as novas formas de comunicação dos grupos e movimentos sociais” (WOITOWICZ, PEDRO, 2010, p. 2). É interessante ver que atualmente a caracterização de mídia alternativa não diz respeito somente a oposições de espectros políticos, mas também está relacionada a outras expressões de grupos sociais “que buscam manifestar idéias, projetos e lutas por meio da comunicação” (WOITOWICZ, PEDRO, 2010, p. 2).

A tomada de posição é um importante aspecto desses veículos, pois se reflete nas escolhas de pauta, nos direcionamentos dos textos, na política editorial e no funcionamento da empresa. A *Revista AzMina* ilustra bem todas essas questões. Na seção Quem Somos, é indicado que a *AzMina* é uma instituição sem fins lucrativos “que combate os diversos tipos de violência que atingem mulheres brasileiras” (REVISTA AZMINA, [s.d.]). Fazem parte dos produtos desta instituição uma revista digital, um aplicativo de enfrentamento à violência doméstica, além de serviços de campanhas, palestras, eventos e consultorias. No site, a seção Amplifica aponta que o conteúdo produzido é de viés feminista, gratuito e sugere formas de como leitores podem contribuir com doações em dinheiro para a manutenção dos trabalhos da equipe.

Para a *AzMina* “informação é um direito essencial e, por isso, o conteúdo *d’AzMina* é aberto e gratuito para todas e todos, para que ela chegue principalmente em quem mais precisa dela, mas que não necessariamente pode pagar por isso. Nossa luta também é contra a desinformação” (REVISTA AZMINA, [s.d.]). Na seção Republicue os conteúdos da instituição são caracterizados como livres de direitos autorais, desde que apresentados com a autoria e que

não podem ser vendidos. Já a seção Transparência publica os relatórios de atividades e financeiros anuais. A aba Parceiros esclarece quem são outras instituições e empresas que contribuem com a *Revista AzMina*, a saber: mamaCash, Open Society Foundations, Mattos Filho Advogados, Fondo de Mujeres del Sur, Plurix, Colletivo, Google News Initiative.

No tocante ao projeto editorial da revista digital, apresentada na seção Missão, Visão e Valores colocam que a empresa busca “promover a equidade de gênero por meio da informação e da educação, considerando especificidades de raças, classe e orientação sexual” (REVISTA AZMINA, [s.d.]). A visão é “criar um mundo onde gênero não influencie o acesso das pessoas a direitos e oportunidades” (REVISTA AZMINA, [s.d.]). E os valores institucionais são:

1) Respeito à integridade de todas as pessoas, em qualquer contexto. 2) Empatia: AzMina procura se colocar no lugar do outro. Nosso jeito de contar histórias e de difundir o conhecimento passa pela escuta genuína e interessada, reconhecendo a singularidade de cada indivíduo e buscando soluções coletivas. 3) Diversidade: quanto mais vozes diferentes, mais longe a voz d’AzMina chegará e mais gente se sentirá parte dela. Temos o compromisso de trazer para o debate público vozes de diversas raças, classes, ideologias, orientações sexuais e gêneros. 4) Leveza: falamos sobre temas sérios e lidamos com questões dolorosas, mas buscamos sempre um caminho doce. AzMina se pretende acessível, propositiva e otimista. 5) Excelência e responsabilidade na apuração e na transmissão de conteúdo. 6) Independência editorial: a *Revista AzMina* tem total autonomia em relação ao conteúdo que produz. 7) Linguagem acessível: queremos conversar com o maior número possível de pessoas e apostamos na linguagem como ponte. Simplificamos ao invés de complicar. 8) Diálogo: apostamos na troca de ideias como forma de promover a transformação e buscamos dar voz a diferentes pontos de vista. 9) Gestão coletiva: AzMina busca construir consensos e tomar decisões coletivamente, respeitando a autonomia de ação e de decisão de cada área, além das áreas de saber de cada profissional. 10) Transparência: Dados e processos abertos e compartilhados sempre. (REVISTA AZMINA, [s.d.])

É interessante pontuar que enquanto a *Folha de São Paulo* firma seu compromisso com a verdade e a imparcialidade; a *Revista AzMina*, no que lhe concerne, sedimenta seu compromisso com o social por meio da valorização da independência e transparência.

3.3 O gênero reportagem e a realidade tecida pelo jornalismo

Na subseção 4.5, intitulada **Procedimentos de coleta**, explicaremos com detalhes porque decidimos trabalhar somente com o gênero reportagem na discussão, da esfera jornalística, para investigarmos como a prática social do abortamento e as mulheres que abortaram são representadas discursivamente na mídia. Tendo em vista essa decisão, nesta subseção, tecemos considerações sobre gênero do discurso, em geral, e sobre o gênero reportagem, em específico.

Sobre gêneros discursivos, Bakhtin explica que

O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, ou seja, pela seleção de recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos — o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional — estão indissolúvelmente ligados *no conjunto* do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominados *gêneros do discurso*. (BAKHTIN, 2016, p. 11-12, grifos do autor).

Além disso, o autor explana que os gêneros não têm formas rígidas e contam com

possibilidades infinitas, porque são inesgotáveis as possibilidades da multifacetada atividade humana e porque em cada campo dessa atividade vem sendo elaborado todo um repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que tal campo se desenvolve e ganha complexidade. (BAKHTIN, 2016, p. 12).

Sobre essa possibilidade de mudanças nos gêneros, em função de mudanças nas práticas sociais, Marques de Melo (2010, p. 26) considera que os gêneros devem ser observados como “espelho de uma conjuntura específica” e Rêgo e Amphilo (2010, p. 107), referindo-se aos gêneros da esfera jornalística, afirmam que

os gêneros jornalísticos não são estáticos. Ao contrário possuem tendência híbrida e dialética. Estão intrinsecamente relacionados ao movimento da sociedade aliada aos meios de expressão social. Qualquer alteração nos contextos sociais e nos processos de difusão da informação pode ocasionar uma mudança nos gêneros, ou possibilitar uma nova nuance a ser considerada.

Dessa forma, consideramos o gênero reportagem com a relação dialética entre gêneros do discurso e sociedade em mente. Marques de Melo (2003, p. 66) entende a reportagem como “o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que já são percebidas pela instituição jornalística”. Essa definição de Marques de Melo foi essencial para nossa compreensão das reportagens a serem incluídas no *corpus*; por exemplo, escolhemos manter no *corpus* as diferentes reportagens sobre o caso da menina capixaba que aconteceu em agosto de 2020; embora essas fossem similares às notícias publicadas na época e entre si, as reportagens incluídas no *corpus* abordaram diferentes aspectos do fato noticiado anteriormente, de uma forma que foram além das notícias.

Para Lage (2006), a reportagem não se atém ao factual e realiza uma leitura ampla da realidade ou situação pautada, refletindo um ponto de vista previamente discutido na redação, composto pela indicação do repórter e respondendo às diretrizes e linha editorial do veículo de comunicação. Nesse sentido, a reportagem supõe um nível de planejamento diferente ao do gênero notícia. Essa compreensão do gênero é essencial à discussão sobre as vozes e textos

incluídos e, principalmente, sobre os excluídos do material jornalístico. Por exemplo, observamos que, para as vinte reportagens selecionadas, publicadas entre 2019 e 2020, a *Folha de São Paulo* entrevistou somente quatro mulheres que passaram pelo aborto induzido; duas delas vítimas de estupro atendidas por um hospital na capital de São Paulo e outras duas indiciadas por aborto ilegal. Na recontextualização (VAN LEEUWEN, 2008) da prática de aborto na prática jornalística da *Folha* há uma exclusão quase completa de um dos elementos da primeira: as mulheres. Essa exclusão das mulheres que passaram por um aborto induzido durante o processo de recontextualização da prática contribui para uma representação dela como algo desconectado da realidade social brasileira, e, entendemos que tal representação pode e deve ser contestada. Afinal, tratando somente da dimensão clandestina da prática, uma em cada cinco brasileiras em idade reprodutiva já realizou um aborto (DINIZ; MEDEIROS; MADEIRO, 2017).

Além disso, as reportagens têm como característica o princípio de contextualizar fatos atuais ou aleatórios sem nenhum “motivo especial”, exceto a vontade do repórter ou da organização jornalística de falar sobre o tema (LAGE, 2006). No quadro 8 (cf. seção 6.2.1), apenas uma reportagem é relativamente independente de fatos “quentes”/atuais sobre a prática social de aborto, sendo ela o texto *Mulheres têm que viajar a São Paulo por aborto legal* de Gabriela Sá Pessoa, publicado em junho de 2019 (FSP02). Todas as outras reportagens derivam de fatos “quentes” ou de uma agenda específica de publicação sobre o tema como, por exemplo, a reportagem *Mesmo com debate constante, aborto ainda está sob lei da Era Vargas*, de Bianka Vieira, publicada um dia após o Dia Latino-Americano e Caribenho de Luta pela Descriminalização do Aborto (FSP07).

É normal no processo cotidiano de construção de textos jornalísticos, que os profissionais da área voltem seus olhares para temas e assuntos que já estão em alta. Isso ocorre, porque a seleção jornalística do que contém “valor-notícia” (TRAQUINA, 2005) acontece em uma lógica de produção mecânica do produto jornalístico, ou seja, o jornalista vai voltar suas lentes de seleção para aquilo que já repercute socialmente e tem valor para as classes detentoras de poder, seja essa classe o Estado ou às classes econômicas dominantes, porque é quando aquele assunto já detém certa relevância social. Ressaltamos que a prática cotidiana de jornalismo está atrelada ao calendário, o que significa que ano após ano certos temas ressoaram nos jornais em datas específicas, como é o caso das reportagens publicadas próximas a dias definidos como comemorações, por exemplo, ninguém fala sobre Páscoa em dezembro; e a mobilização sobre problemas sociais específicos acontece a depender de datas fixadas, como,

as campanhas de conscientização sobre HIV/Aids, que ocorrem perto de 1º de dezembro - o Dia Mundial de Combate à AIDS.

Para Sodré e Ferrari (1986, p. 11) a reportagem é um “desdobramento das clássicas perguntas que a notícia pretende responder (quem, o quê, como, quando, onde, por quê)”. Então, a narrativa se constrói a partir da realidade do cotidiano que é discursivamente trabalhado (SODRÉ; FERRARI, 1986). As principais características do gênero reportagem, segundo Sodré e Ferrari (1986, p. 15) são: “a predominância da forma narrativa, a humanização do relato, a natureza impressionista do texto e a objetividade dos fatos narrados”. O ponto de diferenciação entre a reportagem e a notícia é que a primeira não está atada à atualidade do fato como a segunda e suas funções jornalísticas não são as mesmas. Enquanto, a reportagem “oferece detalhamento e contextualização àquilo já foi anunciado” (SODRÉ; FERRARI, 1986, p.18) à notícia cabe o papel do imediatismo e de indicar os fatos.

3.3.1 As fontes jornalísticas

Parte do trabalho do jornalista é selecionar quem são as pessoas que falam em suas matérias, quem precisa ser entrevistado sobre determinados fatos e quem não precisa. Essas pessoas, instituições e documentos são nomeados fontes jornalísticas. Há diversas maneiras de separar e conceitualizar essas fontes. Para essa dissertação decidimos articular as definições de Beltrão (1969) e Lage (2003). Separamos as vozes e textos inseridos nas reportagens em cinco categorias, a saber: fontes ilustrativas; fontes documentais; fontes especialistas; fontes documentais; e fontes independentes.

Beltrão (1969, p. 138) explica que a fonte ilustrativa é “destinada a retificar, complementar, esclarecer ou ilustrar matéria editorial ou ineditorial inserida no jornal” e que ela tem valor pessoal, ou seja, é por meio do que relata esse tipo de fonte, que o jornalista articula em seus textos questões relacionadas a histórias de vida, momentos presenciados, e com essas fontes o jornalista dialoga buscando subjetividades relacionadas a situações vividas. Lage (2003) nomeia esse tipo de fonte como testemunha, no entanto, o autor duvida intrinsecamente do relato dado por fontes testemunhais, por isso decidimos trabalhar com a nomenclatura de Beltrão (1969) que as valoriza por humanizar o texto jornalístico.

As vozes ilustrativas, no caso do nosso *corpus* jornalístico da *Folha* e da *AzMina*, são mulheres que passaram pelo procedimento de aborto induzido (legal ou ilegal) e outros atores sociais envolvidos nesse processo, como companheiros, amigas e família, que ilustram o material jornalístico com parte de suas histórias de vida. Também são vozes ilustrativas outras

peças envolvidas nos fatos relatados, como manifestantes, ou pessoas que tenham vivenciado de perto parte da história contada, como é o caso do médico Olímpio Barbosa de Moraes Filho, que na reportagem FSP12 faz parte da narrativa como alguém que vivenciou a situação reportada e não como especialista.

As fontes governamentais ou oficiais são as vozes de agentes do governo, sujeitos que atuam no legislativo, executivo e judiciário, assim como as próprias instituições e seus representantes. A esse tipo de fonte é imputada a verdade, ou seja, jornalistas partem do pressuposto de que tudo que foi dito por uma fonte oficial é confiável. No entanto, Lage (2003) ressalta a importância de o jornalista atentar-se às mentiras ou distorções contadas por fontes oficiais. Nesse sentido, decidimos trabalhar nessa pesquisa com a nomenclatura fonte governamental, posicionando mais claramente quem são essas fontes, o que é extremamente relevante quando consideramos o atual momento político que vivemos e as tensões existentes no âmago do funcionamento dos poderes executivo, legislativo e judiciário.

Lage (2003, p. 67) explica que as fontes especialistas são buscadas para o contraponto, ou seja, “geralmente são fontes secundárias, que se procuram em busca de versões ou interpretações de eventos”. Portanto, especialistas são aquelas vozes que ao serem incluídas no texto apresentam dados, contextos e interpretações. As fontes classificadas como documentais se referem aos textos incluídos que são documentos, como relatórios, legislações, decretos, notas, etc. (LAGE, 2003). Por fim, as chamadas fontes independentes são tipicamente vozes ou textos do terceiro setor, que idealmente estão desvinculadas de relações de poder da esfera governamental, contudo, Lage (2003), alerta para o fato de que fontes independentes também servirem a algum tipo de agenda ideológica, seja ela hegemônica ou não.

Na próxima seção apresentamos os caminhos dessa pesquisa, passando por pressupostos e procedimentos metodológicos.

4 O CAMINHO DA PESQUISA: PRESSUPOSTOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Explicaremos, nesta seção, as escolhas metodológicas efetuadas para o desenvolvimento da pesquisa aqui apresentada. Portanto, a seção atual cobre assuntos como a natureza da pesquisa, a abordagem metodológica frente aos dados, a triangulação metodológica, o suporte que a Linguística de *Corpus* nos fornece enquanto metodologia, o *software* utilizado, bem como o passo a passo do trabalho, que perpassa a seleção do *corpus*, dos objetivos e categorias de análise ao arcabouço teórico-metodológico para desenvolvimento de pesquisas em ADC. Para isso, esta seção está organizada em seis subseções.

4.1 Pesquisa documental e abordagem quanti-qualitativa

A primeira escolha metodológica efetuada para o desenvolvimento da presente pesquisa foi quanto a sua natureza e, para tanto, consideramos o formato de dissertação e seu prazo de execução, o tema aborto, o contexto político-social e o interesse em representações jornalísticas sobre o tema. Assim, optamos pelo desenvolvimento de uma pesquisa documental. A análise de documentos é proveitosa, quando consideramos que “os documentos, lidos como a sedimentação das práticas sociais, têm o potencial de informar e estruturar as decisões que as pessoas tomam diariamente e a longo prazo; eles também constituem leituras particulares dos eventos sociais.” (MAY, 2004, p. 205).

Gil (2008) elenca as vantagens de se trabalhar com a pesquisa documental, sendo que ela possibilita o conhecimento do passado, viabiliza a investigação dos processos de mudança social e cultural, facilita a obtenção de dados a um menor custo e, especialmente relevante ao tema dessa pesquisa, propicia a obtenção de dados sem o constrangimento dos sujeitos. Para Gil (2008, p. 154),

é amplamente reconhecida a dificuldade de obtenção de dados relacionados com a vida íntima das pessoas. Muitas são as pessoas que se negam a responder sobre assuntos cuja resposta possa ser entendida como manifestação de comportamento anti-social ou que respondem de maneira inadequada. Nesse sentido é que as pesquisas que se valem de dados existentes permitem resultados mais acurados nas pesquisas referentes, por exemplo, ao comportamento sexual ou à drogadicção.

Sobre a pesquisa de natureza documental Cohen, Manion e Morrison (2007) apontam que documentos podem ser tendenciosos e seletivos, “visto que não foram concebidos para serem considerados dados de pesquisa, mas foram escritos para um propósito, público e

contexto diferentes” (COHEN; MANION; MORRISON, 2007, p. 201)⁷⁹ e, como já são as interpretações de outros sobre certa situação, apresentam um registro incompleto da realidade pesquisada. Neste sentido, pontuamos que temos a clareza de que os textos que fazem parte do *corpus* desta pesquisa são representações e recontextualizações de diferentes práticas sociais (FAIRCLOUGH, 2003), mas não um registro completo da realidade.

A segunda decisão tomada para a execução da pesquisa foi a escolha de articular a abordagem quantitativa à pesquisa qualitativa interpretativista da ADC (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017). Cohen, Manion e Morrison (2007) explicam que a pesquisa qualitativa envolve a organização de dados, a justificativa deles e sua explicação, onde a execução percorre um processo de dar sentido aos dados, definindo situações, “apontando padrões, temas, categorias e regularidades” (COHEN; MANION; MORRISON, 2007, p. 461)⁸⁰. A pesquisa qualitativa, em ADC, vai

examinar uma grande variedade de aspectos do processo social, como o tecido social da vida diária, o significado das experiências e o imaginário dos participantes da pesquisa; a forma como se articulam os processos sociais, as instituições, os discursos e as relações sociais, e os significados que produzem. (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 25).

Quanto ao caráter interpretativo da análise qualitativa, Cohen, Manion e Morrison (2007) comentam que ele é basicamente inevitável, pois “a análise de dados é menos uma representação totalmente precisa (como na tradição numérica positivista), mas mais uma interação reflexiva e reativa entre o pesquisador e os dados descontextualizados que já são interpretações de um encontro social.” (COHEN; MANION; MORRISON, 2007, p. 469)⁸¹.

A abordagem quantitativa pode ser definida como uma pesquisa que parte de hipóteses a serem comprovadas, orientada para representatividade estatística, com amostra aleatória, coleta de dados padronizada, uma análise estatística dos dados (FLICK, 2013). Flick (2013, p. 22) ressalta que o ideal metodológico da pesquisa quantitativa “é o tipo de mensuração científica alcançada nas ciências naturais. Por meio da padronização da coleta dos dados e da situação da pesquisa, os critérios de confiabilidade, validade e objetividade podem ser satisfeitos”. A ênfase na mensuração de dados está relacionada ao caráter estatístico deste tipo de pesquisa (FLICK, 2013).

⁷⁹ “as they were not intended to be regarded as research data but were written for a different purpose, audience and context.” (COHEN; MANION; MORRISON, 2007, p. 201).

⁸⁰ “noting patterns, themes, categories and regularities.” (COHEN; MANION; MORRISON, 2007, p. 461).

⁸¹ “the data analysis is less a completely accurate representation (as in the numerical, positivist tradition) but more of a reflexive, reactive interaction between the researcher and the decontextualized data that are already interpretations of a social encounter”. (COHEN; MANION; MORRISON, 2007, p. 469).

Ambas as abordagens têm vantagens e desvantagens, Flick (2013) indica que a combinação entre elas pode produzir trabalhos mais completos, objetivando “compensar as limitações e os pontos fracos de cada abordagem e produzir sinergias entre elas” (FLICK, 2013, p. 25). A combinação quanti-qualitativa vem crescendo nas ciências humanas e sociais (FLICK, 2013) e permite a captação de diferentes aspectos nos dados. A pesquisa quantitativa pode servir de apoio à pesquisa qualitativa e a integração delas propicia uma visão mais geral do objeto de pesquisa (FLICK, 2013). A partir disso, escolhemos trabalhar uma abordagem quanti-qualitativa para a atual pesquisa, e nossas escolhas de triangulação teórico-metodológica e de dados serão explicadas no próximo tópico.

4.2 Triangulando a pesquisa: teoria, dados e métodos

O desenvolvimento de uma pesquisa perpassa a consideração da validade e confiabilidade dela em contextos mais amplos ou, até mesmo, se seus resultados podem ser considerados consistentes. Segundo Flick (2013), uma forma de ampliar a validade do trabalho é a técnica da triangulação. O autor explica que “nas ciências sociais, triangulação significa encarar um tema de pesquisa a partir de pelo menos duas perspectivas privilegiadas” (FLICK, 2013, p. 183).

Nesta pesquisa são utilizados, pelo menos, três tipos de triangulação: a teórica, a de dados e a metodológica. Sobre a triangulação teórica, pode-se dizer que ela se refere à observação de dados que conta com, ao menos, duas perspectivas teóricas (FLICK, 2013). Articuladas neste trabalho estão a teoria da ADC, os estudos sobre aborto nas áreas de direito, história, medicina e sociologia, além de estudos sobre a prática jornalística.

Em seguida, temos a triangulação de dados que “combina dados extraídos de fontes diferentes e em momentos diferentes, em locais diferentes ou de pessoas diferentes” (FLICK, 2013, p. 183). A escolha por compilar textos de diferentes veículos tem em mente a triangulação de dados, que busca ampliar a validade do estudo (FLICK, 2013).

A triangulação metodológica pode ser definida como um tipo de triangulação que “usa o mesmo método em ocasiões diferentes ou métodos diferentes no mesmo objeto de estudo.” (COHEN; MANION; MORRISON, 2007, p. 142)⁸². Os autores indicam que a aplicação de múltiplos métodos é menos vulnerável do que o uso de método único (COHEN; MANION;

⁸² “uses either the same method on different occasions, or different methods on the same object of study.” (COHEN; MANION; MORRISON, 2007, p. 142).

MORRISON, 2007). As técnicas de triangulação em pesquisas sociais estudam o comportamento humano de vários pontos de vista e intencionam “mapear, ou explicar mais profundamente, a riqueza e complexidade” (COHEN; MANION; MORRISON, 2007, p. 141)⁸³ desse comportamento, muitas vezes, combinando técnicas quantitativas e qualitativas. Cohen, Manion e Morrison (2007) salientam que a combinação quanti-qualitativa permite a superação do problema de limitação metodológica das pesquisas tradicionalmente quantitativas ou qualitativas. Assim, decidimos que seria proveitoso ao nosso trabalho a articulação metodológica da ADC faircloughiana e a Linguística de *Corpus* enquanto metodologia.

4.3 Arcabouço teórico-metodológico para pesquisas em ADC

Na pesquisa científica é necessário fazermos-nos claros quanto à metodologia utilizada, nesse sentido, em ADC podemos identificá-la em estágios e etapas que não devem ser aplicados mecanicamente, como explica Fairclough (2013). Assim, seguimos na análise os quatro estágios detalhados por Fairclough (2013) no quadro 4, a seguir, derivados da crítica explanatória de Bhaskar e primeiro introduzidos por Chouliaraki e Fairclough (1999). Decidimos, nesta pesquisa, utilizar a proposta metodológica revisada e publicada por Fairclough (2013), já que nela o autor deu preferência à discussão de injustiças sociais, ao invés de problemas sociais, como havia apresentado em obras anteriores. Nas palavras do autor,

Na primeira edição deste livro e em outras publicações, refiro-me a ‘problemas’ sociais ao invés de ‘injustiças’. Mudei isso porque penso que construir todas as injustiças como ‘problemas’ que precisam de soluções - que podem, em princípio, ser fornecidas, mesmo que não tenham sido até agora colocadas em prática - é parte do discurso autojustificativo (e pode-se dizer ideológico) dos sistemas sociais contemporâneos em países como a Grã-Bretanha. A objeção a isso é que algumas injustiças são produzidas por sistemas e não podem ser resolvidas dentro deles. (FAIRCLOUGH, 2013, p. 254)⁸⁴.

Fairclough explica que a ADC é uma ciência social crítica que busca uma melhor compreensão da natureza e causas das injustiças sociais, além de chamar atenção aos obstáculos ao tratarmos delas para sua superação. Injustiças sociais são compreendidas, em termos gerais, como “aspectos de sistemas, formas e ordens sociais que são danosos ao bem-estar humano, e

⁸³ triangular techniques in the social sciences attempt to map out, or explain more fully, the richness and complexity of human behaviour by studying it from more than one standpoint and, in so doing, by making use of both quantitative and qualitative data. (COHEN; MANION; MORRISON, 2007, p. 141).

⁸⁴ In the first edition of this book and in other publications, I referred to social ‘problems’ rather than ‘wrongs’. I have changed this because I think that construing all wrongs as ‘problems’ which need ‘solutions’ – which can in principle be provided even if they have not been so far in practice – is part of the self-justifying (and one might say ideological) discourse of contemporary social systems in countries like Britain. The objection to it is that some wrongs are produced by systems and are not resolvable within them. (FAIRCLOUGH, 2013, p. 254).

que poderiam, em princípio, ser melhorados se não eliminados, embora talvez através apenas de grandes mudanças nesses sistemas, formas ou ordens” (FAIRCLOUGH, 2013, p. 235)⁸⁵. Nesse sentido, “Exemplos podem ser pobreza, formas de desigualdade, falta de liberdade ou racismo. Claro, o que constitui uma ‘injustiça social’ é um assunto controverso, e a ADC está inevitavelmente envolvida em debates e argumentos sobre isso que acontecem o tempo todo” (FAIRCLOUGH, 2013, p. 235)⁸⁶.

Essa concepção de injustiças sociais é particularmente interessante na discussão sobre a prática social de aborto. Após a apresentação do quadro 6, discutiremos essa questão.

QUADRO 6 - Estágios da pesquisa revisados em Fairclough (2013)

<p>Estágio 1: Foco em uma injustiça social, em seu aspecto semiótico. Estágio 2: Identificar os obstáculos para lidar com a injustiça social. Estágio 3: Considerar se a ordem social ‘precisa’ dessa injustiça social. Estágio 4: Identificar formas possíveis para superar os obstáculos.</p>
--

Fonte: A autora com base em Fairclough (2013, p. 235).

Sobre o primeiro estágio, Fairclough (2013) o divide em duas etapas. A primeira envolve escolher um tema de pesquisa que está relacionado com ou aponta para uma injustiça social, que possa ser analisado de forma transdisciplinar com foco nas relações dialéticas entre a semiose/discurso e os outros momentos das práticas sociais (pessoas, mundo material, relações sociais, ação e interação). Na presente pesquisa, selecionamos como tema a prática social de aborto, além de atentarmos-nos especificamente para sua faceta discursiva em reportagens jornalísticas e relatos pessoais. Como Fairclough (2013) pontua, alguns tópicos de pesquisa virtualmente selecionam a si mesmos, dado sua relevância social. Acreditamos que isso é verdade, em partes, para a nossa pesquisa. Muito embora consideramos a temática extremamente importante de ser debatida, o aborto não é, nem de longe, um assunto “pop” ou “em alta”, tanto na academia quanto na esfera pública. Assim, decidimos explorar a temática como objeto de pesquisa a partir da repercussão em jornais brasileiros da luta pela legalização do aborto na Argentina a partir de 2018. Entendemos que a injustiça social é a criminalização da prática de autoaborto, que leva a cerca de 200 mortes maternas anuais no Brasil, além de internações médicas, danos psicossociais e problemas legais para mulheres que tentaram (com e sem sucesso) o procedimento ilegalmente.

⁸⁵ “aspects of social systems, forms or orders which are detrimental to human well-being, and which could in principle be ameliorated if not eliminated, though perhaps only through major changes in these systems, forms or orders.” (FAIRCLOUGH, 2013, p. 235).

⁸⁶ “Examples might be poverty, forms of inequality, lack of freedom or racism. Of course, what constitutes a ‘social wrong’ is a controversial matter, and CDA is inevitably involved in debates and arguments about this which go on all the time.” (FAIRCLOUGH, 2013, p. 235).

Para Fairclough (2013) a segunda etapa desse primeiro estágio diz respeito à construção do(s) objeto(s) de pesquisa para o tema inicialmente identificado(s) ao teorizá-lo(s) transdisciplinarmente. Nessa pesquisa, decidimos trabalhar com a recontextualização da prática social de aborto na prática jornalística. Nesse sentido, investigamos não a prática de aborto propriamente dita, mas as representações dela que são construídas na prática jornalística.

A recontextualização está vinculada aos elementos das práticas sociais e “no processo de recontextualização, aspectos de qualquer um deles podem ser excluídos do discurso ou transformados, e a recontextualização também pode agregar elementos como propósitos e legitimações para as ações” (VAN LEEUWEN, 2008, p. vii)⁸⁷. Nesse processo, elementos das práticas originais podem ser excluídos ou outros aspectos podem ser incorporados às elas (VAN LEEUWEN, 2008). Ademais,

É importante enfatizar a diferença entre práticas sociais e representações de práticas sociais [...] Vou insistir na diferença entre ‘fazer algo’ e ‘falar sobre isso’, e na pluralidade de discursos - as muitas diferentes possíveis maneiras nas quais a mesma prática social pode ser representada. (VAN LEEUWEN, 2008, p. 6)⁸⁸.

Quando selecionamos nosso objeto de pesquisa voltamos o olhar para as questões relacionadas ao gênero discursivo de reportagem, que faz parte da prática jornalística. Essa seleção se deu, sobretudo, pelo que explicamos na introdução deste trabalho, ou seja, nossa própria trajetória acadêmica de interesse compartilhado pela temática e sua interseção com o jornalismo, mas já sabendo das limitações intrínsecas à prática jornalística quando trata de temas relacionados ao interesse público, especialmente os ligados a temas vistos como tabus no seio social (SOUZA, 2017).

Além da construção clara de um objeto de pesquisa, Fairclough (2013) sustenta a necessidade de construirmos este objeto de forma transdisciplinar. Dessa forma, construir um objeto de pesquisa para o tema selecionado envolve buscar pesquisas relevantes, em várias disciplinas, “para ir além e através da obviedade do tópico, e já que o foco é especificamente um ‘ponto de entrada’ semiótico para pesquisá-lo, isso deveria incluir teorias da semiótica e do discurso” (FAIRCLOUGH, 2013, p. 236)⁸⁹. É nesse sentido, que buscamos fontes e estudos em

⁸⁷ In the process of recontextualization, aspects of any of these may be excluded from the discourse or transformed, and recontextualization may also add elements such as purposes and legitimations for the actions. (VAN LEEUWEN, 2008, p. vii).

⁸⁸ It is important to stress the difference between social practices and representations of social practices [...] I will insist on the difference between “doing it” and “talking about it,” and on the plurality of discourses—the many different possible ways that the same social practice can be represented. (VAN LEEUWEN, 2008, p. 6).

⁸⁹ “[...] to go beyond and beneath the obviousness of the topic, and since the focus is on a specifically semiotic ‘point of entry’ into researching it, these should include theories of semiosis and discourse. (FAIRCLOUGH, 2013, p. 236).

diversas áreas do conhecimento, tais como: linguística, jornalismo, saúde, direito, história, sociologia e estudos feministas. De acordo com Fairclough (2013, p. 236)

Não existem ‘respostas certas’ sobre qual perspectiva teórica devemos basear-nos em: é uma questão do julgamento do pesquisador sobre quais perspectivas teóricas podem providenciar uma rica teorização como base para definir um objeto de pesquisa coerente para a pesquisa crítica, que podem aprofundar o entendimento do processo em questão, as implicações dele para o bem-estar humano e as possibilidades para melhorar esse bem-estar.⁹⁰

O segundo estágio é a identificação dos obstáculos para lidarmos com a injustiça social construída transdisciplinarmente em objeto de pesquisa. Assim, segundo o autor, devemos abordar essa injustiça social de forma indireta “perguntando o que há na forma como a vida social é estruturada e organizada que o impede de ser tratado” (FAIRCLOUGH, 2013, p. 237)⁹¹, o que requer uma análise da ordem social, e um ponto de partida para ela pode ser a análise semiótica, e a relação da semiose com os outros elementos sociais. Esse estágio é dividido em três etapas.

A primeira é analisar as relações dialéticas entre a semiose e os outros elementos sociais, dividida em análise das relações entre ordens do discurso e outros elementos das práticas sociais; e a análise entre textos e outros elementos dos eventos sociais. Nessa etapa, inclui-se a análise da relação dialética entre estruturas e eventos sociais. Na seção 5, nomeada **Lutas hegemônicas e o aborto**, realizamos a análise conjuntural relacionada à injustiça social pesquisada, buscando uma maior compreensão de como ocorreu o estabelecimento dessa injustiça social, quais instituições estão envolvidas na manutenção dela, e o que é chave para entendê-la. Para a segunda etapa, o analista deve selecionar textos e categorias para a análise, considerando o que é apropriado à constituição do objeto de pesquisa. A parte relativa à seleção dos textos dessa etapa é detalhada na seção 4.5, em que explicamos os procedimentos de coleta do *corpus*, os critérios utilizados e os motivos para certas decisões da pesquisa. Já a parte sobre selecionar as categorias de análise, ela ocorreu posteriormente a nossa seleção dos textos, mas devido às próprias características da redação de uma dissertação, apresentamos nossas categorias de análise na seção 2.2, sendo elas a intertextualidade, a interdiscursividade e o vocabulário. A terceira etapa é realizar a análise de textos, tanto a interdiscursiva quanto a linguística/semiótica. Esta etapa é a análise discursiva realizada na seção 6, intitulada

⁹⁰ There are no ‘right answers’ to the question of which theoretical perspectives to draw upon: it is a matter of researchers’ judgements about which perspectives can provide a rich theorisation as a basis for defining coherent objects for critical research which can deepen understanding of the processes at issue, their implications for human well-being and the possibilities for improving well-being. (FAIRCLOUGH, 2013, p. 236).

⁹¹ “asking what it is about the way in which social life is structured and organised that prevents it from being addressed” (FAIRCLOUGH, 2013, p. 237).

Hegemonia e resistências: as múltiplas construções discursivas sobre aborto e sobre as mulheres, desta dissertação.

O terceiro estágio diz respeito às reflexões que devem ser feitas sobre a ordem social ‘precisar’ ou não da injustiça social identificada. O próprio autor admite que esse estágio não é imediatamente óbvio, por isso explica ser uma questão de avaliar se a injustiça da qual falamos “é inerente à ordem social, e se ele pode ser resolvido dentro dela, ou apenas a transformando” (FAIRCLOUGH, 2013, p. 238)⁹². Essa questão levanta posicionamentos sobre o que é ou pode ser, e nos permite questionar o que é possível ser mudado na ordem social. Para o Fairclough (2013, p. 239), esse tópico “conecta-se com questões de ideologia: o discurso é ideológico na medida em que contribui para sustentar relações particulares de poder e dominação”⁹³.

No último estágio, Fairclough (2013, p. 239) propõe a mudança de crítica do polo negativo para o positivo: “identificando, com foco nas relações dialéticas entre semiose e outros elementos, possibilidades no processo social existente para superar os obstáculos ao resolver a injustiça social em questão”⁹⁴. Para o Fairclough (2013, p. 239),

Isso inclui o desenvolvimento de um ‘ponto de entrada’ semiótico na pesquisa sobre as maneiras pelas quais esses obstáculos são realmente testados, desafiados e resistidos, seja dentro de grupos ou movimentos políticos ou sociais organizados, ou mais informalmente por pessoas no curso de seu trabalho normal, vida social e doméstica.⁹⁵

Para esse estágio, entendemos que em nossa pesquisa coube uma reflexão sobre as formas de fazer jornalismo, com destaque ao trabalho de Medina (2003, 2008) e Ijuim (2009), que discutem como a prática jornalística pode ser mais humanizada. Além disso, no próprio material pesquisado e na progressão da análise são contempladas questões sobre como os discursos dominantes são semioticamente enfrentados, contestados, criticados e resistidos, tal como indica Fairclough (2013).

Na próxima subseção apresentamos a Linguística de *Corpus* utilizada como parte da metodologia da presente pesquisa.

⁹² “is inherent to the social order, whether it can be addressed within it, or only by changing it.” (FAIRCLOUGH, 2013, p. 238).

⁹³ “connects with questions of ideology: discourse is ideological in so far as it contributes to sustaining particular relations of power and domination.” (FAIRCLOUGH, 2013, p. 239).

⁹⁴ “identifying, with a focus on dialectical relations between semiosis and other elements, possibilities within the existing social process for overcoming obstacles to addressing the social wrong in question.” (FAIRCLOUGH, 2013, p. 239).

⁹⁵ This includes developing a semiotic ‘point of entry’ into research on the ways in which these obstacles are actually tested, challenged and resisted, be it within organised political or social groups or movements, or more informally by people in the course of their ordinary working, social and domestic lives. (FAIRCLOUGH, 2013, p. 239).

4.4 Linguística de *Corpus*

A Linguística de *Corpus* “constitui um conjunto ou coleção de princípios metodológicos para o estudo de qualquer domínio linguístico” caracterizado por “fornecer suporte à pesquisa da língua em uso a partir de *corpus* linguístico com base em tecnologia computacional e programas de computador” (PARODI, 2010, p. 14)⁹⁶. Para a LC, “um *corpus* é uma coletânea de textos, necessariamente em formato eletrônico, compilados e organizados segundo critérios ditados pelo objetivo de pesquisa a que se destina” (TAGNIN, 2005, p. 21). O formato eletrônico “permite que esses textos sejam investigados e analisados automaticamente, com o uso de ferramentas computacionais específicas” (TAGNIN, 2005, p. 21).

A LC poder ser acessada como metodologia, ou ainda abordagem metodológica, “pois em alguns tipos de pesquisa, nomeadamente ‘baseadas em *corpus*’ ou ‘informadas por *corpus*’, ela é utilizada como um instrumental para a obtenção de dados que exemplifiquem, confirmem ou refutem determinada teoria ou hipótese” (LISBOA, 2021, p. 65). Portanto, o pesquisador “seleciona a teoria com a qual trabalhará anteriormente à análise dos dados” (LISBOA, 2021, p. 65), dessa forma usa-se a LC para a obtenção de dados linguísticos. Além disso, pesquisas que lançam mão da LC como metodologia valorizam a empiricidade e a análise de fenômenos linguísticos em quantidades abrangentes de textos, necessariamente empregando ferramentas computacionais e técnicas analíticas (semi)automáticas e interativas, além de realizarem análises quantitativas e qualitativas (BERBER SARDINHA, 2004; LISBOA, 2021).

Hardt-Mautner (1995) é uma das pioneiras nas pesquisas que partem da ADC e utilizam LC como metodologia, ela explica que a metodologia qualitativa usada em ADC é inadequada para pesquisas com um *corpus* de grande extensão. Por conseguinte, “essa incompatibilidade entre a estrutura escolhida e a natureza dos dados que levaram ao desenvolvimento de um procedimento analítico alternativo, combinando o uso de programas de concordância com a análise qualitativa tradicional da ADC” (HARDT-MAUTNER, 1995, p.1)⁹⁷. Além disso, podemos dizer que o emprego de LC em pesquisas da ADTO pode ser defendida pelo fato de ser uma “base confiável e verificável para análises quali-quantitativas, bem como por

⁹⁶ “constituye un conjunto o colección de principios metodológicos para estudiar cualquier dominio lingüístico y que se caracteriza por brindar sustento a la investigación de la lengua en uso a partir de corpus lingüísticos con sustrato en tecnología computacional y programas informáticos” (PARODI, 2010, p. 14).

⁹⁷ “It was this mismatch between the chosen framework and the nature of the data that led to the development of an alternative analytical procedure, combining the use of concordance programmes with CDA’s traditional qualitative analysis.” (HARDT-MAUTNER, 1995, p. 1)

possibilitar a organização, a observação e a verificação de evidências linguísticas de maneira mais célere e precisa” (LISBOA, 2021, p. 68).

Aliás, a LC fortalece metodologicamente a pesquisa, quando consideramos a possibilidade de verificação dos dados coletados e maior clareza quanto as decisões e interpretações realizadas pelo pesquisador na condução da análise qualitativa interpretativista prezada pela ADC. Para mais, Lisboa (2021, p. 69) salienta que “um *corpus* é projetado para que reflita comportamentos da língua ou domínio que se pretenda analisar e, portanto, ele deve ser construído em conformidade com os objetivos da pesquisa para o qual foi compilado”, logo, os objetivos da pesquisa e a coleta de *corpus* devem estar alinhados.

Hardt-Mautner (1995) e Kopf (2019) explicam que o casamento entre as metodologias de LC e ADC surge da preocupação com a melhor forma de analisar os dados, principalmente quando se tem um volume de dados maior, mas com os quais não pretendemos sacrificar a profundidade analítica da pesquisa. A intenção é que a Linguística de *Corpus* complemente a análise aprofundada da ADC, portanto, os dados quantitativos, como análises de frequências de palavras e colocações, permitem, em contexto, *insights* para a análise qualitativa (KOPF, 2019). A metodologia da LC, também, possibilita o entrecruzamento de dados e estatísticas derivadas da análise. Para que o trabalho seja proveitoso do ponto de vista teórico da ADC, a pesquisa deve acontecer em um *corpus* de tamanho pequeno-médio quando falamos de um único pesquisador realizando a análise (HARDT-MAUTNER, 1995). Berber Sardinha (2004) aponta que o *corpus* pequeno-médio tem de 80 a 250 mil palavras de extensão.

A decisão de articular metodologicamente a Linguística de *Corpus* (LC) e a Análise de Discurso Crítica se deu após a disciplina Estudos Descritivos e Linguística de *Corpus* ministrada pelo Prof. Dr. Ariel Novodvorski, além disso, tivemos contato com outros pesquisadores do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da UFU que desenvolvem pesquisas em LC. Para auxiliar-nos na ADTO, decidimos trabalhar com o *UAM Corpus Tool* disponibilizado gratuitamente na internet, na subseção 4.6 detalharemos o tratamento dos dados por meio do *software*.

4.5 Procedimentos de coleta

O primeiro passo de qualquer pesquisa é definir o problema a ser investigado. A princípio, a proposta para esta dissertação era trabalhar com textos jornalísticos sobre os protestos pela legalização do aborto na Argentina no ano de 2018. No entanto, repensamos isso, dado que, para desenvolver uma análise discursiva crítica, a análise de contexto ou conjuntural,

como comentado nos estágios da pesquisa (cf. seção 4.3), é um ponto essencial e a falta de vivência no contexto argentino dificultaria que este trabalho fosse desenvolvido adequadamente.

Outra questão levantada, logo no início, foi a escolha entre desenvolver uma pesquisa etnográfica crítica defendida em ADC (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017) ou executar uma pesquisa documental. Nesse momento, entramos na questão de que o aborto é uma injustiça social apresentada de duas formas na realidade brasileira, em sua face legal, envolve mulheres em situação de vulnerabilidade psicológica e/ou social, hospitais e equipes médicas, e na face ilegal, envolve a tipificação de crime, remédios clandestinos e mulheres que não falam abertamente sobre suas vivências. Por isso, decidimos executar uma pesquisa documental voltada para as representações e a recontextualização da prática de aborto pela prática jornalística.

Para a seleção do *corpus* tomamos algumas decisões. A primeira quanto ao tipo de material a ser coletado. Tendo em vista que um de nossos objetivos específicos é investigar as representações discursivas da prática social do aborto e das mulheres que abortaram, decidimos trabalhar com material jornalístico. A segunda decisão foi relativa aos veículos de comunicação. Consideramos que seria importante, nesta dissertação, investigar essas representações em dois tipos de jornalismo: o tradicional e o independente. Assim, partindo de uma listagem feita por Spannenberg et al. (2018) de dez veículos tradicionais e 22 alternativos de cobertura nacional, buscamos aqueles que tivessem presença digital, já que os documentos digitais são mais simples de serem compilados para pesquisa, além disso, o acesso a eles dependia somente de conexão com a *internet*. Dentre os listados, selecionamos o jornal *Folha de São Paulo*, um dos jornais de referência do Brasil, que reivindica neutralidade em seus princípios editoriais; e a revista eletrônica *Revista AzMina*, que, entre os veículos alternativos, faz um jornalismo especializado sobre mulher e se compromete com o ativismo de causas sociais.

A partir da seleção de fontes, tomamos a decisão sobre qual seria o universo do *corpus*. Dessa forma, para a seleção do período temporal que a pesquisa cobriria, a princípio, trabalharíamos com o ano de 2019 para a coleta do material jornalístico da *Folha de São Paulo* e da *Revista AzMina*, no entanto, optamos por estender o período temporal até 31/12/2020, devido aos acontecimentos que colocaram a temática em destaque na mídia. Dos veículos selecionados, somente a *Folha de São Paulo* é paga, porém, o jornal oferece um período de gratuidade para estudantes universitários, por isso, pudemos realizar a coleta sem custos.

Para a coleta do *corpus* jornalístico, utilizamos os mecanismos de pesquisa dos próprios *sites*. Dessa forma, na *Folha de São Paulo* e na *Revista AzMina* procuramos nas ferramentas

buscadoras internas de cada *site* a palavra-chave aborto, com a seleção temporal especificada. A princípio pretendíamos analisar todos os textos jornalísticos publicados nos veículos selecionados. Portanto, a análise seria empreendida independente dos gêneros jornalísticos presentes no *corpus*. A primeira coleta, referente ao ano de 2019, contava com notícias, reportagens, artigos de opinião, relatos, colunas e editoriais. Contudo, a análise de textos de gêneros tão distintos, e alguns, como as colunas e artigos de opinião, que não necessariamente representam as opiniões do veículo, nos fez repensar a pesquisa e tomar a decisão de focar na análise de textos de apenas um gênero: a reportagem.

Para a inclusão dos textos da esfera jornalística no *corpus* da pesquisa, adotamos os seguintes critérios: estar no período temporal especificado; ter como foco a prática social de aborto induzido; tratar sobre o Brasil ou sobre a população brasileira; ser reportagem. A coleta do ano de 2019 foi realizada em março de 2020 e a coleta referente às publicações de 2020 foi realizada em junho de 2021. Essa informação é relevante já que textos disponibilizados em *sites* podem ser alterados ou apagados.

No *site* da *AzMina*, encontramos o total de 33 textos pelo mecanismo de busca interna do site com a palavra-chave aborto no período de janeiro de 2019 a dezembro de 2020. Após uma leitura geral verificamos que apenas sete cumpriam com os critérios de inclusão supracitados, logo, são esses que fazem parte do nosso *corpus*.

No *site* da *Folha*, a palavra-chave aborto para o ano de 2019 gerou 465 resultados no buscador e, para o ano de 2020 gerou 610 textos. Por isso, primeiro fizemos uma leitura geral com o objetivo de selecionar somente os textos que abordassem em alguma medida a prática do aborto. Realizamos esse procedimento, porque o buscador automático traz resultados sobre as páginas de forma geral e muitas vezes ‘aborto’ figurava apenas como *hiperlink* para outra matéria. Além disso, excluímos todo material de outros veículos, dado que a *Folha* republica e traduz textos de outros veículos como BBC e New York Times. A palavra-chave escolhida, também, trouxe como resultado matérias sobre aborto espontâneo, outro assunto extremamente importante, mas que não é abarcado nesta pesquisa.

A partir disso, criamos uma tabela com os textos que citavam a palavra-chave e que minimamente se referiam a prática de aborto induzido. Depois, fizemos a separação a partir do foco do texto, para isso nos perguntamos sobre o que esses textos se propunham a falar e como o aborto entrava na argumentação geral. Muitos deles apenas traziam uma citação solta dizendo que alguma figura política ou organização havia se posicionado a favor ou contra a legalização da prática. Em sequência, separamos os materiais que tratavam do aborto em outros países, já que a *Folha de São Paulo* é um veículo que faz cobertura internacional e várias legislações

sobre o aborto mudaram ao redor do mundo, em 2019 e 2020, como a Irlanda, o México, a Austrália, a Argentina e alguns estados dos Estados Unidos. Após essas leituras e refinamentos de busca e adequação aos critérios de inclusão da pesquisa, finalizamos a coleta da *Folha de São Paulo* com 20 textos.

Finalmente, o *corpus* desta pesquisa é composto por 20 textos da *Folha de São Paulo* e 7 da *Revista AzMina*, que totalizam 27 textos. O *corpus* pode ser organizado por ano de publicação como apresentado no quadro 7, a seguir:

QUADRO 7 – O *corpus* da pesquisa por ano de publicação

	<i>Folha de São Paulo</i>	<i>Revista AzMina</i>
2019	8	1
2020	12	6
TOTAL	20	7

Fonte: Produzido pela autora.

Embora não possamos apontar com certeza, acreditamos que a diferença no número de reportagens publicadas em 2019 e 2020 nos dois veículos pode ser explicada por dois fatores: primeiro, no que concerne a *Revista AzMina*, em 2019 foram publicados vários textos sobre o tema em diferentes gêneros, com destaque para o relato pessoal e o texto de opinião, que não fizeram parte do recorte de nossa pesquisa; o segundo concerne a *Folha de São Paulo*, que em 2020 publicou muito mais reportagens sobre o tema após o caso da menina capixaba que ocorreu em agosto daquele ano.

Na próxima subseção, tratamos dos procedimentos empreendidos na análise.

4.6 Procedimentos de análise

Após os procedimentos de coleta, descritos na subseção 4.5, efetuamos várias leituras dos textos buscando compreender quais categorias de análise seriam proveitosas na análise do *corpus*. Dessa forma, para a etapa de análise discursiva, selecionamos a intertextualidade, a interdiscursividade e o vocabulário (FAIRCLOUGH, 2003). Essas categorias foram apresentadas na subseção 2.2.

Durante a disciplina de Estudos Descritivos e Linguística de *Corpus*, ministrada pelo Prof. Dr. Ariel Novodvorski, fizemos alguns testes com nosso material coletado no *software UAM*. Logo, compreendemos algumas possibilidades em se trabalhar com o auxílio das ferramentas computacionais na análise linguística. Considerando as características das categorias analíticas escolhidas, decidimos trabalhar com o *software UAM Corpus Tool*.

4.6.1 Tratamento de dados por meio de software

Antes de passar aos procedimentos aplicados nesta etapa, precisamos apresentar o programa aplicado na presente dissertação, a saber, o *UAM Corpus Tool* (O'DONNELL, 2019), O *UAM* foi criado por Michael O'Donnell é ferramenta, disponibilizada gratuitamente na *internet*, para auxiliar pesquisadores que já realizavam análises através de linhas de concordância em outros *softwares*, mas não conseguiam fazer anotações de outras características linguísticas neles. Ele é, essencialmente, “um sistema que permite ao usuário aplicar *tags* a segmentos de texto” (O'DONNELL, 2008, p. 1434)⁹⁸.

Dessa forma, o *UAM* é antes de tudo uma ferramenta de anotação para o pesquisador. O processo de anotação, também chamado etiquetagem, diz respeito a algo extremamente familiar para quem faz ADTO; é o momento de marcação dos textos que podemos realizar manualmente, em folhas impressas com o uso de caneta e de marcadores. A diferença entre realizar o procedimento de anotação no *UAM* ou realizá-lo manualmente está na facilidade de criar uma análise de diferentes categorias em um mesmo documento e acessá-las separadamente. Esse processo é chamado análise em camadas. Em resumo, o *UAM* possibilita a utilização ou a criação e/ou adaptação de categorias de análise dentro dele, viabilizando a organização de todos os textos do *corpus* em uma mesma tela, a leitura desses textos e a marcação dessas categorias pelo pesquisador diretamente no *software*.

Além disso, o *software* permite ao pesquisador o acesso organizado de todas as anotações, por exemplo, em nossa pesquisa realizamos marcações sobre as vozes que foram adicionadas por discurso direto, no *UAM* é possível simplesmente selecionar uma aba de pesquisa no programa e fazer a seleção por essa categoria, que o programa nos dará como resultado todas as marcações de discurso direto realizadas. Ademais, conseguimos também gerar dados estatísticos das anotações realizadas por categorias de análise. Essa organização e os dados que o programa nos permite coletar colabora para uma análise qualitativa mais rica, com facilidade de acesso às marcações feitas no *corpus*.

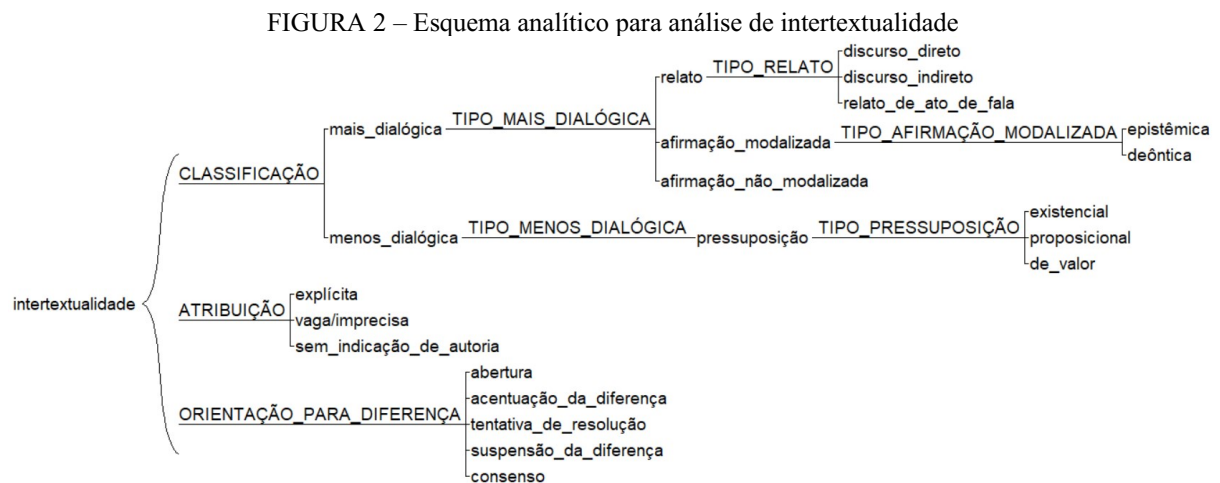
Os procedimentos para trabalhar com *softwares* de análise começam logo na coleta, já que eles somente fazem a leitura do texto em formatos eletrônicos específicos, a saber, o formato *text file* (txt). Esse procedimento é necessário, pois “o ideal é que os arquivos estejam no formato TXT, o que significa que contém somente caracteres do teclado (letras, números e

⁹⁸ “It is at base a system which allows a user to apply tags to segments of text.” (O'DONNELL, 2008, p. 1434).

símbolos ortográficos), sem códigos de formatação específicos para certos programas” (BERBER SARDINHA, 2004, p. 51). Nesta pesquisa, fizemos a coleta dos *sites* de origem no formato pdf, depois salvamos esses arquivos em docx e, por fim, txt na codificação UTF-8.

Após a limpeza do corpus fizemos alguns testes para análise nos programas. Foi nesse momento que, considerando o trabalho realizado com dois veículos distintos (FSP e RA), decidimos separar os procedimentos que envolveram o *software* para que ao final pudessemos realizar comparações, a partir dos dados obtidos na etiquetagem. Na finalização da pesquisa, percebemos que essa divisão não era necessária, poderíamos ter simplesmente criado uma etiqueta para identificarmos e separarmos os veículos no *UAM*. Porém, não faria sentido reiniciarmos o processo de etiquetagem.

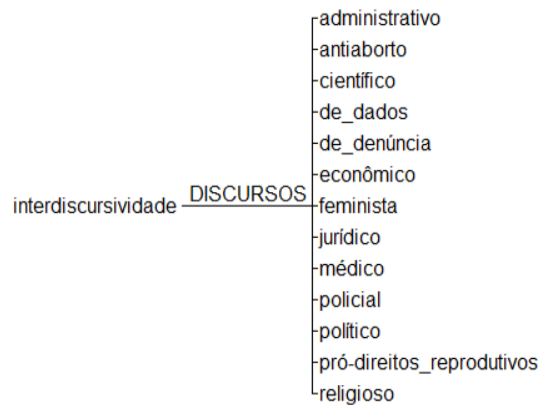
Após as primeiras leituras do *corpus*, enquanto realizávamos a revisão bibliográfica para pesquisa, entendemos que algumas categorias de análise das propostas por Fairclough eram mais relevantes ao *corpus* coletado. Por isso, transformamos a categoria de análise intertextualidade de Fairclough (2003) em esquema de anotação no programa *UAM*, como podemos observar na figura 2, a seguir. A personalização de categorias de análise é uma das possibilidades oferecidas pelo *UAM*, que permite ao usuário a definição de quantas camadas (*layers*) são necessárias à sua pesquisa, além de facilitar a organização hierárquica da análise de cada camada através da intuitividade da criação das camadas.



Fonte: Elaborado com base em Fairclough (2003) no programa *UAM Corpus Tool* (O'DONNELL, 2019).

Também incluímos no programa uma *layer* para marcação da interdiscursividade, a partir dos discursos notados nas leituras das reportagens. A marcação dos discursos no programa foi realizada de forma mais livre, pois editávamos o esquema de anotação a medida em que novos discursos eram percebidos. O esquema de anotação para interdiscursividade final pode ser visto na figura 3.

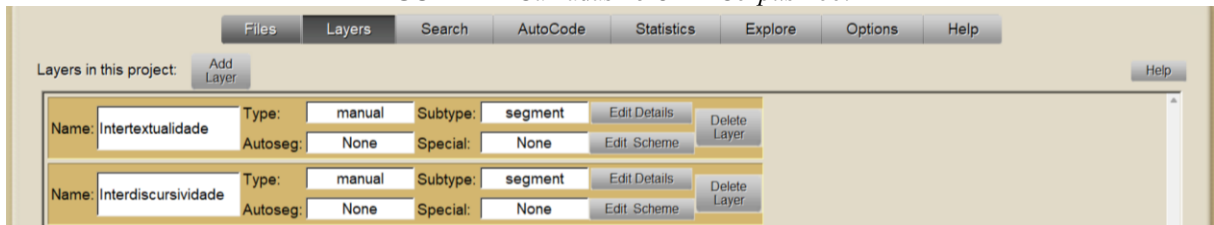
FIGURA 3 – Esquema analítico para análise de interdiscursividade



Fonte: A autora.

Na figura 4, a seguir, observamos as camadas intertextualidade e interdiscursividade inseridas no programa, a primeira é composta pelo esquema analítico apresentado na figura 2. O esquema analítico para análise de intertextualidade é fundamentado teoricamente por Fairclough (2003), como apresentado anteriormente (cf. seção 2.2.1).

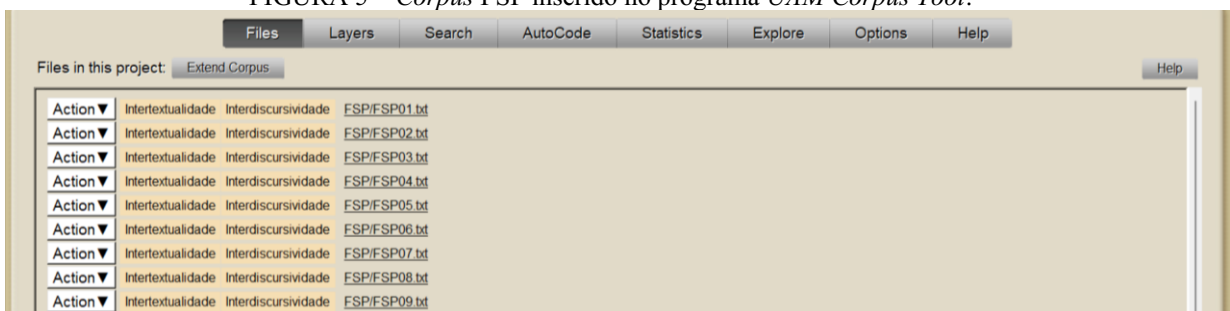
FIGURA 4 – Camadas no UAM Corpus Tool



Fonte: A autora.

A tela principal do programa é uma *interface* de gestão dos textos inseridos com as camadas decididas pelo usuário. Nessa tela “o usuário pode adicionar e deletar arquivos, abrir arquivos para anotação e definir camadas de anotação para aplicar nesses arquivos” (O’DONNELL, 2008, p. 1435). Optamos por realizar a análise do *corpus* em arquivos separados, ou seja, temos um arquivo para a *Folha de São Paulo* (FSP) e um para a *Revista AzMina* (RA). Na figura 5, abaixo apresentamos a tela inicial do programa para os textos da FSP.

FIGURA 5 – Corpus FSP inserido no programa UAM Corpus Tool.

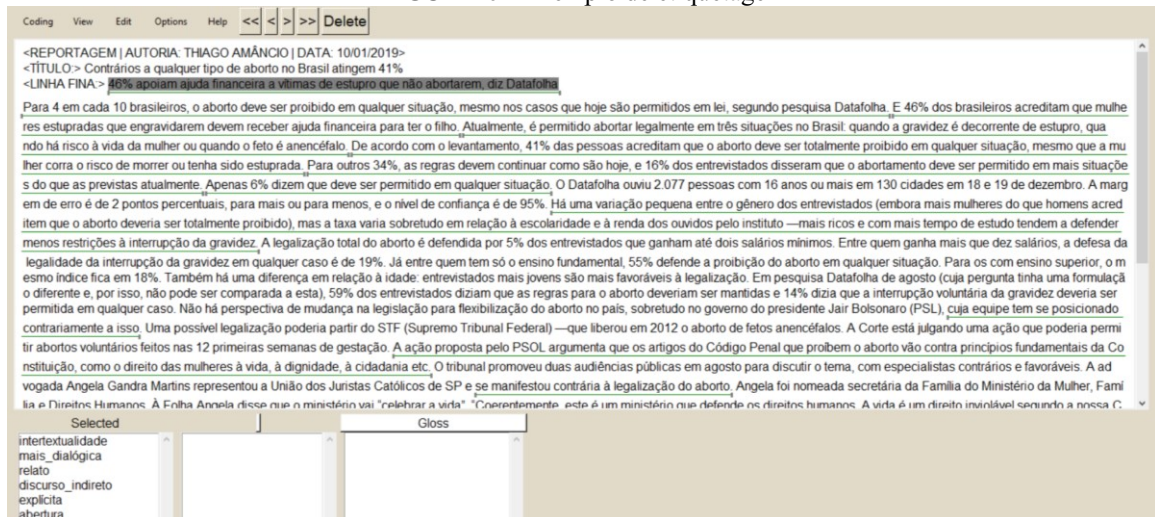


Fonte: A autora.

Como vemos na figura 5, cada texto coletado recebeu uma nomenclatura em código para facilitar a organização deles, a saber: os textos da *Folha de São Paulo* são FSP01 a FSP20; os da *Revista AzMina* são RA01 a RA07. A ordem escolhida é a data de publicação.

Na figura 6, a seguir, mostramos como funciona o procedimento de anotação nos textos. Todos os trechos sublinhados em verde são partes nas quais identificamos algum tipo de intertextualidade, na figura selecionamos uma delas para demonstrar a etiquetagem feita, a saber: a linha fina (subtítulo) “46% apoiam ajuda financeira a vítimas de estupro que não abortarem, diz Datafolha”, que classificamos seguindo o esquema analítico para intertextualidade apresentado anteriormente, que começa em tipo, nesse caso mais dialógica/relato/discurso indireto, depois para atribuição que é explícita, por último a orientação para diferença, que entendemos como de abertura.

FIGURA 6 - Exemplo de etiquetagem



Fonte: A autora.

A anotação de interdiscursividade foi realizada semelhantemente à exemplificada na figura 6. A principal diferença diz respeito a não necessidade de tantos detalhamentos nas escolhas de categorias, e o fato de termos realizados duplas ou triplas anotações em trechos que relacionavam diferentes discursos.

Para a análise, fizemos as buscas na aba *Search* do programa. Essa aba permite a busca específica por trechos, seja usando a função *text-driven search* que pesquisa a partir de palavras ou conjuntos específicos ou na função que mais usamos nomeada *menu-driven search*. A busca *menu-driven* acontece quando selecionamos qual etiqueta queremos buscar, por exemplo, se queremos ver resultados de todas as afirmações não-modalizadas basta selecionar essa opção. A figura 7, a seguir, exemplifica essa aba.

FIGURA 7 - Exemplo de busca por etiqueta

File	Pretext	<Intertextualidade feature="afirmação_não_modalizada"/>	PostText
RA/RA01.txt	nessa reportagem.	É importante saber que vítimas de estupro não precisam apresentar boletim de ocorrência	A Norma Técnica de
RA/RA03.txt	explica Juliana.	No Brasil, a interrupção voluntária da gravidez é crime exceto em três situações: anencefali	No entanto, se
RA/RA04.txt	saber também que	é permitido interromper a gravidez dentro da lei e no SUS em três casos	: em situações de
RA/RA04.txt	ficar claro:	violência sexual é qualquer ato sexual que não foi consentido.	Inclusive quando a mulher
RA/RA04.txt	VIDA DA MULHER	Quando a gravidez coloca a vida da mulher em risco é permitida a realização do aborto pa	Mas, ainda assim
RA/RA06.txt	gravidez no Brasil	A maior parte do trabalho da Câmara e Senado em relação à temática do aborto tem sido	Desde 2011, foram

Fonte: A autora.

No próximo tópico comentamos a organização da análise.

4.6.2 Organização da seção de análise

De acordo com os Estágios da pesquisa revisados em Fairclough (2013), que apresentamos na subseção 4.3, a análise empreendida pelo analista crítico de discurso perpassa duas etapas. A primeira diz respeito à análise conjuntural, nesse sentido, fizemos uma seleção de práticas e instituições as quais eram essenciais tratarmos sobre para discutir o aborto com o injustiça social. A partir desses textos, tecemos considerações sobre a prática social de aborto na seção 5, intitulada, **Lutas hegemônicas e o aborto**. A seção aborda nomenclaturas, dados e injustiças latentes no atendimento ao chamado aborto legal. Além disso, trata do processo de institucionalização da prática de aborto pelo Estado, sua criminalização e as lutas emancipatórias pelo direito ao próprio corpo empreendidas organizadamente pelas mulheres desde a segunda onda feminista. Ao final, fazemos um apanhado de fatos recentes que tornaram o assunto efervescente no Brasil contemporâneo.

Para efetuar a segunda etapa da análise discursiva crítica, que diz respeito a análise interdiscursiva e linguística/semiótica dos textos, organizamos a seção 6 – **Hegemonia e resistências: as múltiplas construções discursivas sobre aborto e sobre as mulheres**. Essa seção foi dividida em duas subseções: a primeira trata das representações construídas no *corpus* sobre o aborto e sobre as mulheres que abortaram; e a segunda se dedica à comparação entre as representações e os padrões lexicogramaticais observados nos veículos de comunicação que fazem parte da pesquisa.

Na primeira subseção, apresentamos a análise discursiva dos dados, que está organizada em dois tópicos. O primeiro trata da análise das vinte reportagens coletadas na *Folha de São Paulo*, depois, o segundo contempla da análise das sete reportagens coletadas na *Revista AzMina*. Tendo em vista essa sequência, em relação a cada um dos dois conjuntos de dados, nos organizamos nos seguintes passos:

1. Discorremos sobre os principais temas representados nas reportagens analisadas. Para isso, incluímos no começo da análise quadros que estão organizados em quatro colunas, a saber: **código**, que se refere à codificação que colocamos no texto para os propósitos da pesquisa, especialmente para a identificação de cada texto individual no *software* usado; **título**, que se refere à manchete da reportagem analisada; **autoria**, na qual registramos os nomes do/s autor/es de cada reportagem; **data de publicação** do texto.
2. Discutimos os resultados estatísticos das análises de intertextualidade e interdiscursividade, por meio da apresentação de figuras extraídas do *UAM*.
3. Apresentamos todas as vozes e textos artilhados nas reportagens e como essa articulação ocorre. Essa apresentação é feita através de quadros nos quais reunimos todas as vozes e textos acionados nas reportagens analisadas, e eles estão organizados em quatro colunas, a saber: **posicionamento** – que diz respeito a como essas vozes e textos se posicionam quanto a temática, ou seja, se são antiaborto, pró-direitos reprodutivos ou tem um posicionamento que não conseguimos identificar; **vozes** – listamos quem são essas vozes e textos articulados; **forma de articulação** – podendo ser discurso direto, indireto ou relato de ato de fala; e **código do texto**. Como esses quadros listam todas as vozes e textos incluídos como fontes jornalísticas nas reportagens eles são longos, por isso, transformamos seus dados em gráficos que os organizam em: vozes por posicionamento; por modo de articulação; e por tipo de fonte jornalística. Nesse sentido, discutimos os pontos de destaque desses gráficos.
4. Passamos a análise de sequências discursivas representativas do *corpus*, que estão elencadas em quadros organizados em três colunas: **voz** – onde indicamos a autoria da sequência discursiva exposta; **ator social representado** – apontamos quem é representado na sequência; e **sequência discursiva** – o recorte do trecho retirado como aparece na reportagem. Essas sequências discursivas foram selecionadas de acordo com o que os dados nos guiaram, nas quais investigamos os discursos articulados nas reportagens e analisamos quais representações materializam sobre o aborto e as mulheres que o praticaram. Assim, analisamos como as palavras são colocadas no texto, seus sentidos e as relações evidenciadas ali para poder distinguir os tipos de discurso presentes, e em seguida, discutir a interdiscursividade e as relações que os diferentes discursos estabelecem entre si.

Na segunda subseção, apresentamos comparativamente as análises dos veículos, focando-nos em que medida os resultados da análise da *Folha* e da *AzMina* se assemelham e como se distanciam. Para isso, retomamos a análise intertextual, interdiscursiva e de

vocabulário, para apresentar quais são os textos, vozes e discursos articulados em cada veículo e quais representações eles articulam sobre o aborto e as mulheres.

Na próxima seção fazemos a análise conjuntural sobre a prática social de aborto.

5 AS LUTAS HEGEMÔNICAS E O ABORTO

Nesta seção, realizamos o que Fairclough (2003, 2013) chama de análise da conjuntura e para isso abordaremos os aspectos que envolvem a prática social do aborto, entre eles: questões históricas, médicas, legais, religiosas, éticas, a pauta feminista pela descriminalização e o papel do Estado enquanto regulador de práticas sociais. Comentamos também sobre as forças acionadas na luta hegemônica entre as posições pró e contra a legalização do aborto. Para a antropóloga brasileira Fabíola Rohden, “é imprescindível dizer que essas questões [sexo, reprodução e controle de natalidade] estão centradas na dimensão das relações de gênero, que traduzem, sobretudo, relações de poder”. Além disso, a autora coloca que “o controle sobre a capacidade reprodutiva é um dos nódulos centrais sobre os quais se constroem as prerrogativas em torno das capacidades e das funções sociais de cada gênero” (ROHDEN, 2003, p. 15). É com isso em mente que começamos teceremos nossas observações sobre a prática social do aborto.

Podemos dizer que as práticas sociais significam formas de atividade social relativamente estáveis, e seus momentos são: o mundo material, as pessoas, a ação e a interação, as relações sociais e o discurso. Considerando essa definição entendemos que a prática do aborto é uma prática social. A prática do aborto pode acontecer de diversas maneiras, envolvendo várias pessoas (a mulher, o homem, o médico, o jurista, as ativistas, a família etc.), que se relacionam de diferentes maneiras (como pares, em situação hierarquizada), ela envolve ações e interações (materiais e discursivas) e, como qualquer prática social, tem faceta discursiva/semiótica. Parte da faceta discursiva da prática social do aborto acontece quando se escreve sobre ela, como: os artigos 124 a 128 do Código Penal Brasileiro; cartazes de protestos pró e antiaborto legal; pedidos de orientação sobre aborto nas redes sociais; relatos na internet; sites informativos como o *Women on Waves*; reportagens etc. Dessa forma, a prática social do aborto é uma das práticas que consideramos para a presente pesquisa; outra prática muito importante a este trabalho é a prática jornalística. O momento discursivo das práticas citadas, a relação dialética entre elas e a articulação entre as próprias práticas sociais são essenciais para a análise desenvolvida.

Quando falamos sobre aborto, podemos nos referir a vários tipos de procedimentos com diferentes classificações médicas e legais. Diniz e Almeida (1998) elencaram quatro classificações, a saber:

1. Interrupção eugênica da gestação (IEG): são os casos de aborto ocorridos em nome de práticas eugênicas, isto é, situações em que se interrompe a gestação por valores

racistas, sexistas, étnicos, etc. [...]. Regra geral, a IEG processa-se contra a vontade da gestante, sendo esta obrigada a abortar; 2. Interrupção terapêutica da gestação (ITG): são os casos de aborto ocorridos em nome da saúde materna, isto é, situações em que se interrompe a gestação para salvar a vida da gestante. [...]; 3. Interrupção seletiva da gestação (ISG): são os casos de aborto ocorridos em nome de anomalias fetais [...] Em geral, os casos que justificam as solicitações de ISG são de patologias incompatíveis com a vida extra-uterina, sendo o exemplo clássico o da anencefalia; 4. Interrupção voluntária da gestação (IVG): são os casos de aborto ocorridos em nome da autonomia reprodutiva da gestante ou do casal, isto é, situações em que se interrompe a gestação porque a mulher ou o casal não mais deseja a gravidez, seja ela fruto de um estupro ou de uma relação consensual. Muitas vezes, as legislações que permitem a IVG impõem limites gestacionais à prática (DINIZ, ALMEIDA, 1998, p. 126-127).

A norma técnica do Ministério da Saúde prefere a denominação abortamento para se referir à “interrupção da gravidez até a 20ª ou 22ª semana e com produto da concepção pesando menos que 500g” (BRASIL, 2011, p. 29) e define aborto como “o produto da concepção eliminado no abortamento” (BRASIL, 2011, p. 29). Quanto aos tipos de abortamentos, a norma técnica os divide em: ameaça de abortamento; abortamento completo; abortamento inevitável/incompleto; abortamento retido; abortamento infectado; abortamento habitual; e abortamento eletivo previsto em lei (BRASIL, 2011). Além disso, a norma indica os tipos de procedimentos para a interrupção da gravidez, com suas devidas orientações à classe médica, sendo esses: o abortamento farmacológico, o procedimento aspirativo ou a dilatação e curetagem (BRASIL, 2011).

Na esfera do direito outras denominações são adotadas; Morais (2008) catalogou as seguintes: natural, acidental, criminoso, legal ou permitido. O aborto natural é a interrupção espontânea da gravidez, que não é crime. O acidental, por sua vez, também não se configura em crime, podendo derivar de várias causas, como traumatismos, quedas etc. O aborto criminoso é aquele desautorizado pelo sistema jurídico. Morais explica que:

O aborto legal ou permitido se subdivide em: a) terapêutico ou necessário: utilizado para salvar a vida da gestante ou impedir riscos iminentes à sua saúde em razão de gravidez anormal; b) eugenésico ou eugênico: é o feito para interromper a gravidez em caso de vida extra-uterina inviável (MORAIS, 2008, p. 50).

Além destes, a autora também aponta a existência do “aborto miserável ou econômico social praticado por motivos de dificuldades financeiras, prole numerosa” e “o aborto honoris causa [que] é feito para salvaguardar a honra no caso de uma gravidez adulterina ou outros motivos morais” (MORAIS, 2008, p. 50).

Os artigos 124 a 127 do Código Penal Brasileiro tipificam a prática de aborto como crime e especificam as penas, seja para a gestante ou terceiro envolvidos. As penas para a gestante que realiza o autoaborto ou o consente são de um a três anos de reclusão, para outros envolvidos vão de um a vinte anos, a depender se houve ou não o consentimento da gestante, a

possibilidade de consentimento dela e se a ação resulta em lesão corporal ou morte (BRASIL, 1940). O artigo 128 do Código Penal brasileiro (Decreto-lei nº2848) indica que “não se pune o aborto praticado por médico: I - se não há outro meio de salvar a vida da gestante; II - se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal” (BRASIL, 1940). É importante pontuar que o artigo 128 do Código Penal não impõe nenhum limite gestacional para a realização do procedimento em nenhum dos casos sancionados pela lei. Em 2012, foi sancionada a Arguição de descumprimento de preceito fundamental 54 (ADPF 54), que permite o abortamento praticado por médico em caso de anencefalia fetal.

Alguns dados estatísticos são importantes quando consideramos essa prática. Em sua face legal, foram realizados 9.796 abortos entre os anos de 2015 e 2020 no Brasil, que significa uma média de 1.630 abortos anuais, de acordo com registro do Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS). Em um levantamento dos dados públicos, o portal de notícias Catarinas descobriu que

Quanto ao perfil das pessoas que acessaram o direito ao aborto nos últimos cinco anos, das quase dez mil, 2% eram crianças até treze anos de idade, 7,2% adolescentes de 14 a 17 anos e mais de 90% eram pessoas acima de 18 anos. Com relação ao perfil étnico racial, 30,34% eram pardas, 3,15% pretas, 26,41% brancas, 1,81% amarelas e 0,09% (nove pessoas) se declararam indígenas. Entre as pardas, podem estar tanto indígenas quanto pessoas pretas que, devido a um processo de apagamento histórico, comumente não se autotransferem ou não são identificadas pelos profissionais de saúde como pretas ou indígenas. Chama a atenção, com relação a esse índice, que 38,1% dos procedimentos foram registrados sem o dado de raça/cor (GUZZO, 2020, p. 4).

Em 2014, o estudo “Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde” fez a estimativa de 527 mil pessoas estupradas por ano no país. Sendo que apenas 10% dos casos chegam à polícia. Dos casos notificados, “89% das vítimas são do sexo feminino, possuem em geral baixa escolaridade, sendo que as crianças e adolescentes representam mais de 70% das vítimas. Em 50% dos incidentes totais envolvendo menores, há um histórico de estupros anteriores” (CERQUEIRA; COELHO, 2014, p. 26). Além disso, em

[...] crimes em que há penetração vaginal, em adolescentes entre 14 e 17 anos, redonda em uma grande taxa de gravidez, que ocorre em 15% dos casos. [...] Dentre as mulheres adultas que engravidaram, 19,3% fizeram aborto legal. Esse indicador cai para 5% quando a vítima possui entre 14 e 17 anos. (CERQUEIRA; COELHO, 2014, p. 27).

A partir desses dados, pudemos deduzir que são cerca de cinco mil e quinhentas gravidezes resultantes de estupros notificados entre crianças e adolescentes no Brasil por ano. Aproximadamente, apenas 270 vítimas conseguem realizar o abortamento legal.

Dentre as razões do porquê de tão poucas vítimas conseguirem o acesso ao abortamento legal estão o baixo número de hospitais que realizam o procedimento. No entanto, a indicação do Ministério da Saúde é de que todo hospital com setor de ginecologia e obstetrícia (GO) não deve negar atendimento a pacientes com a demanda do aborto legal, pois é equipado para a realização do procedimento (BRASIL, 2011). Segundo a Artigo 19 (2019), embora conte com uma população de 211 milhões de pessoas, das quais pelo menos metade é do sexo feminino, sua dimensão continental e as altas taxas de violência contra mulher e estupro, o Brasil dispunha em 2019 de apenas 76 hospitais que realizavam o procedimento de aborto legal em caso de estupro. Por região, esses hospitais estavam distribuídos em: 5 hospitais no Norte, 20 no Nordeste, 6 no Centro Oeste, 35 no Sudeste e 10 no Sul. Em 2020, com a pandemia de Covid-19 e as mudanças sociais resultantes dela, o número caiu para 42 hospitais (ARTIGO 19, 2020).

Esses números podem ser tomados em comparação ao número de hospitais gerais no país. O Brasil conta com 5.355 hospitais gerais em seu território, sendo 2.390 públicos, segundo os dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e do relatório Cenário dos Hospitais no Brasil da Federação Brasileira de Hospitais de 2019. Hospitais gerais são definidos como “hospital destinado à prestação de atendimento nas especialidades básicas, por especialistas e/ou outras especialidades médicas” (BRASIL, 2006, p. 1), e entre as especialidades médicas básicas estão a GO. Lembramos que não são somente esses estabelecimentos que atendem GO, mas são os números encontrados facilmente. Deste modo, podemos dizer que, somente no SUS, mais de 2mil hospitais negam o atendimento para abortamento legal que é direito das mulheres brasileiras.

O levantamento do veículo de comunicação Catarinas coletou dados públicos sobre procedimentos relacionados ao aborto, como aspiração manual intrauterina (Amiu) e curetagem, de 2015 a 2020, foram feitas 76.580 Amiu e 937.305 curetagens para a finalização de abortos espontâneos ou provocados, “isto é 103 vezes o número de abortos previstos em lei realizados no período” (GUZZO, 2020, p. 6), esses números apontam a dimensão do problema social de abortos clandestinos no país. Dos levantamentos sobre o aborto clandestino no Brasil, devemos citar a Pesquisa Nacional de Aborto (PNA), que teve duas edições, uma em 2010 e outra em 2016. A PNA 2016 foi

um inquérito domiciliar baseado em uma amostra aleatória representativa da população total de mulheres alfabetizadas com idade entre 18 e 39 anos no Brasil. Inclui municípios de pequeno porte (abaixo de 20 mil habitantes), mas limita-se à área urbana. A população representada corresponde a cerca de 83% da população feminina brasileira nessa faixa etária. O levantamento foi levado a campo entre 02 e 09 de junho de 2016. Consiste na combinação de um questionário baseado na técnica de urna

(ballot-box technique) e um questionário face-a-face aplicado apenas por entrevistadoras mulheres. (DINIZ; MEDEIROS; MADEIRO, 2017, p. 654).

Os resultados da pesquisa apontam que o aborto é uma prática comum ente as brasileiras, a PNA 2016 indica que uma em cada cinco já fez aborto (DINIZ; MEDEIROS; MADEIRO, 2017, p. 655). O estudo, também, elaborou uma estimativa anual de 500 mil abortos para o ano de 2015. Geralmente,

É possível observar que o aborto no Brasil é comum e ocorreu com frequência entre mulheres comuns, isto é, foi realizado por mulheres: a) de todas as idades (ou seja, permanece como um evento frequente na vida reprodutiva de mulheres há muitas décadas); b) casadas ou não; c) que são mães hoje; d) de todas as religiões, inclusive as sem religião; e) de todos os níveis educacionais; f) trabalhadoras ou não; g) de todas as classes sociais; h) de todos os grupos raciais; i) em todas as regiões do país; j) em todos os tipos e tamanhos de município. (DINIZ; MEDEIROS; MADEIRO, 2017, p. 656).

Outros dados importantes foram os apresentados pelo Ministério da Saúde em 2018, durante a seção da audiência pública realizada no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a ADPF 442, requerida pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) que questionam os artigos que versam sobre a criminalização do aborto no Código Penal Brasileiro. Durante a seção, as representantes do Ministério da Saúde, Mônica Almeida Neri e Maria de Fátima Marinho de Souza, afirmaram que a estimativa “do Ministério da Saúde, é que nós temos, por ano, cerca de um milhão de abortos induzidos. Portanto, uma carga extremamente alta. Essa carga alta independe da classe social” (BRASIL, 2018, p. 25). Além disso, também explicam que

As complicações do aborto inseguro trazem uma sobrecarga para o SUS, uma sobrecarga imensa, totalmente evitável. Para cada uma morte materna, nós temos, pelo menos, 30 casos graves. O procedimento inseguro do aborto, ele leva a mais de 250 mil hospitalizações no Sistema Único de Saúde por ano. Isso gera 15.000 complicações e 5.000 complicações extremamente graves, *near miss*, a quase morte, e 203 mortes. É quase uma morte a cada dois dias. (BRASIL, 2018, p. 25).

No âmbito internacional, a OMS faz a estimativa de que, no mundo todo, “a cada ano são feitos 22 milhões de abortamentos em condições inseguras, acarretando a morte de cerca de 47.000 mulheres e disfunções físicas e mentais em outras 5 milhões de mulheres” (OMS, 2013, p. 1). Um estudo do Instituto Guttmacher, de Nova York, publicado em 2018 na revista médica *The Lancet*, indica que das 227 milhões de gravidezes anuais no mundo, 44% delas são não planejadas (STARRS et al., 2018). Das gravidezes não planejadas, 56% terminam em aborto, ou seja, cerca de 55,9 milhões de abortos no mundo ao ano. Além disso, 49,3 milhões deles acontecem em países em desenvolvimento (STARRS et al., 2018). Os autores explicam que

25 anos atrás a taxa de abortos era maior no norte global do que no sul. Mas a taxa de abortos diminuiu em regiões desenvolvidas à medida que o uso de contraceptivos se tornou mais disseminado. Agora, a taxa de abortos é maior em regiões em desenvolvimento, onde o desejo por famílias menores é crescente, porém o acesso a contraceptivos é ruim e o uso é baixo. (STARRS et al, 2018, p. 2661).⁹⁹

É consenso entre as organizações de saúde internacionais que o aborto é questão de saúde pública e que sua descriminalização e legalização são passos importantes para a diminuição no número de mortes maternas evitáveis.

5.1 Maternidade, direitos e autonomia reprodutiva

Entendemos ser impossível dissociar as lutas pela autonomia reprodutiva dos processos históricos que designaram à clandestinidade o controle que as mulheres podem exercer sobre sua própria sexualidade e reprodução. Essa história começa muito antes da chegada dos portugueses às terras brasileiras, e tem a Igreja Católica e os Estados da Europa Medieval (séculos V ao XV) como agentes opressores, que à revelia e a partir de necessidades econômicas dos governos passaram a controlar e punir a agência das mulheres.

Em uma retomada histórica das políticas reprodutivas, Federici (2017) ao tratar do período de perseguições medievais, imprimidas pela Igreja Católica, explica que na Europa Medieval em um período de escassez de terras não era possível ou desejável ter muitos filhos. Por isso, o casamento era postergado e muitos jovens ora praticavam abstinência, ora desafiavam os valores eclesiásticos quanto ao sexo fora do matrimônio. Para a autora, as práticas reprodutivas dos povos considerados hereges pela Igreja, que eram contra à reprodução, podem ter ressoado nas práticas dos católicos. O que,

explicaria o motivo pelo qual, quando o crescimento populacional se tornou uma preocupação social fundamental durante a profunda crise demográfica e com a escassez de trabalhadores no final do século XIV, a heresia passou a ser associada aos crimes reprodutivos, especialmente à “sodomia”, ao infanticídio e ao aborto. (FEDERICI, 2017, p. 79).

Na Alta Idade Média (século V ao X), a Igreja demonstrava tolerância às mulheres que estabeleciam limite para suas gestações, principalmente por razões econômicas (FEDERICI, 2017). Contudo, mudanças sociais, como a devastação deixada pela peste-negra nos números populacionais, fizeram o cenário se transformar. Nas palavras da autora,

⁹⁹ 25 years ago, the abortion rate was higher in the global north than in the south. But the abortion rate has declined in developed regions as contraceptive use has become more widespread. Now, the abortion rate is higher in developing regions, where the desire for smaller families is increasing yet contraceptive access is poor and use is low. (STARRS et al, 2018, p. 2661).

As coisas, no entanto, mudaram drasticamente logo que o controle das mulheres sobre a reprodução começou a ser percebido como uma ameaça à estabilidade econômica e social, tal como ocorreu no período subsequente à catástrofe demográfica produzida pela Peste Negra, a praga apocalíptica que, entre 1347 e 1352, destruiu mais de um terço da população europeia (Ziegler, 1969, p. 230). (FEDERICI, 2017, p. 85).

Federici (2017, p. 174) percebe, em processos históricos, a intervenção do Estado nos costumes individuais ligados às práticas reprodutivas, para ela, “a principal iniciativa do Estado com o fim de restaurar a proporção populacional desejada foi lançar uma verdadeira guerra contra as mulheres, claramente orientada a quebrar o controle que elas haviam exercido sobre seus corpos e sua reprodução”.

A luta pelos direitos das mulheres vem sendo empreendida organizadamente há pouco mais de um século. O final do século XIX e início do século XX foi palco da chamada primeira onda feminista, em países como Inglaterra e Estados Unidos, que lutava pelo sufrágio feminino e a ampliação de direitos ao voto. Esse primeiro momento da luta feminista é lembrado pelo protagonismo de mulheres brancas e ricas, que aspiravam os direitos políticos de homens em sua mesma classe social. Entretanto, isso não quer dizer que a luta feminista era exclusiva ou sequer tenha surgido com mulheres brancas e ricas. Podemos datar como anterior a prática das mulheres pretas que reivindicavam a abolição da escravidão, como exemplo a abolicionista e feminista Sojourner Truth (FRANCHINI, 2017).

A segunda onda feminista, nos anos 1970, intensificou a pauta pelos direitos reprodutivos. Na época, popularizou-se em partes do mundo reuniões de mulheres para discutir assuntos específicos da esfera das mulheres, desde a discriminação no trabalho à sexualidade (PEDRO, 2012). O slogan “O pessoal é político” marcou a era de reivindicações por direitos sexuais e reprodutivos, liberdade de expressão, acesso ao mercado de trabalho, condições igualitárias na educação e o questionamento do trabalho doméstico como esfera da mulher na vida privada. Foi a partir dessas lutas feministas, que em países da Europa, Estados Unidos, Austrália e a Nova Zelândia o aborto voluntário foi legalizado. Pedro (2012) explica que a pauta do aborto foi incluída no feminismo a partir da popularização da pílula anticoncepcional e do controle maior que ela oferecia às mulheres sobre seus próprios corpos, nesse contexto, as mulheres passaram a exigir controle sobre sua atividade reprodutiva. Por outro lado, a pauta do aborto legal foi repetidamente deixada de lado no Brasil (PEDRO, 2012) no período da ditadura militar, no qual um dos maiores aliados de revolucionários da época era a Igreja Católica.

Os direitos sexuais e reprodutivos entraram nas pautas internacionais a partir de debates acadêmicos e feministas, reconhecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), realizada na cidade do

Cairo, em 1994. Nessa conferência, um acordo assinado por 179 países marcou uma mudança essencial nos paradigmas de planejamento governamental de políticas populacionais tradicionais. Dessa forma, assumiu-se um compromisso com “a defesa das premissas de direitos humanos, bem-estar social e igualdade de gênero e do planejamento familiar para as questões da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos” (CORRÊA; ALVES; JANUZZI, 2006, p. 29).

As políticas públicas, sejam econômicas ou sociais, são entendidas como um conjunto de ações governamentais que produzem efeitos na sociedade. Elas são planejadas e executadas por razões específicas, com beneficiários definidos, e, idealmente, procuram operacionalizar alguma diferença no meio social (SOUZA, 2006). Algumas temáticas relativas aos direitos sexuais e reprodutivos já alçaram certo nível de consenso social, com leis e/ou políticas públicas específicas. Para Pitanguy (1999, p. 23),

utilizando uma terminologia religiosa, diríamos que alguns temas — como a violência doméstica — “chegaram antes ao céu”, sendo incorporados ao discurso político de ampla gama de setores. Outros ficaram em uma espécie de “limbo político”, onde costumam permanecer assuntos sem legitimidade suficiente para serem ouvidos, como os relativos à contracepção; outros, como o aborto e a sexualidade, permaneceram no “inferno”, abrigo de temas tabus e malditos da sociedade.

Apesar da legislação não mudar desde 1940, somente em 1989, foi estabelecido o primeiro serviço de aborto legal no Brasil. Nas palavras de Rosas e Paro (2021, p. 6)

Foi apenas em 1989 que a implementação do primeiro programa público de aborto legal por estupro no país foi concretizada, resultado da luta incansável das organizações feministas cujas exigências encontraram eco na coordenação da área técnica de saúde da mulher da Secretaria Municipal de Saúde do Município de São Paulo. Até então, raríssimos casos de abortos legais no caso de estupro ocorriam no país, todos após obtenção de autorização judicial.

A história do aborto legal no país, entrelaça-se com a ampliação da concepção da medicina como um lugar de cuidado às vítimas de violência. Nesse contexto, o Fórum Interprofissional para Implementação do Atendimento ao Aborto Previsto em Lei realizado anualmente, de 1996 até 2013, possibilitou a troca de experiências entre profissionais em um ambiente com a presença de

membros das equipes dos hospitais que prestavam assistência a mulheres em situação de aborto legal, representantes do judiciário, das delegacias de defesa das mulheres, dos Institutos Médico-Legais, de organizações feministas da sociedade civil, de conselhos profissionais, de membros da Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo) e de professores de ginecologia e obstetrícia. (ROSAS; PARO, 2021, p. 7).

Rosas e Paro (2021) apontam que a descontinuidade da realização do Fórum marca a omissão do Estado brasileiro no papel de gestão dos serviços de atendimento às vítimas de violência sexual e a na proteção dos direitos sexuais e reprodutivos.

5.2 Brasil, história e aborto

Mas por que o aborto induzido é crime? No Brasil, é a partir de 1830 que começaram a surgir leis para penalizar terceiros que viabilizassem abortos – as aborteiras, e em 1890 o código penal incluiu penalizações para a mulher que realizasse um aborto (ROHDEN, 2003; DEL PRIORE, 2013; CUNHA, 2018). Cunha (2018, p. 76) explica que para o Código Criminal do Império de 1830 “‘matar algum recém-nascido’ bem como ‘ocasionar aborto’ eram consideradas formas distintas de um mesmo tipo de crime, o infanticídio”. A mudança no Código Criminal de 1890 desassociou o infanticídio do aborto e incluiu pena para a mulher que induzisse o autoaborto, sendo essa pena passível de redução em casos de autoaborto para ocultar desonra própria. Cunha (2018, p. 78) observa que

o mesmo dispositivo prevê a redução de um terço da pena à mulher que cometesse o delito com o objetivo de ocultar sua desonra. Podemos verificar, assim, um certo conflito entre moral e Direito, o qual a norma jurídica procurou suavizar, através da previsão de diminuição de pena. Por um lado, o próprio Direito buscava tutelar os preceitos morais, calcados sobretudo no Catolicismo, entre eles a preservação do casamento e da família. Por outro, penalizava a mulher que buscava ocultar um ato de desonra e recuperar sua virtude através do aborto induzido, com o intuito de preservar seu casamento e o sobrenome de sua família.

Ao indicar os porquês relativos à mudança no Código Criminal de 1830 sobre aborto, Cunha (2018) e Rohden (2003) ressaltam a influência médica no ditame do comportamento feminino e no exercício do Direito. Cunha (2018) expõe o abrandamento da pena para terceiros que induzissem um aborto e elenca que até mesmo os atores sociais citados nas leis diferem; no documento de 1830 são elencados médicos, boticários, cirurgiões ou ‘praticantes de tais artes’, e no de 1890, são citados médicos ou parteiras habilitadas para o exercício da medicina. A mudança de denominação ilustra o esforço da época em firmar a ginecologia e obstetrícia como campo de trabalho exclusivo do médico.

Quanto ao embrião, até o século XVIII, ele era considerado um apêndice do corpo feminino e, somente, após descobertas científicas da época que o “feto passou a ser considerado como uma entidade autônoma e as afirmações teológicas tiveram eco na legislação civil” (TORRES, 2012, p. 40). De acordo com Rohden (2002, p. 110), até o final do século XIX “ainda era comum admitir-se a incompetência científica diante dos mistérios do corpo

feminino”, contudo o avanço da ginecologia e obstetrícia teve impacto direto na vida das mulheres. As mulheres se tornaram objeto de estudo da medicina, em pesquisas nas quais seus corpos e comportamentos eram investigados e funcionalizados. A figura do médico forçosamente substituiu o papel das parteiras. Até então

a parteira, além de “aparar crianças”, era benzedeira: recitava palavras mágicas para ajudar a mãe, fazia abortos, era cúmplice de infanticídios, facilitava o abandono de crianças ou as encaminhava para famílias, que as absorviam. Era uma figura poderosa na comunidade feminina, vivendo na fronteira entre a vida e a morte. (DEL PRIORE, 2013, p. 112-113).

Segundo Rohden (2003), os estudos positivistas influenciaram a área médica e pretendiam, através de diferenciações físicas e químicas, indicar o local das mulheres na sociedade. Os médicos buscando avançar os estudos na área e terem maior acesso às pacientes se alinham ao padrão de moralidade da época de modo a se distanciarem da figura da parteira (ROHDEN, 2003). Para a autora, é no final do século XIX e início do século XX que a

a medicina passa a olhar a reprodução sob o enfoque das suas implicações mais amplas. A importância da fecundidade para o casamento, a família e a sociedade e, acima de tudo, para a nação e mesmo para a continuação da espécie passam a ser as preocupações centrais em muitos escritos e debates médicos. [...] Os médicos se apresentam também como legisladores sociais, bem preparados pelo conhecimento científico, e capazes de prescrever as normas mais adequadas no que se refere ao comportamento sexual e reprodutivo dos indivíduos. (ROHDEN, 2003, p. 18).

Influenciados pelos estudos europeus, que naquele momento eram dominados pelas epistemologias positivistas e ideias de evolucionismo social, os médicos brasileiros tomaram para si uma tarefa de prescrever correções às mazelas sociais (ROHDEN, 2003). As políticas higienistas entendiam a pobreza e a miscigenação como representantes do atraso colonial e a “higiene convertia-se em uma ideologia do progresso calcada nos pressupostos científicos vigentes” (ROHDEN, 2003, p. 40). O controle de natalidade e as questões reprodutivas, antes na esfera da vida privada, tornam-se questões de interesse público, principalmente relacionados à explosão populacional e às políticas eugênicas influenciadas largamente pela necessidade de aproximação do Brasil à Europa civilizada (ROHDEN, 2003; DEL PRIORE, 2013).

A moralidade católica também desempenha um papel central na criminalização do aborto no mundo moderno. A historiadora Mary Del Priore explica que a “até o século XIX a Igreja tinha certa tolerância em relação ao aborto”, pois se acreditava que “a alma só passava a existir no feto masculino após quarenta dias da concepção e, no feminino, depois de oitenta dias”, assim, o que se passasse “antes da ‘entrada da alma’ não era considerado crime nem pecado” (DEL PRIORE, 2013, p. 160-161). No caso do Brasil, Del Priore (1994) explica ser impossível considerar a questão do aborto historicamente sem inseri-la no quadro da

colonização. O vazio demográfico das terras brasileiras preocupava a metrópole Portugal, e para lidar com ele, a monarquia portuguesa contou com três pilares, todos articulados com a Igreja Católica e seu poder de ditar costumes que envolviam o âmbito da vida privada relativos aos casamentos e à reprodução (DEL PRIORE, 1994). Entre as medidas estava a proibição da instalação de conventos no território brasileiro, representada pela autora como uma política que “reduzia as mulheres à categoria de reprodutoras, vedando-lhes, fora da vida conjugal e familiar, outras formas de realização” (DEL PRIORE, 1994, p. 1). O foco no povoamento colocava o aborto como uma prática reprovada tanto pela Igreja quanto pelo Estado.

A criação de uma questão constitucional sobre aborto no Brasil aconteceu a partir da Igreja Católica que foram os primeiros

[...] a tentar constitucionalizar o tema de maneira explícita. Em abril de 1986, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) aprovou declaração pastoral intitulada “Por uma nova ordem constitucional”, discutida e aprovada na 24ª Assembleia Geral da entidade. (LOUZADA, 2020, p. 15).

Para Louzada (2020, p. 16), “não é surpresa, então, que a lista de ‘exigências concretas’ se inicie com o subtópico ‘promoção e defesa da vida’”, nesse documento, o aborto é associado ao genocídio, suicídio, eutanásia, tortura e violências física, psicológica e moral, além de ser considerado inaceitável. Louzada (2020, p. 17) explica que “a atuação política dos bispos brasileiros é compatível com a orientação do Vaticano no campo da sexualidade e da reprodução”. Essa atuação não é restrita a estabelecer uma tradição ou orientar espiritual e socialmente a comunidade religiosa a que serve, mas a ação da Igreja estende-se diretamente nas políticas reprodutivas dos países (LOUZADA, 2020).

Apesar de Suassuna (2016) argumentar que houve uma transferência de poder relativa ao privilégio de estabelecer os ditames sociais da Igreja para o Estado na era moderna, especialmente com legislações que se estabelecem como verdade a partir do conhecimento médico. Louzada (2020) aponta que o poder religioso, enquanto proponente e mantenedor de costumes da vida privada, ressurgiu muito fortemente junto ao populismo político nos últimos dois anos. A autora explica que o populismo, enquanto prática política, é moldável e precisa ser acoplado a “ideologias de tipo forte para ser colocado em prática – ao fascismo, liberalismo, socialismo, ou, como aqui proponho, a uma ideologia religiosa”, além de colocar que o populismo em “qualquer desses casos se caracterizaria por defender que a política deveria ser uma expressão da vontade geral do povo sem intermediários.” (LOUZADA, 2020, p. 28). Para a autora,

Esse desafio entre populismo e constitucionalismo é particularmente relevante para o tema do aborto, ao se considerar que uma das áreas mais recorrentes de embate entre secularismo e religião se refere ao “papel e impacto das religiões em opor, desacelerar, reverter ou circunscrever o alcance de plena igualdade para as mulheres” (Mancini, Rosenfeld, 2014, p. 19). (LOUZADA, 2020, p. 29).

A discussão sobre a legalização do aborto no Brasil avançou pouquíssimo desde a legislação de 1940. Pinto (2003) classifica o tema como controverso. Isso, porque, apesar de “ser uma prática bastante recorrente, a simples discussão sobre a possibilidade de sua legalização causa grande reação, principalmente da Igreja Católica” (PINTO, 2003, p. 83). Segundo ela, no país não se estruturou uma crítica forte ao conservadorismo e tradicionalismo, pois a Igreja esteve desde a década de 1960 muito associada à esquerda e em “decorrência dessa situação, a esquerda brasileira pós-regime militar tem sido muito omissa a esse respeito, exceção feita, claro, às feministas, que, mesmo quando vinculadas à Igreja Católica, têm tido um papel central no enfrentamento de temas tabus como esse” (PINTO, 2003, p. 83).

Em relação à criminalização do aborto, Corrêa, Alves e Jannuzzi (2006, p. 115) apontam que, em nossa sociedade, a criminalização “não visa aprisionar todas as pessoas que cometem esses ‘crimes’, mas sim criar e sustentar uma atmosfera ‘moral’ de condenação”. Por isso, a aplicação da lei acontece “episodicamente, pois só assim as sociedades (e pessoas) ‘se lembram’ de que a norma existe” (CORRÊA; ALVES; JANNUZZI, 2006, p. 115). Geralmente, a execução da lei penal, nos casos de aborto, é feita sobre àquelas que já são fragilizadas socialmente por outras formas de desigualdades, como as mulheres negras, pobres e de periferia.

Somente nas décadas de 1970 e 1980, que as organizações feministas brasileiras, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, começaram a articulação da pauta sobre o aborto, colocada frente a possibilidade de abertura democrática (LOUZADA, 2020). Louzada (2020) esclarece que a transformação da demanda do aborto legal em algo “propriamente constitucional, no entanto, foi controversa como estratégia no período de transição democrática” (LOUZADA, 2020, p. 18). Portanto, a pauta do aborto foi suprimida das discussões levadas ao âmbito político brasileiro, no contexto das assembleias constituintes e da nova Constituição de 1988, pois as feministas da época entenderam ser melhor argumentar que tal tema não deveria ser pautado constitucionalmente, para elas era clara a “iminência da criminalização do aborto mesmo em caso de estupro e perigo de vida da gestante” (PINTO, 2003, p. 76). Então, a partir de “uma avaliação da correlação de forças já posta, a partir dos outros grupos já atuantes no cenário, especialmente a Igreja Católica, levou à conclusão de que

tal proposta possivelmente não teria sucesso e o ideal, para evitar a derrota de uma previsão contrária conservadora” (LOUZADA, 2020, p. 18).

A saúde reprodutiva passou a ser vista como um campo legítimo de ação política e de proteção de direitos humanos nas décadas de 1980-90, ao mesmo tempo, em instituições internacionais, podemos citar como exemplo que o conceito de direitos reprodutivos foi afirmado na Conferência Internacional de População e Desenvolvimento em Cairo (1994), no âmbito da Organização Mundial da Saúde (OMS), e no movimento de mulheres, com importantes diálogos entre feministas dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos (CORRÊA, 1999; CORRÊA; ALVES; JANNUZZI, 2006).

A partir de 2016, mudanças no cenário político permitiram a eleição de um governo que continuamente “se empenhou em retirar ou reduzir a participação da sociedade civil em Conselhos Gestores de Programas, Projetos e Instituições Públicas” (VENTORASSI; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020, p. 408). Além disso, o cenário de enfraquecimento das instituições acentuou-se no governo Bolsonaro, em que o Twitter teve/tem um destaque central nas comunicações presidenciais e ministeriais (VENTORASSI; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020). Nessa rede social, os direitos sexuais e reprodutivos são constantemente mencionados como algo a ser combatido, especialmente porque a base ideológica do governo a entende como parte da “ideologia de gênero” (VENTORASSI; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020).

Das tensões mais atuais que envolvem a prática social do aborto, podemos citar a audiência pública, em agosto de 2018, para discutir a descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação proposta pela ADPF 442, ajuizada pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). O pedido de julgamento da ADPF tem como base o argumento de que o Código Penal Brasileiro viola direitos fundamentais das mulheres garantidos pela Constituição do país. A audiência pública ouviu diversos setores sociais, do Ministério da Saúde, organizações médicas, especialistas, grupos ativistas pró-nascimento e pró-direitos e representantes de diversas doutrinas religiosas. Após a audiência de 2018, a pauta continua estagnada no STF. Entretanto, em outras instâncias sociais, achamos difícil (até mesmo impossível) dizer que a pauta não avança ou retrocede.

Mais recentemente, em 2020, as tensões sobre o abortamento legal no Brasil foram aumentadas. Em junho, dois servidores do Ministério da Saúde (MS) foram exonerados após o presidente Jair Bolsonaro distorcer o conteúdo de uma nota técnica sobre abortamento legal durante o período da pandemia da Covid-19 em suas redes sociais. O texto apenas orientava sobre os casos já permitidos pela lei (VARGAS, 2020).

Em agosto de 2020, após o país se sensibilizar com a história de uma menina capixaba de 10 anos, grávida decorrente de repetidos estupros a qual foi negado atendimento em seu estado natal, por um argumento de que a gravidez já estaria muito avançada para um aborto, o MS publicou a Portaria 2.282/2020, que “Dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS” (BRASIL, 2020a). Ela substituiu a Portaria 1.508/2005, que vigorava até então. Entre seus pontos, estavam: a obrigatoriedade de notificação a autoridade policial por parte dos profissionais da saúde ao atenderem mulheres que engravidaram em decorrência de uma violência sexual; a indicação de o hospital deveria guardar material biológico da atendida, mesmo sem sua ciência e acordo; a aplicação de um termo com detalhes sobre o procedimento considerados desnecessários e cruéis a paciente; e a indicação de os profissionais de saúde obrigatoriamente deveriam oferecer e indicar às crianças, adolescentes e mulheres atendidas a possibilidade de escutar os batimentos cardíacos do embrião. Rosas e Paro (2021, p. 17-18) afirmam que

Além de existirem muitas evidências científicas que apontam que a ultrassonografia não é um exame imprescindível para a assistência ao aborto previsto em lei nas fases iniciais da gravidez (BRACKEN et al., 2011; RAYMOND; BRACKEN, 2015), a medida constituía-se em um mecanismo de tortura contra meninas e mulheres brasileiras que, apesar de suas convicções morais e religiosas, decidem pela interrupção da gravidez decorrente de estupro.

Devido à inconstitucionalidade, ilegalidade e plena crueldade das indicações da portaria, vários setores sociais pediram sua suspensão garantida em setembro de 2020. A substituição veio com a Portaria 2.561/2020 (BRASIL, 2020b), ainda em vigor, que mantém a obrigação de denúncia da violência sexual à polícia, ainda colocando a prática médica submetida a uma ilegal quebra do sigilo profissional. Além disso, continua a indicar a necessidade de encaminhamento dos vestígios da violência às autoridades, mesmo sem o consentimento da mulher. Sobre isso, Rosas e Paro (2021, p. 18) afirmam que “Além de inconstitucional, a coleta de material biológico da mulher sem o seu consentimento é uma grave violação das normas éticas nacionais (CFM, 2019) e internacionais (WMA, 2006)”. Em 2021, o MS publicou mais uma portaria, que regulamenta a comunicação obrigatória às autoridades, no entanto, o documento não esclarece se sobrepõem-se ao texto anterior e deixa vago o critério que a equipe médica deve considerar nesse processo. Isto posto, no Brasil, o aborto segue como um tema tratado ideologicamente pelo governo, com um pedido de descriminalização estagnado no STF e sob orientações do MS que ferem os direitos das mulheres e normas éticas da prática médica.

6 HEGEMONIA E RESISTÊNCIAS: AS MÚLTIPLAS CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS SOBRE ABORTO E SOBRE AS MULHERES

Nesta seção, apresentamos a análise discursiva do material jornalístico que compõe o *corpus* da presente pesquisa, conforme o arcabouço teórico-metodológico da Análise de Discurso Crítica. A presente seção está dividida em duas subseções: a primeira trata das representações construídas no *corpus* sobre o aborto e sobre as mulheres que abortaram; e a terceira se dedica à comparação entre as representações e os padrões lexicogramaticais observados nos veículos de comunicação que fazem parte da pesquisa.

6.1 As representações construídas sobre o aborto e sobre as mulheres que abortaram nos textos, vozes e discursos articulados nas reportagens

Nesta subseção, apresentamos a análise discursiva dos dados. Na primeira parte, item 6.2.1, começamos pelo veículo jornalístico tradicional com maior visibilidade, a *Folha de São Paulo*, já que esta pode ser entendida como jornalismo de referência (AMARAL, 2004; ZAMIN, 2014). Como já mencionado, esse tipo de jornalismo, em geral, relaciona-se com práticas hegemônicas, dessarte, atua em favor da manutenção da disparidade de poder social presente na prática social de aborto. Depois, no item 6.2.2, ao veículo jornalístico alternativo, a *Revista AzMina*, que não só faz contraponto às práticas da *Folha*, como também se posiciona a favor da descriminalização da prática social discutida e propõe-se a fazer um jornalismo ativista.

Tendo em vista essa sequência, em relação a cada um dos dois conjuntos de dados, nos organizamos da seguinte maneira: primeiro discorremos sobre os principais temas representados nas reportagens analisadas; depois discutimos os resultados estatísticos das análises de intertextualidade e interdiscursividade; em seguida, apresentamos todas as vozes e textos articulados nas reportagens e como essa articulação ocorre; para então passar a análise de sequências discursivas representativas do *corpus* e selecionadas de acordo com o que os dados nos guiaram, nas quais investigamos os discursos articulados nas reportagens e analisamos quais representações materializam sobre o aborto e as mulheres que o praticaram. Ademais, apresentaremos em cada etapa as vozes relevantes que são excluídas ou sub-representadas no *corpus* jornalístico, com a intenção de discutirmos comparativamente os veículos.

Para construir os quadros e gráficos apresentados nesta seção, partimos da anotação (ou etiquetagem) das categorias intertextualidade e interdiscursividade realizadas no programa *UAM*. Mantivemos separados os procedimentos de análise dos veículos que envolveram o *software* (cf. seção 4.6.1).

Na análise discutimos a questão das vozes incluídas e excluídas, não só pautando-nos em Fairclough (2003), como também a partir da classificação das vozes conforme categorias de fontes jornalísticas (BELTRÃO, 1969; LAGE, 2003), visto que entendemos ser parte essencial das reflexões desta dissertação. Dessa forma, falamos não somente de fora para dentro, ou seja, do olhar de analista do discurso sobre as práticas e relações entre práticas estabelecidas pelo jornalismo e seus processos de recontextualização de outras práticas sociais, como também de dentro para dentro, ou seja, a discussão sobre a prática jornalística tecida por uma jornalista mestranda para estudantes ou profissionais da área.

A análise empreendida busca, portanto, não somente refletir sobre o que revelam as escolhas lexicogramaticais e discursivas em textos jornalísticos sobre aborto, mas entender os caminhos tomados por jornalistas e quais opções existem para o processo de produção jornalístico. Também busca entender a escrita jornalística, quando e como são explorados certos atores sociais e posicionamentos no processo de tecer o presente sobre a prática social de aborto. A seguir, apresentamos a análise das reportagens da *Folha de São Paulo*.

6.1.1 *Folha de São Paulo*

Para começar apresentamos, no quadro 8, alguns dados referentes às vinte reportagens sobre a prática social de aborto no Brasil, publicadas na *Folha de São Paulo* no período de 01/01/2019 a 31/12/2020. O quadro está organizado em quatro colunas, a saber: código, que se refere à codificação que colocamos no texto para os propósitos da pesquisa, especialmente para a identificação de cada texto individual no *software* usado; título, que se refere à manchete da reportagem analisada; autoria, na qual registramos os nomes do/s autor/es de cada reportagem; data de publicação do texto.

QUADRO 8 – Reportagens da *Folha de São Paulo*

Código	Título	Autoria	Data de publicação
FSP01	Contrários a qualquer tipo de aborto no Brasil atingem 41%	Thiago Amâncio	10/01/2019
FSP02	Mulheres têm que viajar a São Paulo por aborto legal	Gabriela Sá Pessoa	23/02/2019
FSP03	Defensoria recomenda venda de remédio abortivo em farmácia	Cláudia Collucci	29/03/2019
FSP04	Remédio usado em aborto legal e casos de hemorragia rareia no SUS	Jennifer Morel e Thaine Machado	31/03/2019

FSP05	Aborto legal é negado em 57% dos hospitais que governo indica para procedimento	Cláudia Collucci	19/06/2019
FSP06	Holiday propõe restrições ao aborto em SP e internação psiquiátrica para grávidas	Da redação	24/06/2019
FSP07	Mesmo com debate constante, aborto ainda está sob lei da Era Vargas	Bianka Vieira	29/09/2019
FSP08	Grupo antiaborto acampa diante de hospital em SP para constranger vítimas de estupro	Júlia Zaremba	01/11/2019
FSP09	Menina que engravidou após estupro teve que sair do ES para fazer aborto legal	Dhiego Maia	16/08/2020
FSP10	Criança que engravidou após ser estuprada no ES se recupera bem após passar por aborto legal	João Valadares Dhiego Maia Fernanda Canofre	17/08/2020
FSP11	Código Penal, ECA e decisão judicial protegem interrupção de gravidez de menina capixaba	Carolina Vila-Nova	17/08/2020
FSP12	Menina de dez anos entrou em hospital em porta-mala de carro enquanto médico distraía religiosos	Thaiza Pauluze João Valadares	18/08/2020
FSP13	De 25 países, Brasil é 2º com menor apoio à legalização do aborto, diz pesquisa	Flávia Mantovani	19/08/2020
FSP14	Mesmo entre grupos religiosos, não há consenso em torno do aborto	Thaiza Pauluze	19/08/2020
FSP15	Uso irrestrito de objeção de consciência limita o direito ao aborto no país	Bianka Vieira	19/08/2020
FSP16	Ministra Damares Alves agiu para impedir aborto em criança de 10 anos	Carolina Vila-Nova	20/09/2020
FSP17	Após críticas, Ministério da Saúde recua em trechos de portaria sobre aborto, mas mantém aviso a polícia	Natália Cancian	24/09/2020
FSP18	Médica enviada para impedir aborto em menina capixaba diz que missão foi institucional	Carolina Vila-Nova	28/09/2020
FSP19	Brasil se une a Egito, Indonésia, Uganda, Hungria e EUA em declaração contra o aborto	Ana Estela de Sousa Pinto	22/10/2020
FSP20	Em ofensiva contra aborto, governo estabelece em diretriz o direito à vida desde a concepção	Ricardo Della Coletta	27/10/2020

Fonte: Produzido pela autora.

De acordo com Fairclough (2003), a primeira possibilidade para percebermos diferentes discursos é identificar as principais partes do mundo representadas, em outras palavras, perceber os principais temas representados. Já a segunda forma para identificar discursos é a partir da perspectiva ou ponto de vista de mundo que representam. Uma maneira de observar a forma como os discursos representam o mundo é a partir da seleção lexical, ou seja, da escolha de palavras dentre as várias possibilidades e dos padrões de co-ocorrências de palavras.

Pensando na primeira definição para o *corpus* jornalístico em questão, logo nos títulos apresentados no quadro acima já constatamos as partes do mundo representadas nas reportagens. Vemos que grande parte delas trata da temática do aborto sob a perspectiva do discurso jurídico, e o vocabulário utilizado é marcado por termos como *legal*, *lei*, *direito* e *diretriz*. Também percebemos que essas reportagens representam partes do mundo ligadas à saúde pública, à política e à religiosidade.

Notamos que as reportagens selecionadas mostram que, no período correspondente ao recorte de nosso estudo, a *Folha* incluiu na sua pauta relacionada à temática do aborto diferentes

assuntos, tais como: a opinião pública sobre o aborto através de dados do Datafolha e do Instituto Ipsos; o deslocamento de mulheres em busca do atendimento de aborto legal; a possibilidade de venda do misoprostol em farmácias e a diminuição de sua disponibilidade na rede pública de saúde; o problema do acesso ao aborto legal no país; um projeto de lei municipal em São Paulo que buscava tornar o acesso ao aborto legal mais burocrático; uma discussão mais aprofundada sobre a legislação que rege a prática e a pauta no Congresso; campanhas antiaborto.

Além disso, o jornal cobriu todo o caso da menina capixaba, vítima de estupro, cuja família lutou para conseguir acesso ao serviço de aborto legal, incluindo nessa cobertura o deslocamento da menina e de sua avó até Recife para o realização do abortamento; a responsabilização legal do hospital que lhe negou atendimento em seu Estado natal – Espírito Santo; e duas reportagens investigativas sobre o envolvimento da Ministra Damares Alves no caso, que buscou impedir o abortamento e forçar a garota levar a gestação a termo. Também abordou, a partir do caso do aborto da menina capixaba, as discordâncias entre religiosos cristãos sobre aborto, o uso de objeção de consciência para negar atendimento médico nesses casos, além de falar sobre as mudanças nas portarias sobre atendimento a vítimas de violência sexual. No período mencionado, a *Folha* também pautou a participação do governo brasileiro como signatário de declaração contra o aborto e em defesa da família tradicional e o estabelecimento dessa posição em uma diretriz, pelo governo brasileiro, reafirmando o direito à vida desde a concepção.

Para Traquina (2005, p. 63), o jornalismo opera sob a lógica de “um conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é suscetível de se tornar notícia, isto é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo ‘valor-notícia’”. Ele concorda com Bourdieu (1997, p. 25) para quem “Os jornalistas têm seus óculos particulares através dos quais veem certas coisas e não outras, e veem de uma certa maneira as coisas que veem. Operam uma seleção e uma construção daquilo que é selecionado”.

Nesta esteira, as pautas selecionadas pelo jornalismo da *Folha* e julgadas como detentoras desse abstrato ‘valor-notícia’ são as que causam impacto, estão temporalmente situadas (novos acontecimentos, ou acontecimentos que sempre acontecem em torno de datas específicas), tratam de conflito ou controvérsia e possuem relevância social (TRAQUINA, 2005). Dessa maneira, as pautas jornalísticas operam sob um método mecanicista, na qual destacam-se atores sociais do governo. Nesse sentido, podemos afirmar que o jornalismo da *Folha* pauta, prioritariamente, a esfera institucional da discussão sobre a prática social de

aborto, assim, durante o processo de recontextualização midiático acaba deixando para segundo plano as experiências e histórias de outros atores sociais envolvidos na prática.

No tocante à categoria Intertextualidade, a partir da sua etiquetagem nas vinte reportagens da *Folha de São Paulo* no programa UAM Corpus Tool, extraímos os dados apresentados a seguir, na figura 8.

FIGURA 8 - Estatísticas da etiquetagem de intertextualidade do *corpus* de reportagens da FSP

Feature	N	Percent
CLASSIFICAÇÃO	N=448	
mais_dialógica	432	96.43%
menos_dialógica	16	3.57%
TIPO_MAIS_DIALÓGICA	N=448	
relato	402	89.73%
afirmação_modalizada	6	1.34%
afirmação_não_modalizada	24	5.36%
TIPO_RELATO	N=448	
discurso_direto	188	41.96%
discurso_indireto	211	47.10%
relato_de_ato_de_fala	3	0.67%
TIPO_AFIRMAÇÃO_MODALIZADA	N=448	
epistêmica	5	1.12%
deontica	1	0.22%
TIPO_MENOS_DIALÓGICA	N=448	
pressuposição	16	3.57%
TIPO_PRESSUPOSIÇÃO	N=448	
existencial	8	1.79%
proposicional	8	1.79%
de_valor	0	0.00%
ATRIBUIÇÃO	N=448	
explícita	368	82.14%
vaga/imprecisa	39	8.71%
sem_indicação_de_autoria	41	9.15%
ORIENTAÇÃO_PARA_DIFERENÇA	N=448	
abertura	322	71.88%
acentuação_da_diferença	88	19.64%
tentativa_de_resolução	3	0.67%
suspensão_da_diferença	5	1.12%
consenso	30	6.70%

Fonte: A autora, produzido no *UAM Corpus Tool*.

Na figura, a coluna *feature* refere-se à categorização da intertextualidade observada. Como indicamos na seção 2.2.1, trabalhamos com a classificação de tipos, em consonância com a abordagem de Fairclough (2003), com a subdivisão dos tipos mais dialógicos (relato [discurso direto, indireto, relato de ato de fala], afirmação modalizada [epistêmica e deontica], afirmação não-modalizada) e menos dialógicos, ou seja, as pressuposições (existenciais, proposicionais e de valor); a atribuição (explícita, vaga ou sem indicação de autoria); e a orientação para

diferença (abertura, acentuação da diferença, tentativa de resolução, suspensão da diferença e consenso).

A coluna *N* refere-se ao número de marcações feitas. Como podemos observar, foram 448 trechos etiquetados como intertextualidade, sendo que encontramos 432 como sendo do tipo mais dialógico e 16 do tipo menos dialógico. Na coluna *percent* é indicado a porcentagem que cada categoria representa do total, no caso dos tipos mais e menos dialógicos de intertextualidade, vemos que nas marcações realizadas na pesquisa temos apenas 3,57% dos trechos que classificamos como menos dialógicos.

Ressaltamos que, ao realizar a etiquetagem do *corpus*, decidimos marcar apenas as pressuposições realizadas pelos autores dos textos, isso quer dizer que não etiquetamos as pressuposições articuladas nos textos nas falas reproduzidas por meio de citação. Tomamos essa decisão porque por um lado compreendemos como essencial a análise apenas pressuposições que foram incluídas pelos jornalistas e, talvez, até mesmo sem que houvessem percebido, por outro lado ressaltamos que a inclusão ou supressão de certas falas das fontes passa pelo filtro jornalístico. Além disso, quase sempre as citações diretas são recheadas de pressuposições que as fontes fazem sobre diversas práticas, eventos e instituições. Essas podem ser reproduzidas nos jornais sem necessariamente oferecerem o mesmo ponto de vista do jornalista ou do veículo, afinal, percebemos nos jornais movimentos de tensão sobre significados compartilhados, como notamos na acentuação da diferença de 19,64%. Como afirma Fairclough (2003), as pressuposições estão ligadas ao terreno comum e compartilhado de significados sociais, dessa forma, percebê-las é infinitamente mais difícil do que apontar as formas de intertextualidade mais dialógicas, que são indicadas por elementos gráficos como aspas ou textuais como verbos *dicendi*.

De acordo com Fairclough (2003), é importante analisarmos a orientação para a diferença considerando a dialogicidade dos textos. Nesse sentido, uma orientação para diferença predominantemente de abertura (71,88%) como é o caso dos textos da *Folha de São Paulo* não é incomum para um *corpus* jornalístico. Já que a prática jornalística naturalmente se baseia na narração de diferentes fatos, histórias e assuntos do cotidiano que afetam diferentes atores sociais; além disso, esses fatos são comentados por esses atores sociais nas reportagens em que aparecerem e suas ideologias são entrelaçadas interdiscursivamente as do próprio jornalista.

No que diz respeito aos discursos articulados no *corpus*, também empreendemos a etiquetagem nas reportagens por meio do programa *UAM*. Identificamos, nesse sentido, quatorze discursos, no entanto, no programa realizamos a marcação de somente treze deles. Os

jornalistas, na sua prática profissional, articulam múltiplos discursos, com os quais estabelecem relações colaborativas ou de disputas. O décimo quarto é o discurso jornalístico, que está presente em todas as reportagens analisadas e é o principal ponto interdiscursivo nos textos.

Conforme Fairclough (2003), a análise interdiscursiva articula-se entre a análise linguística, para a qual apontamos questões relacionadas ao vocabulário empregado nos discursos observados; e a análise de eventos e práticas sociais, que realizamos ao longo da discussão da interdiscursividade. Nesta seção, para a análise da interdiscursividade, assinalamos traços significativos no texto que refletem a articulação de discursos particulares, por exemplo, por léxico específico, que permitem a identificação de posicionamentos discursivos e ideológicos particulares.

A figura 9, a seguir, exhibe os dados estatísticos da etiquetagem dos discursos efetuada por meio do *software*. A coluna *feature* apresenta os discursos observados, que organizamos alfabeticamente para a marcação. A coluna *N* representa o número de marcações feitas no total (365) e de forma específica para cada discurso. Já a coluna *percent* mostra o que o valor de *N* de cada discurso representa no total das marcações.

FIGURA 9 - Dados da etiquetagem da categoria interdiscursividade na FSP

Feature	N	Percent
JORNALÍSTICO	N=365	
administrativo	21	5.75%
antiaborto	53	14.52%
científico	14	3.84%
de_dados	10	2.74%
de_denúncia	53	14.52%
econômico	7	1.92%
feminista	17	4.66%
jurídico	65	17.81%
médico	33	9.04%
policial	17	4.66%
político	16	4.38%
pró-direitos_reprodutivos	35	9.59%
religioso	24	6.58%

Fonte: A autora.

Quanto à característica dos discursos Bessa (2014, p. 42), afirma que

Os discursos não estão isolados nos textos, porque não estão isolados nas práticas sociais. Construir (e também representar) aspectos do mundo por meio de materialidades linguístico-semióticas são ações discursivas – a interdiscursividade (seja de forma colaborativa ou com disputas) refere-se a essa combinação de discursos

(Fairclough, trad. 2001, 2003, 2009; Chouliaraki e Fairclough, 1999). Buscar identificá-los nos textos colabora para uma percepção do tratamento do problema social em discussão.

Concordamos com Bessa (2014, p. 42), quando ele afirma que “Nomear discursos é um trabalho minucioso para quem realiza este tipo de pesquisa. Para se perceber movimentos de retrocesso, estabilização ou avanços sociais a partir das notícias, é preciso atenção para discursos que não sejam somente os ‘grandes discursos’”. O caso do discurso antiaborto é talvez o mais específico em termos de nomenclatura desta pesquisa. Outras pesquisas já se referiram a ele como discurso pró-vida (ROCHA, 2015) e discurso anti-escolha (CAMARGO, 2019). No entanto, preferimos chamá-los antiaborto, pois compartilham em seu cerne o posicionamento contra o abortamento enquanto prática social.

Retomando especificamente a intertextualidade, no quadro 9, a seguir, estão elencados e organizados os textos e as vozes acionados nas reportagens analisadas da FSP. Ele nos dá uma visão geral de quem são e como são acionados os atores sociais incluídos nas reportagens. O quadro 9¹⁰⁰ está disposto em quatro colunas, a saber: posicionamento; vozes; forma de ativação; e código do texto. Logo após o quadro, tecemos considerações sobre cada uma.

QUADRO 9 – As vozes na *Folha de São Paulo*

POSICIONAMENTO	VOZES	FORMA DE ARTICULAÇÃO	CÓDIGO DO TEXTO
	Ilustrativas		
Pró-direitos reprodutivos	Júlia (nome fictício) ¹⁰¹ - vítima de estupro que buscou o aborto no Hospital Pérola Byington; trabalhadora	DI ¹⁰² ; DD ¹⁰³ ; RAF ¹⁰⁴	FSP02
	Mariana (nome fictício) - vítima de estupro que buscou o aborto no Hospital Pérola Byington; estudante	DD	FSP02
	Helena (nome fictício) - realizou um aborto clandestino; paraense	DD	FSP07
	Camila (nome fictício) - realizou um aborto clandestino	DD; DI	FSP07
	Hugo Almeida - manifestante contra grupo antiaborto; educador	DD	FSP08
	Daniela Neves - manifestante contra grupo antiaborto; escritora e roteirista	DD	FSP08
	Sylvia Anan - manifestante contra grupo antiaborto; professora	DD	FSP08

¹⁰⁰ Os números apresentados no quadro 9 e nos gráficos gerados a partir dele sobre os modos de articulação dos relatos (por discurso direto, indireto e relato de ato de fala) diferem dos apresentados na figura 8, pois na *UAM* fizemos as marcações de todos os trechos que eram algum dos tipos de relato, enquanto no quadro 9 consideramos apenas uma única vez tal marcação.

¹⁰¹ Nas reportagens da *Folha de São Paulo*, o nome fictício foi utilizado para as mulheres que interromperam gestação tanto legal, quanto ilegalmente. Esse recurso confere sigilo à entrevistada.

¹⁰² Discurso indireto.

¹⁰³ Discurso direto.

¹⁰⁴ Relato de ato de fala.

	Sophia Branco - militante do Fórum de Mulheres de Pernambuco	DD	FSP10
	Paula Viana - enfermeira, coordenadora do Grupo Curumim ¹⁰⁵	DI; DD	FSP12
	Olímpio Barbosa de Moraes Filho – ginecologista e obstetra ¹⁰⁶	DD; DI	FSP12
	Henrique Vieira - pastor batista e escritor	DD	FSP14
	Tabata Tesser - católica, parte do Católicas pelo Direito de Decidir (CDD) ¹⁰⁷	DD	FSP14
	Menina capixaba e família (atribuição vaga para proteger o sigilo das fontes)	DI	FSP18
Antiaborto/ Antidireitos reprodutivos	Celene Salomão - ex-candidata a deputada federal pelo PSL; parte da vigília antiaborto em frente ao Pérola Byington em SP	DD	FSP08
	Sara Giromi (Sara Winter)	DI	FSP09
	Grupos cristãos (atribuição vaga)	DI	FSP09
	Arcebispo de Olinda e Recife, dom Antonio Fernando Saburido	DD	FSP12; FSP 14
	Católicos e evangélicos (atribuição vaga)	DI	FSP14
	dom Walmor Oliveira de Azevedo - presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)	DD	FSP 14
	Silas Malafaia - pastor pentecostal líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo	DD	FSP14
	Pedrao - pastor batista, ala não progressista	DD	FSP14
	Participante da equipe de Damares (atribuição vaga para proteger o sigilo da fonte) ¹⁰⁸	DI	FSP18
	Mariângela Consoli de Oliveira - assistente social, presidente da Associação Guadalupe ¹⁰⁹	DD	FSP18
Não claro	Médicas (atribuição vaga para preservar sigilo das fontes)	DI	FSP16
	Pessoas que fizeram relatos à reportagem (atribuição vaga para preservar sigilo das fontes)	DI	FSP16
	Pacientes (atribuição vaga)	DI	FSP17
	Elizabeth Kipman - ginecologista e obstetra no HSFA	DD	FSP18
Governamentais			
Pró-direitos reprodutivos	Defensoria Pública da União (DPU)	DI	FSP03
	Fabiana Severo – defensora pública federal	DI	FSP03

¹⁰⁵ “O Grupo Curumim constitui-se como entidade civil feminista e antirracista, sem fins lucrativos ou econômicos, de âmbito nacional e duração ilimitada, com personalidade jurídica de direito privado, fundada em 11 de Agosto de 1989.” (GRUPO CURUMIM, 2021).

¹⁰⁶ Na reportagem FSP12, o médico Olímpio Moraes foi ouvido como uma testemunha de um fato e não como especialista sobre algum assunto.

¹⁰⁷ “Católicas pelo Direito de Decidir é um movimento político de cunho internacional que se articula em organizações não-governamentais (ONGs) hoje em 12 países pelo mundo. Formada por mulheres que são católicas, a ONG propõe um questionamento sobre determinadas leis eclesiais da instituição, em especial aquelas relacionadas ao aborto, direitos reprodutivos e à autonomia das mulheres sobre o próprio corpo” (CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR, 2021).

¹⁰⁸ Nas reportagens FSP16 e FSP18 algumas fontes não são nomeadas, tornando suas falas atribuições vagas. Isso acontece, por essas reportagens serem investigativas e denunciam a ação da ministra Damares no caso da menina capixaba. Essas fontes podem ser classificadas como oficiosas (LAGE, 2003).

¹⁰⁹ “A Associação Guadalupe, entidade sediada na Diocese de São José dos Campos, na Avenida Princesa Isabel, nº 1235, no bairro de Santana em São José dos Campos, foi fundada em 2013 e tem como principal missão a defesa da vida desde a concepção até a morte natural.” (ASSOCIAÇÃO GUADALUPE, 2021).

	Paula Sant'Anna Machado de Souza – defensora pública do núcleo da mulher da Defensoria Pública de São Paulo	DI; DD	FSP05	
	Ana Rita Souza Prata - defensora pública	DI; DD	FSP07	
	Professora Dorinha - deputada federal do DEM-TO	DD	FSP07	
	Antonio Moreira Fernandes - juiz da Vara da Infância e da Juventude de São Mateus (concedeu a liminar que permitiu que a menina capixaba abortasse em ago.2020)	DD; DI	FSP09; FSP10; FSP16	
	Marcelo Freixo - deputado (PSOL-RJ)	DD	FSP16	
	Nalida Coelho Monte, coordenadora do núcleo de defesa e promoção dos direitos das mulheres da Defensoria Pública de São Paulo	DD; DI	FSP20	
Antiaborto/ Antidireitos reprodutivos	Equipe do Presidente Bolsonaro (atribuição vaga)	DI	FSP01	
	Angela Gandra Martins – secretária da família no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH)	DI; DD	FSP01	
	Damares Alves – Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH)	DI; DD; RAF	FSP01; FSP 07; FSP16; FSP19; FSP20	
	Delegacia da Mulher – cidade não explicitada	DI	FSP02	
	Anvisa	DI; DD	FSP03; FSP04	
	Enfermeiras (atribuição vaga)	DD	FSP07	
	Diário de Justiça	DD	FSP07	
	Jair Bolsonaro - presidente	DD	FSP07	
	Senadores (atribuição vaga)	DD	FSP07	
	Juíza Selma Arruda - senadora do Podemos-MT	DD	FSP07	
	Rita Checon - superintendente do HUCAM	DI; DD	FSP10	
	Clarissa Tércio - deputada estadual (PSC-PE)	DD	FSP14	
	Pessoas envolvidas na ação de Damares para impedir a realização do aborto no caso de menina capixaba (atribuição vaga)	DI	FSP16	
	Alinne Duarte de Andrade Santana - coordenadora geral de proteção à criança e ao adolescente da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	DI	FSP16	
	Site do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH)	DI	FSP16	
	MMFDH	DD	FSP16; FSP20	
	Ministério da Saúde	DD	FSP17	
	Ernesto Araújo - ex-ministro das Relações Exteriores do Brasil	DD	FSP19	
	Não claro	Ministério da Saúde	DI; DD	FSP02
		Ministério Público Federal	DD	FSP02
Secretária de Saúde do Paraná		DI	FSP02	
Secretária de Saúde de Minas Gerais		DI	FSP02	
Secretária de Saúde de Santa Catarina		DI	FSP02	
Secretária de Saúde do Rio Grande do Sul		DI	FSP02	

	Gustavo Santos – farmacêutico, gerente de avaliação de eficácia e segurança da Anvisa	DI	FSP03
	Nota da Polícia Civil - Jaú/SP	DD	FSP07
	Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp)	DD	FSP07
	Defensoria Pública de SP	DI	FSP07
	Secretária de Saúde de São Paulo	DI	FSP08
	Secretaria de Segurança Pública de São Paulo	DI	FSP08
	Nésio Fernandes - secretário estadual de Saúde do Espírito Santo	DI; DD	FSP10
	Justiça do Espírito Santo	DI	FSP10
	Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça	DI	FSP10
	Ministério Público do Espírito Santo	DI	FSP10
	Secretaria da Justiça do Espírito Santo (Sejus)	DI	FSP10
	Leonardo Malacarne - delegado titular no ES	DI	FSP16
	Hospital São Francisco de Assis de Jacareí (HSFA)	DD	FSP16; FSP18
	Especialistas		
Pró-direitos reprodutivos	André Luiz Malavasi – ginecologista e diretor do Hospital Pérola Byington	DD	FSP02
	Vanessa Canabarro Dio – psicóloga	DD	FSP02
	Rosires Pereira Andrade – médico, Febrasgo	DI; DD	FSP03
	Daniela Pedroso – psicóloga, Núcleo de Violência Sexual e Aborto Previsto em Lei do Hospital Pérola Byington (SP)	DI; DD	FSP03; FSP05; FSP07
	Pedro do Carmo de Paula – advogado, professor da FGV	DI; DD	FSP03
	Tânia Di Giacomo Lago – médica, professora da Santa Casa e membro do GEA (Grupo de Estudos sobre Aborto)	DI; DD	FSP03
	Olímpio Barbosa de Moraes Filho – ginecologista e obstetra, presidente da Comissão de Assistência ao Pré-Natal da Febrasgo	DD	FSP04; FSP10
	Jefferson Drezett – ginecologista e obstetra	DI	FSP04
	Maria Esther Vilela – ex-coordenadora de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde os governos de Dilma Rousseff e Michel Temer	DI; DD	FSP04
	Julia Rocha – pesquisadora da Artigo 19	DI; DD	FSP05
	Maíra Zapater – professora de direito penal da FGV	DI; DD	FSP06
	Yuri Sahione – advogado e professor especialista em direito penal	DI; DD	FSP06
	Mary Del Priore - historiadora	DI	FSP07
	Luis Felipe Miguel - professor de ciência política na UnB	DD; DI	FSP07
	Sinara Gumieri - advogada; pesquisadora da Anis; uma das signatárias da ação do PSOL enviada ao STF	DI; DD	FSP07
	Advogados e ativistas (atribuição vaga)	DI	FSP08
	Especialistas (atribuição vaga)	DI	FSP09; FSP10; FSP17

	Sandra Lia Bazzo Barwinski - advogada; coordenadora brasileira do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher	DD; DI	FSP09
	Helena Paro - ginecologista e obstetra, professora da UFU	DD	FSP09; FSP10
	Tatiane Moreira Lima - juíza	DD	FSP11
	Albertina Duarte - ginecologista	DD	FSP11
	Débora Diniz, antropóloga, Instituto Anis	DD	FSP15; FSP17
	Marina Ganzarolli, presidente da Comissão da Diversidade Sexual OAB	DI; DD	FSP15
	Defensores de direitos reprodutivos (atribuição vaga)	DI	FSP19; FSP20
	Gabriela Rondon, advogada, Instituto Anis	DI; DD	FSP20
	Especialistas em saúde (atribuição vaga)	DI	FSP20
Antiaborto/ Antidireitos reprodutivos	Avaniel Marinho – diretor de pesquisas clínicas e assuntos regulatórios do Hebron	DI; DD	FSP03; FSP04
	Rose Santiago - presidente do Centro de Reestruturação para a Vida (Cervi)	DI; DD	FSP07
	Francisco Razzo - professor de filosofia; autor do livro ‘Contra o aborto’	DI; DD	FSP07
	Equipe médica Hucam (atribuição vaga)	DI	FSP09
Não claro	Glauca Souza – consultora hospitalar do laboratório Hebron	DI	FSP03
	Israel Vasconcellos – consultor de acesso público da Hebron.	DI; DD	FSP04
	Luzia Cantal - advogada, parte da Comissão de Direitos Humanos da OAB	DI; DD	FSP08
	Ariel de Castro - advogado, especialista em direitos humanos pela PUC- SP	DD	FSP11
	Paulo Lugon Arantes - advogado	DD	FSP19
Documentais			
Pró-direitos reprodutivos	Ação proposta pelo PSOL ao STF	DI	FSP01; FSP06
	Pesquisa do Anis – Instituto de Bioética	DI	FSP02
	Norma Técnica do MS	DI	FSP02
	Relatório do MS para o STF em 2018	DI; DD	FSP07
	Relatório do MS de Portugal	DI	FSP07
	Decisão judicial favorável ao procedimento de aborto no caso da menina capixaba - Vara da Infância e da Adolescência	DI	FSP11
	Portaria nº 1.508 de 1º de setembro de 2005, do Ministério da Saúde - desobriga a necessidade de BO em caso de estupro para realização do aborto legal	DI	FSP11
Antiaborto/ Antidireitos reprodutivos	Estatuto do nascituro	DI	FSP01
	PL 352/2019 do vereador Fernando Holiday de São Paulo	DI; DD	FSP06
	Código Penal (atual)	DI	FSP07; FSP10; FSP11; FSP 13; FSP16
	Código Criminal do Império do Brasil	DI	FSP07
	Código Penal dos Estados Unidos do Brasil	DI	FSP07
	Relatório do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	DD	FSP07
	PEC 29/2015 (PEC da Vida)	DI	FSP07

	Nota do Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes (Hucam) - instituição que negou o procedimento de aborto a menina capixaba	DI; DD	FSP10; FSP15; FSP16
	Declaração de Consenso de Genebra 2020	DD; DI	FSP19; FSP20
	Decreto - Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031, publicado em 27/10/2020 no Diário Oficial da União.	DD	FSP20
	Estatuto do Nascituro	DI	FSP20
Não claro	Pesquisa Datafolha	DI	FSP01; FSP06; FSP 07
	Código de Ética Médica	DI	FSP02
	Estatuto da Criança do Adolescente	DI; DD	FSP11
	Artigo 330 do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940	DI	FSP11
	Constituição Federal	DD	FSP11
	Pesquisa do instituto Ipsos	DI	FSP13
	Levantamento interno do HUCAM	DI	FSP15
	Pesquisa de Diniz e Madeiro (2012)	DI	FSP15
	Levantamento do Núcleo Especializado da Mulher da Defensoria Pública de São Paulo	DI	FSP15
Independentes			
Pró-direitos reprodutivos	ONG Anis (Anis - Instituto de Bioética)	DI	FSP02
	Organização Mundial de Saúde (OMS)	DI	FSP04
	The World's Abortion Laws 2019	DI	FSP07
	Um estudo da UnB (atribuição vaga)	DI	FSP07
	Católicas pelo Direito de Decidir (CDD)	DD	FSP14
	Frente de Evangélicos para Estado de Direito	DD; DI	FSP14
	Evangélicas Pela Igualdade de Gênero	DD; DI	FSP14
Antiaborto/ Antidireitos reprodutivos	Profissionais entrevistados em um estudo de Diniz e Madeiro (2015) - (atribuição vaga)	DI	FSP15
	Grupo de países que assinaram a Declaração de Consenso de Genebra	DI	FSP19
Não claro	Laboratório Hebron – fabricante do misoprostol no Brasil	DI	FSP04
	Hospitais (atribuição vaga)	RAF; DI; DD	FSP05

Fonte: A autora.

A classificação posicionamento, representada na primeira coluna, foi dividida em antiaborto/antidireitos reprodutivos, pró-direitos reprodutivos e não claro. Essa classificação surgiu de forma espontânea na observação do *corpus*; a cada leitura percebemos quão expressivos eram os dois primeiros posicionamentos para a análise discursiva da recontextualização da prática de aborto em textos jornalísticos.

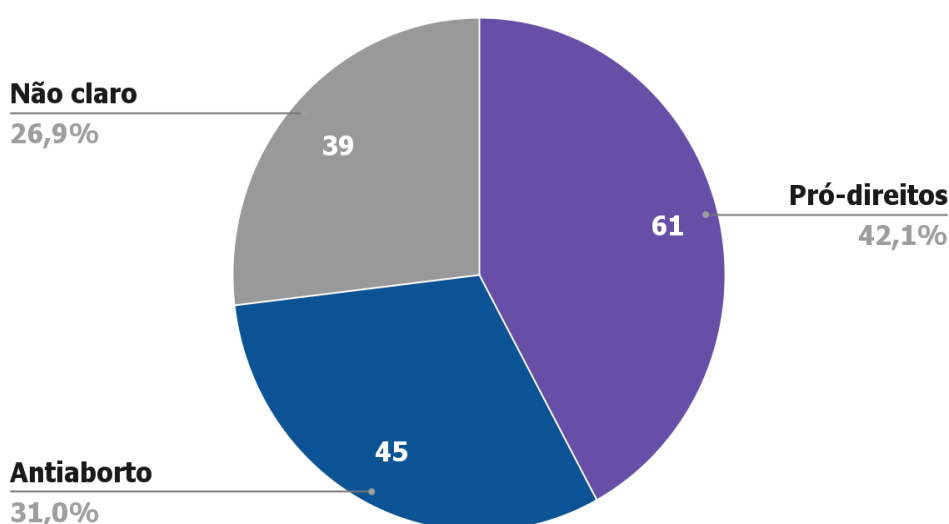
Na coluna vozes, do quadro 9, incluímos os textos e vozes articulados com um detalhamento sobre quem ou o que são. Essas vozes são categorizadas em: ilustrativas; governamentais (oficiais); especialistas; documentais; e independentes. Essa categorização é feita com base em um diálogo estabelecido com algumas teorias sobre classificação de fontes jornalísticas (cf. seção 3.3.1).

A terceira coluna do quadro 9, diz respeito à forma de articulação da voz ou do texto nas reportagens analisadas. Essa articulação pode acontecer por discurso direto (DD), indireto (DI) ou relato de ato de fala (RAF). Na última coluna do quadro, inserimos os códigos dos textos nos quais as vozes acionadas estão presentes, conforme classificação apresentada no quadro 8, anteriormente.

A partir do quadro 9, construímos três gráficos. O gráfico 1, a seguir, apresenta dados quantitativos sobre os posicionamentos das vozes e textos acionados na *Folha*.

GRÁFICO 1 – As vozes por posicionamento na FSP

Voices por posicionamento na FSP



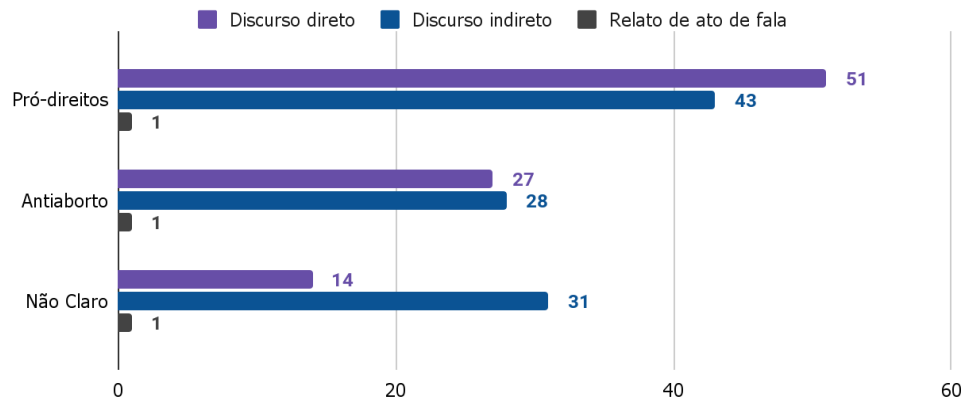
Fonte: A autora.

Nele vemos que apesar de seu posicionamento liberal e da indicação em seu projeto editorial de seu alinhamento com a democracia e com a preservação de valores dos direitos humanos (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019), o jornalismo da *Folha* reserva um espaço em todas as matérias para os posicionamentos antiaborto e anti-direitos reprodutivos. Esses totalizam 31% das vozes e textos incluídos nas reportagens. Podemos elencar alguns motivos para essa prática rotineira do jornalismo da *Folha*, um deles diz respeito ao item sobre conservar a pluralidade de opiniões, do projeto editorial do veículo, o qual consideram como base do fazer um bom jornalismo. No entanto, o espaço privilegiado dado a essas fontes antiaborto e, principalmente, a enganosa paridade delas em relação às fontes pró-direitos causam efeitos de sentido que apontam, no mínimo, para uma postura do jornal que facilita a dispersão de falácias.

O segundo gráfico que construímos, a partir do quadro 9, diz respeito aos modos de articulação das vozes na FSP.

GRÁFICO 2 – As vozes por modos de articulação na FSP

Vozes por modo de articulação na FSP



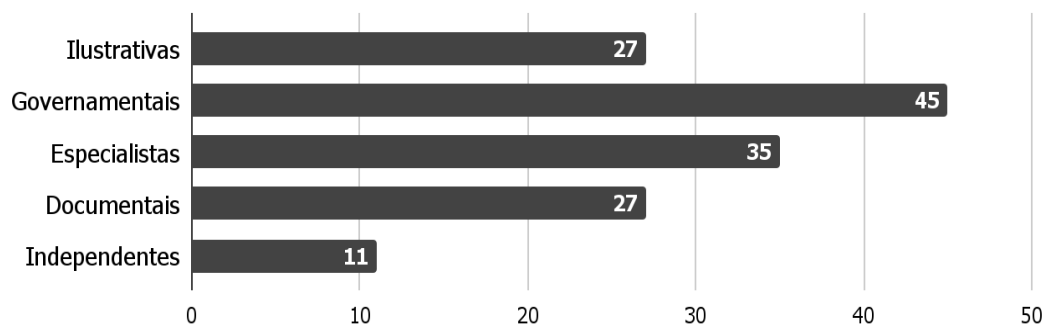
Fonte: A autora.

Neste gráfico podemos notar que na *Folha* há uma predominância das vozes pró-direitos reprodutivos, na qual quase todas elas tiveram espaço através de discurso direto. Percebemos ao fazer essa análise que não realizamos uma contagem formal sobre o espaço em texto, ou em número de linhas dedicado às vozes, dessa forma, não conseguimos dimensionar se esse maior número de articulação por discurso direto e indireto das vozes pró-direitos se reverberam em maior espaço nas reportagens. No entanto, na etiquetagem dos discursos observamos uma maior prevalência do discurso antiaborto em quantidade de trechos das reportagens quando comparada ao discurso pró-direitos (cf. figura 9).

O gráfico 3, a seguir, mostra-nos a quantidade de vozes e textos acionados pela *Folha* em cada um dos tipos que apresentamos anteriormente. No total há 145 fontes acionadas.

GRÁFICO 3 – Vozes por tipo de fonte jornalística na FSP

Vozes por tipo na FSP



Fonte: A autora.

No gráfico 3, percebemos a predominância de fontes governamentais que totalizam 45, seguida de fontes especialistas que são 35, depois fontes ilustrativas com 27, documentais com 27, e, em último lugar, estão as fontes independentes com 11. Quando pensamos na pergunta

proposta por Fairclough (2003) para análise de intertextualidade “quais textos e vozes são incluídos, quais são excluídos, e quais ausências são significativas?”, observamos a supressão das vozes de mulheres que realizaram um aborto. No quadro 9, podemos constatar que elas foram apenas 4 de todas as fontes ouvidas pelo jornal, o que significa 4 de 145 ou 2,7% do total de vozes e textos acionados pelo jornal nos anos de 2019 e 2020. Esse apagamento das mulheres reflete um apagamento da própria temática, que no jornalismo da *Folha de São Paulo* é tratado em tom impessoal, que reverbera nos discursos predominantes no veículo.

Para melhor organização da análise agrupamos sequências discursivas (SD) extraídas do *corpus* nos quadros 10 a 16, a seguir. A seleção das sequências foi realizada para que essas fossem representativas dos discursos observados e etiquetados, conforme a figura 9; além disso, elas foram escolhidas pensando na representatividade das vozes e textos (fontes jornalísticas) incluídas nas reportagens. Por fim, também consideramos quais representações essas sequências fazem do aborto e das mulheres que abortaram, buscando contemplar todas as representações percebidas.

Os quadros 10 a 16, a seguir, estão organizados em três colunas: voz; ator social representado e sequência discursiva. Em voz, indicamos a autoria da SD exposta; em ator social representado, apontamos quem é o ator social representado na SD; e, em sequência discursiva, está o recorte do trecho retirado como aparece na reportagem. No quadro 10, as SDs representam a população brasileira e o aborto.

QUADRO 10 – Sequências discursivas FSP – parte 1

Voz	Ator social representado	Sequência Discursiva
Datafolha – fonte documental	O aborto e a população brasileira	SD 01: Para 4 em cada 10 brasileiros, o aborto deve ser proibido em qualquer situação, mesmo nos casos que hoje são permitidos em lei, segundo pesquisa Datafolha. (FSP01)
Ângela Granda Martins – fonte governamental	O aborto	SD 02: A Folha Angela disse que o ministério vai “celebrar a vida”. “Coerentemente, este é um ministério que defende os direitos humanos. A vida é um direito inviolável segundo a nossa Constituição. Vamos, naturalmente, por este caminho”. (FSP01)
Avaniel Marino – fonte especialista		SD 03: Embora o pedido de mudança esteja sendo visto no mercado como um passo para a venda nas farmácias, o diretor de pesquisas clínicas e assuntos regulatórios do Hebron, Avaniel Marinho, diz que não há interesse nisso. “O controle nas farmácias é muito difícil e imaginamos que o uso será desvirtuado.” (FSP03)
Anvisa – fonte governamental		SD 04: A Anvisa afirma que “existem registros que evidenciam a necessidade de um controle efetivo sobre os medicamentos à base de misoprostol, uma vez que estes são frequentemente alvo de desvios, falsificações e importações ilegais, sendo apreendidos por várias vezes em ações realizadas pela Anvisa em parceria com a polícia.” (FSP04)
DPU – fonte governamental		SD 05: O argumento da DPU é de que a restrição viola o direito à saúde de mulheres que querem interromper gestações em casos em que isso já é autorizado por lei. (FSP03)

Yuri Sahione – fonte especialista		SD 06: Yuri Sahione, advogado e professor especialista em direito penal, vê outros dois pontos inconstitucionais no texto. Um deles é a previsão de que a Procuradoria-Geral do Município recorra da decisão judicial. "Só o Ministério Público poderia recorrer de uma ordem deste tipo e também não cabe ao vereador determinar que uma decisão judicial não seja cumprida enquanto ainda há recurso." Segundo Sahione, os direitos civis e penais, como é o caso do aborto, são de competência da União e, portanto, não podem ser alterados no legislativo municipal. "Essa determinação afeta o processo penal e só quem pode legislar sobre matéria penal é a União, o Congresso", afirma. (FSP06)
Júlia Zarembo – jornalista autora da reportagem		SD 07: No Brasil, o aborto é permitido em três situações: estupro, risco à vida da mulher ou anencefalia do feto. A descriminalização do procedimento até a 12ª semana de gestação está em discussão no STF (Supremo Tribunal Federal). (FSP08)
Especialistas (atribuição vaga) – fonte especialista		SD 08: Especialistas em direito afirmam que não há um período limite para se fazer um aborto autorizado pela Justiça. Ainda mais, quando a mulher corre risco de morrer. (especialista, FSP09)
Carolina Vila-Nova – jornalista autora da reportagem		SD 09: A interrupção da gravidez da criança capixaba de dez anos tinha amparo legal de duas das três condições previstas pelo Código Penal brasileiro, que autoriza o procedimento em casos de estupro e de risco de morte da mãe, e pelo Estatuto da Criança do Adolescente, que determina o dever de assegurar o direito da criança à vida. [...] Em tese, não havia sequer a necessidade de judicialização do procedimento. (FSP11)

Fonte: A autora.

A SD 01 é a primeira frase da reportagem *Contrários a qualquer tipo de aborto no Brasil atingem 41%* de Thiago Amâncio, publicada em 10/01/2019. Esse texto tem como fato gerador uma pesquisa do Datafolha realizada em dezembro de 2018 sobre a opinião pública brasileira relativa às prerrogativas legais da prática de aborto e ao pagamento de auxílio governamental a mulheres que decidirem gestar crianças fruto de estupro. Foi a primeira publicação sobre aborto no ano de 2019 no veículo *Folha de São Paulo* e ela dá o tom da maneira a partir da qual o jornal pautou a temática ao longo daquele ano, já que os dados apresentados nela são retomados em quase todas as reportagens seguintes.

Na SD 01, notamos a articulação de quatro discursos: o jornalístico, o antiaborto, o jurídico, e o de dados. Para identificar o discurso antiaborto guiamo-nos por algumas pistas discursivas, que possibilitam sua marcação, como, na SD 01 que por meio de uma afirmação categórica diz que *o aborto deve ser proibido em qualquer situação*. No *corpus*, marcamos 53 seqüências como discurso antiaborto, elas representam 14,52% do total de discursos observados (cf. fig. 9). O discurso jornalístico é identificável a partir das marcas de verbos *dicendi* empregadas na tessitura do texto, e estruturas discursivas que são característica da prática, como inclusão de referências ao processo de construção da reportagem e realização de entrevistas. Na SD 01 há a inclusão de: *segundo pesquisa Datafolha*. O discurso jurídico é o de maior presença nas reportagens da *Folha*, com 65 seqüências discursivas etiquetadas (cf. fig. 9). De forma

geral, percebemos que o vocabulário da área jurídica é bem demarcado; estão presentes expressões como *permitido em lei* e *direito inviolável*.

O que chamamos de discurso de dados relaciona-se a um discurso um pouco impreciso quanto à validação dos números apresentados, para o autor da reportagem é como se a inclusão de determinados números, dados estatísticos ou de pesquisa de opinião “falassem por si”, sendo usados como recurso retórico na mídia (VAN DIJK, 2018). Assim, na SD 01 são apresentados dados de um levantamento do Datafolha (fonte documental), que é usado como quase única fonte em toda a reportagem FSP01. No trecho, ao inverter a ordem de apresentação dos números é materializada uma representação da população brasileira como contrária ao direito ao abortamento, por exemplo, a reportagem dá destaque à informação de que *4 em cada 10 brasileiros, o aborto deve ser proibido em qualquer situação*, sem ressaltar em nenhum momento que isso significa que 6 em cada 10 admitem a prática em alguma situação. É por meio da articulação dos discursos supracitados que a SD 01 representa o aborto como uma prática que não é de interesse da população, logo, representa a população como contrária a descriminalização.

A SD 02 também é parte FSP01. Nessa reportagem, a advogada Angela Gandra Martins, que representa a União dos Juristas Católicos de SP, se manifestou contrária à legalização do aborto. Martins articula o discurso antiaborto ao discurso jurídico. Rocha (2015, p. 204), ao analisar discursos antiaborto em textos do âmbito legislativo, percebeu que

os oradores pressupõem que o ataque à vida implique um ataque à família tradicional, sendo ambas — a vida e a família — bens maiores sob a perspectiva cristã ocidental e, portanto, merecedoras de proteção do Estado diante de sua impotência para resistir a tantas investidas opositoras.

Notamos que essa associação de ataque à vida do feto como um ataque à família tradicional, ocorre na SD 02. Uma vez que, Martins constrói uma representação do aborto como algo diametralmente oposto ao direito a vida no trecho: *Coerentemente, este é um ministério que defende os direitos humanos. A vida é um direito inviolável segundo a nossa Constituição. Vamos, naturalmente, por este caminho.*

Como observado nas SDs 01 e 02, o jornal decidiu dar o destaque ao posicionamento da minoria sobre a questão. Podemos inquirir o interesse da *Folha* em priorizar esse discurso antiaborto, nesse sentido, contextualizar e situar socialmente a pauta dessa reportagem é necessário para um olhar mais claro sobre o contexto brasileiro. A FSP01 somente apresenta resultados de uma pesquisa realizada pelo Datafolha, parte do grupo empresarial *Folha*, e não faz uma discussão interpretativa ou crítica dos dados. Portanto, há uma escolha deliberada do

veículo em trazer para o título, linha fina e início do texto a articulação desses discursos antiaborto, que visam criar um imaginário social da predominância do posicionamento antidireitos reprodutivos na sociedade – ideia que se repete no decorrer no texto, que traz mais vozes conservadoras seja em citações diretas ou indiretas. Angela Gandra Martins, secretária da Família do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos do governo Bolsonaro é a única voz apresentada por citação direta em toda a reportagem. Enquanto nenhuma voz pró-descriminalização é acionada, a Martins é reservado o espaço por discurso direto, em uma fala que reforça a posição ministerial e do governo quanto a manutenção das relações de poder e do aborto como crime.

A decisão editorial da *Folha* de pautar o assunto logo no início de 2019 e, principalmente, a maneira como o fez, logo após as eleições presidenciais que haviam garantido a vitória de Jair Bolsonaro, mostra que o jornal instrumentalizou o tema *aborto* não para realmente debater com/em sociedade a prática de aborto, mas para ilustrar a guinada conservadora que a sociedade brasileira havia tomado naquele cenário. Mesmo quando os resultados da pesquisa de opinião reportada não denunciavam exatamente uma predominância conservadora da sociedade brasileira, o jornal fez o recorte que o interessava dando destaque aos posicionamentos antiaborto.

Ainda sobre as fontes que se posicionam antiaborto, temos as sequências discursivas 03 e 04, as quais estabelecem uma relação interdiscursiva entre o discurso antiaborto com o discurso administrativo, reafirmando a necessidade do controle estatal sobre o misoprostol na sociedade brasileira. Entendemos como discurso administrativo trechos em que as pistas discursivas apontam para a prática de administração pública ou de gestão de empresas, por exemplo, *o controle em farmácias* da SD 03 refere-se à distribuição e venda do medicamento; enquanto na SD 04, esse discurso administrativo nota-se em *existem registros que evidenciam a necessidade de um controle e ações realizadas pela Anvisa*.

Na SD 03, a fala de Avaniel Marinho representa o aborto como prática ligada à clandestinidade e ao crime em *o controle nas farmácias é muito difícil e o uso será desvirtuado*, quando comenta a possibilidade de venda do misoprostol em farmácias. Essas duas orações trazem pressuposições existenciais, a primeira é de que a prática de aborto é relativamente comum na sociedade brasileira, já que ele toma como fato a dificuldade do controle sobre a venda do medicamento, a segunda é o interesse econômico em sua venda ilegal. O misoprostol

Trata-se de um medicamento que teve o seu uso restringido ao contexto hospitalar em 1998 (BRASIL, 1998) e que, desde então, tem sido encontrado no mercado clandestino por um preço alto e com qualidade incerta. Devido a isso, cerca de metade das mulheres (48%) que utilizam o medicamento necessitam procurar os serviços de

saúde para finalizar o aborto (DINIZ et al., 2017), as quais, em geral, encontram serviços despreparados e novos contextos de violência. (PENA; CASTRO, 2019, 74-75).

Na SD 04, há a construção de uma representação semelhante à da SD 03 em *existem registros que evidenciam a necessidade de um controle efetivo*. Ademais, na SD 04 há a presença do discurso policial na oração: *são frequentemente alvo de desvios, falsificações e importações ilegais e apreendidos por várias vezes em ações realizadas pela Anvisa em parceria com a polícia*. Assim, a Anvisa, que é uma instituição governamental, retrata a prática do aborto e os meios para a realização do abortamento – o misoprostol – como relacionada à ilegalidade e passível de sanções do âmbito jurídico.

Ainda tratando de representações sobre o aborto, percebemos que de forma geral nas sequências discursivas 05 a 09 há a predominância do discurso jurídico, com seu vocabulário bem demarcado, verificamos expressões como *direito penal, decisão judicial, direitos civis, processo penal, autorizado pela Justiça, amparo legal e insegurança jurídica*. Figueiredo (2009, p. 749) diz que “O léxico ocupa um duplo papel em um texto: a um só tempo demonstra e constrói a forma como vemos a realidade.”. Por isso, o léxico que compõe o discurso jurídico dessas sequências discursivas parte das reportagens, tem em comum a construção de uma representação do aborto enquanto um conceito abstrato do campo jurídico. Em especial, essa representação demonstra a ordenação social do mundo moderno, pautado nas legislações e convenções que devem ser respeitadas por um conjunto de cidadãos vinculados pelo fato de terem nascido no mesmo estado-nação. Tais questões estão relacionadas a tempo e espaços específicos e, frequentemente, figuram juridicamente a partir de interesses do Estado. Historicamente, o aborto saiu da esfera privada e entrou na esfera da vida pública justamente a partir de prática social jurídica: primeiro por meio da criminalização, depois para os processos de exceção e eventual descriminalização em alguns países (PEDRO, 2012). Todo esse processo acontece com base em lutas hegemônicas pela ordenação social.

Ainda sobre as sequências 05 a 09, notamos que o discurso jurídico vem acompanhado do discurso pró-direitos reprodutivos, que representa o aborto também como uma prática legal e legítima. O discurso pró-direitos reprodutivos corresponde a 9,59% (35 trechos) do total de discursos etiquetados nas reportagens. Os trechos identificados como discurso pró-direitos abrangem construções discursivas que defendem, em alguma medida, a manutenção da legislação atual que permite o abortamento em casos de estupro ou risco de vida da mãe; e textos em que se materializam a defesa pela legalização do aborto induzido a pedido da mulher. Como podemos identificar em: *a restrição viola o direito à saúde de mulheres que querem*

interromper gestações em casos em que isso já é autorizado por lei; No Brasil, o aborto é permitido em três situações: estupro, risco à vida da mulher ou anencefalia do feto; que não há um período limite para se fazer um aborto autorizado pela Justiça; A interrupção da gravidez da criança capixaba de dez anos tinha amparo legal de duas das três condições previstas pelo Código Penal brasileiro.

No quadro 11, a seguir, as SDs representam o aborto legal, o direito ao aborto e a descriminalização dele.

QUADRO 11 – Sequências discursivas FSP - parte 2

Voz	Ator social representado	Sequência Discursiva
André Luiz Malavasi – fonte especialista	O aborto legal	SD 10: "O abortamento é o colapso da prevenção da violência, da assistência à saúde. Mostra que falhamos em todos os sentidos", ele diz. "O atendimento às vítimas de violência sexual é de baixíssima complexidade. Qualquer serviço minimamente estruturado, mesmo que só com uma enfermeira treinada, consegue fazer." (FSP02)
Helena Paro – fonte especialista		SD 11: Segundo a ginecologista Helena Paro, professora da Faculdade de Medicina da UFU (Universidade Federal de Uberlândia), a literatura médica já mostrou que a indução do aborto na idade gestacional em que a menina se encontra é quatro vezes mais segura do que o parto vaginal. (FSP09)
Nalida Coelho Monte – fonte governamental	O direito ao aborto	SD 12: Nalida Coelho Monte, coordenadora do núcleo de defesa e promoção dos direitos das mulheres da Defensoria Pública de São Paulo [...] "Essa diretriz, assim como as portarias do Ministério da Saúde e sua substituta, servem para que o Executivo esvazie políticas públicas relacionadas à saúde reprodutiva das mulheres. Embora o governo não possa impedir o aborto legal, porque isso demandaria alteração legislativa, ele cria um ambiente de desinformação e aparente insegurança jurídica, que tem efeitos práticos porque dificulta ainda mais o acesso de mulheres aos serviços de aborto legal", afirma. (FSP20)
Sinara Gumieri – fonte especialista	Descriminalização do aborto	SD 13: Para Sinara Gumieri, ativista pelo direito ao aborto, doutoranda em direito pela UnB e pesquisadora da Anis Instituto de Bioética, é por meio da descriminalização que o direito à igualdade entre gêneros será fortalecido, bem como o poder de autonomia de uma mulher para decidir sobre ter ou não filhos. (FSP07)

Fonte: A autora.

As SDs 10 e 11 articulam o discurso médico, que totaliza 33 trechos ou 9% das marcações nas reportagens (cf. fig. 9). Assim como no discurso jurídico, percebemos haver um léxico específico que demarca o discurso médico, por exemplo: *enfermeira treinada; indução do parto; parto prematuro; levar à pré-eclâmpsia e eclâmpsia; literatura médica; indução do aborto; idade gestacional; parto vaginal*; entre outras referências a situações médicas, doenças e procedimentos. Os médicos e a prática da medicina colocaram-se como legisladores sociais a partir do fim do século XIX, prescrevendo o que era adequado quanto ao comportamento sexual e reprodutivo dos cidadãos, fixando a prática de aborto como não-natural e não-desejável

(ROHDEN, 2003). Assim, foi enunciando discursos técnicos embebidos dos interesses do Estado higienista da época, esses discursos estabeleceram-se hegemônicos.

No quadro 9, percebemos que nenhum dos médicos acionados na condição de fontes especialistas posicionam-se como antiaborto nas reportagens do *corpus*. Logo, poderíamos pensar que, hoje, médicos e outros representantes da prática médica não compartilham mais do discurso hegemônico. No entanto, sabemos que isso se deve muito mais a seleção de fontes da *Folha* do que a um fenômeno difundido socialmente. Os dados mostram que há pouco interesse no estabelecimento e manutenção de serviços que oferecem o aborto legal, que perpassam pela administração dos hospitais públicos realizadas, em grande parte, por médicos. De acordo com Paro, Carneiro e Hasse (2019, p. 60-61),

mesmo com a publicação de normas técnicas, portarias regulatórias e políticas de incentivos financeiros para a estruturação dos serviços que realizam o abortamento previsto em lei para casos de gravidez decorrente de violência sexual, o número de estabelecimentos de saúde que oferecem o serviço ainda é incipiente. Até abril de 2016, apenas 606 estabelecimentos de saúde no país possuíam cadastro no Código 165 – Serviço de Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual – no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), dos quais 396 serviços encontravam-se cadastrados na classificação 007 – Atenção Ambulatorial às Pessoas em Situação de Violência Sexual; 190 na classificação 001 – Referência para Atenção Integral às Pessoas em Situação de Violência Sexual; e apenas 66 serviços estavam cadastrados na classificação 006 – Referência para Atenção à Interrupção de Gravidez nos Casos Previstos em Lei (BRASIL, 2016). Apesar de um aumento progressivo dos serviços cadastrados no SCNES nos últimos anos, nem todos realizam, de fato, o procedimento.

Na SD 10, são trazidas falas de André Luiz Malavasi, médico e diretor do hospital Pérola Byington. Ele representa o aborto de duas formas, primeiro como uma falha do Estado na proteção de meninas e mulheres em *é o colapso da prevenção da violência, da assistência à saúde*; depois como algo tecnicamente simples em *Qualquer serviço minimamente estruturado [...] consegue fazer*. Ademais, Malavasi pensa o abortamento como fruto de uma falha de muitos em *Mostra que falhamos em todos os sentidos*. A SD 11, apresenta por discurso indireto a fala da médica Helena Paro, que representa o aborto legal como uma prática que oferece menos riscos à saúde do que um parto vaginal.

Já a SD 12, articula o discurso de denúncia entrelaçado ao discurso pró-direitos reprodutivos, esse último percebido implicitamente na fala de Nalida Coelho Monte da Defensoria Pública de SP. O discurso de denúncia figura entre os mais frequentes no *corpus* da FSP, com 53 ocorrências (cf. fig. 9). Podemos perceber que o discurso de denúncia é materializado por meio da articulação de várias vozes: dos próprios jornalistas (SD 32); de outros atores sociais como mulheres que buscaram o atendimento após estupro (SD 21); de uma especialista (SD 12). Notamos que a denúncia de práticas ou de faltas governamentais é uma

constante nas pautas do jornal. Observamos esse aspecto já nos títulos: *Mulheres têm que viajar a São Paulo por aborto legal* (FSP02); *Remédio usado em aborto legal e casos de hemorragia rareia no SUS* (FSP04); *Menina de dez anos entrou em hospital em porta-mala de carro enquanto médico distraía religiosos* (FSP12); *Uso irrestrito de objeção de consciência limita o direito ao aborto no país* (FSP15); *Brasil se une a Egito, Indonésia, Uganda, Hungria e EUA em declaração contra o aborto* (FSP19).

Das reportagens listadas acima, somente a FSP12 não trata de uma denúncia direta às ações do governo; além disso, a FSP15 faz uma denúncia ao governo de forma tangencial já que critica seus agentes, no caso, médicos e instituições públicas que se recusam a atender mulheres grávidas vítimas de estupro. O discurso de denúncia ao governo não é exclusivo à temática de aborto na *Folha*, na verdade, faz parte de uma cultura institucional como diz o projeto editorial do veículo. Para o jornal, “Em momentos como este, torna-se ainda mais importante a vigilância independente sobre governos e empresas privadas, reafirmando-se a imagem clássica da imprensa livre como cão de guarda da sociedade e um dos esteios da democracia” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019).

Na SD 12, constatamos a relação polêmica estabelecida entre diversas áreas de governo, essa polêmica é latente no *corpus* de reportagens da pesquisa. É fato que representantes do judiciário, como é o caso de Nalida, têm feito frente e críticas a decisões administrativas sobre os direitos sexuais e reprodutivos, especialmente quando elas saem do governo federal, eleito com base em *fake news*, inclusive relacionadas a assuntos de gênero e sexualidade. No trecho, Nalida denuncia ações do Poder Executivo e diz que essas *servem para que o Executivo esvazie políticas públicas relacionadas à saúde reprodutiva das mulheres e cria um ambiente de desinformação e aparente insegurança jurídica, que tem efeitos práticos*, representando o direito ao aborto como um direito fragilizado pelas turbulências políticas e que pode ser afetado por mudanças na sociedade. Não é incomum que os poderes e seus representantes não apresentem frente única quanto a assuntos importantes da governança, porém, desde 2018 com a eleição de um governo de extrema-direita e sua intensa caça às bruxas, as figuras públicas que se opõem a ele, como pesquisadores (SIMÕES; TERTO, 2021), atores e políticos de esquerda (SENRA, 2019), sofrem ataques ao admitirem posições questionadoras. Além disso, o embate entre judiciário e executivo tem se intensificado, como no caso dos ataques ao TSE e ao Ministro Alexandre de Moraes feitos pelo presidente Jair Bolsonaro (PASSARINHO, 2021).

Na SD 13, o acionamento da voz de Sinara Gumieri, pró-legalização, é claro quanto à defesa dos direitos reprodutivos não só pela materialização de sua fala por meio de discurso indireto, mas também ao identificá-la como ativista da causa. Gumieri constrói seu argumento

pró-direitos reprodutivos, com base no discurso jurídico (*descriminalização*) e no discurso feminista (*igualdade de gênero*). Além disso, a identificação dela como *doutoranda em direito pela UnB e pesquisadora da Anis Instituto de Bioética* evidencia a presença do discurso científico-acadêmico. A sequência representa a descriminalização do aborto como necessária para que a sociedade alcance um patamar de *igualdade de gêneros*.

No quadro 12, a seguir, as SDs representam o aborto realizado pela menina capixaba e a própria menina.

QUADRO 12 – Sequências discursivas FSP - parte 3

Voz	Ator social representado	Sequência Discursiva
Dom Walmor Oliveira – fonte ilustrativa	O aborto realizado pela menina capixaba	SD 14: A ideia de que a interrupção não é aceitável em nenhum momento da gestação, defendida pelos que se postaram diante do hospital, é ecoada pelo presidente da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), dom Walmor Oliveira de Azevedo. O arcebispo classificou a interrupção legal da gravidez da menina capixaba é um "crime hediondo". (FSP14)
Pastor Pedrão – fonte ilustrativa		SD 15: O pastor Pedrão evoca o “não matarás” para explicar por que a Bíblia e ele são contra o aborto. (FSP14)
Pastor Henrique Vieira – fonte ilustrativa	O aborto e a menina capixaba	SD 16: Também batista, o pastor e escritor Henrique Vieira criticou os "extremistas" que pressionaram a família da menina capixaba. "Não há preocupação genuína com a vida, não há sensibilidade diante do sofrimento dessa menina e até mesmo com o risco que ela sofre." Para ele, a criminalização do aborto não diminui o número de procedimentos, culpabiliza as mulheres e provoca mortes, especialmente de mulheres pobres e negras. "Infelizmente existe uma cultura religiosa e de leitura bíblica que naturaliza e estimula a violência contra as mulheres. Jesus defendeu a vida olhando para a vida. É preciso ouvir o que muitas mulheres cristãs têm a dizer", afirmou. (FSP14)
Juiz Antonio Moreira – fonte governamental		SD 17: Na última sexta (14), o juiz Antonio Moreira Fernandes, da Vara da Infância e da Juventude de São Mateus, concedeu o direito ao aborto legal. No seu despacho, o magistrado reproduziu o desespero da criança quando era atendida por uma assistente social. (FSP10)

Fonte: A autora.

As sequências discursivas 14 a 16 representam o aborto a partir do discurso religioso, que aparece moderadamente no *corpus*, com 24 trechos etiquetados que configuram 6,58% do total. O discurso religioso cristão pode ser identificado a partir de palavras específicas, como *pastor, dom, arcebispo, Bíblia, Jesus*. No *corpus* observamos que o discurso religioso aparece com destaque em apenas uma reportagem e, por isso, falaremos em especial dela. A FSP14 de Thaiza Pauluze, publicada em 19/08/2020, tem o título *Mesmo entre grupos religiosos, não há consenso em torno do aborto*. O texto é marcado pelo discurso religioso cristão, que não é uniforme em seus posicionamentos, ao mesmo tempo exclui da discussão representantes de outras religiões não cristãs. Sequer há menção aos espíritas que têm um posicionamento muito

forte contra o aborto com base em suas doutrinas, ou a discursos de religiosos de matrizes africanas ou islâmicas.

Por muitos anos, a instituição principal na manutenção da hegemonia de costumes quanto aos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres foi a Igreja Católica. Ela esteve no centro de quase todos os movimentos antiaborto no Brasil. Mudanças sociais tornaram o discurso religioso ora responsável pela acusação e revitimização de mulheres e meninas, ora acolhedor e defensor de direitos individuais; essa relação polêmica entre os múltiplos discursos religiosos é transportada a reportagem. São várias as vozes acionadas na FSP14; para exemplificá-las, escolhemos trazer o discurso religioso aliado ao discurso antiaborto, na SD 14 há a inclusão de dom Walmor Oliveira de Azevedo e na SD 15 do pastor Pedrão, que representam o aborto negativamente como *crime hediondo* e evocam mandamentos bíblicos para justificá-lo.

Por outro lado, o discurso religioso aliado ao discurso pró-direitos reprodutivos é exemplificado pela SD 16, na voz do pastor Henrique Vieira. Na SD 16, existe uma representação da mulher que abortou como alguém que necessita de preocupação genuína, de cuidado, em especial da menina capixaba – que havia acontecido a pouco tempo na época de publicação da matéria – como percebemos em: *Não há preocupação genuína com a vida, não há sensibilidade diante do sofrimento dessa menina e até mesmo com o risco que ela sofre*. Há também, na SD 16, uma representação da criminalização do aborto como uma prática que coloca mulheres em risco e as culpabiliza, considerando interseccionalmente classe e raça, ao apontar que isso acontece especialmente com mulheres pobres e negras em *a criminalização do aborto não diminui o número de procedimentos, culpabiliza as mulheres e provoca mortes, especialmente de mulheres pobres e negras*. Além disso, na SD 16, Henrique Vieira representa o aborto como algo que deve ser discutido com *mulheres cristãs*. Percebemos também a autocrítica à prática religiosa que se alia ao discurso feminista sobre a violência contra a mulher em *Infelizmente existe uma cultura religiosa e de leitura bíblica que naturaliza e estimula a violência contra as mulheres*. Essa autocrítica está associada a uma defesa de mudança do posicionamento religioso cristão hegemônico justificado pela prática religiosa em *Jesus defendeu a vida olhando para a vida*.

A SD 17, apresenta a voz do juiz Antonio Moreira Fernandes, e como as SDs 05 a 09, recorre ao discurso jurídico e representa o aborto como um conceito jurídico abstrato. Para além disso, o trecho representa também a menina capixaba de 10 anos, que em 2020 precisou recorrer à justiça e a uma mobilização feminista-social para que tivesse acesso ao direito de abortar; na

sequência, o juiz a representa como uma *criança*, em estado de *desespero* ao ser atendida pela assistente social.

No quadro 13, a seguir, as SDs representam o aborto e as mulheres que abortaram.

QUADRO 13 – Sequências discursivas FSP - parte 4

Voz	Ator social representado	Sequência Discursiva
PL 325/2019 – fonte documental	O aborto e as mulheres que abortaram	SD 18: O vereador Fernando Holiday (DEM) apresentou na Câmara Municipal de São Paulo no fim de maio um projeto de lei que permite a internação psiquiátrica de mulheres grávidas, após laudo médico que ateste uma "propensão ao abortamento ilegal", baseado nas "condições sociais e psicológicas" da paciente, para impedi-la de realizar o procedimento. (FSP06)
Rose Santiago – fonte especialista		SD 19: Rose Santiago, presidente de honra do Centro de Reestruturação para a Vida (Cervi), afirma que os abortos no Brasil se explicam pela falta de assistência em saúde para as mulheres ao longo do processo da gravidez. O Cervi, que existe há 19 anos, oferece assistência àquelas que enfrentam uma gravidez inesperada. Em princípio, busca suprimir as chances de uma mulher optar pelo aborto. Rose diz não julgar aquelas que abortam. Em contrapartida, defende a prevenção ou a continuidade da gravidez sob a tese de que a interrupção é um processo doloroso e, principalmente, fadado a fustigar com “síndrome pós-aborto”. “Mulheres que desistiram, que optaram pela vida, não se arrependem”, conta sobre a estimativa de 18 mil atendimentos feitos pela instituição. “Das que não conseguem ver outra saída e optam pelo aborto, eu te diria que, de todas que a gente atendeu, todas se arrependem.” (FSP07)
Daniela Pedroso – fonte especialista		SD 20: Daniela Pedroso, psicóloga do serviço de Violência Sexual do Hospital Pérola Byington (SP), principal serviço de aborto legal no país, nega a existência da síndrome. “Temos estudos feitos nos últimos 35 anos comprovando que essa síndrome não existe, tanto faz a situação”, afirma. Mulheres que realizam aborto após um estupro podem vir a relatar estresse pós-traumático, mas este é atrelado ao evento da violência, explica a psicóloga. “Uma mulher que volta para o acompanhamento psicológico no hospital não o faz porque está arrependida”, diz. Segundo ela, quase a totalidade das pacientes relata alívio após o procedimento. “É uma decisão muito mais pautada na família, nas possibilidades em relação a essa criança, do que nela própria.” (FSP07)

Fonte: A autora.

A SD 18 é parte da FSP06, que retoma o texto do PL 352/2019 apresentado pelo vereador Fernando Holiday na câmara dos vereadores de São Paulo. A SD articulada dentro da prática política aciona os discursos médico (*internação psiquiátrica, laudo médico, condições psicológicas*) e econômico (*condições sociais*) para justificar sua posição. O PL representa o aborto como uma questão social, que deve ser combatida e minimizada através de leis e ações governamentais mais duras e restritivas, nesse sentido, aborda o tema a partir de uma perspectiva institucionalizadora. O texto representa as mulheres como incapazes, ou seja, são pessoas que devem ser tuteladas pelo Estado em caso de *propensão ao abortamento ilegal*, que

seria definido por laudo médico. Nessa perspectiva, o discurso antiaborto se afasta do discurso religioso para abraçar outros campos discursivos. Essa transformação discursiva é uma novidade relativamente recente do debate sobre aborto, já que este antes figurava no embate entre discurso religioso e discurso feminista. Dvoskin (2021) percebeu o mesmo movimento em sua pesquisa nos discursos contra a educação sexual em escolas no Congresso argentino. Segundo o autor, essa estratégia argumentativa dá legitimidade de autoridade aos que argumentam contra os direitos sexuais e reprodutivos para abordar o problema.

As sequências 19 e 20 pertencem a reportagem *Mesmo com debate constante, aborto ainda está sob lei da Era Vargas* de Bianka Vieira, publicada em 29/09/2019. No texto original elas ocorrem nesta ordem e, assim como todas as sequências discursivas selecionadas, reproduzimos sem edições ou modificações para a análise. Na SD 19, temos a inserção da fala de Rose Santiago, ativista antiaborto, com contextualização sobre seu trabalho voluntário e sua postura de “não julgar” mulheres que realizam algum aborto. Na sequência, a jornalista inclui, por discurso indireto, a fala de Santiago que representa o aborto como um *processo doloroso* e, por discurso direto, representa as mulheres que abortaram como vítimas de uma *síndrome pós-aborto*. Além disso, Santiago representa as mulheres que optaram por abortar como arrependidas de suas decisões, como identificamos em *Das que não conseguem ver outra saída e optam pelo aborto, eu te diria que, de todas que a gente atendeu, todas se arrependem*.

Já na SD 20, a inclusão da voz de Daniela Pedroso, psicóloga do Hospital Pérola Byington (referência no atendimento de mulheres vítimas de violência sexual), vem para rebater as afirmações de Santiago, desmentindo as informações passadas por ela, pautando-se na ciência atualizada e na prática médica. Pedroso representa as mulheres que abortaram após um estupro como suscetíveis ao *estresse pós-traumático*, que está ligado à violência que sofreram e não ao abortamento, como verificamos no trecho: *Uma mulher que volta para o acompanhamento psicológico no hospital não o faz porque está arrependida*. Pedroso representa o aborto como uma prática que pode trazer *alívio* às mulheres que optaram por ele. Dessa forma, é estabelecida uma relação polêmica entre as vozes acionadas pela reportagem. Essa relação polêmica ajuda a estabelecer um parâmetro de equidade entre as falas, como se os valores atrelados a elas fossem os mesmos. Isso é reforçado quando pensamos nos discursos acionados por Santiago e por Pedroso, já que ambas recorrem ao discurso médico e científico para sustentarem seus posicionamentos.

Apesar do claro tom de crítica às falas de Santiago neste trecho, a jornalista cria uma espécie de diálogo entre fontes, em que as partes detêm o mesmo “poder de verdade”. Indo um pouco mais além, pensamos ser necessário questionar até mesmo a inclusão da voz antiaborto

na reportagem, para mais, qual seria a relevância de incluí-la para desmerecê-la logo em seguida? Entendemos que este é apenas um recurso discursivo adotado pela jornalista para sustentar a pressuposição proposicional de que pauta do aborto não avança nem retrocede no Brasil porque forças de igual poder puxam o imaginário cabo de guerra social; essa pressuposição é posta logo no título e linha fina, que são *Mesmo com debate constante, aborto ainda está sob lei da Era Vargas e Conservadores e progressistas mantêm disputa inflamada, mas ordenamento não sai do lugar*. A reafirmação de tal pressuposição acontece ao longo de toda reportagem. Nesse sentido, a *Folha* faz escolhas que sustentam a representação do aborto como tema problemático, ou, nas próprias palavras do jornal, uma “questão controversa ou inconclusa” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019).

No quadro 14, a seguir, as SDs representam o aborto, as mulheres e trazem a representação de duas mulheres que abortaram sobre elas mesmas.

QUADRO 14 – Sequências discursivas FSP - parte 5

Voz	Ator social representado	Sequência Discursiva
Mariana – fonte ilustrativa	O aborto, a si mesma e todas as mulheres	SD 21: "Entrei numa crise de depressão, tentei me matar", conta. [...] "Na minha cabeça sempre funcionou como um boato", responde. "E essa visão de que a mulher ainda é colocada como errada fez com que eu não recorresse a ninguém. Ninguém quer divulgar [a lei], existe um sigilo muito forte." (FSP02)
Júlia – fonte ilustrativa	A si mesma	SD 22: Na Delegacia da Mulher de sua cidade, ouviu que só poderia ser atendida caso conseguisse identificar judicialmente os agressores. [...] "Quanto tempo ia demorar para provar [o autor]? Eu ia fazer o que da vida até lá?", diz Júlia. "Em nenhum momento foi falado do meu direito. Não tive nenhuma atenção ou afeto", relata. (FSP02)

Fonte: A autora.

As sequências discursivas 21 e 22 apresentam falas de duas mulheres que buscaram o atendimento de aborto legal no Hospital Pérola Byington, a saber: Mariana (SD 20) e Júlia (SD 21), que foram fontes ilustrativas FSP02. Na SD 21, Mariana representa a si mesma como depressiva e suicida devido a gravidez fruto de um estupro, no trecho: *Entrei numa crise de depressão, tentei me matar*. Além disso, em *essa visão de que a mulher ainda é colocada como errada fez com que eu não recorresse a ninguém*, Mariana acrescenta a sua própria representação a de uma mulher sozinha; e também representa as mulheres como *colocadas como erradas* pela sociedade. Nesse sentido, ela dialoga intertextualmente com outras vozes, textos e discursos difundidos socialmente, que questionam a veracidade do depoimento de mulheres vítimas de estupro.

Ainda sobre a SD 21, Mariana representa o aborto como um *boato*, essa representação é reforçada pela fala em sequência na qual diz: *Ninguém quer divulgar [a lei], existe um sigilo*

muito forte. Essa representação do aborto legal como algo sigiloso, que chega a ser um boato converge com dados coletados pelo Mapa do Aborto Legal (ARTIGO 19, 2018) sobre a dificuldade de encontrar e pouca clareza nas informações sobre o direito ao aborto legal nos sites oficiais do Ministério da Saúde. Ademais, essa representação

é sintomática não só dos tabus da sociedade brasileira, como também das falhas da mídia em sua função de fiscalizadora das instituições e em seu princípio de responsabilidade social (PEREIRA, 2004), uma vez que o atributo utilizado por Mariana traz ao campo discursivo as barreiras criadas pelo próprio Estado no acesso a um direito garantido desde 1940. (OTTONI; SOUZA, 2021, p. 407-408).

Na SD 22, verificamos que a fala de Júlia ao mesmo tempo em que denuncia falhas do atendimento às mulheres que procuram o serviço de aborto legal após um estupro, em *Quanto tempo ia demorar para provar [o autor]? e Em nenhum momento foi falado do meu direito*, também representa sua experiência como solitária e, por conseguinte, a si mesma como sozinha em *Não tive nenhuma atenção ou afeto*. Ao fazermos a análise desta reportagem em específico, em um outro momento,

compreendemos que há padrões de enquadramento do tema e dos atores sociais mulheres, que são observáveis a partir das escolhas lexicogramaticais utilizadas. Percebemos que as identificações prevalentes das mulheres que abortaram são relacionadas à solidão e à tristeza e realizadas por meio de avaliações de Afeto Infelicidade e Insegurança, evidenciadas nas escolhas: problema; angustiava; sem avisar a ninguém; inventou uma desculpa; sem nem saber direito onde dormiria; sozinha; vítima de estupro; crise de depressão; tentei me matar. Além disso, os Julgamentos negativos, tanto de estima social quanto de sanção social, reforçam o isolamento que os atores sociais envolvidos na prática de abortamento experienciam. (OTTONI; SOUZA, 2021, p. 409).

No quadro 15, a seguir, as SDs representam as mulheres.

QUADRO 15 – Sequências discursivas FSP - parte 6

Voz	Ator social representado	Sequência Discursiva
Paula Sant’Anna Machado de Souza – fonte governamental	As mulheres	SD 23: A defensora Paula Sant’Anna Machado de Souza, do núcleo da mulher da Defensoria Pública de São Paulo, diz que muitas mulheres buscam atendimento com essa demanda. “Há serviços que desconhecem os prazos estabelecidos e se recusam a fazer o procedimento, obrigando a mulher a continuar com a gestação, algo violento.” (FSP05)
Daniela Pedroso – fonte especialista		SD 24: Na opinião da psicóloga, facilitar o acesso ao aborto legal não apenas previne interrupções feitas em condições inseguras que, não raras as vezes, causam a morte da mulher ou sequelas irreversíveis, como também evita suicídios. Um estudo feito entre as vítimas de estupro atendidas no Pérola Byington mostrou que 20% delas tinham ideias suicidas. “Precisamos repetir muitas vezes que essas mulheres não precisam ir à delegacia, não precisam de BO, não precisam de exame de corpo delito, não precisam de alvará judicial. Elas têm direito ao aborto legal.” (FSP05)

Maíra Zapater – fonte especialista		SD 25: Para Maíra Zapater, professora de direito penal da FGV (Fundação Getulio Vargas), a proposta é inconstitucional, pois não é competência da Câmara legislar sobre o assunto. "O aborto, nos três casos em que não é crime, não precisa de alvará judicial, atendimento psicossocial. É um direito da mulher, sem qualquer uma das imposições, e não cabe a uma lei municipal criar uma hipótese não prevista em lei federal", afirma. (FSP06)
Estudo (atribuição vaga) – fonte documental		SD 26: Um estudo de 2015 conduzido por Diniz e pelo pesquisador Alberto Pereira Madeiro mostrou que apenas 37 dos 68 centros de referência do Ministério da Saúde, distribuídos em sete estados do país, realmente prestavam atendimento para o aborto legal. Segundo os profissionais entrevistados pelo estudo, a razão para a recusa por parte de médicos em realizar um aborto se dá menos por convicções morais ou religiosas e mais pelo temor das consequências legais e sociais negativas relacionadas ao procedimento, diz o estudo. Outro estudo dos pesquisadores com ginecologistas e obstetras, realizado em 2012, mostrou que 43% dos médicos declararam objeção de consciência quando não tinham certeza de que a mulher estava contando a verdade sobre o estupro. (FSP15)

Fonte: A autora.

A SD 23 traz a voz da defensora pública Paula Sant'Anna Machado de Souza, fonte governamental do poder judiciário, que ao representar as mulheres vítimas de violência sexual articula o discurso pró-direitos reprodutivos ao discurso jurídico. Dessa maneira, quando qualifica como *violento* os serviços de atendimento a vítimas de violência sexual, que se recusam a realizar do abortamento garantido em lei, ela exprime uma representação dessas mulheres como desamparadas. Ainda tratando das representações das mulheres, na SD 24, há a inserção da fala da psicóloga Daniela Pedroso, do Hospital Pérola Byington (SP). No trecho, Pedroso articula o discurso jurídico, o médico, o científico, e, por meio de negações, o discurso policial. Tudo isso na defesa aos direitos de acesso ao aborto legal em *não precisam ir à delegacia, não precisam de BO, não precisam de exame de corpo delito, não precisam de alvará judicial*. Essas negações funcionam como intertextualidade uma vez que estabelecem um diálogo e uma relação polêmica com outros textos, segundo os quais, essas mulheres precisam ir à delegacia, precisam fazer BO, precisam de exame de corpo delito e precisam de alvará; essas afirmações são tomadas como pressupostos por grande parte da sociedade quando falamos em direito ao aborto. Isso acontece porque no estabelecimento do primeiro serviço do aborto legal do país foi criado esse precedente:

Diante da ausência de uma regulamentação prévia, os profissionais do serviço do Hospital do Jabaquara estabeleceram um fluxo de atendimento, com critérios e exigências para a assistência a meninas e mulheres em situação de aborto por gravidez decorrente de estupro: o limite de idade gestacional de 12 semanas e a apresentação de Boletim de Ocorrência (BO) com Laudo do Instituto Médico Legal (IML) eram algumas dessas exigências, apesar de não constarem no Código Penal brasileiro. (ROSAS; PARO, 2021, p. 6).

Além disso, na SD 24, Pedroso representa as mulheres vítimas de estupro como relacionadas à prática do suicídio em: *facilitar o acesso ao aborto legal [...] também evita suicídios. Um estudo feito entre as vítimas de estupro atendidas no Pérola Byington mostrou que 20% delas tinham ideias suicidas*. Sua representação faz eco a Souza, Drezett, Meirelles e Ramos (2013, p. 102), segundo eles, “mulheres que sofrem violência sexual apresentam índices mais severos de transtornos e consequências psicológicas, como TEPT, depressão, ansiedade, transtornos alimentares, distúrbios sexuais e distúrbios do humor”.

A voz de Maíra Zapater, uma fonte especialista, é articulada por discurso indireto e direto na SD 25 para explicar o funcionamento da hierarquia existente na legislação brasileira (*não cabe a uma lei municipal criar uma hipótese não prevista em lei federal*). Zapater, através de um discurso jurídico, representa o aborto como direito da mulher e, nessa esteira, a mulher como um sujeito de direitos (*O aborto, nos três casos em que não é crime, não precisa de alvará judicial, atendimento psicossocial e É um direito da mulher, sem qualquer uma das imposições*), mas não defende um posicionamento sobre a ampliação desse direito fora dos três casos em que não é crime.

O discurso científico é articulado na SD 26 por meio de uma atribuição vaga a um estudo realizado com ginecologistas e obstetras. Nas reportagens esse discurso geralmente vem acompanhado pela referência a um estudo, pesquisadores, dados coletados e resultados. São duas representações construídas no trecho resultantes dos estudos articulados. Primeiro, os médicos pesquisados representam as mulheres como mentirosas, como podemos perceber em *43% dos médicos declararam objeção de consciência quando não tinham certeza de que a mulher estava contando a verdade sobre o estupro*; além disso, representam o aborto como uma prática que pode gerar resultados negativos, em *a razão para a recusa por parte de médicos em realizar um aborto se dá menos por convicções morais ou religiosas e mais pelo temor das consequências legais e sociais negativas relacionadas ao procedimento*. É possível perceber que na FSP15, da qual a SD 26 foi retirada, o discurso científico é acionado junto a um discurso de denúncia, sobre a prática de usar a objeção de consciência por médicos e equipes de saúde para se eximirem da responsabilidade de atendimento às mulheres que buscam o aborto após serem vítimas de estupro. O discurso de denúncia contra o uso indiscriminado da objeção de consciência já foi midiaticizado de diversas formas, entre elas em um relato pessoal publicado na Revista Piauí, pela médica e professora da Faculdade de Medicina da UFU, Helena Borges Martins da Silva Paro. No relato, a seguir, podemos perceber a dimensão do problema que se configura a prática de objeção de consciência.

Desde que ingressei na Universidade Federal de Uberlândia como professora da Faculdade de Medicina, em 2011, sempre ouvi dizer que todos os ginecologistas do departamento concordavam em não realizar o aborto previsto em lei por alegação de “objeção de consciência”: “Aqui no hospital, ninguém faz aborto.” De fato, estou na Faculdade de Medicina da UFU desde 1996, quando ingressei no curso de medicina, e nunca vivenciei um caso sequer de aborto por gravidez decorrente de estupro durante o curso de graduação ou residência médica (hoje me dou conta de como o assunto é negligenciado nas escolas e nos hospitais). Porém, muitos desses colegas não alegam objeção de consciência quando precisam interromper gravidezes nos casos de risco de morte para a mulher e de anencefalia fetal. E assim, essa objeção de consciência apenas para o caso de gravidez em decorrência de estupro parece revelar muito mais uma desconfiança da palavra da mulher do que discordância autêntica por questões morais ou religiosas. (PARO, 2020, p. 3-4).

No quadro 16, a seguir, as SDs representam as mulheres atendidas pelo hospital Pérola Byington, as que realizaram abortos clandestinos, a menina capixaba e as mulheres grávidas.

QUADRO 16 – Sequências discursivas FSP - parte 7

Voz	Ator social representado	Sequência Discursiva
Daniela Neves – fonte ilustrativa	As mulheres atendidas pelo Hospital Pérola Byington	SD 27: “Não se trata de um movimento pró aborto legal. Somos um grupo de amigos e moradores que se uniram para evitar o assédio e a violência no Pérola Byington”, diz ela. “Muitas vítimas são crianças. Fazer isso é inacreditável.” (FSP08)
Bianka Vieira – jornalista autora da reportagem	As mulheres que fizeram um aborto clandestino	SD 28: Eram elas auxiliares administrativas, atendentes, auxiliares de produção, balconistas, calçadistas, operadoras de caixa, ajudantes de cozinha, feirantes, manicures e vendedoras com salários que variavam entre R\$ 600 e R\$ 900 mensais, com exceção de uma, que possuía renda de R\$ 2.500. (FSP07)
	Camila – mulher que realizou um aborto clandestino e teve que ser atendida por complicações	SD 29: Camila chegou ao pronto-socorro da cidade naquela madrugada de sábado, em estado anêmico, com dor aguda, sem conseguir falar. Ela só chorava. (FSP07)
Enfermeira (atribuição vaga) – fonte governamental		SD 30: “Você não quis fazer isso? Então agora aguenta”, ouviu de uma enfermeira que a atendia. (Enfermeira, a/v, governamental, FSP07)
Paula Viana – fonte ilustrativa	A menina capixaba	SD 31: “É uma menina, com cara de bebê ainda. Muito calada, com olhar muito triste e, ao mesmo tempo, tão segura. Essa menina precisa de muita proteção e muita assistência psicológica”, diz Paula Viana. (Paula, ilustrativa, FSP12)
Olímpio Barbosa de Moraes Filho – fonte ilustrativa		SD 32: “A exposição foi outra violência que ela sofreu. Como vai voltar pra mesma casa? A mesma escola? Vai ficar marcada por causa da quebra do sigilo. Talvez tenha que mudar de estado, de nome. É preciso passar uma borracha nisso para que ela possa ser feliz”, diz Olímpio. (FSP12)
Gabriela Rondon – fonte especialista	As mulheres grávidas	SD 33: “Direitos fundamentais são protegidos às pessoas nascidas. A proteção que pode haver à vida em potencial é de outra natureza, que não pode ser dissociada inclusive dos direitos das mulheres grávidas”, afirma. (FSP20)

Fonte: A autora.

Na SD 27, há o posicionamento pró-manutenção do direito ao aborto legal para vítimas de estupro, materializado na voz de Daniela Neves e retirada da FSP08. Na reportagem é relatada as tensões entre grupos cristãos que faziam protestos contra o aborto em frente a um hospital e um grupo de moradores, do qual Neves faz parte. Como ela mesmo aponta em *Não se trata de um movimento pró aborto legal*, o protesto que organizou não se trata de movimento

a favor da legalização do aborto, mas sim, de um movimento pela proteção de atores sociais envolvidos na prática de aborto legal. Por meio da negação, Neves estabelece relação com pressupostos efetuados sobre movimentos e paralisações que visam defender os direitos reprodutivos, muitas vezes com caráter feminista. Rocha (2015, p. 137) percebeu essas pressuposições nos discursos por ela analisados, “não há menção explícita ao feminismo, embora haja, em referência aos ‘defensores do aborto’, que, conforme a definição apresentada — aqueles ‘que insistem no direito de decidir da mulher’ —, estão a serviço das demandas feministas”. Neves representa como criança e vítima as pessoas que buscam o serviço de aborto legal em *Muitas vítimas são crianças*, e, também, como alguém que sofre assédio e violência no Pérola, no trecho *Somos um grupo de amigos e moradores que se uniram para evitar o assédio e a violência no Pérola Byington*.

O discurso econômico é o de menor presença no corpus (1,92%), no entanto ao ser incluído na SD 28 (FSP07) traz uma representação diferente das mulheres que fizeram um aborto clandestino, que não notamos em nenhum outro momento da análise. Na SD 28, o discurso econômico é incluído na reportagem com atribuição vaga aos processos judiciais no qual essas informações constavam. No trecho, a jornalista cita as funções de trabalho das mulheres indiciadas por aborto clandestino no estado de São Paulo, indicando também suas faixas de renda: *Eram elas auxiliares administrativas, atendentes, auxiliares de produção, balconistas, calçadistas, operadoras de caixa, ajudantes de cozinha, feirantes, manicures e vendedoras com salários que variavam entre R\$ 600 e R\$ 900 mensais, com exceção de uma, que possuía renda de R\$ 2.500*. A sequência de posições em atividades que têm pouco prestígio social e remuneração baixíssima contribui para a representação dessas mulheres como vulneráveis socialmente. Ademais, a escolha por representá-las a partir de uma característica econômica também colabora na compreensão de essas mulheres são cidadãs que contribuem ativamente para a sociedade. No entanto, ao trazê-las na reportagem por meio de uma única característica, elas se tornam personagens planas (BRAIT, 1985) e a reportagem não retrata a pluralidade existente entre as mulheres que optaram por abortos induzidos. Esse movimento de uni-caracterização serve, também, ao propósito de denúncia da reportagem ao mostrar que apenas mulheres pobres são indiciadas por aborto no país. Além disso, essa escolha narrativa alude ao pressuposto de que mulheres ricas brasileiras conseguem abortar sem consequências no país e fora dele.

As sequências SD 29 e 30 fazem representações do mesmo ator social: Camila, uma mulher que realizou um aborto clandestino e deve que buscar atendimento médico por complicações. Na SD 29, assim como nas SDs 20, 21 e 23, a jornalista representa Camila por

meio de uma caracterização ligada ao sofrimento, como observamos na escolha do vocabulário: *em estado anêmico, com dor aguda, sem conseguir falar, chorava*. Na SD 30 há a articulação do discurso antiaborto na voz de um ator social, que a jornalista não entrevistou; na verdade, são falas recontadas por Camila (fonte ilustrativa; mulher que realizou um aborto clandestino). Dessa forma, a inclusão do discurso antiaborto culpabilizador em *Você não quis fazer isso? Então agora aguenta* nas palavras de uma enfermeira que a atendia por complicações no abortamento que Camila tentara sozinha, nesse sentido, a enfermeira representa o aborto como um ato pelo qual a mulher deve sofrer e Camila como culpada de cometê-lo, por negar sua natureza. Esse relato inclui na reportagem uma forma de denúncia as práticas recorrentes em hospitais despreparados para atender mulheres em situação de abortamento que chegam com complicações às suas portas. No trecho percebemos que a enfermeira representa Camila como uma mulher que nega a maternidade, ou seja, ela “nega a sua natureza sagrada de mãe, e sofrerá a culpa por seu pecado” (SUASSUNA, 2016, p. 106).

Nas SD 31 e 32, o discurso pró-direitos reprodutivos está presente de uma forma mais sutil e aliado ao discurso feminista que defende o direito da criança sobre qual falamos. A fala de Paula Viana (SD 31), enfermeira e de uma organização feminista, é incluída na reportagem como fonte ilustrativa, ou seja, como alguém que vivenciou a situação. Viana representa a menina capixaba como *uma menina, com cara de bebê ainda, calada e triste*. Além disso, ela inclui o contexto de vulnerabilidade psicológica da menina, em *precisa de muita proteção e muita assistência psicológica*. Para Viana, é necessário reafirmar que essa menina é uma criança, vítima de abusos e que precisa ser apoiada. Por outro lado, Viana também atribui a garota a qualidade *segura*. Nessa esteira, vemos que na fala pró-direitos reprodutivos, mesmo quando salienta a vulnerabilidade das mulheres e meninas que buscam o aborto legal, por terem sido vítimas de estupro, também há identificações delas como agentes de suas próprias histórias, que estão seguras de suas decisões.

Em todas as reportagens sobre o caso, somente na SD 32, com a fala do médico Olímpio Barbosa de Moraes Filho, também incluído nessa reportagem como fonte ilustrativa, é articulada uma representação da menina que passou pelo aborto como alguém que tem direito a felicidade quando afirma que *É preciso passar uma borracha nisso para que ela possa ser feliz*. Essa modalização deontica expressa o sentido de uma necessidade ou obrigação por meio de modalizadores como “é preciso”. Assim, é colocada como condição para que a garota seja feliz apagar o que ocorreu, pelo menos em um sentido de esquecimento social sobre quem ela é.

Por fim, a SD 33 traz Gabriela Rondon, advogada e pesquisadora, incluída como fonte especialista por discurso direto na reportagem *Em ofensiva contra aborto, governo estabelece em diretriz o direito à vida desde a concepção* de Ricardo Della Coletta. Gabriela Rondon é uma ativista pela descriminalização do aborto no Brasil e uma das advogadas que assina a ADPF 442, uma proposta pela descriminalização do aborto voluntário até o terceiro mês de gestação, protocolada pelo PSOL em 2017 em trâmite no STF. Na SD 33, identificamos os discursos jurídico e feminista, em um argumento que se posiciona contrário à nova diretriz governamental reportada pelo jornalista. No trecho, Rondon fala dos direitos fundamentais, entre esses inclui-se o direito à vida, sobre o qual diz ser direito às *pessoas nascidas*. A voz de Rondon estabelece uma relação polêmica com as outras vozes parte da reportagem, que defendem o Estatuto do Nascituro. Para o Estatuto, o nascituro é ser humano concebido, incluso os *in vitro* antes da transferência para o útero da mulher, portanto, eles seriam cidadãos com direitos. Ademais, observamos na segunda frase o discurso feminista mais fortemente marcado, na defesa dos direitos das mulheres grávidas, como associado às proteções que se podem incluir na defesa à vida potencial. Quando falamos em direitos das grávidas, é necessário pensar amplamente. Para citar alguns tópicos, esses direitos vão desde: o acesso à saúde e acompanhamento pré-natal de qualidade; o afastamento ou recolocação no trabalho para as grávidas que exercem funções de risco; passando pelo parto humanizado e as discussões sobre violência obstétrica; até a licença maternidade e disponibilidade de creches. A pauta dos direitos das grávidas é uma pauta feminista, nascida junto às reivindicações da segunda onda feminista nos anos 1970, dentre as reivindicações ligadas aos direitos de mulheres grávidas está a luta pelo direito ao aborto sob pedido da mulher.

Na próxima subseção analisamos as sete reportagens coletadas da *Revista AzMina*.

6.1.2 Revista AzMina

Apresentamos a seguir, no quadro 17, dados referentes às sete reportagens sobre a prática social de aborto no Brasil, publicadas na *Revista AzMina* no período de 01/01/2019 a 31/12/2020. Assim como no quadro 8 da subseção anterior, este organiza-se em quatro colunas, a saber: código, que se refere à codificação que colocamos no texto para os propósitos da pesquisa, especialmente para a identificação de cada texto individual nos *softwares* usados; título, que se refere à manchete da reportagem analisada; autoria, na qual registramos os nomes do/s autor/es de cada reportagem; data de publicação do texto.

QUADRO 17 – Reportagens da *Revista AzMina*

Código	Título	Autoria	Data de publicação
RA01	Como é feito um aborto seguro?	Helena Bertho	18/09/2019
RA02	Principal hospital de aborto legal de SP interrompe o serviço na crise do coronavírus	Helena Bertho	23/03/2020
RA03	Elas iam abortar fora do Brasil, mas a pandemia impediu	Helena Bertho	13/05/2020
RA04	Aborto legal: entenda quando é permitido interromper a gravidez no Brasil	Suzana Rodrigues	13/05/2020
RA05	Só 55% dos hospitais que faziam aborto legal seguem atendendo na pandemia	Letícia Ferreira Vitória Régia da Silva	02/06/2020
RA06	Só um PL propôs a descriminalização do aborto no Brasil na última década	Bárbara Libório	30/06/2020
RA07	Tortura em nome de Deus? Justiça condena padre por impedir aborto legal	Helena Bertho Jamile Santana	28/09/2020

Fonte: Produzido pela autora.

Retornando a Fairclough (2003), apresentamos em seguida uma visão geral do que é abordado nas reportagens do veículo buscando verificar os principais temas representados pela *AzMina*. Apesar dos textos da revista serem menos da metade dos produzidos pela *Folha* no mesmo período, vemos na RA uma multiplicidade de pautas e olhares para a prática social de aborto. A reportagem *Como é feito um aborto seguro?* (RA01) trata das formas de realização de um aborto seguro recomendadas pela OMS nos casos e lugares onde ele é legal. É uma reportagem que recorre ao discurso médico em quase toda sua totalidade. Mesmo sendo uma reportagem não particularmente polêmica em sua tessitura e argumentação, atraiu a reprovação da Ministra Damares Alves do MMFDH, que a denunciou por apologia ao crime. A *Aborto legal: entenda quando é permitido interromper a gravidez no Brasil* (RA04) segue na mesma esteira da RA01, só que fornece informações a partir de um ponto de vista jurídico e explica detalhadamente os direitos das mulheres no que concerne o aborto legal.

Três das reportagens analisadas tratam da interseção entre pandemia e aborto e todas elas efetuam alguma forma de denúncia, a saber: *Principal hospital de aborto legal de SP interrompe o serviço na crise do coronavírus* (RA02) fala sobre os impactos da pandemia no funcionamento do maior serviço de aborto legal do país; em *Elas iam abortar fora do Brasil, mas a pandemia impediu* (RA03), o fato gerador é o impacto do fechamento de fronteiras na vida de mulheres que se planejaram para buscar o abortamento legal em outros países; a *Só 55% dos hospitais que faziam aborto legal seguem atendendo na pandemia* (RA05) segue a pauta da RA02, mas aborda a questão de maneira ampla, tratando sobre todo o país e não somente denunciando o fechamento de um único serviço.

Em *Só um PL propôs a descriminalização do aborto no Brasil na última década* (RA06), a jornalista aborda o tema aborto a partir de sua faceta política, falando sobre os atores

sociais do Poder Legislativo. A RA06 comenta as propostas sobre a prática de aborto apresentadas no Congresso nos últimos 10 anos. Por fim, a reportagem *Tortura em nome de Deus? Justiça condena padre por impedir aborto legal* (RA07) é sobre a resolução do processo de Tatielle Gomes contra o padre Luiz Carlos Lodi no STF, que terminou com a condenação do padre e determinação de um valor de indenização. Em 2005, Tatielle teve um aborto legal interrompido, no meio do procedimento, por um *habeas corpus* que a justiça havia concedido ao padre.

No tocante à categoria Intertextualidade, a partir da sua etiquetagem nas sete reportagens da *Revista AzMina* no programa *UAM Corpus Tool*, construímos a figura 10, a seguir:

FIGURA 10 - Estatísticas da etiquetagem de intertextualidade do *corpus* de reportagens da RA

Feature	N	Percent
CLASSIFICAÇÃO	N= 161	
mais_dialógica	158	98.14%
menos_dialógica	3	1.86%
TIPO_MAIS_DIALÓGICA	N= 161	
relato	151	93.79%
afirmação_modalizada	1	0.62%
afirmação_não_modalizada	6	3.73%
TIPO_RELATO	N= 161	
discurso_direto	77	47.83%
discurso_indireto	73	45.34%
relato_de_ato_de_fala	1	0.62%
TIPO_AFIRMAÇÃO_MODALIZADA	N= 161	
epistêmica	1	0.62%
deontica	0	0.00%
TIPO_MENOS_DIALÓGICA	N= 161	
pressuposição	3	1.86%
TIPO_PRESSUPOSIÇÃO	N= 161	
existencial	3	1.86%
proposicional	0	0.00%
de_valor	0	0.00%
ATRIBUIÇÃO	N= 161	
explícita	137	85.09%
vaga/imprecisa	16	9.94%
sem_indicação_de_autoria	8	4.97%
ORIENTAÇÃO_PARA_DIFERENÇA	N= 161	
abertura	145	90.06%
acentuação_da_diferença	9	5.59%
tentativa_de_resolução	0	0.00%
suspensão_da_diferença	0	0.00%
consenso	7	4.35%

Fonte: A autora, produzido no *UAM Corpus Tool*.

Como na figura 8, da subseção anterior, a coluna *feature* refere-se à categorização da intertextualidade observada. Como apontado na subseção anterior, adotamos a abordagem de Fairclough (2003) com a subdivisão dos tipos mais dialógicos e menos dialógicos; atribuição; e a orientação para diferença. Na coluna *N* está o número de marcações realizadas nas reportagens. Como podemos observar, foram 161 trechos etiquetados como intertextualidade, sendo 158 do tipo mais dialógico e 3 do tipo menos dialógico. A coluna *percent* mostra a porcentagem que cada categoria representa do total. No caso dos tipos mais e menos dialógicos de intertextualidade, vemos que nas marcações realizadas na pesquisa temos apenas 1,86% dos trechos como menos dialógicos. Lembramos que ao realizar a etiquetagem do *corpus* decidimos marcar apenas as pressuposições realizadas pelos autores dos textos, isso quer dizer que não etiquetamos as pressuposições articuladas nos textos nas falas das fontes, embora os retomemos durante a análise das sequências discursivas quando importante.

Percebemos, na figura 10, que a orientação para a diferença na *Revista AzMina* tem uma predominância de 90,06% de abertura. Raramente as reportagens da revista incluem ou engajam com discursos hegemônicos sobre a prática de aborto, já que, ao contrário da *Folha de São Paulo*, a *Revista AzMina* não reivindica neutralidade jornalística; esse feito é resultado de sua seleção de fontes jornalísticas, que estão alinhadas ao posicionamento editorial – que é pela parcialidade de um fazer jornalístico especializado, feminista e escrito por mulheres para mulheres.

Entendemos que o número alto de *abertura dialógica* está relacionado ao fato de que a *AzMina* decide incluir em suas reportagens, predominantemente, textos, vozes e discursos com os quais vê a possibilidade de diálogo no sentido mais rico do termo. Dessa forma, na prática verificamos com as marcações de intertextualidade que a revista efetivamente excluiu os atores sociais que se posicionam antiaborto. É interessante notar que não é uma questão de *consenso*, o veículo não ignora que existam posicionamentos diferentes do seu – que é feminista e pró-direitos reprodutivos; ou ainda que esses posicionamentos não sejam os dominantes em sociedade, porém, ele opta por dialogar com seus semelhantes.

No que diz respeito aos discursos articulados nas reportagens da *Revista AzMina*, a figura 11, a seguir, apresenta os dados estatísticos da etiquetagem de interdiscursividade no *software*. A coluna *feature* organiza os discursos observados, que elencamos alfabeticamente para a marcação. A segunda coluna *N* representa o número de marcações feitas no total (212) e de forma específica para cada discurso. Já a coluna *percent* mostra o que o valor de *N* de cada discurso representa no total das marcações.

FIGURA 11- Dados da etiquetagem da categoria interdiscursividade na RA

Feature	N	Percent
DISCURSOS	N=212	
administrativo	2	0.94%
antiaborto	9	4.25%
científico	4	1.89%
de_dados	9	4.25%
de_denúncia	38	17.92%
econômico	10	4.72%
feminista	14	6.60%
jurídico	37	17.45%
médico	33	15.57%
policial	4	1.89%
político	5	2.36%
pró-direitos_reprodutivos	41	19.34%
religioso	6	2.83%

Fonte: A autora, produzido no *UAM Corpus Tool*.

Antes de discutirmos os discursos observados, apresentamos no quadro 18, a seguir, os textos e as vozes acionados nas reportagens da RA. Ele nos dá uma visão geral de quem são e como são acionados os atores sociais incluídos nas reportagens. O quadro 18 está disposto em quatro colunas, a saber: posicionamento; vozes; forma de ativação; e código do texto, assim como foi configurado o quadro 09 apresentado na seção anterior.

QUADRO 18 – As vozes na *Revista AzMina*

POSICIONAMENTO	VOZES	FORMA DE ARTICULAÇÃO	CÓDIGO DO TEXTO
	Ilustrativas		
Pró-direitos reprodutivos	Rebeca Mendes (estudante de direito; mãe de duas crianças)	DD; DI	RA01
	Edna (nome fictício; professora)	DD	RA03
	Fabiana (nome fictício)	DD	RA03
	Giovana (nome fictício; casada; mãe de uma criança)	DD	RA03
	Mulher não identificada (atribuição vaga)	DD	RA03
	Tatielle Gomes (mulher que teve um aborto impedido por um padre)	DD; DI	RA07
	José Ricardo Gomes (marido de Tatielle)	DD; DI	RA07
Antiaborto/ Antidireitos reprodutivos	Denise (nome fictício; evangélica)	DI	RA03
Não claro	Cristina (nome fictício; evangélica; previamente antiaborto)	DD	RA03
	Policiais (atribuição vaga; acionados por José Ricardo ao recontar a história)	DI	RA07
	Governamentais		
Pró-direitos reprodutivos	Jean Wyllys (deputado federal – não está em exercício)	DD	RA06
	Ministro Marco Aurélio	DD	RA07
	Paula Sant’Anna (coordenadora NUDEM)	DI; DD	RA04

	Kisleu Dias Maciel Filho (relator do caso movido por Tatielle e José na justiça contra o padre Lodi)	DD	RA07	
Antiaborto/ Antidireitos reprodutivos	Atendente da maternidade do HC-Botucatu/SP (atribuição vaga; mulher)	DD	RA05	
	Funcionária do Hospital Universitário Ebserh Polydoro/Florianópolis/SC (atribuição vaga; mulher)	DD	RA05	
	Atendente da Maternidade Dona Evangelina Rosa/Teresina/PI (atribuição vaga; mulher)	DD	RA05	
	Eduardo Cunha (ex-presidente da Câmara dos deputados)	DD	RA06	
	Juiz Otacílio de Mesquita Zago	DD	RA07	
Não claro	Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo	DI; DD	RA02	
	Núcleo de promoção e defesa dos direitos das mulheres (NUDEM)	DI	RA02	
	Ministério da Saúde	DI	RA02	
	Enfermeira HC-Botucatu/SP (atribuição vaga)	DI	RA05	
	Atendente da Policlínica e Maternidade Professor Barros Lima/Recife/PE (atribuição vaga; homem)	DI	RA05	
	Hospital Maternidade de Piabetá/Magé/RJ	DI	RA05	
	Fórum Brasileiro de Segurança Pública	DI	RA05	
	Maternidade Odete Valadares/Belo Horizonte/MG	DI	RA05	
	Hospital Universitário Ebserh Polydoro/Florianópolis/SC	DI	RA05	
	Funcionária Hospital Júlia Kubitschek/Belo Horizonte/MG (atribuição vaga)	DI	RA05	
	Superior Tribunal Federal – STF	DI	RA07	
	Especialistas			
	Pró-direitos reprodutivos	Jefferson Drezett (médico)	DI; DD	RA01
Debora Anhaia (médica)		DI	RA01	
Emanuelle Goes (enfermeira e epidemiologista)		DD	RA01	
Gabriela Rondon (advogada; pesquisadora do Instituto Anis)		DD; DI	RA03; RA05	
Marcos Augusto Bastos Dias (ginecologista e obstetra – IFF/Fiocruz)		DD; DI	RA05	
Sandra Leite (coordenadora do Centro de Atenção à Mulher Vítima de Violência Sony Santos/Recife/PE)		DD	RA05	
Sônia Malheiros (socióloga; equipe do Centro de Estudos Feministas - Cfemea)		DI; DD	RA06	
Masra Abreu (assessora técnica do Cfemea)		DD	RA06	
Debora Diniz (antropóloga; fundadora do Instituto Anis)		DI; DD	RA06; RA07	
Melania Amorim (ginecologista e obstetra)		DD	RA07	
Vitória Buzzi (advogada do Instituto Anis)		DD	RA07	
Luciana Rosário (advogada do Instituto Anis)		DD	RA07	
Médicos		DI	RA07	
Antiaborto/ Antidireitos reprodutivos	-	-	-	
Não claro	Médico (atribuição vaga)	DI	RA01	
Documentais				

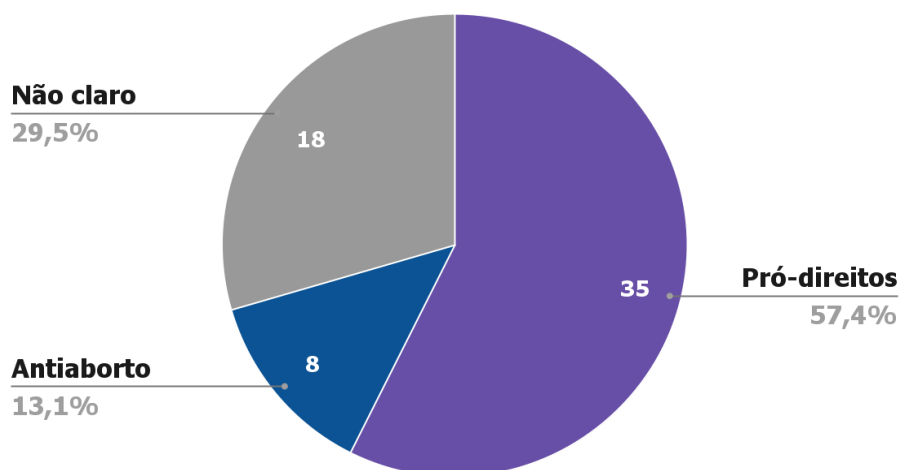
Pró-direitos reprodutivos	Norma técnica de atenção humanizada ao abortamento do MS	DI; DD	RA01; RA05
	PL 882/2015	DI; DD	RA06
Antiaborto/ Antidireitos reprodutivos	Código Penal Brasileiro	DI	RA01
	Lei (atribuição vaga)	DI	RA01; RA04
Não claro	Anuário Brasileiro de Segurança Pública	DI	RA05
	Lei 12.845/2013	DI	RA05
	PL 313/207	DI	RA06
Independentes			
Pró-direitos reprodutivos	Mapa do aborto legal (site da organização Artigo 19)	DI	RA01
	Organização Mundial de Saúde	DI	RA01; RA05
	Women on Web (ONG internacional)	DI	RA01
	Fundação Orientame (ONG colombiana)	DI	RA01
	<i>Revista AzMina</i> (veículo de comunicação)	DI	RA02
	Frente Nacional Contra a Criminalização das Mulheres e Pela Legalização do Aborto	DD	RA02
	Juliana Reis (fundadora da organização Milhas pela vida das mulheres)	DI; DD	RA03
	A reportagem (Equipe AzMina)	RAF	RA05
	Elas no Congresso (plataforma de monitoramento legislativo do AzMina)	DI	RA06
Antiaborto/ Antidireitos reprodutivos	-	-	-
Não claro	Hospitais (atribuição vaga)	DI	RA02; RA05

Fonte: A autora.

A partir do quadro 18, acima, construímos três gráficos. O gráfico 4, a seguir, apresenta dados quantitativos sobre as vozes acionadas na *Revista AzMina*.

GRÁFICO 4 – As vozes por posicionamento na RA

Vozes por posicionamento na RA



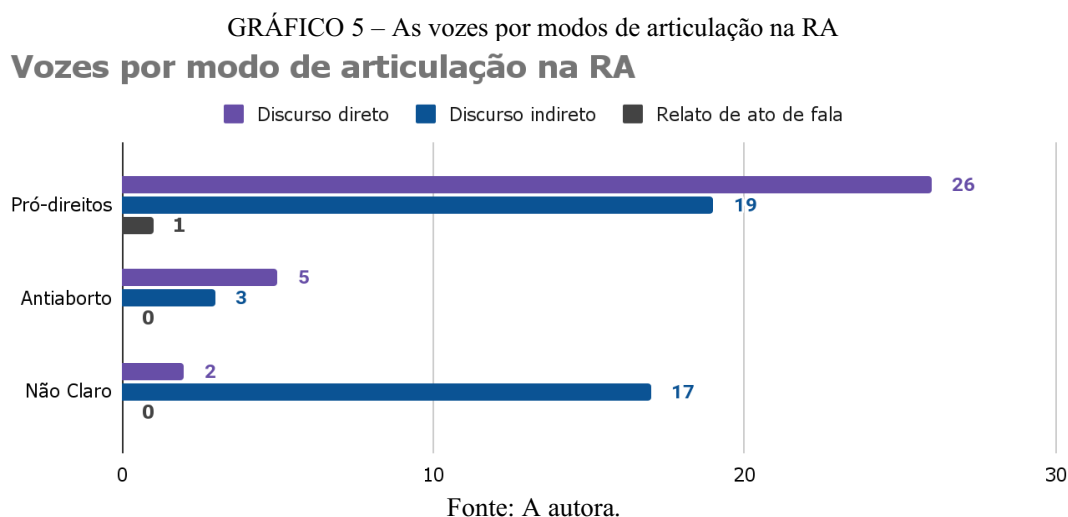
Fonte: A autora.

Nele vemos que, diferente da *Folha*, em que as vozes antiaborto representaram quase um terço do total, a *AzMina* não dá tanto espaço às vozes que se posicionam como antiaborto

ou antidireitos reprodutivos. Essas vozes correspondem a 13,1% do total nas reportagens analisadas. Como apontamos anteriormente, isso está relacionado à própria prática de produção da revista, que faz essa escolha em dar espaço, destaque e estabelece diálogo com vozes que estão posicionadas socialmente contra o discurso hegemônico sobre aborto. Já as vozes que não conseguimos classificar quanto ao seu posicionamento são 18, ou seja, 29,5% do total, que, embora seja um número expressivo, entendemos esse resultado como algo a ser esperado, tendo em vista que nem sempre os textos e vozes acionados tratam necessariamente sobre a prática social de aborto, como no SD 40 (cf. quadro 20). Esse resultado converge com o observado na *Folha* e indica que essa pode ser uma característica não dos veículos em si, mas sim da prática jornalística.

A revista garante muito espaço para fontes que se posicionam pró-direitos reprodutivos, que correspondem a 35 vozes, ou 57,4% do total. Entendemos como atores sociais pró-direitos, aqueles que se posicionaram claramente pela manutenção das garantias de aborto legal já existentes e os atores sociais que atuam e discursam pela descriminalização e legalização da prática de aborto induzido sob pedido da mulher. A predominância desse posicionamento não é uma surpresa, principalmente quando relembramos o posicionamento da *Revista AzMina* como veículo feminista. A revista aciona diferentes discursos que se entrelaçam ao discurso pró-direitos, como podemos ver nos SD 37, 41 e 42 (cf. quadros 20 e 21).

No gráfico 5, em seguida, visualizamos as formas de ativação das vozes dos atores sociais presentes nos textos.



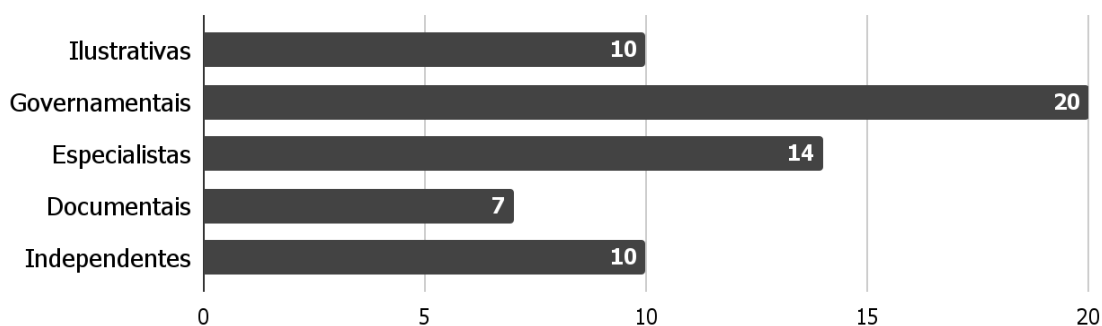
Percebemos que o posicionamento pró-direitos reprodutivos tem grande destaque e espaço nas reportagens do *Revista AzMina*, contemplado com 26 articulações por discurso direto, 19 por discurso indireto e 1 relato de ato de fala. Já o posicionamento antiaborto teve

cinco articulações por discurso direto, sendo todos de fontes governamentais. Dessas, três pertencem a uma mesma reportagem e obedecem a um padrão de intertextualidades vagamente atribuídas, que servem apenas como recurso retórico da jornalista (cf. quadro 19, SD 36), com a intenção de provocar nos leitores potenciais a indignação que converge com o posicionamento da revista. As vozes e textos com posicionamento não claro são incluídas predominantemente por meio do discurso indireto, com 17 ocorrências. Notamos que esses dados – que revelam que fontes com posicionamento claro são articuladas por discurso direto e indireto; enquanto as fontes sem um posicionamento claro sobre a temática reportada são articuladas por meio de discurso indireto – podem apontar para o funcionamento da prática social jornalística como um todo, como também observado na *Folha* (cf. gráfico 2).

O gráfico 6, a seguir, mostra-nos a quantidade de vozes acionadas pela *Revista AzMina* em cada um dos tipos que apresentamos no quadro 9.

GRÁFICO 6 – Vozes por tipo de fonte jornalística na RA

Vozes por tipo na RA



Fonte: A autora.

Assim como na *Folha*, há uma predominância de fontes governamentais que totalizam 20, seguida de fontes especialistas que são 14, depois fontes ilustrativas e independentes, cada tipo com dez, e por último, fontes documentais que são sete. Destacamos que a *Revista AzMina* se preocupa em trazer fontes ilustrativas com relatos de experiência para seus textos, dessa forma, as mulheres e até mesmo, seus companheiros, são lembrados e suas vozes exploradas. Porém, é preciso fazer a ressalva que isso acontece apenas em três das sete reportagens do *Revista AzMina* que compõem o *corpus*. Além disso, quando inclui as mulheres que abortaram como fontes ilustrativas, a revista faz de uma forma distinta do que observamos na *Folha*, nesta última as mulheres que passaram por um aborto são trazidas para a reportagem para cumprir o papel testemunha, ou seja, dão sua contribuição como ‘vivenciadoras’ do fato no sentido mais básico do que seria a função da fonte ilustrativa. Assim, caso suprimidas veríamos pouco ou nenhum impacto na narrativa jornalística. Por outro lado, na *Revista AzMina*, quando a

reportagem inclui essas fontes ilustrativas a narrativa acontece toda a partir delas, dessa maneira, caso suprimidas deixariam o texto carente de coesão e valor jornalístico.

Assim como na subseção anterior, para melhor organização da análise agrupamos sequências discursivas (SD) extraídas do *corpus* da *Revista AzMina* nos quadros 19 a 21, a seguir. Repetimos o procedimento anterior e selecionamos as sequências textuais, que fossem representativas dos discursos observados e etiquetados, conforme a figura 11. Ademais, as sequências foram separadas para análise detalhada pensando na representatividade das vozes e textos (fontes jornalísticas) incluídas nas reportagens. Por fim, também consideramos quais representações essas sequências fazem do aborto e das mulheres que abortaram, buscando contemplar todas as representações percebidas.

Portanto, os quadros 19 a 21, a seguir, repetem a organização dos quadros 10 a 16, da subseção anterior e conta com três colunas, a saber: voz; ator social representado e sequência discursiva. Em voz, indicamos a autoria da SD exposta; em ator social representado, apontamos quem é o ator social representado na ST; e, em sequência discursiva, está o recorte do trecho retirado como aparece na reportagem. No quadro 19, a seguir, as SDs representam o aborto e o aborto legal.

QUADRO 19 - Sequências discursivas da RA – parte 1

Voz	Ator social representado	Sequência discursiva
Eduardo Cunha – fonte governamental	O aborto	SD 34: Na legislatura anterior, por exemplo, o então presidente da Câmara Eduardo Cunha afirmou que só pautaria para votação projetos favoráveis à descriminalização do aborto se “passassem por cima de seu cadáver”. (RA06)
Jean Wyllys – fonte governamental		SD 35: Wyllys chegou a apresentar requerimento para que os projetos tramitassem separados. Segundo ele, era preciso que a Câmara rompesse “o tabu, o preconceito e a desinformação sobre a temática” e permitisse um debate sério sobre a legalização da interrupção voluntária da gravidez. (RA06)
Funcionária (atribuição vaga) – fonte governamental	O aborto legal	SD 36: No hospital Universitário Ebserh Polydoro Ernani, em Florianópolis (SC), ao ser perguntada sobre a oferta do serviço, uma funcionária respondeu em tom de deboche: “Jamais”. (RA05)

Fonte: A autora.

Na SD 34, vemos um exemplo de posicionamento antiaborto. No trecho, a reportagem traz uma citação indireta de uma fala de Eduardo Cunha, que quando era presidente da Câmara dos Deputados havia se posicionado contra qualquer avanço relativo ao direito ao aborto no país. Destacamos que Cunha teve toda sua trajetória política ligada à bancada evangélica e à defesa de posicionamentos mais conservadores. O ex-presidente da Câmara representa a descriminalização do aborto – e a prática em si – como algo extremamente negativo, que só poderia ser discutida no âmbito legislativo se *passassem por cima de seu cadáver*. Além disso,

notamos que a forma de inclusão dessa voz na RA06 não é em um local de destaque ou prioridade, na verdade, ela é retomada para sustentar a argumentação da jornalista de que o Congresso brasileiro efetivamente atua para que as mulheres do país percam direitos. A SD 34 ilustra uma prática comum da *AzMina* de incluir falas ou citações de certos atores sociais, especificamente os antiaborto, que são provenientes de outros materiais, ou seja, que não foram entrevistados pela revista. Essa prática não é incomum no jornalismo, mas é muito presente em veículos menores, que não dispõem dos recursos para realizar certas entrevistas “rotineiras”, nas quais a fonte apenas reafirma algo que já disse a algum outro veículo ou em alguma outra situação que é possível de ser resgatada.

Na SD 35, a fala do ex-deputado Jean Wyllys também é parte da RA06. Wyllys é o autor do único PL que propunha a descriminalização do aborto induzido. Observamos, na SD 35, a articulação do discurso político ao discurso pró-direitos reprodutivos. O aborto é representado como um *tabu*, sobre o qual os deputados deveriam superar o *preconceito* e a *desinformação*. Na fala do ex-deputado, parece que a Câmara poderia vir a apoiar a descriminalização do aborto se não fosse desinformada. Nesse sentido, Wyllys constrói a representação dos opositores ao projeto como relegados a um lugar de ignorância e pouca credibilidade. No entanto, como apontado na subseção anterior, o campo discursivo antagônico a interrupção voluntária da gravidez tem sofrido diversas mudanças. Segundo Dvoskin (2021, p. 12), ao pesquisar os discursos antagônicos no debate sobre a implementação da Educação Sexual Integral (ESI) nas escolas argentinas, percebeu que

Ao contrário do que ocorreu na primeira etapa do ESI, em que a oposição à medida se desenvolveu a partir de um discurso religioso e aqueles que a defendiam se posicionaram a partir de um discurso biomédico, neste segundo momento o cenário discursivo mudou. Os discursos jurídicos e científicos se constituem como as principais posições de oposição ao projeto do IVG [Interrupção Voluntária da Gravidez], embora os deputados que apoiam esse projeto continuem a configurar a Igreja Católica como sua contra-destinatária (Verón, 1987), ou seja, como aquele ator que deve ser vencido para conseguir a legalização do aborto e a implementação correta do ESI¹¹⁰.

Já na SD 36 é incluída uma fala, por discurso direto com atribuição vaga, de uma funcionária do hospital Universitário Ebserh Polydoro Ernani (SC). A articulação dessa fala na reportagem serve para ilustrar a forma como as equipes dos hospitais estão despreparadas para

¹¹⁰ Unlike what happened in the first stage of ESI, in which the opposition to the measure was expressed by means of a religious discourse while those who defended it adopted a stance that adhered to a biomedical discourse, in this second moment, the discursive scene has changed. The legal and scientific discourses emerge as the main stances in opposition to IVE, although the deputies who support this bill continue to configure the Catholic Church as their counteraddressee (Verón, 1987), that is, as the actor that must be defeated in order to achieve the legalization of abortion and the correct enforcement of ESI. (DVOSKIN, 2021, p. 12).

atenderem a população quando o assunto é aborto legal, muitas vezes reforçando o estigma e o preconceito que sofrem as mulheres vítimas de violência sexual que precisam ser atendidas por esses funcionários. No trecho, o *Jamais* representa o aborto legal como uma prática abominável, que não tem lugar no serviço de atendimento médico.

No quadro 20, a seguir, as SDs representam o aborto, as mulheres, as vítimas de violência sexual e as mulheres que abortaram.

QUADRO 20 - Sequências discursivas da RA – parte 2

Voz	Ator social representado	Sequência discursiva
Debora Diniz – fonte especialista	O aborto e as mulheres	SD 37: “Para ir ao STF precisamos ter a violação de direitos fundamentais, que nesse caso são o direito das mulheres se manterem vivas, a dignidade da pessoa humana, o direito de se autodeterminar. Temos claramente uma violação”, explica Debora. Há, no entanto, segundo ela, uma desesperança das mulheres seguirem esse caminho, já que ele leva tempo, e na gravidez esse tempo é insuficiente. “A corte é um caminho legítimo, mas acaba não sendo concreto por causa disso.” (RA06)
Sandra Leite – fonte especialista		SD 38: “O B.O. não é uma prerrogativa. Aqui é um serviço de saúde, não de justiça. Nós trabalhamos de acordo com a norma técnica do Ministério da Saúde e ela não pede boletim de ocorrência. O que a mulher traz como história de vida é a verdade. O que a permite entrar no protocolo são as datas dos acontecimentos e os exames; então a equipe avalia se caso se encaixa no protocolo”. (RA05)
Paula Sant’Anna Machado de Souza – fonte governamental	As mulheres	SD 39: “É importante que a mulher seja informada do que está dentro da lei e como o procedimento deve ocorrer. Ela tem direito a ter acesso ao prontuário médico, caso receba uma recusa, para conseguir avaliar e levar até a defensoria, caso seja necessário”, explica Paula. (RA04)
Anuário Brasileiro de Segurança Pública – fonte documental	As vítimas de violência sexual	SD 40: Em 2018, o país registrou 180 estupros por dia e 81% das vítimas eram mulheres, segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública publicado pelo mesmo Fórum. (RA05)
Emauelle Goes – fonte especialista	As mulheres que abortaram	SD 41: A enfermeira e epidemiologista Emanuelle Goes estudou como é o atendimento às mulheres que buscam atendimento pós abortamento nos serviços de saúde. “Independentemente do tipo de aborto, elas são maltratadas, passavam por dificuldade no atendimento. Meu estudo fez uma observação entre mulheres negras e brancas e mesmo sendo o aborto um estigma que atinge todas as mulheres, atinge de forma mais potente as mulheres negras, sobretudo as pretas”, conta. (RA01)

Fonte: A autora.

Na SD 37, a voz da pesquisadora e fundadora do Instituto Anis de Bioética Débora Diniz é articulada na RA06 por meio de discurso direto e indireto. A voz de Diniz é acionada para trazer a explicação de como a descriminalização do aborto pode ser possível via Poder Judiciário. No trecho, ela articula o discurso jurídico aos discursos feminista e pró-direitos, representando a mulher como alguém que tem seus direitos violados, podemos perceber isso quando ela elenca os direitos que são negados às mulheres brasileiras pela criminalização da prática: *direito das mulheres se manterem vivas, a dignidade da pessoa humana, direito de se*

autodeterminar. A caracterização dessas violações permite-nos entender que Diniz representa o aborto como uma escolha e como algo que permite a autodeterminação.

Na SD 38, a RA05 articula a voz de Sandra Leite, coordenadora do Centro de Atenção à Mulher Vítima de Violência Sony Santos, como fonte especialista. Na sequência, Leite recorre ao discurso médico, ao administrativo e ao pró-direitos reprodutivos. Sua fala representa a mulher como honesta *O que a mulher traz como história de vida é a verdade*, e o aborto como procedimento médico. Essas representações resistem ao discurso hegemônico, do qual podemos ver suas repercussões quando vemos dados que demonstram que mais de 40% afirmaram usar da objeção de consciência quando duvidavam de que a mulher estivesse dizendo a verdade (DINIZ; MADEIRO; ROSAS, 2014).

Na SD 39, temos voz de Paula Sant'Anna Machado de Souza, coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (Nudem) da Defensoria Pública de São Paulo, e representante do poder judiciário. No trecho, Paula articula o discurso pró-direitos reprodutivos ao discurso jurídico. Para ela, a mulher é um sujeito de direitos, que deve ser informada de todos os procedimentos legais. A reportagem da qual faz parte é uma espécie de gênero híbrido, tendo seus objetivos e forma de escrita mais associado a uma cartilha de orientações. No texto, voltado para mulheres que sofreram ou podem vir a sofrer uma violência sexual, são detalhadas questões legais que devem ser respeitadas no atendimento a essas pessoas. Paula é a única pessoa entrevistada em todo o texto e sua voz aparece muito mais articulada por meio de discurso indireto do que direto. Esse recurso causa uma mistura, não sabemos se quem fala algo é a fonte ou a própria jornalista. Em geral, as fontes governamentais, embora as mais presentes em quantidade, aparecem dessa forma na *AzMina*, com suas falas articuladas por meio de discurso indireto, e carregando pouco destaque no esquema geral dos textos. Essa prática contribui para a inversão da lógica dominante no jornalismo, em que o valor notícia está primeiramente associado aos atores sociais representantes do poder hegemônico.

O trecho da SD 40 é incluído na reportagem *Só 55% dos hospitais que faziam aborto legal seguem atendendo na pandemia* como forma de contextualizar os índices de violência contra mulher. A citação indireta do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (fonte documental) é inserida na argumentação sobre problemas sociais de violência contra mulher que já existiam antes da pandemia e que se agravaram com ela. Essa citação é articulada no discurso de denúncia adotado pelas jornalistas na redação da reportagem. Tal discurso objetiva uma reação de indignação na leitora, instigando-a a cobrar o poder público para a reabertura dos centros de atendimento de aborto legal.

Na SD 41, Emanuelle Goes (fonte especialista) tem sua fala incluída por meio de discurso direito. No trecho, Goes articula o discurso médico-científico aos discursos feminista e pró-direitos, além de incluir o discurso antirracista ao fazer o recorte de raça em sua fala. Notamos que ela representa o aborto como *estigma que atinge sobretudo as pretas*. Ao utilizar o processo *atingir*, Goes reforça a representação das mulheres que abortaram como vítimas vulneráveis de uma ação negativa nos serviços de atendimento pós-aborto. Há também a representação das mulheres que abortaram como maltratadas e como quem passou por dificuldade no atendimento, em: *Independentemente do tipo de aborto, elas são maltratadas, passavam por dificuldade no atendimento*. Virgilio e Gelbes (2021, p. 960) observaram em sua análise sobre o discurso pró-direitos, o qual elas nomeiam proLIVE¹¹¹, que “A combinação desses atributos recorrentes [criminalizada, estigmatizada, desprotegida e vulnerável] traz a representação da mulher que aborta para a de uma vítima impotente e vulnerável de um sistema que pune sua decisão com perseguição e morte”¹¹².

No quadro 21, a seguir, as SDs representam o aborto, Cristina (mulher que realizou um aborto) e Tatielle (mulher que teve um aborto legal interrompido por ordem judicial).

QUADRO 21 - Sequências discursivas da RA – parte 3

Voz	Ator social representado	Sequência discursiva
Jornalista autora da reportagem	O aborto e Cristina	SD 42: Conhecido como <i>stealthing</i> , o ato de tirar o preservativo sem consentimento da mulher é considerado violência sexual e, portanto, é crime no Brasil. Com posse dessa nova informação, Cristina soube então que sua gestação era resultante de uma violência sexual e, portanto, tinha direito ao aborto dentro da lei no Brasil. Procurou então o serviço do SUS e conseguiu interromper a gestação. Apesar de ser um direito, o acesso ao aborto dentro da lei nem sempre é garantido. (RA03)
	Cristina – mulher que realizou um aborto	SD 43: Mãe solo, recém-formada e cheia de planos para construir um futuro melhor para si e para a filha, Cristina*, 28 anos, ficou em choque e sem saber o que fazer quando soube que estava grávida. Evangélica, ela era completamente contra o aborto. (RA03)
Cristina – fonte ilustrativa		SD 44: “Estive no lugar de tantas outras mulheres e senti o peso dessa situação, as negações, as frustrações, o desespero, a depressão, o isolamento, a solidão. Isso me fez repensar. Então pedi a Deus que me ajudasse, sem colocar minha vida em risco.” [...] “A sensação de impotência, de não ter escolha sobre seu próprio futuro, de não ser respeitada... Pelo contrário, alguns acusam, julgam, apontam como se o futuro fosse deles, como se eles fossem abrir mão de algo, isso é tão frustrante”. (RA03)
Tatielle – fonte ilustrativa	Tatielle – mulher que teve um	SD 45: “Eu estava numa forma que custava até andar. Mas andava de ônibus, duas vezes por semana indo ao hospital, para conseguir

¹¹¹ No artigo, as autoras invertem o pressuposto social ao chamar de pró-vida os discursos que defendem o direito ao aborto e antívida, os que defendem a criminalização da prática.

¹¹² “La combinación de estos atributos recurrentes acerca la representación de la mujer que aborta a una víctima impotente y vulnerable de un sistema que castiga su decisión con la persecución y la muerte.” (VIRGILIO, GELBES, 2021, p. 960).

	aborto legal interrompido por ordem judicial	ao menos tentar salvar a minha vida, já que a do feto não tinha condição”. [...] “Você podia pegar um balde, que era um sangue vivinho, vivinho assim. Passando mal mesmo. E eu ia ao hospital, mas o médico não podia pôr a mão, porque estava em ordem de justiça”, conta. [...] como o previsto, o bebê sobreviveu por pouco mais de uma hora. “Eu acho que nasceu foi por Deus, porque por eles [os médicos], eu tinha morrido”. (RA07)
--	--	---

Fonte: A autora.

Por sua vez, a SD 42 combina o discurso pró-direitos reprodutivos ao discurso jurídico. O trecho articula-se intertextualmente com a lei, mesmo sem retomá-la explicitamente. Na SD 42, o discurso jurídico é percebido a partir do léxico específico: *crime, violência sexual, direito, dentro da lei*. A jornalista representa o aborto como direito que nem sempre é garantido, especialmente ligado aos direitos de mulheres em situação de violência. Interessante notar que a *AzMin* sempre demarca por meio de circunstância de lugar o país e o conjunto de leis sobre o qual fala (*no Brasil*), tendo em vista que em certas reportagens, como a RA03, articulam as leis de vários países na construção do texto.

Cristina é uma entre várias mulheres que buscavam, com a ajuda de uma organização feminista, o acesso ao abortamento em outro país da América Latina onde esse é legalizado. Antes da inclusão da citação direta de sua fala, Cristina é caracterizada pela autora da reportagem, na SD 43, como *mãe solo*, uma *recém-formada* e como alguém *cheia de planos*; esses atributos imputados a ela nos permitem perceber que a jornalista a representa como uma mulher batalhadora. Além disso, Cristina também é representada como uma mulher *evangélica*, e como alguém que passou por uma mudança percebida em: *ela era completamente contra o aborto*. O processo *ser* no passado evidencia isso.

Na fala de Cristina, SD 44, observamos a articulação do discurso religioso (*pedi a Deus*) junto ao discurso pró-direitos reprodutivos ao relatar sua experiência. Ela se representa como uma mulher sofredora: *senti o peso dessa situação, as negações, as frustrações, o desespero, a depressão, o isolamento, a solidão*; e, também, como uma mulher que é julgada: *alguns acusam, julgam, apontam como se o futuro fosse deles*. Além disso, por meio de negações (*não ter escolha sobre seu próprio futuro, de não ser respeitada*) faz uma representação implícita do aborto como algo capaz de fornecer-lhe direito sobre sua própria vida e o respeito quanto às suas decisões.

Por fim, a SD 45 faz parte de uma reportagem que conta de forma detalhada a história de Tatielle Gomes, uma mulher que em 2005, com 19 anos, teve uma gravidez na qual o feto apresentou a síndrome de *body stalk* – nesse caso, a vida fetal era impossível e seguir com a gravidez oferecia risco a vida de Tatielle. A reportagem retoma a história de 15 anos antes, quando Tatielle e seu marido José Ricardo Dias foram orientados a buscar na justiça a

permissão para a interrupção da gestação. Eles conseguiram após sete laudos médicos comprovando a condição. Quando o procedimento já estava em andamento, chegou ao hospital uma decisão judicial, uma *habeas corpus* pedido pelo padre Luiz Carlos Lodi da Cruz em nome do nascituro. Tatielle foi enviada para casa e teve que seguir com a gravidez até o final.

Na sequência discursiva, por meio de citação direta, percebemos que Tatielle, como Cristina, se representa como uma mulher sofredora, nas palavras dela: *custava até andar, um sangue vivinho, Passando mal mesmo*. Ela também se representa como uma mulher que luta por sua própria sobrevivência em *para conseguir ao menos tentar salvar a minha vida*; consequentemente ela representa o aborto como vida, e não enquanto morte como é habitualmente representado. Essas duas representações não são mutualmente excludentes, Virgilio e Gelbes (2021, p. 972) notaram o mesmo em suas análises. Sobre isso elas comentam que no discurso pró-direitos reprodutivos

encontramos uma mulher que aborta que tem nome, família, central para a discussão, com um direito inalienável de abortar e com uma agência ambivalente. Ela é representada como um ator que toma decisões, mas por essas mesmas decisões ela é vitimada e punida, e as consequências dessa vitimização e dessa punição variam dependendo de sua situação socioeconômica¹¹³.

O trecho *o médico não podia pôr a mão, porque estava em ordem de justiça* aponta para a representação que Tatielle tem de si mesma, como alguém que tem o corpo público, ou seja, pertence ao Estado as decisões a serem tomadas sobre seu corpo e sua vida. Nesse sentido, podemos depreender a representação do aborto enquanto campo de disputa jurídica, ele ora é legal, ora ilegal; dependendo completamente de decisões que vão além das que as próprias mulheres podem tomar.

6.2 Diferenças e semelhanças: o aborto e as mulheres na *Folha de São Paulo* e na *Revista AzMina*

Na análise discursiva efetuada na subseção anterior apontamos quais são os textos, vozes e discursos articulados nas reportagens do *corpus* e como eles são articulados. Além disso, discutimos as representações do aborto e das mulheres construídas por esses textos, vozes e discursos, e os recursos linguístico-discursivos que os materializam. Para apontar as

¹¹³ nos encontramos con una mujer que aborta nombrada, familiar, central en la discusión, con un derecho inalienable a abortar, y con una agencia ambivalente. Es representada como un actor que toma decisiones, pero por esas mismas decisiones es victimizada y castigada, y las consecuencias de esta victimización y ese castigo varían dependiendo de su situación socioeconómica. (VIRGILIO, GELBES, 2021, p. 972).

diferenças e semelhanças notadas entre as reportagens dos dois veículos de comunicação analisados retomaremos a análise discursiva de forma resumida.

A primeira diferença importante que percebemos na análise das reportagens diz respeito aos temas tratados pelos dois veículos jornalísticos. A *Folha* colocou em destaque a perspectiva do discurso jurídico, também abordou partes do mundo ligadas à saúde pública, à política e à religiosidade. Além disso, o jornal pode deslocar pessoal e fazer uma ampla cobertura do caso da menina capixaba. Por sua vez, a *AzMina* apresenta, em suas sete reportagens, uma boa variedade nas pautas que retrataram a prática social de aborto: abordando questões políticas, médicas, legais, a interseção pandemia e aborto, e a resolução do caso de Tatielle Gomes no STF. É importante apontar que isso não significa, por exemplo, que a *Folha* tenha ignorado pautas sobre pandemia e aborto ou que a *AzMina* não tenha tratado do caso da menina capixaba, mas sim que se e quando o fizeram trouxeram esses temas aos seus *sites*, em 2019 e 2020, por meio de outros gêneros jornalísticos, que não couberam a esta dissertação analisar.

Pensando reportagem como o gênero jornalístico nobre (SOUSA, 2001), entendemos que a seleção de pautas dos veículos serem tão diferentes nos revela que o olhar lançado sobre a ordenação social nas redações da *Folha* e da *AzMina* são completamente distintos. Enquanto a primeira se preocupa mais com a esfera institucional, a segunda prefere dar o foco de humanização e, quando não o faz, traz pautas explicativas sobre o tema. Nesse sentido, pensamos que o valor-notícia (TRAQUINA, 2005) dos fatos sociais que reverberam no jornalismo podem apresentar características diferentes a depender do veículo, seu público e posicionamento. Ao tratarmos dos temas abordados há apenas uma constante: a denúncia tem lugar tanto no jornal quanto na revista.

No que concerne à intertextualidade percebemos que a *Folha* e a *Revista AzMina* se diferenciam em vários pontos. Primeiro, na discussão das figuras 8 e 10, apontamos que a orientação para a diferença nos dois veículos é articulada de uma maneira ligeiramente distinta. Na *Folha* houve uma predominância de abertura com 71,88% das marcações de intertextualidade, seguida da acentuação da diferença com 19,64%, já na *AzMina* a abertura chegou a 90,06%, seguida por uma acentuação da diferença com 5,59%. Interpretamos essa divergência a partir das características dos próprios veículos de comunicação, ou seja, a partir do que eles próprios afirmam sobre suas práticas.

Ao passo em que a *Folha* explica, em seu projeto editorial, o compromisso com “Cultivar a pluralidade, seja ao divulgar um amplo espectro de opiniões, seja ao focalizar mais de um ângulo da notícia, sobretudo quando houver antagonismo entre as partes nela envolvidas” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019), que se traduz nas reportagens pela articulação de textos e

vozes que acentuam a diferença tanto entre si, quanto com a voz do jornalista e do jornal. A *Revista AzMina* busca “promover a equidade de gênero por meio da informação e da educação, considerando especificidades de raças, classe e orientação sexual” (REVISTA AZMINA, [s.d.]), que reafirma um compromisso social da prática jornalística e, para isso, articula em suas reportagens majoritariamente textos e vozes com as quais se abre ao diálogo e não ao combate.

Outra diferença relativa à intertextualidade está na articulação das vozes de mulheres que abortaram. Na análise descobrimos que a *Folha* reserva pouquíssimo espaço para essas fontes, sendo elas 2,7% do total de vozes e textos acionados pelo jornal nos anos de 2019 e 2020. Já na *AzMina* essas mulheres representam 13,1% do total de textos e vozes articulados. Destacamos que a inclusão dessas vozes é efetuada de maneira distinta nos veículos analisados. Por um lado, na *Folha* as mulheres que passaram por um aborto são trazidas à reportagem para cumprir o papel testemunha, ou seja, dão sua contribuição como ‘vivenciadoras’ do fato no sentido mais básico do que seria a função da fonte ilustrativa. No jornal são articuladas as vozes de apenas quatro delas, duas como vítimas de estupro que buscaram atendimento para o aborto legal em um hospital em São Paulo e duas mulheres indiciadas por aborto clandestino. Mesmo na FSP02, onde os relatos de Mariana e Júlia ilustram o deslocamento de mulheres de todo o Brasil na busca pelo abortamento legal, se fizéssemos um exercício de suprimir essas vozes da composição do texto veríamos pouco ou nenhum impacto na narrativa jornalística. Por outro lado, na maioria das articulações dessas mulheres como fontes ilustrativas na *AzMina* dita o modo como a narrativa jornalística acontece e se suprimidas elas deixariam o texto carente de coesão e valor jornalístico, como percebemos na RA03 e RA07.

Ao efetuarmos a análise das representações do aborto e das mulheres construídas nos textos, concluímos que existem padrões nos quais o tema e os atores sociais mulheres são representados, por sua vez esses padrões podem ser notados a partir das escolhas lexicogramaticais empregadas. Nesse sentido, observamos que as representações do aborto na *Folha* e na *AzMina* estão reunidas em três campos, a saber: o campo da prática, o campo do procedimento e o campo do direito.

No jornalismo tradicional da *Folha*, no campo da prática o aborto é representado como algo que não é de interesse da população brasileira (SD 01), uma falha do Estado na proteção de meninas e mulheres (SD 10), um assunto a ser discutidos com mulheres cristãs (SD 16), prática que deve ser combatida e minimizada por leis e ações governamentais mais duras e restritivas (SD18), um tema problemático, algo pode trazer alívio às mulheres que optaram por ele (SD 20), um boato e assunto sigiloso (SD 21), algo que pode gerar resultados negativos (SD 26) e um ato pelo qual a mulher deve sofrer (SD 30). A materialização dessas representações

pode ser observada em: *4 em cada 10 brasileiros, o aborto deve ser proibido em qualquer situação; é o colapso da prevenção da violência, da assistência à saúde; É preciso ouvir o que muitas mulheres cristãs têm a dizer; internação psiquiátrica de mulheres grávidas, após laudo médico que ateste uma "propensão ao abortamento ilegal"; quase a totalidade das pacientes relata alívio após o procedimento; sempre funcionou como um boato; Ninguém quer divulgar; existe um sigilo muito forte; temor das consequências legais e sociais negativas relacionadas ao procedimento; Você não quis fazer isso? Então agora aguenta.*

Por outro lado, no jornalismo alternativo da *AzMina*, na representação do aborto como prática percebemos que ele é representado como algo negativo (SD 34, SD 36), como um tabu a ser superado (SD 35), como uma escolha que permite autodeterminação (SD 37), como um estigma (SD 41) e como uma prática que simboliza vida (SD 45). Essas representações são evidenciadas discursivamente em: *afirmou que só pautaria para votação projetos favoráveis à descriminalização do aborto se “passassem por cima de seu cadáver”;* *ao ser perguntada sobre a oferta do serviço, uma funcionária respondeu em tom de deboche: “Jamais”;* *era preciso que a Câmara rompesse “o tabu, o preconceito e a desinformação sobre a temática”;* *sendo o aborto um estigma que atinge todas as mulheres, atinge de forma mais potente as mulheres negras, sobretudo as pretas; para conseguir ao menos tentar salvar a minha vida.* Com essas representações do aborto quanto a seu campo de prática podemos notar que são muitas construções negativas sobre ele, tanto na *Folha* quanto na *AzMina*, a diferença está no fato de que na *AzMina* podemos perceber que há algumas representações positivas da prática (SD 37 e SD 45).

No campo do procedimento, na *Folha* o aborto é representado como: tecnicamente simples (SD 10), procedimento que oferece menos riscos à saúde do que um parto vaginal (SD 11), e doloroso (SD 19). A materialização dessas representações pode ser observada em: *Qualquer serviço minimamente estruturado, mesmo que só com uma enfermeira treinada, consegue fazer; a indução do aborto na idade gestacional em que a menina se encontra é quatro vezes mais segura do que o parto vaginal; a interrupção é um processo doloroso.* Já na *AzMina* esta representação se dá como procedimento médico (SD 38), materializado discursivamente em: *o que a permite entrar no protocolo são as datas dos acontecimentos e os exames; então a equipe avalia se caso se encaixa no protocolo.*

Observamos que a representação do aborto ligada ao campo do procedimento, está relacionada a uma recontextualização da prática médica nos dois veículos, apenas na *Folha* há a inclusão, também, da representação do abortamento como doloroso (SD 19) que parte de uma voz antiaborto articulando o discurso médico.

No campo do direito, na *Folha*, o aborto é representado como: oposto ao direito a vida (SD 02), ato clandestino e criminoso (SD 03, SD 04, SD 14, SD 15), conceito abstrato (SD 05, SD 06, SD 07, SD 08, SD 09, SD 17), prática legal e direito da mulher (SD 05, SD 06, SD 07, SD 08, SD 09, SD 25), um direito fragilizado pelas turbulências políticas e que pode ser afetado por mudanças na sociedade (SD 12), a descriminalização do aborto como necessária para que a sociedade alcance um patamar de igualdade de gêneros (SD 13), a criminalização como prática que coloca mulheres em risco e as culpabiliza (SD 16). A materialização dessas representações pode ser observada em: *A vida é um direito inviolável segundo a nossa Constituição; o uso será desvirtuado; são frequentemente alvo de desvios, falsificações e importações ilegais; é um "crime hediondo"; a restrição viola o direito à saúde de mulheres que querem interromper gestações em casos em que isso já é autorizado por lei; No Brasil, o aborto é permitido em três situações; não há um período limite para se fazer um aborto autorizado pela Justiça; A interrupção da gravidez da criança capixaba de dez anos tinha amparo legal de duas das três condições previstas pelo Código Penal brasileiro; É um direito da mulher; um ambiente de desinformação e aparente insegurança jurídica, que tem efeitos práticos porque dificulta ainda mais o acesso de mulheres aos serviços de aborto legal; é por meio da descriminalização que o direito à igualdade entre gêneros será fortalecido; a criminalização do aborto não diminui o número de procedimentos, culpabiliza as mulheres e provoca mortes, especialmente de mulheres pobres e negras.*

Em consonância, na *AzMina*, no campo do direito, o aborto é representado como: um direito que nem sempre é garantido (SD 42); algo capaz de fornecer à mulher direito sobre sua própria vida (SD 44); e como campo de disputa jurídica (SD 45). Essas representações são evidenciadas discursivamente em: *Apesar de ser um direito, o acesso ao aborto dentro da lei nem sempre é garantido; Estive no lugar de tantas outras mulheres e senti o peso dessa situação [...] pedi a Deus que me ajudasse, sem colocar minha vida em risco; estava em ordem de justiça.* Percebemos que a representação do aborto no campo do direito serve muitas vezes a uma articulação do discurso de denúncia em ambos os veículos, como percebemos nas SD 12, SD 16, SD 42 e SD 45.

Quanto a representação das mulheres, observamos que as elas estão reunidas em três caracterizações comuns, a saber: como vítimas, a ligada ao sofrimento e a relacionada a agência em sociedade. Além disso, há uma caracterização presente apenas na *Revista AzMina* que está conectada ao não exercício da cidadania.

Na *Folha*, em relação a representações das mulheres como vítimas, observamos que elas são caracterizadas como pessoas que necessitam de cuidado (SD 16), vítimas de síndrome pós-

aborto (SD 19), em vulnerabilidade psicológica e social (SD 27, SD 28, SD 31). A materialização dessas representações pode ser observada em: *Não há preocupação genuína com a vida, não há sensibilidade diante do sofrimento dessa menina e até mesmo com o risco que ela sofre; fadado a fustigar com “síndrome pós-aborto”; evitar o assédio e a violência no Pérola Byington [...] Muitas vítimas são crianças; [...] com salários que variavam entre R\$ 600 e R\$ 900 mensais; precisa de muita proteção e muita assistência psicológica.*

Na *AzMina*, essa representação das mulheres enquanto vítimas está relacionada a violação de direitos (SD 37) e a vulnerabilidade à violência (SD 40; SD 41; SD 42), evidenciado por trechos como: *violação de direitos fundamentais, que nesse caso são o direito das mulheres se manterem vivas, a dignidade da pessoa humana, o direito de se autodeterminar; Em 2018, o país registrou 180 estupros por dia e 81% das vítimas eram mulheres; Independentemente do tipo de aborto, elas são maltratadas, passavam por dificuldade no atendimento; tirar o preservativo sem consentimento da mulher é considerado violência sexual.*

Percebemos, nessas representações, uma aproximação entre a seleção dos dois veículos em relação aos agrupamentos gerais das mulheres vítimas. Porém, podemos apontar que na *AzMina* essa representação está mais próxima à representação do aborto no campo do direito, enquanto na *Folha* há uma maior aproximação da representação do aborto no campo da prática.

Na representação dessas mulheres como ligadas ao sofrimento, na *Folha* observamos que elas são caracterizadas como sozinhas (SD 21, SD 22), desamparadas (SD 23), depressivas (SD 29), suicidas (SD 21, SD 24), em desespero (SD 17, SD 29) e suscetíveis ao estresse pós-traumático (SD 20). A materialização dessas representações pode ser observada em: *o desespero da criança; podem vir a relatar estresse pós-traumático, mas este é atrelado ao evento da violência; crise de depressão, tentei me matar; fez com que eu não recorresse a ninguém; Não tive nenhuma atenção ou afeto; facilitar o acesso ao aborto legal [...] evita suicídios; estado anêmico, com dor aguda, sem conseguir falar; só chorava; Muito calada, com olhar muito triste.*

Já na *AzMina*, essa representação é evidenciada por meio da caracterização das mulheres como vulneráveis (SD 41), sofredoras (SD 44, SD 45) e julgadas (SD 44), como verificamos em: *elas são maltratadas, passavam por dificuldade no atendimento; senti o peso dessa situação, as negações, as frustrações, o desespero, a depressão, o isolamento, a solidão; custava até andar, um sangue vivinho, Passando mal mesmo; alguns acusam, julgam, apontam como se o futuro fosse deles.* Quanto a representação das mulheres ligada ao sofrimento percebemos que na *Folha* há a inclusão de uma maior diversidade de representações, que são feitas tanto pelas próprias mulheres sobre si (SD 21, SD 22) quanto por outros atores sociais,

especialmente relacionada ao sofrimento emocional. Na *AzMina*, apenas uma sequência discursiva aponta para a representação de sofrimento emocional profundo relacionado à depressão e suicídio (SD 44), em geral, há a representação de sofrimento mais pontual conectado a situações específicas, como no atendimento por equipes médicas (SD 41).

Na *Folha*, a representação delas a partir da caracterização ligada à agência em sociedade é um pouco mais diversa, já que são entendidas ora como incapazes (SD 18), arrependidas (SD 19), erradas (SD 21), mentirosas (SD 26), culpadas (SD 30) e que negam seu destino natural (SD 30), e ora como sujeitos de direitos (SD 25, SD 33), cidadãs que contribuem para a sociedade (SD 28), agentes de suas próprias histórias (SD 31), pessoas com direito à felicidade (SD 32). A materialização dessas representações pode ser observada em: *"condições sociais e psicológicas" da paciente, para impedi-la de realizar o procedimento; Das que não conseguem ver outra saída e optam pelo aborto [...] todas se arrependem; a mulher ainda é colocada como errada; 43% dos médicos declararam objeção de consciência quando não tinham certeza de que a mulher estava contando a verdade sobre o estupro; Você não quis fazer isso? Então agora aguenta; direito da mulher; Eram elas auxiliares administrativas, atendentes, auxiliares de produção, balconistas, calçadistas, operadoras de caixa, ajudantes de cozinha, feirantes, manicures; tão segura; É preciso passar uma borracha nisso para que ela possa ser feliz.*

Na *AzMina*, a representação das mulheres com caracterização ligada à agência em sociedade está relacionada a qualificação dessas mulheres como honestas (SD 38), sujeitos de direito (SD 39), batalhadoras (SD 43), religiosas (SD 43, SD 44), dispostas a mudanças (SD 43) e à luta por sua sobrevivência (SD45). As pistas discursivas que nos permitiram notar essa caracterização são: *O que a mulher traz como história de vida é a verdade; É importante que a mulher seja informada do que está dentro da lei e como o procedimento deve ocorrer; Mãe solo, recém-formada e cheia de planos; Evangélica; pedi a Deus; ela era completamente contra o aborto; para conseguir ao menos tentar salvar a minha vida.*

Sobre a representação das mulheres com caracterização ligada à agência em sociedade notamos que o jornal coloca em evidência as relações polêmicas estabelecidas entre as diversas vozes articuladas, culminando em representações diametralmente opostas, como incapazes x cidadãs que contribuem para a sociedade. No geral, percebemos que a *Folha* usa de paralelos mantendo sempre representações positivas e negativas das mulheres, ao passo que a *AzMina* prefere representá-las em um viés positivo.

Por fim, na *AzMina* percebemos a representação da mulher a partir de uma caracterização ligada ao exercício da cidadania, ou melhor dizendo ligada à negação do exercício de uma cidadania plena, pois a mulher é representada como alguém que tem o corpo

público (SD 45). Neste caso, Tatielle foi impedida de exercer seu direito quanto as suas próprias decisões médicas. Essa representação é evidenciada pelas pistas discursivas do trecho *o médico não podia pôr a mão, porque estava em ordem de justiça*.

Na seção seguinte ao realizar as considerações finais da dissertação, retomamos o objetivo da pesquisa, refletimos sobre a prática de aborto e sua recontextualização no jornalismo, falamos sobre a própria prática jornalística e tecemos comentários para pesquisas futuras.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação partiu do questionamento sobre como a prática social de aborto e as mulheres que abortaram são representadas discursivamente em textos do campo jornalístico e por meio de quais recursos linguístico-discursivos essas representações são materializadas. Desse modo, objetivamos analisar, entender e comparar as representações discursivas do aborto e das mulheres que já praticaram um aborto, construídas em reportagens do jornalismo tradicional e do jornalismo independente. Tendo em vista esse objetivo, percebemos que a prática social de aborto é representada tanto negativamente quanto positivamente por textos e vozes articulados no jornalismo tradicional e independente. A principal diferença reside no fato de que a *Folha de São Paulo* oferece mais espaço aos textos e às vozes antiaborto, culminando em uma série de representações negativas da prática e das mulheres que já realizaram aborto. Em contrapartida, a *Revista AzMina* quase não insere textos e vozes com posicionamento antiaborto e quando o faz não dedica muito espaço a essas fontes, pois tende a representar a prática e as mulheres envolvidas nela em um viés mais positivo.

Além disso, destacamos que o jornalismo tradicional da *Folha* sustenta a representação do aborto como tema problemático e sobre o qual não é possível chegar a um consenso social, atuando, assim, na manutenção de uma hegemonia discursiva, na qual a prática de aborto deve ser constantemente combatida moralmente. Essa postura adotada pela *Folha* difere-se da exercida pelo jornalismo alternativo da *AzMina*, visto que o último traz o tema para a realidade das mulheres, ora produzindo textos que as orientem sobre seus direitos, ora humanizando a temática ao apresentá-la a partir de vozes de mulheres envolvidas nessa prática.

Diante disso, é importante destacarmos que o jornalismo não é uma profissão com fronteiras estabelecidas e o jornalista atua nas relações entre as práticas e instituições sociais. Assim, para tecer a narrativa do presente, ele as recontextualiza através de recortes pensados para representar essas práticas a partir do ponto de vista particular de cada veículo de comunicação. Com isso, a articulação de vozes hegemônicas ou insurgentes nas reportagens analisadas serve ao projeto editorial de cada veículo.

Na *Folha*, essa articulação está atrelada a rotinas de produção institucionalizadoras, ou seja, que dão prioridade a fontes governamentais ao reportar a prática social de aborto. Essa priorização atua na manutenção do destaque concedido aos discursos conservadores e antidireitos reprodutivos, já que, em geral, esse é o posicionamento adotado pelo governo brasileiro, de modo a evitar uma indisposição com as bases religiosas que o apoiam – que acontece hoje na gestão Bolsonaro e sua campanha eleitoral permanente, para sustentar o apoio

da bancada evangélica; e na prática histórica da esquerda brasileira de não se indispor com a Igreja Católica (PINTO, 2003). Enquanto a *AzMina*, mesmo com a predominância de vozes governamentais (cf. gráfico 6), percebe o tema como de interesse da população, especialmente de interesse das mulheres, visto que se propõe a fazer um jornalismo feminista que tenta “Promover a equidade de gênero por meio da informação” (REVISTA AZMINA, [s.d.]).

Ao longo da pesquisa, percebemos que os embates, nos quais se envolve a prática social de aborto refletem muito mais do que pensávamos a princípio sobre a ordenação social e os papéis de gênero determinados socialmente. Esse resultado está muito atrelado à discussão promovida por Rohden (2003) sobre como as questões de sexo, reprodução e controle de natalidade traduzem relações de poder. O debate sobre a descriminalização do aborto, embora com nova roupagem por parte de seus opositores (DVOSKIN, 2021), segue construindo discursivamente uma mulher ligada a um destino biológico da maternidade, que serve aos propósitos do próprio sistema capitalista. Concordamos com Figueiredo (2016, p. 126), para quem a criminalização do aborto cumpre um papel político e ideológico de biopoder, para mais

O tabu e estigma do aborto escondem também uma questão econômica de fundo: para o modo de produção capitalista e patriarcal, é essencial que os cuidados da casa e das crianças sejam concebidos como formas de amor inerentes à ‘essência’ ou a ‘natureza’ das mulheres e não como trabalho feminino não pago expropriado pelo capital.

Entendemos que o jornalismo sustenta, em maior ou menor grau, as representações do aborto e das mulheres que abortaram que circulam socialmente, visto que é nos textos mediatizados que a sociedade consegue, amplamente, acessar a recontextualização da prática de aborto. Assim, é por meio dele, que os discursos se estabelecem como hegemônicos e, também, é nele que conseguimos observar discursos dissidentes em ascensão. Sobre a prática jornalística, Medina (2008, p. 25) afirma que

Sempre que o jornalista está diante do desafio de produzir notícia, reportagem e largas coberturas dos acontecimentos sociais, os princípios ou comandos mentais que conduzem a operação simbólica espelham a força da concepção de mundo positivista. Das ordens imediatas nas editorias dos meios de comunicação às disciplinas acadêmicas do Jornalismo, reproduzem-se em práticas profissionais os dogmas propostos por Augusto Comte: a aposta na objetividade da informação, seu realismo positivo, a afirmação de dados concretos de determinado fenômeno, a precisão da linguagem.

Em consonância com Medina (2003, 2008) e Ijuim (2009), acreditamos que questionar esse paradigma da produção positivista é necessário para a boa narrativa jornalística. Essa última deve ser centrada nas relações humanas e equilibrar a demanda social concreta e com a informação científica. O questionamento de práticas sedimentadas na profissão não é fácil, e a

arte de tecer o presente proposta por Medina (2003) é, com certeza, complicadíssima. Para a autora,

Tecer os sentidos contemporâneos num amplo contexto democrático, reconstituir as histórias de vida num cenário das diferenças culturais que se assinam nas múltiplas oraturas e cruzar as carências sociais com o gesto generoso dos pesquisadores e dos artesãos de um outro futuro despertam uma sensibilidade altamente complexa e de fina sintonia com o presente (MEDINA, 2003, p. 53).

Diante do trabalho desenvolvido salientamos que a construção de uma pesquisa acadêmica é um movimento cíclico, partimos de uma questão de pesquisa, lemos muito sobre o tema selecionado, modificamos a questão de pesquisa, conduzimos decisões teóricas e metodológicas, revisitamos aquela questão para modificá-la mais uma vez, recortamos o tema para que o tempo da pesquisa seja adequado à exploração dele, iniciamos análise e questionamos as decisões tomadas pelo “nós” do passado, finalizamos a análise e notamos que sob um método diferente, talvez o processo teria sido mais simples. Nesse movimento, enfrentamos algumas dificuldades metodológicas relacionadas ao uso de um *software* para análise linguística, um processo que exigiu dedicação, pois era o primeiro contato com ele em uma pesquisa maior. Além disso, efetuamos vários recortes no universo da pesquisa e nas categorias de análise para que a pesquisa fosse concluída, visando atingir os objetivos propostos.

Acreditamos que pesquisas sobre a prática social do aborto e sobre os atores sociais que dela participam são extremamente relevantes no Brasil contemporâneo. Nesse sentido, defendemos que a pesquisa de materializações discursivas resultantes da interseção da prática de aborto e as práticas de comunicação – sejam elas do jornalismo, da publicidade e propaganda, das redes sociais – são vitais para a compreensão dos processos culturais de representação da mulher. Destacamos o momento em que vivemos, no qual efetuam-se decisões governamentais que concretizam retrocessos quanto aos direitos sexuais e reprodutivos arduamente conquistados nos anos passados. Nesse contexto, o jornalismo tem um papel de responsabilidade na luta contra essas decisões e a favor da garantia dos direitos humanos.

Entendemos que a dissertação apresentada tem suas limitações por tomar como material de análise apenas reportagens publicadas em um recorte temporal de dois anos. Desse modo, outras investigações sobre o tema devem ser realizadas. Sugerimos, também, que a prática social de aborto seja estudada de forma mais ampla em estudos etnográficos que incluam as vozes das mulheres – as mais impactadas por esse problema social – a partir de perspectivas teóricas múltiplas.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Afonso de. Em nome do público: jornalismo e política nas entrevistas dos presidentiáveis ao Jornal Nacional. **E-compós**, Brasília, v.16, n.2, p. 1-23, maio-ago, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.30962/ec.813>. Acesso em: 03 nov. 2021. <https://doi.org/10.30962/ec.813>
- ALBUQUERQUE, Afonso de; HOLZBACH, Ariane Diniz. Metamorfoses do contrato representativo: jornalismo, democracia e os manuais da redação da Folha de S. Paulo. **Comunicação, mídia e consumo**, São Paulo, v. 5, n. 14, p. 149-170, nov., 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18568/cmc.v5i14.141>. Acesso em: 04 nov. 2021.
- AMARAL, Márcia F. **Lugares de fala do leitor no Diário Gaúcho**. 2004. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – UFRGS, Porto Alegre, 2004. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/6253> Acesso em 20 jul. 2020.
- ARTIGO 19. **Acesso à informação e aborto legal** - mapeando desafios nos serviços de saúde. São Paulo, 2019, 40p.
- ARTIGO 19. **A Organização**. São Paulo, 2007. Disponível em <https://artigo19.org/a-organizacao/>. Acesso em 22 set 2019.
- ARTIGO 19. **Breve panorama sobre aborto legal e transparência no Brasil**. São Paulo, 2018, 28p.
- ARTIGO 19. **Mapa do Aborto Legal**. Disponível em: <https://mapaabortolegal.org/>. Acesso em 22 set 2019.
- ASSOCIAÇÃO GUADALUPE. **Sobre nós**. Disponível em: <https://associacaoguadalupe.org.br/sobre/>. Acesso em: 30 nov. 2021.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BARICHELLO, Eugenia Mariano da Rocha; et al. Estratégias de legitimação institucional do jornalismo na narrativa transmídia. **Conexão-Comunicação e Cultura**, v. 15, n. 30, 2017. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/4563>. Acesso em: 20 out. 2019. <https://doi.org/10.18226/21782687.v15.n30.05>
- BARROS, Solange M. Realismo crítico e Análise Crítica do Discurso: modelo analítico explanatório. **Linguagem: Estudos e Pesquisas**, v. 22, n. 1, p. 17-32, jan-jun., 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/lep.v22i1.54477>. Acesso em: 26 set. 2021. <https://doi.org/10.5216/lep.v22i1.54477>
- BELTRÃO, Luiz. **A Imprensa Informativa: técnica da notícia e da reportagem no jornal diário**. São Paulo: Editor Folco Masucci, 1969.
- BERBER SARDINHA, T. **Linguística de Corpus**. Barueri: Manole, 2004.

BERNSTEIN, Basil. **The Structuring of Pedagogic Discourse**. London: Routledge, 1990.

BESSA, Décio. Linguagem e Situação de Rua. In: MAGALHÃES, I.; CAETANO, C. J. M.; BESSA, D. **Pesquisas em Análise de Discurso Crítica**. Covilhã: Livros LabCom, 2014, p. 25-52.

BHASKAR, Roy. **A Realist Theory of Science**. London: Routledge, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Trad. Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BRAIT, Beth. **A personagem**. São Paulo: Ática, 1985.

BRASIL. Datasus. **Tipo de estabelecimento**. 28 set. 2006. Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/cnes/tipo_estabelecimento.htm. Acesso em 30 set. 2020.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Presidência da República, Rio de Janeiro, 1940. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em 10 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Atenção humanizada ao abortamento: norma técnica**. 2 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2011, 60 p. Disponível em https://catarinas.info/wp-content/uploads/2018/04/atencao_humanizada_abortamento_norma_tecnica_2ed.pdf. Acesso em 30 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.282, de 27 de agosto de 2020. **Dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS**. Diário Oficial da União. Brasília, 2020a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.282-de-27-de-agosto-de-2020-274644814>. Acesso em: 12 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.561, de 23 de setembro de 2020. **Dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS**. Diário Oficial da União. Brasília, 2020b. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.561-de-23-de-setembro-de-2020-279185796>. Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. Senado Federal. **Votação simbólica**. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/votacao-simbolica>. Acesso em: 29 out. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Transcrição de audiência pública. **Interrupção Voluntária da Gravidez – ADPF 442**. Relatora Ministra Rosa Weber. 2018. 626p. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/audienciasPublicas/anexo/TranscrioInterrupovoluntriadagravidez.pdf>. Acesso em 05 out. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Anencefalia. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 54 ajuizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde**. Brasília, 2012, 433p. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=3707334>. Acesso em: 12 fev. 2020.

CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR. **Sobre nós**. Disponível em: <https://catolicas.org.br/>. Acesso em: 30 nov. 2021.

CENTER FOR REPRODUCTIVE RIGHTS. **The World's Abortion Laws**. Disponível em: <https://maps.reproductiverights.org/worldabortionlaws>. Acesso em 01 nov. 2021.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo de S. C. **Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde (versão preliminar)**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2014. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5780/1/NT_n11_Estupro-Brasil-radiografia_Diest_2014-mar.pdf. Acesso em 01 out. 2020.

CHOULIARAKI, Lilie; FAIRCLOUGH, Norman. **Discourse in Late Modernity – Rethinking Critical Discourse Analysis**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.

COHEN, Louis; MANION, Lawrence; MORRISON, Keith. **Research Methods in Education**. 6. ed. Abingdon: Routledge, 2007. 638 p. Disponível em: <https://gtu.ge/Agro-Lib/RESEARCH%20METHOD%20COHEN%20ok.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2020.

CORRÊA, Sonia. “Saúde Reprodutiva”, Gênero e Sexualidade: legitimação e novas interrogações. In: GIFFIN, Karen; COSTA, Sarah Hawker (orgs.). **Questões da saúde reprodutiva**. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 39-50, 1999.

CORRÊA, Sônia; ALVES, José Eustáquio Diniz; JANNUZZI, Paulo de Martino. Direitos e saúde sexual e reprodutiva: marco teórico-conceitual e sistema de indicadores. In: CAVENAGHI, S. (org.). **Indicadores municipais de saúde sexual e reprodutiva**. Rio de Janeiro: ABEP, Brasília: UNFPA, 2006. 282p. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/livros/issue/view/16/showToc>. Acesso em 15 abr. 2020.

CORREIA, João Carlos. O poder do jornalismo e a mediatização do espaço público. **Revista de Comunicação e Linguagens**, v. 27, p. 193-212, 2000.

COSTA, Jessica Gustafson. **Jornalismo feminista: estudo de caso sobre a construção da perspectiva de gênero no jornalismo**. 2018. 226 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193588>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CUNHA, Bárbara M. da. Entre Médicos e Juristas: as origens da criminalização do aborto no Brasil. In: SIMÕES, V. H.; ROMFELD, V. S. (orgs.). **Criminologias: feminismos, mídia e protestos sociais**. Curitiba: EVG, 2018. p.74-92.

DEL PRIORE, Mary. A árvore e o fruto: um breve ensaio histórico sobre o aborto. **Bioética**, v. 2, n. 1, p. 43-51, 1994. Disponível em https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/442. Acesso em 13 out. 2020.

DEL PRIORE, Mary. **Conversas e histórias de mulher**. 1 ed. São Paulo: Planeta, 2013. 312p.

DINIZ, Débora; ALMEIDA, Marcos de. Bioética e aborto. IN: COSTA, S. I. F.; OSELKA, G.; GARRAFA, V. (coord.). **Iniciação à bioética**. Brasília: Conselho Federal de Medicina, 1998. p. 125-138. Disponível em: <https://bityli.com/csfRt>. Acesso em 02 mai. 2020.

DINIZ, Débora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. Pesquisa Nacional de Aborto 2016. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2017, vol.22, n.2, p.653-660. ISSN 1678-4561. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017222.23812016>. Acesso em: 20 set. 2020. <https://doi.org/10.1590/1413-81232017222.23812016>

DVOSKIN, Gabriel. Between the Urgent and the Emerging: Representations on Sex Education in the Debate for Abortion Legalization in Argentina. **Frontiers in Sociology**, v. 6, jun., 2021, p. 1-13. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fsoc.2021.635137>. Acesso em: 25 out. 2021. <https://doi.org/10.3389/fsoc.2021.635137>

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and Power**. Harlow: Person Education Limited, 1989.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social**. Coordenação de Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. 320p. Título original: Discourse and social change.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing Discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003. <https://doi.org/10.4324/9780203697078>

FAIRCLOUGH, Norman. **Critical Discourse Analysis: The Critical Study of Language**. 2 ed. London: Routledge, 2013. <https://doi.org/10.4324/9781315834368>

FAIRCLOUGH, Norman. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. Trad. de Iran F. de Melo. **Linha d'Água**, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012. <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v25i2p307-329>

FAUSTO NETO, Antônio. **Comunicação e mídia impressa: estudo sobre a Aids**. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante Editora, 2017.

FERNANDES, Adélia B. Jornalismo, cidadania e direitos humanos: uma relação reflexiva no espaço público. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 25, 2002, Salvador. **Anais** [...] Salvador: UNEB, 2002. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/145134406368497586467557075036965428965.pdf>. Acesso em: 20 julho 2018.

FERNANDES, Alessandra Coutinho. **Análise de Discurso Crítica** – para leitura de textos da contemporaneidade. Curitiba: InterSaber, 2014.

FIGUEIREDO, Débora de C. Linguagem e gênero social: contribuições da Análise Crítica do Discurso e da Linguística Sistêmico-Funcional. **Revista D.E.L.T.A.**, v. 25, n. 3, especial, 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/28295>. Acesso em: 08 jul. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-44502009000300013>

FIGUEIREDO, Débora de C. Discurso, corpo e cidadania em acórdãos sobre o aborto. **Polifonia**, v. 23, n. 33, p. 110-129, jan-jun., 2016. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/3863>. Acesso em: 20 nov. 2019.

FLICK, Uwe. **Introdução à Metodologia de Pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013. 256p.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Folha cresce e lidera circulação entre jornais do país em 2019**. Poder. 21 jan. 2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/folha-cresce-e-lidera-circulacao-entre-jornais-do-pais-em-2019.shtml>. Acesso em 13 ago. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Folha é o 1º jornal brasileiro a ter circulação maior do que a impressa**. Mercado. 25 set. 2016. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/09/1816633-folha-e-o-1-jornal-do-pais-a-ter-circulacao-digital-maior-do-que-a-impressa.shtml?cmpid=comptw&origin=folha>. Acesso em 13 ago. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Jornalismo profissional é antídoto para notícia falsa e intolerância**: Documento atualiza compromissos da Folha em uma era de mudança de hábitos dos leitores. Projeto editorial. 12 mar. 2019. Disponível em: <https://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/introducao.shtml>. Acesso em: 13 ago. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Novo Manual da Redação**: manual de edição. 2018. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_edicao.htm. Acesso em: 03 ago. 2020.

FRANCHINI, B. S. **O que são as ondas do feminismo?** In: Revista QG Feminista. 2017. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/o-que-s%C3%A3o-as-ondas-do-feminismoeed092dae3a>. Acesso em: 22 jun. 2020.

FUZER, Cristiane; CABRAL, Sara R. S. **Introdução à Gramática Sistêmico-Funcional em língua portuguesa**. Campinas: Mercado de Letras, 2014.

GIL, Antonio Carlos. Utilização de documentos. In: **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 147-155.

GRUPO CURUMIM. **Quem somos**. Disponível em: <https://grupocurumim.org.br/curumim/quem-somos/>. Acesso em: 30 nov. 2021.

GUTTMACHER INSTITUTE (2016). Hoja informativa: Aborto en América Latina y Caribe. Disponível em <https://www.guttmacher.org/sites/default/files/factsheet/fs-aww-lac-es.pdf> Acesso em 08 de set. 2021.

GUZZO, Morgani. Aborto Previsto em lei: um direito em disputa no Brasil. **Catarinas**, Florianópolis, 01 out. 2020. Disponível em: <https://catarinas.info/aborto-previsto-em-lei-no-brasil/> Acesso em 01 out. 2020.

HARDT-MAUTNER, Gerlinde. **"Only Connect"**: Critical Discourse Analysis and *Corpus Linguistics*. Lancaster: UCREL, 1995.

HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam. **A manipulação do público**. São Paulo: Futura, 2003.

IJUIM, Jorge Kanehide. A responsabilidade social do jornalista e o pensamento de Paulo Freire. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 31-43, jul./dez., 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/10060> Acesso em: 10 fev. 2020.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009

KARPPINEN, K.; MOE, H. What we talk about when talk about “Media Independence”. **Javnost - The Public**, v. 23, n. 2, p.105-119, 2 abr. 2016. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13183222.2016.1162986>. Acesso em 21 jul. 2020. <https://doi.org/10.1080/13183222.2016.1162986>

KAWAMOTO, Kevin. Digital Journalism. **Emerging Media and the Changing Horizons of Journalism**. Rowman & Littlefield: New York, 2003. 189p.

KOPH, Susanne. Corpus-Assisted Critical Discourse Studies? Marrying Critical Discourse Studies and Corpus Linguistics: Über den Brückenschlag zwischen Kritischen Diskursstudien und Korpuslinguistik. **Diskurse**, Mannheim, v. 1, n. 3, p. 92-110, 2019. Disponível em <https://majournals.bib.uni-mannheim.de/diskurse-digital/article/view/99>. Acesso em 17 ago. 2020.

LACERDA, Daniela. **O jornalismo digital no Brasil e a busca da identidade perdida**. 2016.121 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/21304> Acesso em 20 jul. 2020.

LAGE, Nilson. **A Reportagem**: Teoria e Técnica de Entrevista e Pesquisa Jornalística. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 86p.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. 6ª ed. São Paulo: Ática, 2006, 78 p. Disponível em <http://nilsonlage.com.br/livros/>. Acesso em 11 ago. 2020.

LISBOA, Joel Victor R. **Proposta de harmonização da terminologia designativa de área e subáreas do português como língua não materna baseada em corpus**. 2021. 215f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021. Disponível em:

<http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.161>. Acesso em: 31 ago. 2021.
<https://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.161>

LOUZADA, Gabriela Rondon Rossi. **Constitucionalismo agonístico**: a questão do aborto no Brasil. 2020. 127 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em:
<https://repositorio.unb.br/handle/10482/38629#:~:text=Constitucionalismo%20agon%20C3%ADstico%20%3A%20a%20quest%C3%A3o%20do%20aborto%20no%20Brasil.&text=O%20foco%20na%20quest%C3%A3o%20do,do%20pol%C3%ADtico%20para%20o%20tema>. Acesso em: 28 set. 2020.

MAGALHÃES, Izabel. Análise do discurso publicitário. **Revista da ABRALIN**. v. 4 n. 1 e 2, p. 231-260, 2005. Disponível em
https://codecamp.com.br/artigos_cientificos/analise_discurso_publicitario.pdf. Acesso em 29 mai. 2020. <https://doi.org/10.5380/rabl.v4i1/2.52659>

MAGALHÃES, Izabel; MARTINS, André R.; RESENDE, Viviane M. **Análise de Discurso Crítica**: um método de pesquisa qualitativa. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2017. 230 p. <https://doi.org/10.7476/9788523013370>

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo opinativo**: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3ª ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MARQUE DE MELO, José. Gêneros Jornalísticos: conhecimento brasileiro. In: MARQUES DE MELO, J.; ASSIS, F. de (org.). **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010, p. 23 - 42.

MAY, Tim. Pesquisa documental: escavações e evidências. In: **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2004, p. 205-230.

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente**: narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e jornalismo**: da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.

MENEZES, Antonio S. **Jornalismo de resistência**: apropriação das estratégias discursivas do campo midiático pela revista sem terra. 2010. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/679>. Acesso em: 10 ago. 2020.

MOLINA, Fernando. Igreja Católica freia na Bolívia o aborto de uma menina de 11 anos estuprada por um parente. **El País**, La Paz, 27 out. 2021. Disponível em:
<https://brasil.elpais.com/internacional/2021-10-27/igreja-catolica-freia-na-bolivia-o-aborto-de-uma-menina-de-11-anos-estuprada-por-um-parente.html>. Acesso em: 01 nov. 2021.

MORAIS, Lorena Ribeiro de. A legislação sobre o aborto e seu impacto na saúde da mulher. **Senatus**: cadernos da Secretaria de Informação e Documentação, Brasília, v. 6, n. 1, p. 50-58,

mai. 2008. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/131831>. Acesso em: 13 ago. 2020.

O'DONNELL, Mick. *UAM Corpus Tool*. Versão 3.3, 2019. Disponível em: <http://www.corpustool.com/download.html>. Acesso em: 10 jan. 2020.

O'Donnell, Mick. The UAM CorpusTool: Software for corpus annotation and exploration. **Proceedings of the XXVI Congreso de AESLA**, Almeria, Spain, 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (Suíça). **Abortamento seguro**: orientação técnica e de políticas para sistemas de saúde. 2. ed. Genebra: OMS, 2013. 136 p. Disponível em: https://www.who.int/reproductivehealth/publications/unsafe_abortion/9789241548434/pt/. Acesso em: 03 nov. 2019.

OTTONI, Maria Aparecida R. **Os gêneros do humor no ensino da língua portuguesa**: uma abordagem discursiva crítica. 2007. Tese (Doutorado em Linguística) Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

OTTONI, Maria Aparecida R. Análise de Discurso Crítica das relações de gênero no humor. In: MAGALHÃES, J. S. de; TRAVALIA, L.C. (Org.). **Múltiplas perspectivas em Lingüística**. Uberlândia: EDUFU, 2008, p. 1926-1936.

OTTONI, Maria Aparecida R. A representação discursiva do ator social Michael Jackson e de sua morte em gêneros da esfera jornalística. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 22, p. 237-273, 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/5761>. Acesso em: 10 nov. 2021. <https://doi.org/10.17851/2237-2083.22.1.237-273>

OTTONI, Maria Aparecida R.; SOUZA, Bianca Mara G de. As avaliações sobre mulheres e aborto na Folha de São Paulo: uma análise discursiva crítica. **Organon**, Porto Alegre, v. 36, n. 71, p. 395-414, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2238-8915.113446>. Acesso em: 30 ago. 2021. <https://doi.org/10.22456/2238-8915.113446>

PARO, Helena B. M. da S. Três mulheres, um direito. **Revista Piauí**, 02 set. 2020, Diário. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/tres-mulheres-um-direito/>. Acesso em: 02 set. 2020.

PARODI, Giovanni. ¿Qué es la lingüística de corpus? (Re)Surgimiento, definiciones y antecedentes. In: PARODI, G. **Lingüística de Corpus**: de la teoría a la empiria. Madrid: Iberoamericana, 2010, p. 14-35. <https://doi.org/10.31819/9783865278715>

PASSARINHO, Nathalia. Por que Alexandre de Moraes virou a 'bola da vez' dos ataques de Bolsonaro. **BBC News Brasil**, 08 set. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58466100>. Acesso em: 14 dez. 2021.

PEDRO, Joana. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. (Orgs). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012, 238-259.

PENA, Érica D.; CASTRO, Patrícia F. S. Cuidado e Aborto: relações sociais, éticas e políticas no campo da saúde. In: GONZAGA, P. R. B.; GONÇALVES, L.; MAYORGA, C. (Orgs.). **Práticas acadêmicas e políticas sobre o aborto**. Belo Horizonte, MG: CRP04, 2019, p. 72-83.

PEREIRA, Fábio Henrique. Da responsabilidade social ao jornalismo de mercado: o jornalismo como profissão. Lisboa: **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**, 2004. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-fabioresponsabilidade-jornalista.pdf>. Acesso em: 23 out. 2020.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. 120p.

PITANGUY, Jacqueline. O movimento nacional e internacional de saúde e direitos reprodutivos. In: GRIFFIN, K.; COSTA, S. H. (orgs.). **Questões da saúde reprodutiva**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999, p. 19-38.

QUEM SÃO ELAS? Direção e roteiro: Debora Diniz. Direção de produção: Fabiana Paranhos. Brasília: Imagens Livres, 2006. (20 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=oELkuaUoOkw&feature=emb_logo. Acesso em 22 jun. 2020.

RAMALHO, Viviane C. V. S.; RESENDE, Viviane de M. **Análise de discurso (para a crítica): O texto como material de pesquisa**. v. 1. Campinas: Pontes, 2011. 194p.

RAMONET, Ignacio. **A tirania da comunicação**. Trad. Lúcia M. E. Orth. Petrópolis: Vozes, 1999.

RAMONET, Ignácio. Meios de comunicação: um poder a serviço de interesses privados?. In: MORAES, D.; RAMONET, I.; SERRANO, P. **Mídia, Poder e Contrapoder: da concentração monopolística à democracia da informação**. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 52-70.

RÊGO, Ana Regina; AMPHILO, Maria Isabel. Gênero opinativo. In: MARQUES DE MELO, J.; ASSIS, F. de (org.). **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2010, p. 95 - 108.

REVISTA AZMINA. **Amplifica**. [s.d.]. Disponível em: <https://azmina.com.br/sobre/apoie/>. Acesso em 12 ago.2020.

REVISTA AZMINA. **Missão, Visão e Valores**. [s.d.]. Disponível em: <https://azmina.com.br/sobre/missao-visao-e-valores/>. Acesso em 12 ago.2020.

REVISTA AZMINA. **Parceiros**. [s.d.]. Disponível em: <https://azmina.com.br/sobre/parceiros/>. Acesso em 12 ago.2020.

REVISTA AZMINA. **Quem somos**. [s.d.]. Disponível em: <https://azmina.com.br/sobre/quem-somos/>. Acesso em 12 ago. 2020.

REVISTA AZMINA. **Republique**: o conteúdo d'AzMina é livre de direitos autorais. [s.d.]. Disponível em: <https://azmina.com.br/sobre/o-conteudo-dazmina-e-livre-de-direitos-autorais/>. Acesso em 12 ago. 2020.

REVISTA AZMINA. **Transparência**. [s.d.]. Disponível em: <https://azmina.com.br/sobre/transparencia/>. Acesso em 12 ago. 2020.

ROCHA, Milena F. **Análise discursiva crítica do movimento parlamentar pró-vida**: vozes que criminalizam o aborto sentimental. Dissertação (Dissertação em Linguística) – UnB. Brasília, 2015.

ROHDEN, Fabíola. Ginecologia, gênero e sexualidade na ciência do século XIX. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 8, n. 17, p. 101-125, jun. 2002. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832002000100006. Acesso em 24 jun. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832002000100006>

ROHDEN, Fabíola. **A arte de enganar a natureza**: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003. 248 p. (Coleção História e Saúde). <https://doi.org/10.7476/9786557081174>

ROSAS, Cristiano; PARO, Helena B. M. S. **Serviços de atenção ao aborto previsto em lei**: desafios e agenda no Brasil. Brasília: Cfemea, 2021.

SAHUQUILLO, María R. Aborto é prática ilegal para 90% das mulheres na América Latina. **El País**, 21 jun. 2018, Internacional. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/14/internacional/1529002780_075313.html. Acesso em 12 ago 2018.

SCHULZ, W. Approaches to independence. In: SCHULZ, W; VALCKE, P. & IRION, K. **The Independence of the Media and its Regulatory Agencies**: Shedding New Light on Formal an Actual Independence against the National Context. Bristol, Editora Intellect, Reino Unido, 2013, p. 23-35. Disponível em <https://pt.scribd.com/read/294395858/The-Independence-of-the-Media-and-its-Regulatory-Agencies-Shedding-New-Light-on-Formal-and-Actual-Independence-against-the-National-Context#>. Acesso em 21 jul. 2020.

SENRA, Ricardo. Jean Wyllys desiste de mandato: Governo brasileiro falhou em proteger deputado, diz relatora da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **BBC News Brasil**, 24 jan. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46996196>. Acesso em: 30 out. 2020.

SIMÕES, Mariana; TERTO, Ricardo. O que fizeram com ela?. **Agência Pública**, 01 set. 2021, Podcast. Disponível em: <https://apublica.org/podcast/2021/09/cientistas-na-linha-de-frente/o-que-fizeram-com-ela/>. Acesso em: 03 set. 2021.

SODRÉ, Muniz, FERRARI, Maria Helena. **Técnica de Reportagem**: notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus, 1986.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de Jornalismo Impresso**. Porto: Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 2001. Disponível em: <https://goo.gl/V72MDG>. Acesso em: 14 jan. 2022.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>

SOUZA, Bianca Mara Guedes. **Aids na revista veja**: uma história de humanização?. 100f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/29357>. Acesso em: 05 jun. 2019.

SPANNENBERG, Ana Cristina. *et al.* **Um olhar sobre as políticas públicas na mídia – Educação, habitação, saúde e trabalho**. Uberlândia: Luminar - Observatório de Mídia, 2018. 51p. Disponível em: <https://www.observatorioluminar.org/wp-content/uploads/2018/11/Relat%C3%B3rio-Observat%C3%B3rio-2017.1-n%C3%BAmeros-corrigidos.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

SPANNENBERG, Ana Cristina. *et al.* **Luminar: Um olhar sobre políticas públicas na mídia – Educação, habitação, saúde e trabalho – 2017.2**. Uberlândia: Luminar - Observatório de Mídia, 2019. 47p. Disponível em: <https://www.observatorioluminar.org/wp-content/uploads/2019/09/Relat%C3%B3rio-Observat%C3%B3rio-2017.2.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

STARRS, Ann M. et al. Accelerate progress—sexual and reproductive health and rights for all: report of the Guttmacher–Lancet Commission. **Lancet**, 2018, n. 391, p. 2642-2692. Disponível em: [https://www.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140-6736\(18\)30293-9.pdf](https://www.thelancet.com/pdfs/journals/lancet/PIIS0140-6736(18)30293-9.pdf). Acesso em 05 out. 2020. doi: 10.1016/S0140-6736(18)30293-9.

SUASSUNA, Jaqueline C. **Quando o eu e o tu falam sobre o aborto das outras: uma análise dos discursos em audiências públicas interativas do Senado**. Dissertação (Dissertação em Linguística) – Unb. Brasília, 2016.

TAGNIN, Stella E. O. **O jeito que a gente diz**: expressões convencionais e idiomáticas. São Paulo: Disal, 2005. 117p.

THOMPSON, John. **Ideologia e Cultura Moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

TORRES, José Henrique R. Aborto e legislação comparada. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 64, n. 2, p. 40-44, jun. 2012. Disponível em http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252012000200017. Acesso em 24 jun. 2020.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. Volume II - A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

VAN DIJK, Teun A. Discourse and Migration. In: ZAPATA-BARRETO, R.; YALAZ, E. (Orgs.). **Qualitative Research in European Migration Studies**. Cham: Springer, 2018, p.227-244.

VAM LEEUWEN, Theo. **Discourse and Practice**: new tools for Critical Discourse Analysis. Oxford: Oxford University Press, 2008.

VARGAS, Mateus. Ministro da Saúde demite autores de nota distorcida por Bolsonaro que cita aborto legal. **Estadão**. São Paulo, 05 jun. 2020. Saúde, p. 1-5. Disponível em: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,ministro-da-saude-demite-autores-de-nota-distorcida-por-bolsonaro-que-cita-aborto-legal,70003326035>. Acesso em: 02 nov. 2020.

VENTORASSI, A.; OLIVEIRA, D. D.; BENEVIDES, R. F. Direitos Humanos no Brasil: os ataques às humanidades no governo Bolsonaro. **Revista Humanidades e Inovação**, v.7, n.20, p. 400-417, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3kxKoEA>. Acesso em: 20 set. 2021.

VIRGILIO, Bianca di; GELBES, Silvia Ramirez. Víctimas o filicidas: La mujer que aborta y el debate parlamentario argentino. **Discurso & Sociedad**, v. 15, n. 4, 2021, p. 950-983. Disponível em: <http://www.dissoc.org/ediciones/v15n04/> Acesso em: 03 jan. 2022.

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Linguagem em (Dis)curso - LemD**, Tubarão, v. 4, n.esp, p. 223-243, 2004.

WODAK, Ruth. Critical Discourse Analysis: Challenges and Perspectives. In: **Critical Discourse Analysis - Concepts, History, Theory**, vol 1, 1 ed, introdução do editor, p. 19 – 43. Londres: SAGE, 2013.

WODAK, Ruth; MEYER, Michael. Critical Discourse Analysis: history, agenda, theory and methodology. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michel (ed.). **Methods of critical discourse analysis**. 2. ed. Londres: Sage, 2009, p. 1-33.

WOITOWICZ, Karina Janz; PEDRO, Joana Maria. Feminismo e ativismo midiático: o jornalismo como estratégia de ação política. In: Fazendo Gênero: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 9, 2010, Florianópolis. **Anais...Florianópolis**, SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Disponível em: <http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/site/anaiscomplementares#K>. Acesso em 21 jul. 2020.

ZAMIN, Angela. Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 918-942, set-dez, 2014. Disponível em <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/16716/12570> Acesso em 20 jul. 2020.

ZIELINSKA, Eleonora et al. **Gender-based crimes through the lens of torture International Women’s Day**. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/34VUYzR>. Acesso em: 30 set. 2021.

REFERÊNCIAS DO CORPUS

AMÂNCIO, Thiago. Contrários a qualquer tipo de aborto no Brasil atingem 41%. **Folha de São Paulo**, 10 jan. 2019, Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/01/ainda-minoria-contrarios-a-qualquer-tipo-de-aborto-no-brasil-atingem-41.shtml>. Acesso em: 03 mar. 2020.

BERTHO, Helena. Como é feito um aborto seguro?. **Revista AzMina**, 18 set. 2019, Saúde e Sexo. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/como-e-feito-um-aborto-seguro/>. Acesso em 04 mar. 2020.

BERTHO, Helena. Elas iam abortar fora do Brasil, mas a pandemia impediu. **Revista AzMina**, 13 mai. 2020a, Saúde e Sexo. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/elas-iam-abortar-fora-do-brasil-mas-a-pandemia-impediu/>. Acesso em 11 jun. 2021.

BERTHO, Helena. Principal hospital de aborto legal de SP interrompe o serviço na crise do coronavírus. **Revista AzMina**, 26 mar. 2020b, Saúde e Sexo. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/aborto-legal-sao-paulo-interrompe-servico-crise-coronavirus/>. Acesso em 11 jun. 2021.

BERTHO, Helena; SANTANA, Jamille. Tortura em nome de Deus? Justiça condena padre por impedir aborto legal. **Revista AzMina**, 28 set. 2020, Saúde e Sexo. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/tortura-em-nome-de-deus-justica-condena-padre-por-impedir-aborto-legal/>. Acesso em 11 jun. 2021.

CANCIAN, Natália. Após críticas, Ministério da Saúde recua em trechos de portaria sobre aborto, mas mantém aviso a polícia. **Folha de São Paulo**, 24 set. 2020, Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/09/apos-criticas-ministerio-da-saude-recua-em-trechos-de-portaria-sobre-aborto-mas-mantem-aviso-a-policia.shtml>. Acesso em: 06 jun. 2021.

COLETTA, Ricardo D. Em ofensiva contra aborto, governo estabelece em diretriz o direito à vida desde a concepção. **Folha de São Paulo**, 27 out. 2020, Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/10/em-ofensiva-contrab-aborto-governo-estabelece-em-diretriz-o-direito-a-vida-desde-a-concepcao.shtml>. Acesso em: 06 jun. 2021.

COLLUCCI, Cláudia. Aborto legal é negado em 57% dos hospitais que governo indica para procedimento. **Folha de São Paulo**, 19 jun. 2019a, Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/06/aborto-legal-e-negado-em-57-dos-hospitais-que-governo-indica-para-procedimento.shtml>. Acesso em: 03 mar. 2020.

COLLUCCI, Cláudia. Defensoria recomenda venda de remédio abortivo em farmácia. **Folha de São Paulo**, 29 mar. 2019b, Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/03/defensoria-defende-venda-de-remedio-abortivo-em-farmacia.shtml>. Acesso em: 03 mar. 2020.

FERREIA, Letícia; SILVA, Vitória R. Só 55% dos hospitais que faziam aborto legal seguem atendendo na pandemia. **Revista AzMina**, 02 jun. 2020, Saúde e Sexo. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/so-55-dos-hospitais-que-faziam-aborto-legal-seguem-atendendo-na-pandemia/>. Acesso em: 11 jun. 2021.

HOLIDAY propõe restrições ao aborto em SP e internação psiquiátrica para grávidas. **Folha de São Paulo**, 24 jun. 2019, Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/06/holiday-propoe-restricoes-ao-aborto-em-sp-e-internacao-psiquiatrica-para-gravidas.shtml>. Acesso em: 03 mar. 2020.

LIBÓRIO, Bárbara. Só um PL propôs a descriminalização do aborto no Brasil na última década. **Revista AzMina**, 30 jun. 2020, Política. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/so-um-pl-propos-a-descriminalizacao-do-aborto-no-brasil-na-ultima-decada/>. Acesso em: 11 jun. 2021.

MAIA, Dhiego. Menina que engravidou após estupro teve que sair do ES para fazer aborto legal. **Folha de São Paulo**, 16 ago. 2020, Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/08/menina-que-engravidou-apos-estupro-teve-que-sair-do-es-para-fazer-aborto-legal.shtml>. Acesso em: 06 jun. 2021.

MANTOVANI, Flávia. De 25 países, Brasil é 2º com menor apoio à legalização do aborto, diz pesquisa. **Folha de São Paulo**, 19 ago. 2020, Mundo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/08/de-25-paises-brasil-e-2o-com-menor-apoio-ao-aborto-diz-pesquisa.shtml>. Acesso em: 06 jun. 2021.

MOREL, Jennifer; MACHADO, Thaine. Remédio usado em aborto legal e casos de hemorragia rareia no SUS. **Folha de São Paulo**, 31 mar. 2019, Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/03/remedio-usado-em-aborto-legal-e-casos-de-hemorragia-some-do-sus.shtml>. Acesso em: 03 mar. 2020.

PAULUZE, Thaiza. Mesmo entre grupos religiosos, não há consenso em torno do aborto. **Folha de São Paulo**, 19 ago. 2020, Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/08/mesmo-entre-grupos-religiosos-nao-ha-consenso-em-torno-do-aborto.shtml>. Acesso em: 06 jun. 2021.

PAULUZE, Thaiza; VALADARES, João. Menina de dez anos entrou em hospital em porta-mala de carro enquanto médico distraía religiosos. **Folha de São Paulo**, 18 ago. 2020, Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/08/menina-de-dez-anos-entrou-em-hospital-na-mala-do-carro-enquanto-medico-distraia-religiosos.shtml>. Acesso em: 06 jun. 2021.

PESSOA, Gabriela S. Mulheres têm que viajar a São Paulo por aborto legal. **Folha de São Paulo**, 23 fev. 2019, Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/02/mulheres-tem-que-viajar-a-sao-paulo-por-aborto-legal.shtml>. Acesso em: 03 mar. 2020.

PINTO, Ana Estela de S. Brasil se une a Egito, Indonésia, Uganda, Hungria e EUA em declaração contra o aborto. **Folha de São Paulo**, 22 out. 2020, Mundo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/10/brasil-se-une-a-egito-indonesia-uganda-hungria-e-eua-em-declaracao-contra-o-aborto.shtml>. Acesso em: 06 jun. 2021.

RODRIGUES, Suzana. Aborto legal: entenda quando é permitido interromper a gravidez no Brasil. **Revista AzMina**, 13 mai. 2020, Saúde e Sexo. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/aborto-legal-quando-e-permitido-interromper-a-gravidez-no-brasil/>. Acesso em 11 jun. 2021.

VALADARES, João; MAIA, Dhiego; CANOFRE, Fernanda. Criança que engravidou após ser estuprada no ES se recupera bem após passar por aborto legal. **Folha de São Paulo**, 17 ago. 2020, Cotidiano. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/08/crianca-que-engravidou-apos-ser-estuprada-no-es-passa-bem-depois-de-aborto-legal.shtml>. Acesso em: 06 jun. 2021.

VIEIRA, Bianka. Mesmo com debate constante, aborto ainda está sob lei da Era Vargas. **Folha de São Paulo**, 29 set. 2019, Ilustríssima. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/09/mesmo-com-debate-constante-aborto-ainda-esta-sob-lei-da-era-vargas.shtml>. Acesso em: 03 mar. 2020.

VIEIRA, Bianka. Uso irrestrito de objeção de consciência limita o direito ao aborto no país. **Folha de São Paulo**, 19 ago. 2020, Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/08/uso-irrestrito-de-objecao-de-consciencia-restringe-o-direito-ao-aborto-no-pais.shtml>. Acesso em: 06 jun. 2021.

VILA-NOVA, Carolina. Código Penal, ECA e decisão judicial protegem interrupção de gravidez de menina capixaba. **Folha de São Paulo**, 17 ago. 2020a, Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/08/codigo-penal-eca-e-decisao-judicial-protegem-interruptao-de-gravidez-de-menina-capixaba.shtml>. Acesso em: 06 jun. 2021.

VILA-NOVA, Carolina. Médica enviada para impedir aborto em menina capixaba diz que missão foi institucional. **Folha de São Paulo**, 28 set. 2020b, Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/09/medica-enviada-para-impedir-aborto-em-menina-capixaba-diz-que-missao-foi-institucional.shtml>. Acesso em: 06 jun. 2021.

VILA-NOVA, Carolina. Ministra Damares Alves agiu para impedir aborto em criança de 10 anos. **Folha de São Paulo**, 20 set. 2020c, Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/09/ministra-damares-alves-agiu-para-impedir-aborto-de-crianca-de-10-anos.shtml>. Acesso em: 06 jun. 2021.

ZAREMBA, Júlia. Grupo antiaborto acampa diante de hospital em SP para constranger vítimas de estupro. **Folha de São Paulo**, 01 nov. 2019, Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/11/grupos-contra-e-pro-aborto-protestam-em-frente-a-hospital-em-sp.shtml?origin=folha>. Acesso em: 03 mar. 2020.